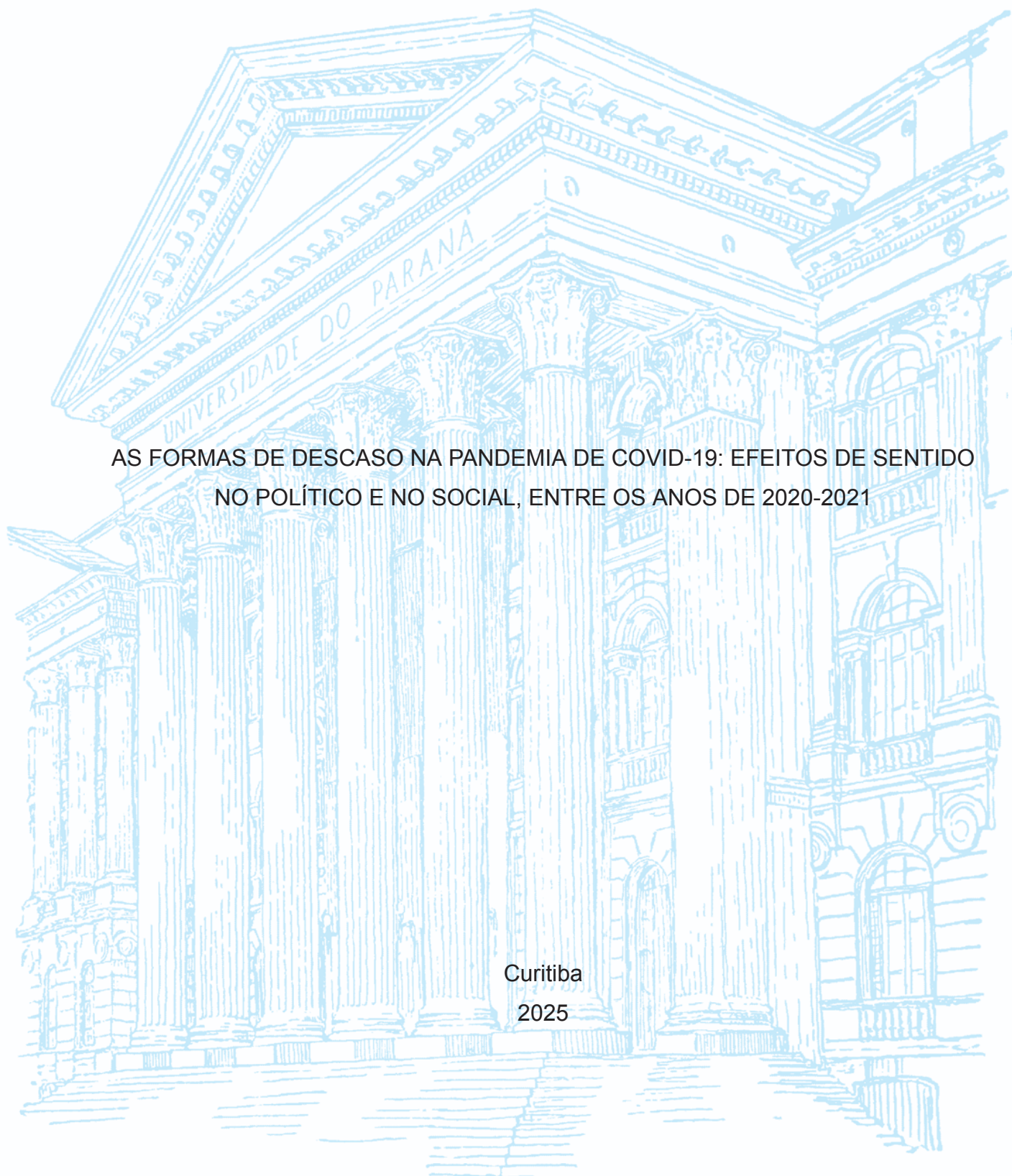


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GÉSSICA APARECIDA CAPPOANI

AS FORMAS DE DESCASO NA PANDEMIA DE COVID-19: EFEITOS DE SENTIDO
NO POLÍTICO E NO SOCIAL, ENTRE OS ANOS DE 2020-2021

Curitiba
2025



GÉSSICA APARECIDA CAPPOANI

AS FORMAS DE DESCASO NA PANDEMIA DE COVID-19: EFEITOS DE SENTIDO
NO POLÍTICO E NO SOCIAL, ENTRE OS ANOS DE 2020-2021

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras, no Setor de Ciências, Letras e Artes da
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de Doutora em Letras.
Área de concentração: Estudos Linguísticos
Linha de Pesquisa: Linguagens e Práticas Sociais

Orientadora: Prof^a Dr. Maria Cleci Venturini

Curitiba

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Cappoani, Géssica Aparecida

As formas de descaso na pandemia de Covid-19: efeitos de sentido no político e no social, entre os anos de 2020-2021. / Géssica Aparecida Cappoani. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cleci Venturini.

1. COVID-19, Pandemia de 2020-2023. 2. Análise do discurso. 3. Desinformação. I. Venturini, Maria Cleci. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **GÉSSICA APARECIDA CAPPOANI**, intitulada: **AS FORMAS DE DESCASO NA PANDEMIA DE COVID-19: EFEITOS DE SENTIDO NO POLÍTICO E NO SOCIAL, ENTRE OS ANOS DE 2020-2021**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA CLECI VENTURINI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 18 de Dezembro de 2025.

Assinatura Eletrônica

22/01/2026 10:39:25.0

MARIA CLECI VENTURINI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

24/01/2026 12:40:38.0

VERLI FATIMA PETRI DA SILVEIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA)

Assinatura Eletrônica

21/01/2026 11:45:08.0

LIGIA NEGRI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

21/01/2026 10:36:22.0

CRISTIANE PEREIRA COSTA DIAS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Assinatura Eletrônica

28/01/2026 13:46:13.0

CÉLIA BASSUMA FERNANDES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE)

DEDICATÓRIA

Dedico à minha mãe e ao meu pai que em sua juventude deram-me a vida e acreditaram que eu viveria.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus e à Nossa Senhora Aparecida pela ajuda espiritual ao longo da minha vida para que eu concluísse esse sonho.

Agradeço à minha Orientadora doutora Maria Cleci Venturini pela acolhida, gentileza e orientação. Uma orientadora humana e presente em todo o processo de escrita, que me recebeu inúmeras vezes em sua casa, partilhando seu conhecimento e seu tempo.

Agradeço à banca avaliadora Dr^a Verli Petri, Dr^a Cristiane Dias, Dr^a Ligia Negri, Dr^a Célia Fernandes.

Agradeço aos meus familiares que me apoiaram, em especial meu marido Márcio, minha mãe Silvia, meu pai Giovani e minha irmã Janaina.

Agradeço aos colegas do grupo de pesquisa que contribuíram com as reflexões da tese, em especial Leandro, Ellen e Katielli.

Agradeço às minhas diretoras que sempre foram gentis nos momentos em que precisei me ausentar para eventos, aulas, etc., em especial às grandes amigas Ana Caroline e Cristiane.

Agradeço aos profissionais da área da saúde que como uma rede de apoio paga me ajudaram nesse percurso, o médico otorrinolaringologista Luiz, o médico endocrinologista Rafael, o médico psiquiatra Danilo e a psicóloga Fernanda.

EPÍGRAFE

*Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.*

*Quando meu olhar
se perder no nada,
por favor,
não me despertem,
quero reter,
no adentro da íris,
a menor sombra,
do ínfimo movimento.*

*Quando meus pés
abrandarem na marcha,
por favor,
não me forcem.
Caminhar para quê?
Deixem-me quedar,
deixem-me quieta,
na aparente inércia.*

*Nem todo viandante
anda estradas,
há mundos submersos,
que só o silêncio*

da poesia penetra. (EVARISTO, 2017, p. 123)

RESUMO

A presente tese tem como objetivo propor um gesto de leitura sobre as formas de descaso na pandemia de COVID-19, por meio da análise dos discursos produzidos pelo Governo Federal entre os anos 2020-2021, no Brasil. A crise sanitária chega ao território brasileiro, agravando problemas sociais historicamente associados às classes menos favorecidas, acentuando questões ligadas à fome, ao desemprego e à morte em determinados grupos sociais. Nessas condições de produção, fomos capturadas pela necessidade do estudo desse objeto, a saber: as formas de descaso na pandemia, entendidas como o tratamento institucional dispensado na condução da crise pandêmica, tomando corpo a partir de práticas ligadas à ideologia neoliberal. As práticas sociais articulam-se em diferentes formações discursivas, produzindo efeitos de sentidos que variam na sua relação com o que pode e deve ser dito (Pêcheux, 2014a). A questão de pesquisa que nos mobiliza é: Como se constituíram os efeitos de sentido quanto às formas de descaso da crise sanitária de COVID-19, por meio do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia e de notícias *online*, no período compreendido entre 2020-2021? Para compreendermos as práticas de descaso historicamente constituídas, propomos um movimento de leitura das epidemias e pandemias ao longo da história, analisando, pela memória discursiva, os efeitos de repetibilidade e ruptura para identificar e caracterizar as formas de descaso que resultaram na morte das populações menos favorecidas. Esse percurso sustenta a nossa leitura quanto aos sentidos que circularam e ainda funcionam no corpo social, estruturando o dispositivo teórico-metodológico de análise das formas de descaso durante a pandemia de COVID-19. Para respondê-la, acompanhamos o percurso do poder legislativo nas Comissões Parlamentares de Inquérito, até chegarmos à CPI da Pandemia. Buscamos compreender as suas disputas e seus embates políticos pela materialidade do relatório final da CPI da pandemia, entendendo-as como um discurso de tipo dado em condições dadas (Pêcheux, 2014). A leitura do relatório nos autorizou a elencarmos o recorte das formas de descaso de desinformação como significantes na condução da pandemia, analisada pelos pressupostos da Análise de Discurso. A compreensão dos recortes desse documento nos direcionou a duas subcategorias, a saber: 1) a forma de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce; 2) a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina. Ancoradas nessas duas categorias, fomos aos portais de notícias *online*, de posições ideológicas antagônicas, para compreendermos que a discursivização da crise encaminha os efeitos sentidos para determinadas direções. A partir das análises das Sequências Discursivas (SDs), fomos destacando regularidades no discurso do Governo Federal, as quais dão visibilidade às formas de descaso. Para fins de análise, categorizamos, diante da promoção do tratamento precoce, o funcionamento de discursos autoritários, performáticos, do caso exemplar, da 'autonomia/da 'liberdade médica' e do aconselhamento, produzindo a forma de descaso, que designamos de descaso de desinformação. Para analisar o discurso de descrédito da vacina, mapeamos a ocorrência de argumentos em torno da comprovação científica, da não-obrigatoriedade da vacina, da contradição, dos 'efeitos colaterais', do caso exemplar e do boicote. Como efeito de conclusão, sublinhamos o funcionamento das formas de descaso como o modo institucional de produzir a contaminação e a morte em meio à pandemia, orquestrada deliberadamente pelo Governo Federal em prol da recuperação econômica e em detrimento da vida do povo brasileiro.

Palavras-chave: Pandemia; Discurso; Descaso.

ABSTRACT

The current thesis aims to propose a gesture of reading concerning the manners of disregard during the COVID-19 pandemic through an analysis of the discourses produced in Brazil by the Federal Government between 2020 and 2021. The sanitary crisis reached the Brazilian territory aggravating social problems historically associated with underprivileged classes and intensifying issues such as hunger, unemployment and death within specific social groups. Given these production conditions we were compelled to study this object, namely: the manners of disregard during the pandemic, understood as the institutional treatment applied in managing the pandemic crisis, which took form from practices linked to the neoliberal ideology. Social practices are articulated in different discursive formations, producing effects of meaning that vary in regard to what can and must be said (Pêcheux, 2014a). The research question that mobilizes us is: How were the effects of meaning in relation to the manners of disregard in the COVID-19 sanitary crisis constituted, through the report of the Parliamentary Commission of Inquiry (CPI) and *online* news on the pandemic during the period between 2020-2021? To understand the historically constituted practices of disregard, we propose a reading movement across epidemics and pandemics throughout history, analyzing, through discursive memory, the effects of repeatability and rupture to identify and characterize the manners of disregard that have resulted in the deaths of underprivileged populations. This trajectory supports our reading of the meanings that circulated and still function within the social body, structuring the theoretical-methodological framework for analyzing the manners of disregard during the COVID-19 pandemic. To respond to this question we traced the trajectory of the legislative branch through Parliamentary Commissions of Inquiry, leading up to the Pandemic CPI. We sought to understand its disputes and political conflicts through the materiality of the pandemic CPI's final report, understanding them as a given type of discourse under given conditions (Pêcheux, 2014). The reading of the report allowed us to identify the approach of manners of disregard through disinformation as significant in the management of the pandemic, analyzed based on the premises of the Discourse Analysis. Understanding this approach of the document directed us to two subcategories: 1) the manners of disregard based on disinformation concerning the promotion of early treatment; and 2) the manners of disregard based on misinformation concerning the discrediting of the vaccine. Anchored in these two categories, we turned to the *online* news portals with antagonistic ideological positions to understand how the discursivization of the crisis directs the effects of meaning towards specific directions. Based on the analysis of Discursive Sequences (SDs), we highlighted regularities in the Federal Government's discourse that make the manners of disregard visible. For the purpose of analysis regarding the promotion of early treatment we categorized the functioning of authoritarian, performative, the exemplary case, "autonomy"/"medical freedom" and advisory discourses, which produce the manner of disregard we named disregard via misinformation. To analyze the discourse discrediting the vaccine we mapped the occurrence of arguments centered on scientific proof, the non-mandatory nature of the vaccine, contradiction, "side effects", the exemplary case and the boycott. In conclusion, we highlight the functioning of these manners of disregard as the institutional method of producing contamination and death amid the pandemic, deliberately orchestrated by the Federal Government to favor economic recovery at the expense of the lives of the Brazilian people.

Keywords: Pandemic; Discourse; Disregard.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Levantamento de SDs quanto ao descrédito.....	138
QUADRO 2 – Levantamento de SDs quanto à promoção	139
QUADRO 3 – SDs sobre o funcionamento autoritário	143
QUADRO 4 – SDs sobre o funcionamento performático	147
QUADRO 5 – SDs sobre o funcionamento do caso exemplar.....	151
QUADRO 6 – SDs sobre o funcionamento da ‘autonomia médica’	154
QUADRO 7 – SDs sobre o funcionamento do caso exemplar.....	158
QUADRO 8 – SDs sobre o funcionamento da autoritário.....	161
QUADRO 9 – SDs sobre o funcionamento pelo aconselhamento.....	166
QUADRO 10 – SDs sobre o funcionamento performático.....	168
QUADRO 11 – SDs sobre o funcionamento da ‘liberdade médica’	172
QUADRO 12 – SDs sobre o funcionamento da comprovação científica.....	179
QUADRO 13 – SDs sobre o funcionamento da não obrigatoriedade da vacina.....	185
QUADRO 14 – SDs sobre o funcionamento da contradição.....	189
QUADRO 15 – SDs sobre o funcionamento dos ‘efeitos colaterais’	194
QUADRO 16 – SDs sobre o funcionamento do caso exemplar.....	199
QUADRO 17 – SDs sobre o funcionamento da não obrigatoriedade.....	203
QUADRO 18 – SDs sobre o funcionamento do boicote	206
QUADRO 19 – SDs sobre o funcionamento dos “efeitos colaterais”	214
QUADRO 20 – SDs sobre o funcionamento do caso exemplar	217

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
FD	Formação Discursiva
FDA	Food and Drug Administration
IC	Instituto de Criminalística
IML	Instituto Médico Legal
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e outras identidades
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
SD	Sequência Discursiva
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	13
1 PONTUANDO A NOSSA CAPTURA: CONSTRUINDO UM MOVIMENTO INTRODUTÓRIO E TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	15
1.1 CONSTRUINDO UM MOVIMENTO INTRODUTÓRIO.....	16
1.2 CONSTRUINDO UM PERCURSO DE LEITURA DA PANDEMIA DE COVID-19.....	23
1.2.1 Para uma Leitura não óbvia dos Sentidos: do Dispositivo Teórico-Metodológico ao Arquivo.....	23
1.2.1.1 Para uma leitura sobre as formas de descaso na pandemia de COVID-19.....	28
1.2.2 Perguntando para buscar efeitos de sentidos... construindo objetivos para a análise de práticas sociais.....	39
1.2.3 Da organização da tese.....	40
1.2.3.1 História e Memória Discursiva Sobre o Descaso em Epidemias e Pandemias.....	40
1.2.3.2 Da Institucionalização das Comissões Parlamentares de Inquérito ao Relatório da CPI da Pandemia: Olhares às Condições de Produção do Discurso.....	41
1.2.3.3 Das Formas de Descaso na Pandemia de COVID-19.....	43
1.2.3.4 Pontos de Chegada em Suspenso.....	44
2 HISTÓRIA E MEMÓRIA DISCURSIVA SOBRE O DESCASO EM EPIDEMIAS E PANDEMIAS.....	45
2.1 GRIPE ESPANHOLA (1918).....	46
2.2 TUBERCULOSE.....	53
2.3 VARÍOLA.....	58
2.4 CÓLERA.....	62
2.5 FEBRE AMARELA.....	66
2.6 MENINGITE.....	72
2.7 H1N1.....	78
2.9 EFEITOS DE FECHAMENTO.....	85
3 DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO AO RELATÓRIO DA CPI DA PANDEMIA: OLHARES ÀS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO.....	92
3.1 UM PERCURSO HISTÓRICO DE 1946 A 2016.....	92
3.2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA CPI DA PANDEMIA.....	101
3.2.1 Movimentos para a instauração da CPI da Pandemia.....	102
3.2.2 Movimentos durante a CPI da Pandemia.....	114
3.3 BREVES APONTAMENTOS SOBRE O RELATÓRIO DA CPI DA PANDEMIA.	135
4 DAS FORMAS DE DESCASO NA PANDEMIA DE COVID-19.....	140

4.1 AS FORMAS DE DESCASO DE DESINFORMAÇÃO QUANTO À PROMOÇÃO DE X.....	141
4.1.1 Dos funcionamentos da forma de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce a partir do alinhamento à esquerda.....	142
4.1.2 Dos funcionamentos da forma de descaso de desinformação quanto a promoção do tratamento precoce a partir do alinhamento à direita.....	157
4.1.3 Efeitos de fechamento.....	175
4.2 AS FORMAS DE DESCASO DE DESINFORMAÇÃO QUANTO AO DESCRÉDITO DE Y.....	176
4.2.1 Dos funcionamentos da forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina a partir do alinhamento à esquerda.....	178
4.2.2 Dos funcionamentos da forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina a partir do alinhamento à direita.....	202
4.1.3 Efeitos de fechamento.....	219
5 PONTOS DE CHEGADA EM SUSPENSO.....	222
6 REFERÊNCIAS.....	235

PRÓLOGO

Minha mãe se tornou minha inspiração muito jovem. Aos 16 anos, ela precisou se casar, se mudar, ser adulta enquanto ainda era só uma adolescente, e foi aí que eu nasci: uma bebê de 7 meses, 1,700 kg, com 40% de chances de sobrevivência. Meu pai estava ao lado dela quando os médicos davam apenas desesperança do prosseguimento da minha vida. Os familiares que me visitavam na incubadora quase se despediam de desesperança, mas minha mãe e meu pai confiavam na minha vida. Foi assim que, contradizendo as estimativas, eu consegui sair do hospital para casa e fui crescendo muito ativa, muito subserviente e estudiosa.

Cresci na área rural de uma pequena cidade no sudoeste do Paraná, de nome Bom Sucesso do Sul. Estudei sempre em escola pública, muito convencida de que a escola e os livros eram um refúgio possível para a minha falta de habilidade social. As amizades eram sempre sazonais, mas a leitura perdurava como algo que preenchia os meus vazios e medos. Desde o ensino fundamental, quando li “O mundo de Sophia”, queria ser filósofa, ao assistir aos documentários na TV Escola, queria ser Phd em História, tal qual os historiadores que falavam sobre os “*Homo sapiens*”, meu interesse sobre ser professora e pesquisadora ia se enraizando e tomando espaço.

Aos quinze anos nos mudamos dessa pequena cidade para a área urbana de Pato Branco, onde tive a oportunidade de conhecer grandes mestres, como foi o caso do meu professor de Física, Celito Silvestre, que era professor e pesquisador e me impulsionou, pela sua competência, a seguir esse meu sonho de ser pesquisadora. Durante o Ensino Médio, o meu interesse pela literatura se intensificou. Lia todos os dias todos os tipos de literatura, mas os clássicos brasileiros eram os meus preferidos.

Ao fim do meu Ensino Médio, com a chegada do momento de me inscrever para a Universidade, precisei escolher um curso para conciliar o trabalho diurno com um curso superior noturno, então optei pelo curso de Letras - Português e Inglês da UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A aprovação no curso foi uma grande realização, um belo início do meu sonho, pois, desde o primeiro

semestre, tive o envolvimento com a pesquisa, por meio da iniciação científica (IC), e depois a iniciação à docência no PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

O tempo da graduação foi um momento de muito esforço. Trabalhava entre 40 e 50 horas semanais, participava de grupo de pesquisa e estudava muito para ter bons resultados nas disciplinas da graduação. Durante esse período de 4 anos, muitas pessoas foram marcantes para sustentar meu sonho de ser pesquisadora, dentre elas destaco as professoras Lourdes Terezinha Graebin Parise e Fabiana Vanessa Achy de Almeida, mulheres fortes e doces que cuidaram de mim. Outros professores foram meus orientadores de pesquisa que muito me ensinaram sobre o universo acadêmico; destaco os professores Rodrigo Xavier, Anselmo Pereira de Lima, Marcos Hidemi, Rosângela Aparecida Marquezi, que marcaram esse percurso da graduação ao mestrado em Letras.

Durante o meu mestrado, trabalhei cerca de 30 horas semanais, conciliando as disciplinas, eventos e uma segunda graduação para manter meu trabalho como professora do ensino infantil. Com a conclusão do meu mestrado, em 2019, precisei me organizar e lançar novos desafios. Mudei-me para Curitiba, consegui um emprego na rede privada e comecei meus estudos para o doutorado, realizando disciplinas isoladas e elaborando meu projeto de pesquisa. Tentei o processo de seleção do doutorado em 2020 e 2021, sendo aprovada no ano de 2021 no programa de Pós-graduação da UFPR.

O percurso do doutorado foi marcado por muito trabalho. Conciliei as disciplinas, os eventos e a escrita da tese com o cargo de professora do Ensino Fundamental na rede pública de Pinhais, com uma carga horária semanal de 40h. Foram quatro anos de trabalho diurno e estudos noturnos, muitas vezes sem fins de semana, feriados ou férias. Nesse período, contei com o apoio da minha orientadora Maria Cleci Venturini, meu marido Marcio, minha mãe Silvia, meu pai Giovani, minha irmã Janaina, meus familiares, também colegas, amigos, profissionais da saúde, que ajudaram a sustentar o meu sonho, que hoje se materializa nesta tese. Sou professora e pesquisadora e continuo buscando novas oportunidades a partir disto que já sou. A todas e todos que contribuíram com este sonho, o meu muito obrigada!

1 PONTUANDO A NOSSA CAPTURA: CONSTRUINDO UM MOVIMENTO INTRODUTÓRIO E TEÓRICO-METODOLÓGICO

A atual propagação da epidemia do coronavírus, desencadeou, por sua vez, vastas epidemias de vírus ideológicos que ficaram adormecidos em nossas sociedades: falsas notícias, teorias de conspiração paranoicas, explosões de racismo.

(Slavoj Žižek, 2020)

A epígrafe com que iniciamos a nossa captura diz muito sobre o atravessamento da pandemia nas nossas vidas. A produção e circulação das informações na pandemia funcionaram em meio a constantes disputas de sentidos, que produziam pela desinformação, discursos antagônicos, que figuravam socialmente sem homogeneizar-se para produzirem práticas coerentes na superação da pandemia. Víamos que os interesses políticos e econômicos se sobressaíam cada vez mais intensamente às necessidades de promoção da saúde pública e do bem-estar social. Ler a pandemia durante a pandemia se marcava como uma necessidade inquietante, na busca pela compreensão de discursos que produziam medo, insegurança e a desesperança em um futuro após a COVID-19.

A doença se agravava dia após dia e as tomadas de posição institucionais de um governo genocida não produziam a segurança necessária para seguirmos adequadamente com as nossas vidas. Acompanhamos constantemente as estatísticas de mortes, o que ocasionava um estado de ansiedade e insônia. Foi em uma fala de uma mesa redonda sobre o trabalho de voluntariado das mulheres em uma comunidade de São Paulo que a pandemia pela primeira vez ressoou como um interesse efetivo de pesquisa. Aquela mulher apontou tantos descasos que a sua comunidade sofria das instituições governamentais quanto à assistência social que aquilo ficou ressoando: quantos milhões de brasileiros não se sentiam da mesma forma abandonados à própria sorte? Com essa inquietação e as leituras da Análise de Discurso surge o projeto de pesquisa doutorado, buscando compreender a relação entre a pandemia e os descasos produzidos pelo Governo Federal, o que se desenvolveu até chegarmos à presente tese.

Gostaríamos de iniciar as nossas discussões, retomando a epígrafe deste capítulo. O funcionamento discursivo de uma pandemia vai muito além da área da saúde. Na história da humanidade, muitas das ocorrências de crises sanitárias

representaram mudanças estruturais¹ na formação social, nem sempre em prol da população em geral, mas muitas vezes com vistas a reproduzir as formas de poder da classe dominante. Desse modo, entendemos que as crises sanitárias advêm da influência de organismos patológicos que atravessam o espaço biológico/orgânico, implicando em questões políticas, culturais e ideológicas. A contaminação afeta a vida dos sujeitos de formas muito distintas, em função da divisão social historicamente marcada pelas diferenças decorrentes de interpelações ideológicas, atravessamentos do inconsciente e relações de poder em funcionamento entre as camadas da sociedade.

Assim, o presente capítulo articula-se em duas seções, a primeira tem um caráter introdutório em que apresentamos ao leitor um panorama sobre como ocorreu a nossa captura do objeto da pesquisa, situando brevemente o contexto de produção da pandemia de COVID-19 e as nuances da condução das práticas sociais que nos movem a produzir nosso gesto de interpretação sobre esse acontecimento.

Na segunda parte do texto, concentramo-nos em situar três seções, a primeira apresenta as bases teórico-metodológicas do dispositivo de leitura da pandemia de COVID-19, em um movimento que vai da teoria da Análise de Discurso, passando pela constituição do arquivo e dos recortes da tese. A segunda instaura nossa pergunta e objetivos de pesquisa. Já na terceira seção, visamos descrever a organização do todo da tese para que o possível leitor possa construir a sua interpretação sobre o movimento analítico.

Assim, desde o presente capítulo sustentamos a partir da teoria da Análise de Discurso que nossa leitura sobre a discursivização da pandemia de COVID-19 se estrutura pela interpretação/compreensão do discurso que se sustenta pelo linguístico, pelo histórico e pelo social, instaurando redes de memória. A partir de nossas bases teóricas, nos colocamos em relação com nosso objeto de investigação, a saber: as formas de descaso na pandemia de COVID-19, entre os anos de 2020-2021.

1.1 CONSTRUINDO UM MOVIMENTO INTRODUTÓRIO

¹ As mudanças estruturais a que nos referimos dizem respeito às alterações no sistema de poder, nas práticas sociais e culturais, retornando diferentes momentos históricos, retornando memórias e discursos de pandemias pretéritas.

O Brasil, de acordo com estudo publicado na Revista Americana de Medicina e Higiene Tropical é o sexto país, entre 87, com maior circulação de comunicações falsas sobre a COVID-19. (Senado, 2021, p. 689)

As informações sobre a nova cepa de coronavírus que acarretaria a pandemia de COVID-19 começaram a circular mundialmente a partir de novembro de 2019 e, inicialmente, as notícias pareciam construir um efeito de realidade muito distante. Ao acompanhar as medidas de isolamento implementadas pela China, na cidade de Wuhan, realizamos gestos de interpretação, inscrevendo-as na ordem do impensável, por serem estranhas à rotina da vida complexa das cidades contemporâneas.

O que não se sabia à época é que aquele pequeno protótipo de controle da contaminação precisaria ser expandido, melhorado e praticado a nível global. O coronavírus transformou cada sujeito do planeta em um possível agente de contaminação, instaurando inúmeros novos sentidos nas relações sociais, econômicas e políticas a nível mundial. Como apontou Orlandi (2021, p. 03), “nossas palavras se encharcam dos sentidos de pandemia, e nossas interpretações se espalham, inquietas”.

São nessas condições de produção que compreendemos a discursivização da pandemia como efeito que se sustenta nas práticas institucionalizadas. Como apresentam Venturini e Fernandes (2021), no caso brasileiro, “O governo, reiteradas vezes, manifestou-se em favor da economia em detrimento da saúde. As consequências da prática negacionista ressoaram como interdição dos corpos e dos discursos” (p. 209).

Vivenciamos uma mudança drástica nos espaços públicos. Eles se transformaram rapidamente: esvaziaram-se as escolas, os parques, os shoppings, entre outros espaços. Foram impostas medidas de isolamento e de distanciamento social, e o medo da contaminação muito rapidamente afastou o que há de mais humano: a presença física do outro na nossa vida. Por isso, concordamos que a “interdição da convivência nos lugares públicos (uma das orientações da OMS²), constitui efeitos – e um desses efeitos se materializa pela busca por outros caminhos, dentre eles, o do digital” (Venturini; Fernandes, 2021, p. 210). Assim, o privado foi invadido pela conectividade infinita em plataformas de interação, fosse para trabalho ou lazer: a internet passava a ser o elo entre sujeitos, serviços,

² Organização Mundial da Saúde.

informações, etc.

Os anos de 2020 e 2021 foram anos de muita insegurança, medos, incertezas e, principalmente, de perdas humanas irreparáveis. Por essa razão, entendemos que seria um período determinante para que cada governante exercesse sua liderança com responsabilidade social, a fim de buscar sanar as desigualdades historicamente marcadas para promover a vida a todos. A pandemia “logo nos primeiros meses, escancarou o abismo racial e de classes que estrutura a sociedade brasileira” (Esteves; Perini; Medeiros, 2021, p. 223).

Podemos dizer que, “Apesar das evidências de saturação, a morte não atinge a todos da mesma forma e nem significa sempre do mesmo modo” (Venturini; Teixeira, 2024, p. 315). Como sustentam as autoras, as pandemias operam por meio de um movimento catastrófico, com mortes em massa, rompendo “com a regularidade dos ritos mortuários e causam grande trauma, dando visibilidade à dificuldade de elaboração do luto individual e coletivo” (Venturini; Teixeira, 2024, p. 319).³

Tendo em conta as condições de produção em que os mais afetados, em número de contágio e de mortes, foram os sujeitos das camadas mais pobres e racializadas, mesmo tomando como pré-construído a questão de “haver subnotificação de dados sobre cor/raça negra nos dados” (Esteves; Perini; Medeiros, 2021, p. 227), compreendemos que houve um descaso das instituições governamentais e a oportunidade de exercer uma liderança com responsabilidade social, no caso da pandemia de COVID-19, no Brasil, foi deixada de lado por motivos econômicos.

Como apontou Orlandi (2021), a pandemia pode ser considerada como um “acontecimento discursivo” que, diante da “regularização discursiva que tende assim a formar a lei da série do legível é sempre suscetível de ruir sobre o peso do acontecimento discursivo novo que vem perturbar a memória”, instaurando o novo, o equívoco (Pêcheux, 1999, p. 52). Como apontou Orlandi (2021) “Sobre tudo que dizemos, para a metaforização dessa ameaça global. Contagiando não só as posições-sujeito, mas também as palavras, os sentidos” (p. 03). A pandemia de COVID-19 como evento internacionalmente declarado pela OMS se estendeu de março de 2020 a maio de 2023, marcando-se em práticas sociais e discursivas.

³ Para maior aprofundamento sobre esse tema ver Venturini e Teixeira (2024).

Destacamos que, em um jogo entre o dito e o não-dito, a propaganda governamental brasileira instalou no corpo social uma “guerra metafórica”, que desencadeou um processo de engajamento dos sujeitos. Esse processo da propaganda ocorre em um movimento em que os sujeitos interpelados ideologicamente “tomarão este ou aquele caminho, seguirão esta ou aquela direção” (Pêcheux, 2015, p. 79). Para o autor, é deste aspecto que deriva a responsabilidade das instituições que fixam e regulam os objetivos do Estado por meio das armas da propaganda.

A título de exemplificação desses movimentos da propaganda que constituem uma discursividade, citamos brevemente o trabalho de Esteves, Perini e Medeiros (2021), que analisaram, a partir de um conjunto de peças publicitárias, o efeito de sentido de “equidade do vírus”, produzidas e veiculadas pelo Governo Federal. No plano imagético, se apresentava uma transição de fotos de uma criança negra, depois de um menino negro e uma menina indígena, enquanto que no enunciado verbal se tem construções como “o novo coronavírus não vê raça, também não vê nacionalidade, nem idade” (p. 221) e “as pessoas afetadas nessa pandemia merecem todo o nosso apoio” (p. 222). Os autores trazem para a discussão o silenciamento em que, pela propaganda governamental, apaga-se o modo distinto pelo qual a pandemia impactou as diferentes camadas da população.⁴

Como encontramos, há um animismo da economia, tratada ideologicamente como se ela fosse um organismo vivo: “Se você ler a grande mídia, a impressão que você tem é que são os ‘mercados ficando nervosos’ que deveriam nos preocupar, e não os milhares de pessoas que morreram e os milhares que ainda não morreram” (Žižek, 2020, p. 46). No Brasil, vemos nas práticas governamentais a preocupação excessiva com a economia, buscando pela continuidade da exploração do trabalhador, o enriquecimento da parcela historicamente privilegiada.

Poderíamos definir a prática ocorrida em cenário brasileiro na ocorrência da pandemia, como sendo uma “desresponsabilidade social”, e que nos impulsionou a propor um gesto de leitura sobre as formas de descaso promovidas e institucionalizados pelas ações e omissões⁵ do Governo Federal, entre os anos de 2020-2021, centralizando as decisões em torno da pandemia nele mesmo, repetindo “eu sou o presidente” (Petri; Venturini, 2020). O interesse pelo objeto de pesquisa se

⁴ Para maior aprofundamento sobre esse tema da propaganda ver Esteves, Perini e Medeiros (2021).

⁵ Ações e omissões se constituem como o objeto da investigação da CPI.

apresentou ao longo do ano de 2021 com a elaboração do projeto de doutorado e foi se desenhando e se remodelando nos anos de 2022 e 2023.

Conforme nos distanciamos temporalmente dos acontecimentos, muitos discursos pararam de produzir sentidos em relação à pandemia e à formação social, deu-se início ao movimento de engavetamento dos acontecimentos, promovendo certo efeito de apagamento próprio do tempo que se materializa nas conversas, nas publicações e nas rotinas pós-pandemia, ao mesmo tempo que se produzem novos efeitos de sentidos na textualização da vida após a pandemia, neste depois que foi tão desejado (Dias, 2021).

Partindo assim do entendimento de que “sentido e sujeitos são produzidos na história, e, em outras palavras, eles são determinados” (Maldidier, 2003, p. 51), colocamos que nossas demandas em torno do estudo sobre as formas de descaso se constituem em um movimento de leitura da pandemia, que materializa e presentifica efeitos de sentido, nem sempre identificáveis. Como uma forma de marcar posição de resistência diante das tantas omissões das lideranças governamentais na condução da crise sanitária, das tantas práticas catastróficas que provocaram a morte dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Assim, nos colocamos em um movimento de descrição desse acontecimento partindo do pressuposto de que estamos diante de um “exercício de ‘presentificar o ausente’, de preencher os furos, as lacunas e os espaços dados à movência do discurso, pela língua/linguagem que instaura efeitos de sentidos” (Venturini; Fernandes, 2021, p. 216).

Desde o início dos casos de COVID-19 no Brasil se concretiza um mecanismo particularmente classista e racista da contaminação, diferentemente da divulgação midiática de um vírus ‘democrático’. No entanto, contraditoriamente, ao discurso homogeneizante, as práticas materiais sustentam que “o cenário inicial do contágio pode ser relacionado às viagens realizadas ao exterior por um grupo privilegiado economicamente” (Lunkes; Sancho; Borges, 2020, p. 53). É desse modo que a classe trabalhadora vai inicialmente ter contato com o vírus: contaminados pela burguesia abastada que o trouxe de suas viagens ao exterior.⁶ Um dos exemplos materiais pode ser recortado do acontecimento da primeira morte no Rio

⁶

Disponível

em:

<<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm#:~:text=Ali%20ela%20trabalhou%20como%20empregada,e%20morreu%20no%20dia%20seguinte>> acesso em 28 jul 2024.

de Janeiro, de uma senhora de 63 anos, cujo trabalho de doméstica acarretou sua contaminação, enquanto cuidava dos padrões doentes por COVID-19.

Esteves, Perini e Medeiros (2021, p. 220) destacam que esse acontecimento pode ser interpretado “como um sintoma de uma formação social capitalista, patriarcal, racializada e profundamente desigual, em que a vida do trabalhador, das classes empobrecidas, da pessoa negra, indígena, LGBTQIA+, do sujeito à margem não importa”. Assim, destacamos que na pandemia se marcam distintas formas de experiência, em que para uns foi uma “gripezinha” e para outros um trauma social causado por perdas irreparáveis de inúmeros familiares e amigos.

A caracterização da luta de classes ocorre “como um processo de reprodução/transformação das relações de produção existentes” (Pêcheux, 2014a, p. 274). Assim, a estruturação do modo de produção capitalista vem a constituir-se por esse duplo movimento, o da reprodução e da transformação, em que, pela repetição de práticas históricas de descaso, se produz a morte de determinadas parcelas da população. Produz, também, um processo de resistência em que esses grupos que se encontram historicamente à margem reivindicam políticas públicas reparatórias, visto que “não há dominação sem resistência” (Pêcheux, 2014a, p. 281).

Sustentamos que, pela reprodução, o mecanismo ideológico do Estado capitalista brasileiro produziu o discurso contra a quarentena e contra o distanciamento social para que a economia não sofresse com a crise sanitária, instalando na formação social a desinformação, o uso de medicamentos ineficazes, o negacionismo, o descrédito da vacina entre outros, como práticas discursivas que, como apontado por Pêcheux (2015), agem à distância por meio da propaganda de estado sobre as massas.

Assim funciona o efeito do enunciado de base da propaganda, como apontou Orlandi (2012, p. 131), “é de x que você precisa”, por um movimento parafrástico colocamos algumas derivações de sentidos:

1. É de trabalho que você precisa;
2. É de tratamento precoce que você precisa;
3. É de imunidade de rebanho que você precisa; entre outras tantas paráfrases que funcionam em oposição;
4. Você não precisa ficar em casa;

5. Você não precisa de vacina.

Assim, compreendemos que pela propaganda do Governo Federal há um processo de produção de um discurso próprio da pandemia, que vem a funcionar com sua eficácia para a continuidade da exploração do trabalho para manter os processos econômicos, em detrimento do isolamento social necessário para a preservação da vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Como apontam Courtine e Marandin (2016, p. 46), “Os discursos são repetidos, ou melhor, há repetições que fazem discursos: é nesse ponto que se conectam a problemática da eficácia ideológica (‘um discurso pega quando o retomamos’)”. As práticas históricas de exploração do trabalhador se repetem.

Desse modo, as formas de descaso são pensadas, nesta tese, na sua discursivização, na relação com as formas de reprodução/transformação, observando a precarização das condições de vida da classe trabalhadora durante a pandemia, mas também os movimentos de resistência. Compreendemos que o processo de transmissão interno do vírus foi impulsionado e acelerado pelo “efeito consequente da desigualdade social e pela precarização dos direitos trabalhistas” (Lunkes; Sancho; Borges, 2020, p. 53), mas que esses mesmos sujeitos em diferentes posições inscreveram, lutaram, opuseram-se, reagiram etc. à morte que foi imposta pela gestão governamental da crise sanitária.

A intersecção de classe trabalhadora, gênero e raça tem importância fundamental para se pensar a questão das formas de descaso, pois os brasileiros não foram todos acometidos de modo igualitário pelo coronavírus. Isso já se materializa desde a primeira onda da doença em território brasileiro, tendo em conta que enquanto uma pequena parcela da população teve acesso à quarentena, empregadas domésticas⁷ e outros trabalhadores precisaram pegar ônibus para se deslocar para seus trabalhos, diariamente, para simplesmente subsistirem.

Com base nessas condições de produção, nossa questão de pesquisa é: Como se constituíram os efeitos de sentido quanto às formas de descaso da crise sanitária de COVID-19, por meio do relatório da CPI da pandemia e de notícias *online*, no período compreendido entre 2020-2021?⁸

Dito isto, avançamos para a próxima seção para apresentar o movimento

⁷ Um exemplo: o romance *Solitária*, de Eliana Alves Cruz (2022), que presentifica a vida de duas mulheres empregadas domésticas, durante a pandemia.

⁸ A retomada da questão de pesquisa, os objetivos, a divisão da tese, bem como a sua descrição foram desenvolvidas na seção 1.2.2 e 1.2.3.

teórico-metodológico que foi estruturado para dar conta da questão de pesquisa.

1.2 CONSTRUINDO UM PERCURSO DE LEITURA DA PANDEMIA DE COVID-19

A presente seção tem como objetivo apresentar o dispositivo teórico-metodológico construído para o estudo das formas de descaso na pandemia de COVID-19, no Brasil, tomando um recorte temporal de 2020-2021. Estrutura-se em três subseções:

- a primeira, intitulada “Para uma leitura não óbvia dos sentidos: do dispositivo teórico-metodológico ao arquivo”, coloca em jogo os mecanismos presentes em discursos, dando visibilidade ao modo como a pesquisa em Análise de Discurso (AD), de vertente Pecheutiana, constitui-se no campo de estudos da linguagem, explicitando o dispositivo teórico-metodológico que resultou na construção do arquivo e, a partir dele os recortes que constituem as análises;

- a segunda, intitulada “Perguntando para buscar efeitos de sentidos... construindo objetivos para análise de práticas sociais”, situa a pergunta de pesquisa e os objetivos da tese;

- a terceira parte, intitulada “da organização da tese”, apresenta uma breve descrição da estrutura do todo da tese.

Com a subdivisão em seções, apresentamos um panorama do modo de organização do texto.

1.2.1 Para uma Leitura não óbvia dos Sentidos: do Dispositivo Teórico-Metodológico ao Arquivo

A perspectiva discursiva ancora-se em um estudo da linguagem que reconhece tanto a materialidade da língua quanto a da história no processo de significação (Orlandi, 2020), estando a língua na sua relação com a história ligada ao processo de interpretação/compreensão. A sustentação da interpretação se dá pela leitura do sujeito, isto é, como aponta Orlandi (2020, p. 39), “a ‘leitura’ é na realidade a construção de um dispositivo teórico (uma leitura) que tem como efeito aprofundar, radicalizar [...] o dito no texto re-significado (interpretado)”.

De modo singular, em Orlandi (2001), encontramos que, no processo de leitura há aquilo que é inteligível, da ordem da codificação; aquilo que é interpretável, processo que leva “em conta o contexto linguístico (coesão)” (p. 115); e aquilo que é compreensível, isto é, “atribuição de sentido considerando o processo de significação no contexto de situação” (p. 115). Portanto, “para chegar à compreensão não basta interpretar, é preciso ir ao contexto de situação (imediate e histórico)” (p. 116), que se constituem como condições de produção.

Como analistas de discurso, nosso gesto de leitura articula-se para atingir a forma material do discurso, o seu funcionamento, que é linguístico-histórico-social. O discurso é o espaço contraditório no qual se encontram as materialidades dos fatos históricos e os efeitos de sentido que deles decorrem. A partir da teoria, compreendemos que ao longo da história sempre houve uma divisão social quanto à leitura, e essa estratificação ocorre em função de que “os aparelhos do poder de nossa sociedade gerem a memória coletiva” (Pêcheux, 2014, p. 59).

É dessa forma, que nos interessa o conceito de materialidade discursiva, que vem a ser o que sustenta a interpretação/compreensão, segundo Pêcheux (2015, p. 151), tomado como “nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as ‘mentalidades’ de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos [...] em uma conjuntura histórica dada”.

O objeto discursivo desta tese considera as condições de produção de um espaço temporal delimitado, que demanda tomar o passado mais remoto - outras pandemias - o passado do tempo delimitado na pesquisa e o ressoar desse acontecimento em discursos do tempo presente que, para serem interpretados/compreendidos em discursos do devir, funcionando como pré-construídos, que retornam em (dis)curso por memórias e ressonâncias.

Diante do exposto sobre o modo como entendemos a produção do sentido, temos condições de avançar, colocando em perspectiva o que entendemos por dispositivo. Agamben (2014), ao retomar Foucault, aponta que o dispositivo está relacionado com a rede que se estabelece entre diferentes elementos de um conjunto heterogêneo, sejam eles discursos, instituições, leis, medidas políticas etc. Portanto, o dispositivo põe em jogo diferentes formas materiais de sentido, de diferentes domínios da formação social, para a compreensão do objeto sobre o qual se debruça o analista.

É neste sentido que Orlandi (2002, p. 60) vai apontar que o dispositivo é a “escuta discursiva (p. 60)”, na qual o analista deve “explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória”. Para Orlandi (2001), “sem teoria não há compreensão” (2001, p. 116) e “não há compreensão sem historicidade” (idem, p. 117), demandando que o analista proponha gestos de leitura. Definimos esse gesto, a partir de Orlandi (2001, p. 116), como a compreensão do discurso, em que se estabelece “uma relação com a cultura, com a história, com o social e com a linguagem, que é atravessada pela reflexão e pela crítica”. Pelo dispositivo, o analista referenda a opacidade da linguagem, compreende o descentramento do sujeito e toma a materialidade da língua e da história como constitutiva do discurso.

Nesse funcionamento, a historicidade tem relação tanto com o conteúdo da história quanto com os seus efeitos de sentido, pois é “constitutiva da produção de sentidos” (Nunes, 2007, p. 373). Desse modo, a partir do arquivo construído e dos recortes demandados pela pergunta de pesquisa, pretendemos compreender o funcionamento da historicidade, que auxilia a traçar “percursos que desfazem cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas” (Nunes, 2007, p. 373-374). A historicidade se apresenta como ‘resto’, funcionando ao mesmo tempo pelo excesso e pela ausência (Venturini; Fernandes, 2021), sustentando que a noção de historicidade constitui-se como o indizível no eixo da formulação, como “o que sobra, mas também o que falta, com vistas às memórias que ressoam por já-ditos que são apagados/esquecidos/explicados” (idem, p. 213).

A historicidade se constitui no eixo da formulação por processos discursivos, tais como paráfrases, metáforas, sinonímias, e não como informações datadas e fechadas, sinalizando a língua na história, referendando, também, que nos discursos do tempo presente, retornam os ditos em outros tempos e lugares. Os gestos de interpretação têm, portanto, relação com o vivido na instauração de efeitos de sentido, pois “os sujeitos se movem entre o real da língua e o da história, produzindo gestos de interpretação [...] que se tecem na historicidade” (Orlandi, 2021, p. 68). Desse modo, nos perguntamos se o dispositivo teórico-metodológico mobilizado nesta tese explicita as formas de descaso na condução de políticas públicas de

assistência aos cidadãos das classes menos privilegiadas presentes no discurso sobre a pandemia de COVID-19.

O dispositivo se constitui por arquivos, dos quais resulta, em consonância com a questão de pesquisa, o corpus discursivo, constituído por processos que demandam questionamentos, pois “o arquivo nunca é dado a priori, e em primeira leitura, seu funcionamento é opaco” (Guilhaumou; Maldidier, 2014, p. 170), encaminhando para diferentes possibilidades de leitura. Para Maldidier (2003, p. 80), o “arquivo coloca a leitura em um horizonte [...] do confronto com os textos sócio-históricos mais diversos” (p. 80). Tendo em conta as considerações desses pesquisadores, compreendemos que o discurso sobre a pandemia é amplamente heterogêneo. Portanto, o processo de construção do arquivo da tese considerou materialidades discursivas⁹ de diferentes formações discursivas. Selecionamos o discurso parlamentar, representado pelo relatório da CPI da Pandemia, e o discurso jornalístico, em notícias disponíveis em portais *online* de diferentes vertentes ideológicas, entre outros.

Fundamentamos essa concepção no que aponta Pêcheux (2009) sobre a heterogeneidade discursiva, “feita de trechos e fragmentos, interessa na medida em que nela podem ser determinadas as condições concretas de existência das contradições pelas quais a história se produz, sob a repetição das memórias ‘estratégicas’” (p. 25). Assim, buscamos materiais linguísticos, que são concebidos discursivamente como “objetos de explicitação de que se serve a teoria discursiva para se construir como tal: os dados são os discursos” (Orlandi, 2020, p. 36).

Encontramos em Pêcheux (2016) que a materialidade discursiva se constitui entre a história, a língua e o inconsciente, resultando, assim, “como heterogeneidade irreduzível: um remoer de falas ouvidas, relatadas ou transcritas, uma profusão de escritos mencionando falas e outros escritos” (Pêcheux, 2016, p. 23-24). Dessa forma, o discurso sobre a pandemia também produz seus efeitos de sentido com base na língua, na história e no inconsciente, vindo a ser esse espaço das múltiplas vozes dimensionadas na formação social.

Entendemos o discurso, ancoradas teoricamente nas definições de Pêcheux, como “‘efeito de sentido’ entre os pontos A e B” (Pêcheux, 2019, p. 39), em que A e

⁹ Entendemos que um corpus quando já recortado se constitui como uma materialidade discursiva, pois não se trata de uma segmentação de um arquivo e nem de uma simples textualidade, como bem nos ensina Orlandi (1984). Quando recortado de um arquivo, o corpus possui redes de memória pelas quais ele significa, mesmo diante do que é silenciado ou não-dito.

B são “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (Pêcheux, 2014, p. 81)¹⁰. Nessa direção, a formação social funciona, no sentido amplo de sociedade, em que se constituem efeitos de sentido decorrentes da permanência e das transformações dos modos de produção econômica.

Orlandi (2020, p. 36) explicita a definição de discurso, salientando que os lugares aos quais se refere Pêcheux (2019) estão sempre ocupados por sujeitos e, assim, a noção de posição-sujeito faz parte do processo de constituição do dispositivo de análise. Essa especificação, presente na teoria pecheutiana, tem importância singular, pois dá conta de que as formações discursivas, sentido e sujeito estão ligados constitutivamente.

O nosso movimento de leitura se ancora no conceito de leitura-trituração, que Pêcheux (2016, p. 25) destaca como necessidade de o analista “decidir não saber nada do que se lê, permanecer estranho à sua própria leitura, acrescentá-la sistematicamente à fragmentação espontânea das sequências, para acabar de liberar a matéria verbal dos restos de sentido que ainda aderem aí”. É neste processo, que se duvida do sistema de evidências e surgem as operações de “Recortar, extrair, deslocar, reaproximar” (p. 25) que constituem o dispositivo de leitura-trituração.

Na teoria do discurso, a pergunta de pesquisa é o fio condutor para a seleção e para a organização de um arquivo, entendido, como encontramos em Pêcheux (2014b, p. 59), “no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”. Podemos considerar as formas de descaso da pandemia de COVID-19 como um tema de ampla abrangência, existindo um vasto campo de materiais disponíveis para a análise. No entanto, fazemos escolhas e recortes que vão constituindo o nosso modo de leitura sobre o objeto.

As escolhas e os recortes realizados em relação ao arquivo não são um reflexo passivo de segmentação, mas ocorrem “dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social” (Guilhaumou; Maldidier, 2014, p.170). Não é tudo sobre as formas de descaso da pandemia que nos interessa, mas sim a questão social e o que se atravessa em suas práticas, especialmente mortes e sequelas decorrentes do evento pandêmico. Compreendemos, por isso,

¹⁰ A tese de Michel Pêcheux foi traduzida, em 2019, por Eni Orlandi e Greciely Costa com o título "Análise Automática do Discurso", mantendo a mesma definição já destaca em "Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux", de Gadet e Hak.

que o recorte realizado no arquivo “permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes” (Guilhaumou; Maldidier, 2014, p. 170)¹¹.

Como apontou Dias (2015, p. 973), a materialidade do arquivo vem a ser “aquilo que faz com que ele [arquivo] signifique de um modo e não de outro, que faz com que ao se deparar com ele, o sujeito o recorte de maneira x e não y. Um mesmo arquivo nunca é o mesmo, por causa da sua materialidade”. Nos acontecimentos de descaso na pandemia, a materialidade vem instalar sentidos na relação do linguístico com o histórico, com o político e com o social, constituindo as condições de produção da discursivização da crise sanitária.

A materialidade do arquivo é descritível e interpretável, constituindo-se por redes de memória, segundo Dias (2015, p. 973), “Se a descrição instala o real da língua (equívoco, falha, eclipse, etc.), a interpretação instala o real da história (contradição), um alternando-se ao outro na própria complexidade do arquivo”. Assim, visando dar conta das formas de descaso da pandemia e de encontrar “aquilo que instala o social no interior do político” (Guilhaumou; Maldidier, 2014, p. 170), propomos um primeiro movimento, estabelecendo um recorte temporal, 2020-2021, caracterizado pela decretação de estado de pandemia, pela necessidade de institucionalização de medidas de proteção social, pela corrida pela vacinação, etc., mas também pela necessidade de investigação das “ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da COVID-19 no Brasil” (Senado, 2021, p. 4).

Em um segundo movimento, propomos um recorte temático, que diz respeito aos efeitos de sentido sobre as formas de descaso. Diante disso, iniciamos uma incursão sobre o vocábulo descaso por meio do entendimento de que defini-lo é um processo de “aceitar a diferença [...] é arriscar; arriscar-se” (Petri; Venturini; Rasia, 2024, p. 61). Assim, apresentamos, na seção a seguir, um movimento de leitura sobre os sentidos dicionarizados, bem como sua relação com a pandemia de COVID-19.

1.2.1.1 Para uma leitura sobre as formas de descaso na pandemia de COVID-19

¹¹ Orlandi (1984) destaca que segmentar é diferente de recortar, já que o analista, ao 'recortar', considera as redes de sentidos e os domínios do conhecimento demandados para que a pergunta de pesquisa seja respondida.

A repetibilidade de sentidos caracteriza os efeitos que decorrem das diferentes condições de produção em que as formas de descaso se apresentam. Desse modo, entendemos como necessário compreender os efeitos de descaso que significam diferentemente em função dos distintos domínios de saber aos quais estão associados. Para podermos definir o que constitui esse elemento simbólico em transformação, partimos da consideração de que “Definir é desenvolver um trabalho de pesquisa, observação/contemplação (sobretudo para verbetes dicionarísticos), acúmulo, elaboração (na produção do conhecimento, teórico e rigoroso), transformação” (Petri; Venturini; Rasia, 2024, p. 61).

Assim, entendemos que *descaso* “é também um ‘já-lá’, um pré-construído do discurso” (Guilhaumou; Maldié, 2014, p. 189), que se constitui no percurso histórico do desenvolvimento da sociedade. Inicialmente, para entendermos os sentidos que se constituem acerca dessa palavra, fomos ao recurso de busca do *Google* e digitamos: “descaso significado”. O buscador, por meio do seu algoritmo, mostrou 178 resultados, divididos em 18 abas. Nas duas primeiras abas, são apresentadas as definições por meio de diferentes dicionários. Entendemos, com base em Petri, Venturini e Rasia (2024, p. 65), que os dicionários surgem “das listas de palavras e da necessidade de guardar o ‘tesouro’ da língua, guardando também os sentidos (em definições, exemplos, remissões, etc.) em funcionamento num dado momento histórico e no interior de um dado grupo social”.

No entanto, nas 16 abas subsequentes, o buscador mostra resultados do emprego da palavra em notícias, trabalhos acadêmicos, letras de músicas e outros materiais, inscrevendo a palavra em determinados domínios de saber. Vale destacar que essa saturação apresentada pela inesgotabilidade de sentidos, que se apresentam nos 178 resultados para uma única palavra, é da ordem de uma memória metálica, entendida como o que “funciona pela quantidade, pela possibilidade de armazenamento e processamento de dados” (Dias, 2018, p. 161).

Mesmo com a infinidade de dados, a compreensão é da ordem da incompletude, ainda que fosse possível a leitura de todos os resultados e a sistematização das repetibilidades e rupturas, haveria lacunas que se materializaram no processo de leitura do arquivo armazenado na rede. A totalidade da compreensão sobre qualquer material significativo é sempre da ordem do impossível. Para Dias (2015):

[...] os dados fornecidos pela máquina ao sujeito não estão em relação com o que este se propõe a partir deles. No caso de um buscador, como o Google, por exemplo, é preciso atentar para isso e não subestimar o “fato da língua” na leitura do arquivo. Em outros termos, não tomar como uma evidência do arquivo o resultado da busca, porque ela não é mais do que dados em relação algorítmica numa memória metálica. É preciso, no entanto, atentar para as correspondências que esses “dados” engendram em nós, o que já se dá a partir de uma filiação à memória histórica, de um trabalho do arquivo. (Dias, 2015, p. 974)

Iniciamos nossa incursão com o primeiro resultado, o *feedback* da plataforma, que pertence ao *Oxford Languages*. No espaço, ainda da página de busca, se materializa o sentido em que *descaso* está relacionado com procedimento próprio daquele que não dá importância ou atenção a; apontando também para o efeito de desconsideração, desdém, desprezo. Esse primeiro resultado, que é sistematizado pelo buscador no topo da página, representa um efeito de sentido que majoritariamente se lê quando se realiza uma busca *online* de palavras, pois tem esse caráter sintético e rápido da internet.

Abrindo o site do primeiro dicionário sugerido na busca, Dicio.com¹², temos que *descaso* corresponde a um substantivo masculino, possuindo sentido de desprezo, sendo um comportamento próprio da pessoa que não se importa, que não dá atenção, que age com indiferença. Aparece, também, com o significado de desconsideração; ausência de cuidado, de atenção. Das duas definições já apresentadas, compreendemos no nível da repetição de sentidos a questão de *descaso* ser da ordem do não se importar ou não dar importância, como uma ação de desconsiderar, desprezar, não dar atenção e ser uma ausência de atenção. Desse modo, queremos construir um primeiro gesto de interpretação sobre o que consideramos na proposição das *formas de descaso*, enquanto o modo como o *descaso* toma corpo nas práticas sociais do Governo Federal, funciona por meio de paráfrases como: as formas de o Governo Federal não se importar com a morte do povo brasileiro, as formas de o Governo Federal não dar importância à morte do povo brasileiro.

No site do segundo dicionário sugerido pelo *Google*, Dicionário *Priberam*¹³, o *descaso* está definido como a ação de demonstrar desinteresse, mas também como desrespeito ou desleixo. Aparece ainda com o sentido de ser igual a negligência, e

¹² Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/descaso/>> Acesso em: 20 ago. 2024.

¹³ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/descaso>> Acesso em: 20 ago. 2024.

diferente de: cuidado, dedicação, interesse, precaução. Destacamos que, tal qual o dicionário DICIO, aparece a relação com a palavra cuidado, *descaso* significa ausência de cuidado e é diferente de cuidado. Ainda sobressai o efeito de sentido de duas outras possibilidades: que *descaso* é desrespeito e negligência. Assim, produzimos alguns efeitos de paráfrase que derivam do sentido estabilizado de *descaso*, funcionando em nossa leitura como: a forma de o Governo Federal se ausentar do cuidado do povo brasileiro, bem como a forma negligente do Governo Federal agir para promover a sua saúde.

No site do terceiro dicionário sugerido na busca, Dicionário Aulete¹⁴, o sentido de *descaso* desdobra-se em dois aspectos. O primeiro coloca que *descaso* é “falta de atenção, cuidado, consideração ou zelo (que denota desprezo ou desprezo por algo ou alguém); Desconsideração; Desprezo” (Aulete, 2024). O segundo sentido diz que é “ação ou comportamento que revelam descaso” (Aulete, 2024). Apontamos que a segunda definição do dicionário Aulete tem uma importância singular para o presente estudo, pois, ao se considerar a pandemia de COVID-19, várias práticas podem revelar o *descaso*, como por exemplo, falta de políticas públicas eficazes para as parcelas das classes baixas da sociedade brasileira.

No quarto site colocado na lista do *Google*, Sinônimos: dicionário *online* de sinônimos¹⁵, temos que há pelo menos 20 sinônimos para *descaso*, categorizados em dois sentidos amplos à palavra *descaso*. O primeiro sentido apresentado diz respeito à falta de consideração, sendo os sinônimos dessa categoria: “desconsideração, desprezo, desdém, menosprezo, menoscabo, despreço, desatenção, indiferença, pouco-caso” (Sinônimos, 2024). O segundo sentido corresponde aos comportamentos e atitudes negligentes, sendo eles “negligência, desleixo, descuido, desmazelo, abandono, desinteresse, displicência, inadvertência, descuro, omissão, frieza” (Sinônimos, 2024).

As definições, anteriormente apresentadas, funcionam como uma memória discursiva das possibilidades sobre o que se caracteriza por *descaso* e estão disponíveis como sentidos possíveis. A palavra *descaso*, como preconiza a AD - Análise de Discurso -, está aberta a sentidos outros desde o interdiscurso, entendido como sendo uma “memória estabilizada, [...] a que não esquece e que produz efeitos do já-significado” (Orlandi, 2012, p. 136). Outro movimento é o de considerar

¹⁴ Disponível em: <<https://www.aulete.com.br/descaso>> Acesso em: 20 ago. 2024.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.sinonimos.com.br/descaso/>> Acesso em 28 ago 2024.

a etimologia da palavra *descaso*, cujo prefixo *des-*, de origem latina, carrega os efeitos de negação ou oposição. Enquanto *caso*, tem seus efeitos derivados do latim *casus*, que significa acontecimento, ocorrência. Para nossa leitura, produzimos, assim, uma relação de que *descaso* funciona nesse espaço de negação do estatuto de acontecimento da gravidade da pandemia, uma oposição da ocorrência das mortes aos milhares, que criaram um trauma social, pois, para o presidente, não era da sua preocupação, pois ele não era coveiro¹⁶.

Importante destacarmos, com base em Petri, Venturini e Rasia (2024), que o processo de definir é um movimento ligado à história, ao social e ao político, por entenderem a definição como “sempre-já histórica e teoricamente determinada” (p. 68). O efeito de sentido se produz em função da relação concreta da palavra com a formação discursiva na qual ela foi empregada ou está sendo relacionada. É assim que as formas de *descaso* vão sendo mobilizadas na nossa leitura sobre a pandemia, construindo os sentidos em um processo de estabilização e deslizos dos efeitos que se apresentam a partir do linguístico e do histórico.

Cabe, assim, apresentarmos que tomamos a formação discursiva (FD) “como heterogênea em relação a si mesma: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável” (Courtine; Marandin, 2016, p. 39). Para os autores, o discurso “se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função das questões da luta ideológica”. Diante das nossas filiações ideológicas, significamos as formas de *descaso* nesse espaço de falha do Governo Federal em promover a vida do povo brasileiro, práticas que sobrepuseram os interesses econômicos à vida dos trabalhadores.

Em nossa formação discursiva, o *descaso* materializa efeitos na sua relação com a exploração da classe trabalhadora, em que em meio à pandemia precisou trabalhar e se contaminar, pois era da ordem do impossível cumprir o isolamento e o distanciamento social. Enquanto que na formação discursiva ocupada pelo presidente Bolsonaro, o *descaso* funciona em relação à economia, decorrente da tensão gerada pelo agravamento da crise econômica. No *descaso*, o vírus e os trabalhadores funcionam juntos, prejudicando a economia, em meio à pandemia, quando exigem a quarentena e as formas de seguridade social.

¹⁶

Disponível

em:

<

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nao-sou-coveiro-diz-bolsonaro-ao-ser-questionado-por-mortes-por-COVID-19/> > Acesso em 28 ago 2024.

Nesta tese, os diferentes sentidos dicionarizados sinalizam, no processo de análise, que em determinados materiais a palavra *descaso* é significada por diferentes processos discursivos, tais como metáforas, metonímias, sinonímias e paráfrases que encaminham para o sentido de *descaso*, instaurando redes de memória. Desse modo, é possível recortar “enunciados que podem-se constituir como ‘alternativas’, ‘equivalentes’ ao longo do processo de significação” (Orlandi, 2012, p. 135), sinalizando a constituição de famílias parafrásticas.

Teoricamente, a paráfrase discursiva é apresentada como uma mudança lexical. Courtine e Marandin (2016, p. 36) descrevem o seu funcionamento como sendo “uma variação regulada na ordem do mesmo e da repetição, isto é, na ordem do pré-construído como repetição do mesmo, reiteração do idêntico, em um espaço onde repetição e retomada se confundem”. No entanto, Pêcheux (2019, p. 53) coloca em suspenso o funcionamento da repetição, trazendo a divisão e a possibilidade de sentidos outros quando assevera que “sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva”. Tendo em conta Pêcheux (1999, 2014a), consideramos que, a partir de enunciados-base que funcionam materialmente, que sustentam os efeitos da paráfrase discursiva, o discurso se constitui por uma base linguística e por processos discursivos. Nessa direção, Courtine (1999, p. 18) sustenta que, “para trabalhar com a categoria de discurso, é necessário ser linguista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo”.

Desse modo, o interdiscurso funciona como o lugar da saturação (Pêcheux, 2014a), sendo inacessível ao sujeito na ordem do consciente, inscrevendo-se no seu discurso, conforme Indursky (2011). Maldidier (2003, p. 51) coloca que o interdiscurso “designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição”. Disso podemos afirmar que é pelas tomadas de posição do sujeito e pela sua filiação ideológica que os saberes retornam ao intradiscurso, simulando que o sujeito sabe do que fala. É por conta disso que, em Análise de Discurso, o interdiscurso é o já-dito que intervém na produção de sentidos de todo enunciado. Assim, para a interpretação/compreensão das sequências discursivas linearizadas no nosso recorte, conduzimos as análises, trazendo as formas de *descaso* historicamente já significadas desde o interdiscurso, reforçando e legitimando um

discurso sedimentado que impactou na vida de milhares de brasileiros, ocasionando mortes e traumas no corpo social.

Uma sequência discursiva “[...] só pode ser estudada se ela for posta em relação com o interdiscurso que a envolve. É necessário construir um *corpus* que permita esta colocação em relação” (Maldidier, 2003, p. 85). A ancoragem para a leitura pressupõe colocar os sentidos em relações, com o histórico, com o social e com o político que são constitutivos do discurso. É por essa razão que conseguimos produzir o deslocamento do termo *descaso* para as ‘formas de descaso’ que estão sempre significadas a partir das condições de produção, em que o linguístico e o histórico intervêm.

Conforme Maldidier (2003), a efervescência das pesquisas em Análise de Discurso inscreveu a questão do *corpus* em dois sentidos: como sentido *lato* em que “o corpus permitia a relação de sequências discursivas singulares com suas redes de memória, a abertura sobre um espaço interdiscursivo” e como sentido estrito em que o “corpus não remetia mais [...] a uma decisão definitiva” (Maldidier, 2003, p. 93). Esse movimento preconizado por Pêcheux caracteriza a “[...] produção ‘em espiral’ de reconfiguração do corpus”. Para Dias (2015, p. 972), o *corpus* define-se como “um conjunto de formulações produzido pelo próprio processo de interpretação do discurso, no confronto com o arquivo”. A autora aponta que, para a construção de um corpus sobre uma determinada questão ou acontecimento, precisamos considerar o “recorte de formulações feitas em certas condições de produção, que levam em conta a linguagem e a situação” (Dias, 2015, p. 973).

Desse modo, como o sentido das formas de descaso foi construído com base no batimento entre a teoria e a análise do arquivo, propomos, a partir da leitura do relatório final da CPI da Pandemia, a compreensão através da repetibilidade de quais formas de descaso foram significadas a partir da investigação da CPI e, com base nessas formas pré-construídas, empreendemos o recorte de sequências discursivas do relatório, bem como dos portais de notícias online. Compreendemos, com base na Análise de Discurso, que nosso dispositivo vem colocar em funcionamento “as estratégias discursivas que se desenrolam no acontecimento” (Guilhaumou; Maldidier, 2014, p. 190).

Partimos dos portais de notícias: Revista Piauí, Cartacapital, Jovem Pan e CNN Brasil, realizando pesquisa sobre o acontecimento no buscador de cada

plataforma, e organizamos as notícias correspondentes ao período de 2020-2021 que o apresentam para compreendermos os modos como essa forma de descaso produziu seus efeitos na pandemia em diferentes portais. Buscamos com essa metodologia as versões, os pagamentos, etc. das formas de descaso na pandemia que “circulando, constituem um sítio de significação, objeto de múltiplas interpretações” (Orlandi, 2021, p. 7).

Para Dias (2015, p. 975), ao se construir um arquivo de pesquisa com materiais digitais, deve-se atentar para algumas características dessa modalidade discursiva, quais sejam:

- temporalidade: constituída por outros paradigmas que escapam a qualquer cronologia. O tempo do digital é o do acesso e da circulação. Um arquivo digital é sempre atual ou, melhor dizendo, passível de atualização pelo acesso. [...]
- instabilidade do arquivo: diz respeito à sua mutabilidade. É comum lidarmos com sites, textos, blogs, vídeos, etc. que sofrem atualização ou ficam indisponíveis.
- dimensão e heterogeneidade do arquivo: lidamos com uma infinidade de textos na internet. Quantidade. Paráfrase.
- autoria: muitas vezes nos deparamos com materiais que não têm um “nome de autor” ou uma chancela institucional e temos que descartá-los pela demanda de “legitimidade” do arquivo.

Nesse sentido, os materiais desta tese pertencem a um universo discursivo não estabilizado logicamente (Pêcheux, 1998, 24). O autor salienta que os discursos desse universo “são próprios ao espaço sócio-histórico dos rituais ideológicos, dos discursos filosóficos, dos enunciados políticos, da esfera cultural e estética”. Tanto o relatório final da CPI quanto as notícias dos portais selecionados implicam em significar que a “ambiguidade e o equívoco constituem um fato estrutural incontornável” (Pêcheux, 1998, p. 24).

A escolha dos portais foi adotada como forma de contrapor as posições ideologicamente antagônicas representadas pelo primeiro grupo com a revista Piauí e a CartaCapital, posicionados mais à esquerda, e o segundo grupo, Jovem Pan e CNN Brasil, alinhados mais à direita. Esse paralelo tem como objetivo mostrar a heterogeneidade constitutiva da discursivização da pandemia no que se refere às formas de descaso à classe trabalhadora nas ações e omissões do governo para, assim, sustentarmos a compreensão/interpretação das formas de descaso por meio dos efeitos parafrásticos derivados das sequências discursivas com base na historicidade.

Como assevera Pêcheux (2014a), a produção discursiva se constitui a partir da interpelação ideológica dos diferentes sujeitos, identificados com distintas posições da formação social. Ele estabelece que essa interpelação, enquanto um ritual, uma prática regulada, controlada sistematicamente pelas formas historicamente estabilizadas da sociedade, supõe o reconhecimento de que “não há ritual sem falhas; esquecimentos e brechas” (idem, p. 277). Isto é, por maior que seja o controle exercido pela ideologia dominante, ela não prescinde da ocorrência de rupturas que venham a constituir novas práticas.

Sendo assim, é com base nas falhas, nos deslizamentos, que o sentido também se produz, deixando marcas e traços da “‘forma-sujeito’ ideológica, identificada com a evidência de um sentido” (Pêcheux, 2014a, p. 277). Nosso empreendimento de interpretação/compreensão pressupõe que as falhas no ritual ideológico da promoção do descaso deixam na materialidade da língua sentidos sustentados pelas posições-sujeitos próprias da formação social capitalista, que, como espaço contraditório, instaura formas de resistência, de luta e de oposição ao modo de condução da pandemia de COVID-19 no Brasil.

Montamos um modelo descritivo do dispositivo: primeiramente a partir da leitura do relatório final da CPI da pandemia e recortamos uma sequência discursiva (SD1) que caracterizamos como SD de referência, funcionando na discursivização da pandemia:

SD1: “Com efeito, a crise em Manaus mostrou fatos graves de desrespeito à condição humana” (Brasil, 2021, p. 1141).

Nessa sequência, o acontecimento em disputa por sentidos é a condução da crise sanitária em Manaus. Desse modo, nos quatro portais citados acima, pesquisamos por “Manaus COVID-19” para filtrar as notícias sobre o tema. Como resultado, encontramos: na Revista Piauí 72 resultados; na Carta Capital 20 resultados; na Jovem Pan 100 resultados; e, na CNN 400 resultados. A partir dos títulos das notícias, realizamos a leitura e a seleção de modos de discursivização que circularam durante os anos de 2020-2021.

Com base na seleção feita pelos títulos e datas das notícias, passamos a um segundo movimento, em que, pela leitura das notícias, pudemos recortar sequências

discursivas, nas quais ressoam efeitos de sentido sobre as formas de descaso da pandemia brasileira, em um processo de repetibilidade, mas também de ruptura. Com base na historicidade construída sobre o acontecimento, buscamos sustentar o efeito de sentidos parafrásticos da SD. O arquivo foi construído em caráter de montagem, tendo por base a organização das sequências discursivas advindas do relatório final da CPI da Pandemia. A partir do estabelecimento da forma de descaso da pandemia, que já se encontrava linearizada na redação do relatório, construímos o arquivo de notícias sobre o tema.

As notícias foram escolhidas a partir dos títulos e de suas datas de publicação (2020-2021), selecionando-as para a leitura completa daquelas que apresentaram o objeto a ser analisado, isto é, a forma de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce e a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina. Com base nessas notícias, são recortadas sequências representativas dos efeitos das formas de descaso, olhando a discursividade, as escolhas, os apagamentos, o trabalho da ideologia para produzir sentidos nos diferentes portais de notícias, alicerçando-nos na teoria do discurso para compreender os efeitos de sentidos e sustentar a interpretação/compreensão que produzimos por meio do nosso dispositivo de leitura. Para darmos conta do que se apresentava em nosso *corpus*, decidimos por agrupar as SDs em quadros em função do que chamamos de funcionamento, o que foi aprofundando nossas análises sobre as formas de descaso em questão.

Levando em consideração as variadas dimensões das formas de descaso da pandemia e das possibilidades distintas de modos de significar esses acontecimentos, destacamos que “o sujeito do discurso não tem domínio da memória discursiva, seja ela o interdiscurso ou a formação discursiva que afeta o seu dizer. Em função disso, sua narrativa está sujeita a furos, distorções e, mesmo, a desconhecimento de fatos” (Indursky, 2021, p. 19). Essa particularidade se relaciona também ao fato de que o interdiscurso, como o já-dito, se constitui pelas diferentes formações sociais ao longo da história. Há sentidos que funcionam desde as formas feudais e outros que se constroem a partir da modernidade, sustentando efeitos de sentidos nesta ou naquela formação discursiva. Assim, colocamos que a formação discursiva não se constitui a partir de um bloco uno e homogêneo, mas sim “é dividida, não idêntica a si mesma” (Maldidier, 2003, p. 65).

Indursky (2016, p. 38) apresenta que “frente a saberes em circulação, o sujeito os interpreta à luz da formação discursiva com que se identifica e é em função de sua captura ideológica que vai posicionar-se e interpretar tais saberes para poder produzir sua escrita”. Há sempre a possibilidade de outras leituras e de outros efeitos de sentidos que as condições de produção próprias do período da pandemia sustentaram, mas também novos sentidos que se atualizam pela rede de relações estabelecidas no arquivo da presente pesquisa.

A memória fluida, como explica Indursky (2021, p. 19-20), embora atravessada pelo imaginário de completude, “é construída à medida que, ao rememorar os acontecimentos vividos ou que nos foram relatados, salientamos alguns pontos que mais nos afetaram, enquanto outros permanecem ‘esquecidos’, ignorados, censurados [...] no interdiscurso”. O processo de construção da leitura sobre as formas de descaso constitui-se também em um processo lacunar, estruturando-se pela incompletude própria do discurso. Isso porque “O sujeito do discurso, em suas práticas discursivas, relaciona-se com uma memória social inscrita em práticas” (Indursky, 2016, p. 43). O sujeito não tem controle sobre a memória fluida, construída socialmente, em diferentes formações discursivas. Por ser esburacada e heterogênea, faz parte do processo de interpretação do arquivo:

Se a prática discursiva da escrita é marcada pelo esquecimento e pelas lacunas da memória fluida, o sujeito em sua prática é suscetível de se desviar de sentidos com que se identifica, produzindo deslocamentos entre formações discursivas. Tais movimentos do sujeito abrem a possibilidade de mobilizar fios discursivos estranhos à formação discursiva que afeta o sujeito e incorporá-los à sua escrita, entrelaçando o memorável ao estranho, ao desconhecido (Indursky, 2016, p. 43).

As sequências discursivas, entendidas como recortes do arquivo, são sempre resultados do trabalho do analista, pelo fato de que “eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico” (Orlandi, 2020, p. 37). Nos nossos gestos de interpretação/compreensão, intervém sempre a teoria do discurso, explicitando o funcionamento dos sentidos a partir das sequências discursivas, o que teoricamente corresponde à discursividade, ligada à exterioridade “pensando sua forma material, deslocando também a própria noção de social, de histórico, de ideológico” (Orlandi, 2020, p. 28).

Desse modo, para atingirmos a discursividade, ou seja, o “como um objeto

simbólico produz sentido” (Orlandi, 2002, p. 66), devemos, enquanto analistas, “observar o modo de construção, a estruturação, o modo de circulação e os diferentes gestos de leitura que constituem os sentidos do texto” (p. 67). Com base nos vestígios decorrentes desse movimento, avançamos ao processo discursivo¹⁷, entendido como “processos de produção do discurso” (Maldidier, 2003, p. 22), que passa a considerar as formações discursivas, a relação com a ideologia que são constitutivas da produção de sentidos. O dispositivo de leitura mobilizado ancora-se em Pêcheux (2014a) para quem “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe” (Pêcheux, 2014a, p. 82). Assim, na estrutura social materialmente existente nas práticas da pandemia de COVID-19, há aqueles que desfrutam de privilégios e aqueles que padeceram com a precarização do trabalho e o direito à vida, estando marcados linguisticamente nos discursos disponíveis sobre a crise sanitária.

Para a leitura das formas de descaso e suas delimitações, perguntamos: “descaso com quem?” e consideramos o percurso histórico, marcado pela precarização das condições de vida das populações pobres no Brasil, pela dificuldade quanto à moradia, ao acesso à saúde, à educação, à segurança.

1.2.2 Perguntando para buscar efeitos de sentidos... construindo objetivos para a análise de práticas sociais

O trabalho de cada pesquisador, como aponta Orlandi (2002, p. 62), é particular e único em função de dois elementos: (1) da questão de pesquisa e (2) “dos materiais de análise que constituem o seu *corpus* e ele visa compreender”. A questão de pesquisa desta tese é: Como se constituíram os efeitos de sentido quanto às formas de descaso da crise sanitária de COVID-19, por meio do relatório da CPI da pandemia e de notícias *online*, no período compreendido entre 2020-2021? E, para respondê-la, buscamos compreender os efeitos de sentido que ressoam como memória na formação social brasileira no que se refere ao que postulamos como sendo as formas de descaso na condução da pandemia de COVID-19, no Brasil, nos anos de 2020 e 2021.

Esse objetivo demandou a problematização dos modos de condução das

¹⁷ Segundo Pêcheux (2014a, p. 148) “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas etc., que funcionam entre elementos linguísticos - ‘significantes- em uma formação discursiva dada”

grandes epidemias e pandemias da história da humanidade, analisando os efeitos de sentido de descaso à vida em meio às crises sanitárias, sinalizando as repetibilidades e o que rompe com os já-ditos, o que nos levou a significar algumas formas de descaso. Entendendo que no discurso retornam memórias e discursos já-ditos em outros tempos e lugares, revisitamos o percurso histórico da legislação que regulamenta as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) para compreender, em específico, o funcionamento da CPI da pandemia, na qual ressoam as formas de descaso com a classe trabalhadora da sociedade brasileira.

Diante da discursivização das formas de descaso no relatório final da CPI, mapeamos as estratégias mobilizadas em portais de notícias, selecionando as de circulação *online* durante os anos de 2020-2021, das quais recortamos sequências discursivas sobre as práticas que incidem sobre a vida da classe trabalhadora durante a pandemia, sublinhando repetibilidades e rupturas que redundam em equívocos. A partir desse levantamento, passamos ao movimento de agrupamento das SDs pelo funcionamento discursivo que elas representam quanto às formas de descaso. Desse modo, organizamos o *corpus* e analisamos as sequências discursivas recortadas a fim de colocar em suspenso o funcionamento da língua na história na construção de efeitos de realidade e de veracidade do que ressoou no discurso em circulação durante os anos de 2020-2021.

O percurso teórico-metodológico instaurou no texto de tese e no sujeito analista a ilusão de originalidade, de coerência e de unidade, que redundou na chegada provisória de resultados e de conclusões.

1.2.3 Da organização da tese

No intuito de sermos *gentis* com o leitor (Petri, 2023, p. 40) da presente pesquisa, apresentamos a seguir a sua organização, explicitando a divisão dos capítulos e os objetivos que cada parte tem em particular e na sua relação com o todo da tese.

1.2.3.1 História e Memória Discursiva Sobre o Descaso em Epidemias e Pandemias

A humanidade passou por diversas epidemias e pandemias ao longo da

história, o modo como cada época lidou com a transmissão, a cura e a morte pelas doenças marcam práticas sociais que se repetem e se transformam no curso da existência. Entendemos como necessária a elaboração de um estudo da ocorrência de crises sanitárias e suas consequências sociais no curso da história humana, visando à compreensão das formas de descaso que se articulam e se repetem, produzindo sentidos sobre as parcelas menos privilegiadas e sempre em desvantagem quanto à permanência de suas vidas.

O movimento de seleção de dados sobre as crises sanitárias está organizado, partindo da sequência temporal, do passado ao presente, considerando as ocorrências mais recentes do século XX ao XXI que afetaram o Brasil, considerando dados de outros momentos sócio-históricos que são significantes, a fim de articular uma visão sobre a repetibilidade de acontecimentos desastrosos que acometeram a classe menos privilegiada, resultando na morte massiva dessa camada social. A leitura da repetibilidade se dá teoricamente, ancorada no sentido de interdiscurso e de memória discursiva como o já-lá que irrompe, produzindo sentidos.

Compreendemos na leitura do percurso histórico das crises epidemiológicas um aliado ao dispositivo de interpretação/compreensão de sentidos sobre as formas de descaso na pandemia de COVID-19, visto que eles se cristalizam ao longo da história, e o que foi dito em outro tempo histórico intervém no que é dito nas condições de produção da contemporaneidade. Dito de outra forma, as práticas sociais estabelecidas em outros períodos da história tendem a reinscrever-se nas práticas contemporâneas pela repetição, sem excluir a possibilidade de ruptura e de deriva.

O movimento de leitura histórica foi elaborado em um percurso costurado com a teoria da Análise de Discurso, sustentando nossa interpretação/compreensão dos acontecimentos. Fizemos intervir conceitos teóricos pertinentes, como interdiscurso, memória discursiva, historicidade, acontecimento discursivo, recortando-os e fundamentando os efeitos de sentido sobre o objeto recortado para análise.

1.2.3.2 Da Institucionalização das Comissões Parlamentares de Inquérito ao Relatório da CPI da Pandemia: Olhares às Condições de Produção do Discurso

Sobre a pandemia de COVID-19, muito se falou e escreveu de muitas

perspectivas e em diferentes meios de circulação. No entanto, abranger essa totalidade é da ordem do impossível. Capturadas pela necessidade de construir uma leitura sobre a pandemia, aos poucos e nem sempre propositalmente, fomos nos relacionando com materiais diversos, e uns nos afetaram mais do que outros. É nesse contexto que o *descaso* vai se mostrando e nos interessando como um disparador. Em 2023, encontramos o relatório final da CPI da Pandemia, e a partir dele estabelece-se uma possível leitura do acontecimento, sustentando as formas de descaso, que funcionam como um observatório do espaço contraditório e heterogêneo pelo qual discutimos a questão das desigualdades e da exclusão social aprofundadas pela Pandemia de COVID-19, no Brasil.

O capítulo apresenta três seções, sendo que a primeira delinea um percurso da constitucionalidade de uma CPI, descrevendo as alterações ao longo dos 70 anos da sua institucionalização na estrutura parlamentar, suas alterações por meio da atualização e inclusão de novos trechos, comparando redações e explicitando os movimentos da história do Brasil. Novamente, se propõe uma leitura ancorada na Análise de Discurso, fazendo-se um movimento de ida à teoria para se sustentar os sentidos, tendo-se a presença dos conceitos de condições de produção como estruturante do movimento de montagem do capítulo.

Na segunda seção, avançamos no que tange às condições de produção da CPI da Pandemia, no ano de 2021, explicitando as práticas políticas e jurídicas que se estabeleceram para que esse instrumento viesse a ser posto em pauta. Assim, estruturamos duas subseções, a primeira que descreve a análise das disputas políticas e ideológicas antes da instalação da CPI. A segunda, que descreve o movimento de ocorrência da CPI da pandemia, em uma leitura que se estrutura no percurso temporal do começo das reuniões até o seu encerramento, observando quem foram os depoentes e quais pautas foram se desenhando ao longo das reuniões.

Na terceira seção, adentramos na leitura e na compreensão sobre o relatório final da CPI da pandemia, apontando para o movimento de recorte das formas de descaso representativas na atuação e omissão governamental, que sustentam o movimento de análise a que nos propomos.

1.2.3.3 Das Formas de Descaso na Pandemia de COVID-19

O relatório, apesar de sua extensão, fez-nos refletir sobre a necessidade de um retorno a 2020, por meio da elaboração de um arquivo de notícias sobre os acontecimentos que nos capturaram na leitura e no recorte das sequências discursivas sobre as formas de descaso na pandemia. Assim, considerando dois portais de notícias que fazem parte da leitura de fruição da autora da tese, a Revista Piauí e a CartaCapital, e outros dois portais que representam uma posição ideológica mais alinhada com a direita, Jovem Pan e CNN, buscamos estabelecer uma rede de memórias dos modos como os acontecimentos das ações e das omissões governamentais foram noticiadas, produzindo, nesse movimento, uma operação de fragmentação do dito, para deslocar e reaproximar os sentidos (Pêcheux, 2016).

O capítulo apresenta duas seções, a primeira corresponde às análises das sequências discursivas sobre a forma do descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce. Nesta seção, empreendemos uma leitura dos funcionamentos em dois grupos de sequências discursivas, o primeiro traz SDs do relatório da CPI da pandemia e de notícias da Revista Piauí e da CartaCapital, e o segundo traz SDs de notícias da CNN Brasil e Jovem Pan. A pesquisa buscou apreender os efeitos de sentidos produzidos a partir da forma de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce, compreendendo-a a partir dos funcionamentos discursivos que se repetiram institucionalmente, promovendo a contaminação e a morte do povo brasileiro.

A segunda seção corresponde às análises das sequências discursivas sobre a forma do descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina e, nesta parte, realizamos uma leitura dos funcionamentos em dois grupos de sequências discursivas: 1) SDs recortadas de notícias da Revista Piauí e da CartaCapital; 2) SDs do Relatório da CPI e de notícias da CNN Brasil e Jovem Pan. Em nossa pesquisa, priorizamos os funcionamentos discursivos que sustentam a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina, compreendendo-a como um mecanismo institucional na promoção da falta de conscientização sobre a imunização, resultando no atraso na superação da pandemia.

1.2.3.4 Pontos de Chegada em Suspensão

Neste capítulo, propomos alguns pontos de fechamento sobre os resultados dos nossos movimentos de análise. Para tanto, retomamos os pontos fundamentais da tese que instauraram sentidos na nossa leitura, para demonstrarmos o percurso que autoriza nossas tomadas de posição quanto às formas de descaso da pandemia de COVID-19. Sustentamos ainda alguns pontos de interesse para pesquisas futuras, novos olhares sobre o arquivo que construímos.

Dito isto, avançamos para o próximo capítulo, desenvolvendo o recorte histórico sobre as epidemias e pandemias ao longo dos séculos XX e XXI, buscando propor uma leitura sobre as formas de descaso em meio a crises sanitárias no passado recente da nossa sociedade.

2 HISTÓRIA E MEMÓRIA DISCURSIVA SOBRE O DESCASO EM EPIDEMIAS E PANDEMIAS

As preces feitas nos santuários, ou os apelos aos oráculos e atitudes semelhantes foram todas inúteis, e afinal a população desistiu delas, vencida pelo flagelo (Tucídides, p. 115).

Iniciamos o presente capítulo com a epígrafe acima por corresponder a uma das primeiras epidemias da sociedade ocidental, a peste de Atenas (430-427 a.C.). As pandemias caracterizam-se por causar um trauma social, a desesperança toma corpo em meio à mortandade, e a população desfalece. A compreensão que gostaríamos de produzir, a partir dessa epígrafe, diz respeito ao modo como a sociedade se estruturou ao longo dos séculos, muitas vezes, buscando a ajuda espiritual e sobrenatural para a superação de um agente material que à época era desconhecido. Com os avanços das pesquisas científicas dos séculos XX e XXI, doenças causadas por bactérias, vírus, protozoários etc. passam a ser enfrentadas apenas quando há um esforço material dos governantes para sua superação, com práticas sanitárias eficientes, como saneamento básico, quarentenas, vacinação, entre outras práticas. Esse movimento de transformação das mentalidades é significativo, pois há sempre repetibilidades e rupturas neste processo.

Neste capítulo, propomo-nos a discorrer sobre a ocorrência de epidemias e de pandemias que marcaram a história da humanidade, focando na discursivização sobre o atendimento das populações afetadas pelas doenças. A fim de percorrer os efeitos de evidências produzidas pela discursivização das situações de calamidade, buscamos ler na descrição dos acontecimentos a ocorrência das formas de descaso que acometeram as classes menos privilegiadas de cada sociedade.

Para tanto, recorreremos à historicidade sobre epidemias e pandemias e, a partir destes materiais disponíveis, visamos compreender/interpretar os modos de repetibilidade das práticas sociais no que se refere ao enfrentamento das calamidades sanitárias. Portanto, nosso dispositivo de compreensão/interpretação dos acontecimentos históricos demandou trazer da teoria da Análise de Discurso os conceitos de memória discursiva e de interdiscurso, na sua relação com outros conceitos relacionados, para sustentar os efeitos de sentido das formas de descaso ao longo da história das epidemias e pandemias.

Inicialmente, colocamos o que tomamos por acontecimento histórico, definido por Pêcheux (1999, p. 49), como “um elemento histórico descontínuo e exterior”. Desse modo, sustentamos a interpretação de que não se está diante de um sistema puramente de causas e efeitos, mas de contingências que irrompem nas práticas sociais. O autor sustenta que o papel da memória conduz a “abordar as condições (mecanismos, processos) nas quais um acontecimento histórico [...] é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna no espaço potencial de coerência própria a uma memória” (Pêcheux, 1999, p. 49-50). Ao analista se impõe, antes de tudo, o estudo dos modos de funcionamento discursivo que instalam a permanência de determinados sentidos, e não outros, dos acontecimentos, no social e no histórico.

Com base nesse autor, o sentido adotado para memória não é tomado como sendo a memória psicologista, como o que é pertencente ao indivíduo biológico, fruto da experiência particular que constitui uma coleção de vivências de uma pessoa. A memória aqui é uma rede complexa constituída pelo entrecruzamento da “memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (Pêcheux, 1999, p. 50). Assim, após nossa leitura de pandemias desde 400 a.C. até as contemporâneas, mobilizamos o recorte das crises sanitárias do século XIX ao século XXI por compreenderem a historicidade das práticas em solo brasileiro, visto que consideramos as condições materiais e os adventos da ciência mais recentes como significantes para as análises. Dito isso, podemos avançar à leitura sobre a Gripe Espanhola.

2.1 GRIPE ESPANHOLA (1918)

A Gripe Espanhola foi causada por uma variação do vírus H1N1 e recebeu esse nome em função de, à época, a Espanha ter feito a divulgação da doença para o mundo, devido à sua condição de neutralidade na Primeira Guerra Mundial, que facilitava o trabalho da imprensa de informar sobre a presença de um novo agente letal. No ano de 1918, a gripe “espalhou-se pelas trincheiras e quartéis da Primeira Guerra Mundial e alcançou o mundo inteiro” (Cerqueira; Axt; Ferreira, 2021, p. 26).

As condições em que o mundo se encontrava, com anos de combate armado, eram já complexas e favoreciam amplamente para que uma ameaça sanitária se instalasse e se propagasse, transformando completamente a sociedade da época.

Como encontramos nos dados sobre a gripe, “A letalidade [...] foi assustadora, pois em menos de um ano estima-se que cerca de 25 a 50 milhões de pessoas morreram em decorrência da doença” (Ferreira, 2021b, p. 308). A autora destaca que, na história da humanidade, não houve nenhum outro acontecimento que vitimou tantos seres humanos em um período tão curto de tempo.

Como em outros momentos de crises sanitárias, na Gripe Espanhola, também ocorreram estágios de “negação, do pânico, da mobilização e, finalmente, do alívio” (Cerqueira; Axt; Ferreira, 2021, p. 26). Na época, os países que estavam participando diretamente da Primeira Guerra Mundial proibiram a divulgação da epidemia no intuito de manter o desempenho das tropas nos confrontos. Essa proibição, na perspectiva do discurso, se constitui pela ideologia no campo dos interesses hegemônicos, produzindo “x” sentidos e não outros. Nas palavras de Orlandi (2007, p. 97), “Pela ideologia há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulação [...] em que são construídas transparências para ser interpretadas por determinações históricas que aparecem, no entanto, como evidências empíricas”. A simulação via ideologia do quadro de gravidade da doença produziu efeitos de sentidos próprios, provocando o negacionismo como uma das formas de descaso dessa pandemia.

O negacionismo se constitui por processos ideológicos que se relacionam à questão da interpretação dos acontecimentos, sustentando-se sobre um sistema de evidências que funcionam construindo sentidos como “naturais”, de acordo com Orlandi (2007). Resulta desse aspecto que “se considera como natural o que é fabricado pela história” (Orlandi, 2007, p. 97). Colocamo-nos, nesse processo interpretativo do acontecimento, contrastando as versões e os sentidos, capturadas pela leitura das formas de descaso instauradas a cada pandemia.

A partir desse breve panorama global, iniciamos nosso recorte sobre a presença da gripe espanhola em território brasileiro. Houve, primeiramente, uma fase negacionista e, em seguida, uma postura de minimização da gravidade e dos impactos ocasionados pela gripe, em que parte significativa “da imprensa começa a referir-se à pandemia como uma gripe comum, que não passa de uma ‘gripezinha’” (Ferreira, 2021b, p. 309). Como comentou a autora, esse é um ponto de repetibilidade na discursivização da pandemia de COVID-19 no Brasil.

Apesar do movimento da censura e da desinformação promovida pelas instituições da época, houve também algumas cidades que tomaram importantes medidas para combatê-la: “impondo quarentenas, isolamentos sociais, construindo hospitais, recomendando a higienização frequente das mãos e difundindo o uso de máscaras, o que lhes permitiu sair mais cedo da calamidade, com menos perda de vidas” (Cerqueira; Axt; Ferreira, 2021, p. 26).

Produziram-se, pelo funcionamento de processos ideológicos, modos contraditórios de significar os acontecimentos durante a ocorrência da pandemia. Ferreira (2021b, p. 309) destaca a atuação de dois grupos que se contrapunham na produção de sentidos, sendo que:

[...] um que enfatiza a gravidade da situação e que cobra do poder público ações para diminuir o impacto da epidemia e proteger a população da disseminação do contágio; e outro grupo, associado ao poder público, que procura minimizar a virulência e a mortalidade da epidemia, afirmando então, que o primeiro grupo teria como objetivo instalar o terror e desestabilizar o governo, levantando a teoria de que existem setores da sociedade mal-intencionados incentivando o medo e o alarmismo.

Durante as crises pandêmicas, são recorrentes as disputas de sentidos e disseminação de informações desconstruídas e inverídicas, que desestabilizam a população pelo trabalho da ideologia, que produz evidências e impede tomadas de posição. Em 1918, não se tinha o conhecimento científico suficiente para explicar com assertividade a transmissão do vírus, muito menos havia medicamentos eficazes para o tratamento da Gripe Espanhola.

Como aponta Ferreira (2021b, p. 310), “O hospital era considerado uma das últimas opções, sendo visto como um lugar para se esperar a morte mais do que um espaço de tratamento de doenças”. Trata-se da ideologia, funcionando como uma simulação do real sócio-histórico, na “interpretação de sentido em certa direção, esta determinada pela história” (Orlandi, 2007, p. 97). Devido à falta de condições do sistema de saúde da época, o efeito de sentido que se sustenta nas práticas sociais é o da instituição de saúde como um lugar de morte, por um lado, em função de não se ter um sistema que atenda à população e, por outro, pela falta de práticas científicas eficientes para a ocorrência de uma emergência do nível da gripe espanhola.

No caso brasileiro, as condições sócio-históricas indicam que “Nenhuma estratégia de combate à moléstia foi previamente montada para socorrer a

população. Muitas foram as deficiências das estruturas sanitárias e de saúde reveladas durante o período pandêmico” (Goulart, 2005, p. 106). Nessa mesma direção, Ferreira (2021b) destaca que, devido à condição de incerteza, era comum que a população buscasse os meios que lhe eram possíveis, recorrendo aos médicos, mas também a curandeiros e benzedeadoras.

Sobre o comportamento social, na cidade do Rio de Janeiro, Goulart (2005) salienta que “Rapidamente, a cidade se viu vacilar à beira de um colapso. Faltavam alimentos, remédios, médicos, hospitais que recolhessem os doentes mais graves. Remédios e alimentos foram alvo de superfaturamento” (Goulart, 2005, p. 106). Além disso, “Um a um dos já precários serviços públicos foram entrando em colapso: limpeza das ruas, abastecimento de água, circulação de trens para os subúrbios da cidade e, por fim, o enterramento” (Marques, 2020, p. 209). Pela rede de memórias se estabelecem os sentidos de comportamentos que se repetiram no Brasil em 2020. O medo do desabastecimento gerou a falta de produtos nos mercados e o aumento dos preços, pois a população passou a comprar em grandes quantidades para estocar em suas casas. Produtos como papel higiênico e alimentos não perecíveis sumiram rapidamente das prateleiras.

Retornando a 1918, Ferreira (2021b) comenta que, no início do mês de outubro, em Pelotas, os jornais começaram a divulgar algumas medidas para diminuir o contágio. As medidas higiênicas e profiláticas foram: “evitar a permanência em lugares fechados, onde haja aglomeração de pessoas ou onde haja doentes do mal, arejar as habitações e lugares de trabalho, usar ‘preparações desinfectantes’ das vias nasais e garganta” (Ferreira, 2021b, p. 310). Os jornais da Bahia também foram importantes difusores de informações sobre a doença. Como apontou Souza (2008, p. 966), o Diário da Bahia divulgou, em 29 de outubro, que os médicos já tinham a compreensão de que “[...] os indivíduos infectados tornavam-se agentes disseminadores ao expelirem no ambiente esputos ou perdigotos contaminados”.

Junto à informação sobre novos comportamentos que precisavam ser adotados para evitar a contaminação, como aponta a autora, em outubro, os jornais continuavam minimizando a gravidade da epidemia. Informavam que não havia “motivo para pânico, que em cinco ou seis dias o enfermo estaria bom, a Gripe Espanhola não seria mais que a nossa velha e conhecida influenza” (Ferreira,

2021b, p. 311). No fim de outubro, a imprensa começa a divulgar manchetes como: “A ‘influenza hespanhola’ – A epidemia alastra-se – A Santa Casa já não tem mais lugar para os enfermos”. (Ferreira, 2021b, p. 312).

Problematizamos com esse caso da divulgação das informações da mídia com o que Pêcheux (1999, p. 53) coloca como sendo competência do dispositivo da Análise de Discurso no processo de leitura/compreensão/interpretação dos acontecimentos. Para o autor, “compele cada vez mais a análise de discurso, se distanciar das evidências da proposição, da frase e da estabilidade parafrástica e a interrogar os efeitos materiais de montagem de sequências”. Assim, a implicação do trabalho do analista deve estar justamente nos modos de funcionamento da linguagem na relação com o real sócio-histórico, em que as práticas sociais estão em estado de repetição/seriação regulando o que pode e deve ser dito.

No caso do Rio de Janeiro, a mesma imprensa que minimizou a gripe, posteriormente, iniciou um movimento de questionamento sobre as condutas dos governantes diante do colapso do sistema. Goulart (2005) apresenta uma situação peculiar: “Em 16 de outubro de 1918, o diretor da Saúde Pública pedia em vão a censura dos jornais que acabavam por incutir crescente pânico na sociedade carioca e ameaçavam a preservação da ordem pública” (Goulart, 2005, p. 118). Diante da crescente insatisfação popular com a situação da pandemia, toma-se uma medida irrelevante para combater a gripe, a censura da informação, como se com isso a população parasse de sofrer e de morrer com a doença.

Para sustentar os efeitos de sentido sobre a fala do diretor da Saúde Pública, ancoramo-nos no que nos apresenta Orlandi (2007, p. 99) sobre a língua de espuma. Para a autora, a “língua de espuma trabalha o poder de silenciar”, está institucionalizada nos aparelhos ideológicos de Estado, calando os sentidos, impedindo que eles produzam seus efeitos no corpo social. A prática de tentativa de censura da imprensa funciona, nesse sentido, como uma forma de descaso, pois quer simular o real sócio-histórico, culpabilizando a mídia de promover o pânico, sem considerar a necessidade de informação da população em geral sobre a gravidade da doença.

Além do atendimento hospitalar não comportar o número crescente de doentes, cabe lembrar que, à época, não se tinha uma estrutura de saúde pública como se tem hoje. Os documentos mostram que a mortandade era tão aguda que o

sistema funerário também colapsou: “Pouco a pouco, as ruas da cidade se transformaram em um mar de insepultos, pela falta de coveiros para enterrar os corpos e de caixões onde sepultá-los” (Goulart, 2005, p.106). Por esse fato ressoa um dos diferentes casos da pandemia de COVID-19, em que foram utilizadas câmaras frigoríficas para armazenar os corpos das vítimas, pois não havia estrutura para comportar tantos enterros simultâneos.

Sobre os tratamentos para a gripe, a imprensa fez a divulgação de tratamentos milagrosos que pretendiam curar a doença: “ingestão de quinino, rama de maracujá, flor de sabugueiro, quitoco, e outros da farmacopéia indígena” (Ferreira, 2021b, p.314). Sobre esta questão, Marques (2020, p. 213) destaca que “um jornal da época fez a recomendação de se consumir sal de quinino em doses entre 25 a 500 centigramas, no intervalo entre as refeições”. Como consequência, o medicamento “cedo desapareceu das farmácias”. O incentivo ao uso de quinino ressoa na memória recente da condução da pandemia de COVID-19, pois houve a promoção deliberada do uso de cloroquina como uma cura aos infectados, bem como um remédio que preveniria a doença. Esse foi um caso prototípico do descaso governamental que será analisado em momento oportuno.

A Gripe espanhola acometia uma “[...] faixa etária incomum (vitimava adultos jovens)” (Souza, 2008, p. 952). Segundo Ferreira (2021b, p. 317), “A faixa etária mais atingida pela epidemia foi a situada entre 20 e 29 anos”. Como colocou Goulart (2005), o fato de haver ocorrência de óbitos entre todos os grupos etários e sociais produziu o sentido de que ela era ‘democrática’. Esse fenômeno ressoa em uma rede de sentidos, pois houve um discurso circulando muito ativamente em 2020, que a COVID-19 contaminava todos sem distinção etária, de gênero, raça etc. No caso da pandemia de 2020-2021, o argumento do vírus democrático foi rebatido, pois, embora o coronavírus não escolhesse a quem atacaria, foram as precárias condições de vida de determinadas parcelas da população que promoveram, no caso brasileiro, o contágio e a morte mais acentuados das camadas pobres e periféricas do sistema econômico. Esse mesmo fenômeno foi percebido no período da gripe espanhola: “[a gripe] Foi especialmente violenta em áreas que apresentavam deficiente estrutura sanitária, como os subúrbios e cortiços espalhados pela cidade, e sobre indivíduos com deficiências nutricionais e de saúde” (Goulart, 2005, p. 111). Essa questão também foi debatida por Marques (2020, p.

214-215), indicando que “Pelos subúrbios, onde vivia a maior parte da população pobre, quem chorava os mortos também padecia da falta de trabalho e de comida”.

Esse e outros aspectos discutidos anteriormente corroboram o efeito de sentido de que a memória é “necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux, 1999, p. 56). A memória é, portanto, o espaço contraditório em que estão os discursos já ditos, esquecidos e cristalizados, funcionando como constitutiva das variadas práticas sociais nos diferentes segmentos da sociedade. Orlandi (2017, p. 94) aponta que “os mesmos fatos, coisas e seres têm sentidos diferentes, de acordo com suas condições de existência de produção”. Essa diferenciação vai se delineando pelo processo da luta de classes em que “há um imaginário social que vai constituindo direções para esses sentidos, hierarquizando-os, valorizando uns em detrimento de outros de acordo com as relações de força e de poder que presidem a vida social” (Orlandi, 2017, p. 94).

Goulart (2005) salienta que as possíveis medidas de quarentena e o isolamento para o combate à contaminação representavam à época estratégias “antinaturais”, pois desregulam a dinâmica produtiva e organizacional das cidades, o que ocasionou um amplo debate em torno do autoritarismo em adotar tais medidas e em torno das perdas de liberdades civis. Esse aspecto entra em relação com o discurso difundido durante a pandemia de COVID-19, que debatia sobre a vacinação, sendo que uma parte da sociedade defendia a obrigatoriedade, enquanto outra argumentava que cada sujeito tem sua liberdade para escolher se vacinar. Essas questões são aprofundadas no capítulo de análise das formas de descaso da pandemia de COVID-19, como um processo de produção dos discursos, no qual “o enunciável é exterior ao sujeito enunciador” (Courtine, 1999, p. 18). Compreendemos que, se o debate sobre a vacinação na contemporaneidade desconsidera o senso coletivo de proteção e visa o negacionismo, é porque esse discurso já circulou antes em outro lugar, produzindo sentidos.

Para encerrar essa breve abordagem sobre a pandemia de gripe espanhola, colocamos as conclusões que Marques (2020, p. 215) apontou em seu trabalho: “A epidemia de 1918 tornou evidente a profunda desigualdade social e racial do país. Tornou evidente a precariedade dos serviços públicos, mesmo os poucos que eram

prestados”. Podemos, portanto, estabelecer uma rede de sentidos com a pandemia de COVID-19, ressaltando que ela também acentuou as mazelas estruturais da sociedade brasileira.

A tomada de consciência acerca das desigualdades evidentes, colocadas por Marques (2020), é lida por nós como efeitos no discurso, funcionando em determinadas formações discursivas, que se identificam com as formas-sujeito que defendem a igualdade social. No entanto, em outras FDs, os sujeitos buscam instituir simulações da aceitação das igualdades, constituindo pelo funcionamento da ideologia um simulacro de igualdade e de liberdade.

2.2 TUBERCULOSE

A tuberculose mostra-se como sendo uma das doenças mais antigas da humanidade, “é uma doença infectocontagiosa, causada por uma bactéria chamada *Mycobacterium tuberculosis* ou bacilo de Koch (em homenagem a seu descobridor, Robert Koch)” (Gill, 2021, p. 277), que preocupa as autoridades dos países em desenvolvimento até a contemporaneidade. Os primeiros vestígios do bacilo foram identificados em corpos mumificados de 3700 a.C., de modo que, antes de focarmos a situação da tuberculose no contexto brasileiro, trazemos um breve percurso da doença ao longo da história.

Na Idade Média, entendemos, ancoradas em Ricon-Ferraz (2020, p. 4), que a Europa em sua totalidade sofreu perdas permanentes com a doença. Nesse período da história, a documentação sobre o quadro epidemiológico da tuberculose se deve a uma superstição religiosa associada aos monarcas cristãos, aos quais “atribuíram-se poder de cura” (Rosemberg, 1999, p. 6-7). É por essa razão que a tuberculose era conhecida como “Mal Real”, pela tradição francesa e inglesa da interposição do toque do Rei na cura da doença (Ricon-Ferraz, 2020).

Avançando ao período da revolução industrial, ao fim do século XVIII, as péssimas condições das cidades impuseram um processo dramático quanto à contaminação de tuberculose “Multidões operárias concentraram-se nos maiores centros urbanos; adultos e crianças, laborando 15 e mais horas por dia, amontoados em mansardas, subalimentados, vivendo abaixo da condição humana, foram vitimados aos magotes pela tuberculose” (Rosemberg, 1999, p. 7). No século XIX, a

letalidade da doença na Europa continuou elevada: “a mortalidade tuberculosa nas capitais europeias ia de 400 a 600 por 100 mil, atingindo 30% da mortalidade geral” (Rosemberg, 1999, p. 7).

Outro momento do agravamento no quadro epidemiológico da doença se deu durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tomando como exemplo, na Alemanha cerca de 50.000 combatentes se infectaram com a doença, enquanto na França cerca de 80.000 contraíram tuberculose: “muitos dos quais perambulavam pelas ruas por não haver mínimas condições de hospitalização” (Rosemberg, 1999, p. 7). O autor ainda destaca que a história das conquistas territoriais, seja por guerras ou pelas colonizações, “[...] levou também o bacilo da tuberculose, contaminando os nativos, os quais, sem defesas imunitárias, tiveram grandes contingentes dizimados” (Rosemberg, 1999, p. 7). O autor faz um recorte no caso da colonização do território brasileiro: “vieram jesuítas e colonos, na maioria tuberculosos, para cá atraídos e destacados pelos ‘benefícios do clima ameno’. Eles contaminaram os índios, tuberculizando-os em massa, na primeira fase da colonização” (idem, p. 7).

Em nossa tese, inscrevemos as práticas sociais do passado no tempo presente, buscando pelas repetibilidades, que são fundamentais para a leitura da história das pandemias, pois sustentam a questão da discursivização como um encontro entre uma memória e uma atualidade, que pode resultar em acontecimentos discursivos, como o que irrompe como novo, a novidade em meio ao que vinha sendo posto na formação social.

Para finalizar o breve percurso, colocamos que muito recentemente houve um surto de tuberculose, na década de 1990, em que entre 30 e 35 milhões de pessoas morreram da doença no mundo. Em 1993, a “OMS declarou a tuberculose como uma emergência de saúde pública global” (Brasil, 2017, p. 25). Rosemberg (1999, p. 7) reflete que “De toda essa legião anônima, não há registros dos seus sofrimentos, dramas e tragédias. Só temos números. Frias cifras”. Algo comum pôde ser vivenciado na pandemia de coronavírus, a espetacularização dos milhares de mortos diários se sobressaiu nas manchetes das notícias, criando um efeito de apagamento da subjetividade de cada uma das vidas perdidas e isso sustenta o efeito de sentido de democratização do vírus, como enfocado anteriormente.

Assim, como fechamento deste breve percurso, colocamos que o funcionamento discursivo se sustenta a partir da linguagem na sua relação com as práticas sócio-históricas concretas. Quando não há práticas que indiquem preocupação com a ampla camada de sujeitos que estão economicamente à margem e ausentes dos discursos, resulta em um processo de tentativa de apagamento das suas presenças na história. Como asseverou Rosemberg (1999), na tuberculose, embora tenha havido vítimas em todas as camadas sociais, “sempre feriu mais contundentemente os segmentos pobres, e hoje, no contexto mundial, está essencialmente confinada aos países em desenvolvimento” (Rosemberg, 1999, p. 6). Destaca-se que o “Brasil é um dos países com maior número de casos no mundo” (Brasil, 2017, p. 5).

Para chegarmos a esse quadro dramático na contemporaneidade, há todo um histórico de práticas arraigadas na estrutura da sociedade. As condições materiais do final do século XIX indicavam um momento em que “o Brasil enfrentava sérios problemas sociais [...]” (Nascimento; Ferreira, 2013, p. 322). Os grandes centros urbanos tiveram um grande aumento populacional e como consequência a ocorrência frequente de epidemias e de mortalidade, especialmente de crianças. As moradias eram precárias e insalubres, facilitando a propagação da tuberculose.

Os mais atingidos no quadro brasileiro eram as pessoas mais pobres e é por isso que a tuberculose “passou a ter um tratamento estigmatizado e preconceituoso” (Prince, 2022, p. 21). Dentre as práticas adotadas “estava o confinamento em uma instituição, seja ela uma pensão ou um sanatório, validando assim a sua condição de ser portador de uma moléstia contagiosa” (Prince, 2022, p. 21). A doença significada institucionalmente é uma regularidade que produz um efeito de estigmatização, que varia de acordo com as condições de produção, tendo em vista que as regularidades, apesar da repetibilidade, rompem com o já-dito, instaurando o novo, sinalizando para a eficácia ideológica dentro de uma determinada FD. Para Courtine e Marandin (2016, p. 51),

[...] a eficácia ideológica é um processo mais ou menos regulada polimorfo nos discursos cotidianos, ritualizado nos discursos do aparelho em que as palavras se tomam na rede das reformulações: repetição no modo do reconhecimento de enunciados e no modo do desconhecimento do interdiscurso.

A memória, portanto, funciona pela regularização, mas quando retorna no fio do discurso, é passível do equívoco, que rompe com “o princípio da univocidade na língua” e não é localizável nela pelo sujeito “como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história” (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 64). Destacamos, deste modo, que determinados aspectos sobre a tuberculose podem se encontrar em um estado de suspensão próprio do movimento de interpretação/compreensão dos acontecimentos históricos e da discursivização pelo linguístico.

As medidas profiláticas adotadas foram a “fiscalização e vigilância da população em geral, em especial as classes menos favorecidas, consideradas como perigosas, por serem propagadoras da tuberculose” (Prince, 2022, p. 24). Colocamos que os termos “população em geral” vêm a produzir o efeito de sentido diferente do que comumente se tem por geral, pois funcionam diferentemente nas práticas materiais que se seguem no trecho recortado, em que se problematiza que são as classes menos favorecidas que precisam ser fiscalizadas e vigiadas devido à periculosidade da propagação de doenças.

A Liga Paulista Contra a Tuberculose era a instituição governamental responsável por realizar o enfrentamento à doença. No caso do estado de São Paulo, uma de suas iniciativas, além da propaganda sanitária para a formação da consciência higiênica, em 1904, foi o dispensário, cuja atuação estava na “distribuição de leite, pão e carne, além de medicamentos, como óleo de fígado de bacalhau, fortificantes e anticatarrais” (Prince, 2022, p. 28). O autor sublinha, também, que o dispensário “auxiliava no pagamento do aluguel das moradias das pessoas que estivessem com a moléstia, impedidos de trabalharem” (Prince, 2022, p. 28). A atuação da junta médica do dispensário consistia em visitas frequentes aos tuberculosos “e logo após a inscrição do doente no dispensário, um médico inspecionaria sua casa, e forneceria instruções quanto à higiene, alimentação e aos cuidados que deveriam ser seguidos pela família” (Prince, 2022, p. 28). Com isso se consolida o mecanismo de fiscalização e vigilância como profilaxia vigente.

Nesse funcionamento, o Estado considerava as camadas sociais menos favorecidas como perigosas devido à incidência de altas taxas de contaminação e de morte por doenças nesse segmento da população. No entanto, não buscou combater as causas dessa epidemia, nem promoveu a melhoria das condições de

salubridade nas cidades. Limitou-se a impor um sistema de fiscalização e vigilância e nem sempre eficaz devido às precárias condições materiais dos doentes. Além das condições de insalubridade das moradias, destacadas anteriormente, presentificamos a atuação da Liga Brasileira contra a Tuberculose na investigação das fábricas de tecido, constatando que “tanto o ambiente altamente insalubre quanto o processo de trabalho nas fábricas contribuíram para o acometimento e propagação da tuberculose entre homens, mulheres e crianças operárias” (Nascimento; Ferreira, 2013, p. 329).

Essas considerações possibilitam que se compreenda que cada formação social tem um funcionamento que lhe é próprio e isso se dá a partir de sujeitos inscritos em formações discursivas, assumindo no interior delas uma forma-sujeito com a qual se identificam, se contra-identificam ou se des-identificam. É importante presentificar que nas formações sociais há instituições que pelo jogo de forças determinam as formas de controle dos sujeitos. No que tange à tuberculose, no início do século XX, o sentido de descaso funciona por esse controle, que muitas vezes silencia as práticas de insalubridade e falta de condições de vida da maioria das pessoas, dificultando o controle da doença. Desde o interdiscurso se repetem discursos de denúncia em torno da dominação das elites sobre os sujeitos minorizados, mas é preciso “apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual [...]” (Pêcheux, 2014a, p. 277) e a urgência de “ousar se revoltar” (Pêcheux, 2014c, p. 22).

A tuberculose, sob a dominância do modo de produção capitalista, estigmatiza as classes pobres como portadoras da doença, vetores de transmissão de um mal que à época não tinha cura, instaurando efeitos de evidência de que esses segmentos sociais são responsáveis pela disseminação da doença e apagam as falhas na atuação do Estado. A análise dessas práticas nos permite compreender, a partir de Pêcheux (2014a, p. 277), a existência de ‘brechas’ no discurso que dá visibilidade à doença por meio de palavras, sinalizando o funcionamento metafórico como “o ponto em que o ritual se ‘estilhaça’ no lapso”.

Nas condições sócio-históricas brasileiras, a doença passou por um longo período de negligência, tendo a população sofrido com a falta de tratamento e de iniciativas governamentais. Um dado interessante é que apenas no início do século XX se consolidou a ideia de que “a tuberculose era um mal social” (Gill, 2021, p.

278). No entanto, esse reconhecimento não representou uma efetiva mudança no paradigma estabelecido.

A atuação do poder público ressoa no tempo presente e constitui distintos efeitos de sentidos, pois, quando o Governo Federal articulou na pandemia de COVID-19 uma extensiva propaganda contra o isolamento social, retornam memórias e discursos similares ao da condução da tuberculose, instituindo que, pela liberdade individual, cada brasileiro poderia fazer suas escolhas, simulando um espaço de liberdade, inexistente nas formas de exploração capitalista.

2.3 VARÍOLA

A varíola é uma doença causada por infecção viral, o agente responsável pela contaminação é um *ortopoxvírus*. Segundo a historiografia, “teria surgido na Índia, sendo descrita na Ásia e na África desde antes da era cristã” (Schatzmayr, 2001, p. 1526). Sua chegada à Europa deu-se já na era cristã: “a varíola atingia segmentos amplos da população, deixando um rastro de mortes, cegueira e cicatrizes irreversíveis” (Schatzmayr, 2001, p. 1526). Como apontou Rezende (2009, p. 227), é possível compreender que “no século XVIII houve, somente na Europa, sessenta milhões de vítimas de varíola”.

A doença flagelou as sociedades por muitos séculos, na China, há cerca de 1000 d.C., houve registro de uma “prática da inoculação contra a Varíola com o pó triturado das crostas de doentes com formas moderadas da doença, introduzido no nariz” (Schatzmayr, 2001, p. 1526). Em relação à inoculação, Ricon-Ferraz (2020, p. 2) assevera que esse procedimento “[...] era ainda tradição na Índia, no Médio Oriente e em África. Esta forma precoce de imunização em prática em diferentes partes do Mundo constitui um importante legado epidémico”. A varíola foi utilizada como uma arma biológica, principalmente durante a colonização dos povos nativos da América. De acordo com Gazêta (2006, p. 30), a doença existia na Europa e na Ásia, mas “não era conhecida no Novo Mundo antes da chegada dos europeus, e, quando apareceu neste continente, provocou devastadoras epidemias”. Como apontou Schatzmayr (2001, p. 1526), “foi seguramente a principal responsável pela derrota dos astecas, que não possuíam qualquer imunidade contra a doença”.

Em solo brasileiro, “a varíola foi referida pela primeira vez em 1563, na Ilha de Itaparica, na Bahia, disseminando-se para Salvador e causando grande número de casos e óbitos, principalmente entre os indígenas” (Schatzmayr, 2001, p. 1526), causando cerca de trinta mil mortes. Especialmente de indígenas que eram particularmente vulneráveis, dizimando tribos inteiras, conforme Rezende (2009).

Ao longo da história, algumas sociedades como na Ásia e na África desenvolveram a “prática de se infectar pessoas sadias que se queria imunizar contra a varíola, com material obtido de lesões de casos menos graves da doença, técnica denominada variolização” (Schatzmayr, 2001, p. 1526). No entanto, essa prática provocava, muitas vezes, “a ocorrência de casos ‘graves’ em parte dos vacinados e a eventual transmissão de outras doenças” (Schatzmayr, 2001, p. 1526), gerando preocupação na formação social. Esse quadro veio a se alterar a partir do ano de 1796, em que o médico Edward Jenner “inoculou pus de lesões de Varíola bovina, que induzia uma forma mais suave da doença, e impedia o contágio pela Varíola, pela criação de imunidade” (Ricon-Ferraz, 2020, p. 2).

Decorrente da inoculação, surgiu a vacinação como uma nova prática social. O responsável pela descoberta investigou empiricamente e experimentalmente “que ordenhadores, em contato com lesões de pele e úbere de bovinos, não se infectavam com a varíola ou apresentavam uma forma bem mais branda da doença” (Schatzmayr, 2001, p. 1526). A hipótese era de que, “quando os ordenhadores adquiriam um tipo de varíola mais branda dos animais, tornavam-se imunes à enfermidade” (Silva, 2022, p. 276). Assim, em 1796, “Jenner coletou material de uma lesão pustular nas mãos de uma ordenhadora de nome Sarah Nelmes e o inoculou na pele de James Phillips, vacinando-o contra a varíola” (Schatzmayr, 2001, p. 1526).

Foi dessa experiência que surge a vacina como um acontecimento discursivo, conforme Pêcheux (1999), desregulando os sentidos, provocando profundas alterações na FD (Indursky, 2008). A partir da pústula da vaca se obtinha um produto que passou a ser chamado de vacina, ao se inocular a vacina nos seres humanos, fazia surgir, no local das inoculações, erupções semelhantes à varíola e, por conseguinte, dessas erupções, se retirava “o ‘pus vaccínico’, utilizado para novas inoculações. Formava-se, assim, uma cadeia de imunização entre homens, funcionando o *cowpox* da vaca como um primeiro agente imunizador, e o homem

como produtor e disseminador da vacina” (Gazêta, 2006, p. 32). Essa prática passou a ser amplamente incentivada pelos governos, pois trazia significativos impactos no combate à doença. A descoberta de “Jenner modificou as práticas de controle da doença e a variolização foi sendo pouco a pouco substituída pela prática de vacinação” (Gazêta, 2006, p. 33).

A leitura sobre o processo da descoberta da imunização indica um longo percurso de repetibilidade de práticas, bem como um momento de ruptura significativa com o saber já estabelecido. Se não houvesse a ruptura entre a variolação e a vacina, na mudança da utilização do vírus que acomete os bovinos na inoculação de humanos, provavelmente a erradicação da doença, anos depois, não seria possível. Com base em Indursky (2011, p. 71), entendemos que “a repetição pode levar a um deslizamento, a uma resignificação, a uma quebra do regime de regularização dos sentidos”. Ao passo que se repetiram alguns dos procedimentos da variolação, como exemplo a curetagem do material infeccioso da pessoa para inocular outra, a quebra do regime por meio da utilização do vírus bovino altera significativamente o quadro da doença.

No caso do Brasil, as primeiras amostras de vírus para a vacinação foram “utilizadas principalmente na proteção de famílias nobres” (Schatzmayr, 2001, p. 1526). Segundo estudo de Gazêta (2006, p. 36), a “vacina chegou ao Brasil em 1804, vinda de Portugal. Foi transportada pelo processo de inoculação braço a braço”. A autora faz referência a outro estudo sustentando que, para a vacina chegar em solo brasileiro, “[...] seis meninos escravos foram enviados à Lisboa, e de regresso, no navio, vacinados em seqüência (*sic*), a fim de preservar a vitalidade do vírus. Pelo mesmo sistema, a vacina foi transferida para o Rio de Janeiro e, depois, para São Paulo” (Risi, 1968, p. 130 *apud* Gazêta, 2006, p. 36).

O sistema de práticas que regulam a sociedade está sujeito às formações ideológicas que constituem determinado momento histórico. No caso do período em que a vacinação chega ao Brasil, a escravidão ainda era um modelo forte nas relações de produção de riquezas do país. É nesse sentido que se naturalizava a prática anteriormente recortada em que seres humanos, em específico, meninos negros, são utilizados como ‘recipiente’ para transporte do vírus para que a classe abastada brasileira tivesse acesso à imunização via vacinação.

A prática da vacinação pessoa a pessoa só se altera no fim do século XIX, nas palavras da autora:

No último quartel do século XIX, esta forma de vacinação caíria em desuso com o desenvolvimento da vacina animal. Esta mantinha o mesmo princípio da técnica precedente – obtenção de imunidade através da inoculação de doença semelhante – só que era replicada a partir das próprias pústulas das vacas (posteriormente, a partir da pele de vitelos) (Gazeta, 2006, p. 33).

Gazeta (2006, p. 36) assinalou que a exigência da inoculação via vacinação foi “pela primeira vez, estabelecida no município do Rio de Janeiro em 1832, pelo Código de Posturas, no qual era normatizado o uso da vacinação, tornando-a obrigatória, e a não-vacinação, passível de multa”. Essa obrigatoriedade em realidade não se efetivou por vários anos, alguns aspectos que dificultavam a promoção da vacina eram falta de imunizantes, lendas urbanas como a de que a pessoa vacinada adquiriria feições bovinas, entre outros fatores.

O Brasil, à época, era conhecido como “túmulo de estrangeiros”, comprometendo o incentivo da imigração europeia para o país. Assim, a capital acaba por instituir, por Oswaldo Cruz, a campanha de vacinação, mas a insatisfação local é tanta que acarreta, em 1904, a Revolta da Vacina, conforme notícia transcrita abaixo:

A gota d’água para a Revolta da Vacina iniciar foi a aprovação da lei nº 1.261 em 31 de outubro de 1904, e a regulamentação em seguida, em 9 de novembro. Sugerida por Oswaldo Cruz, tornava obrigatória a exigência de comprovantes de vacinação contra a varíola para a realização de matrículas nas escolas, obtenção de empregos, autorização para viagens e certidões de casamentos. A medida previa também o pagamento de multas para quem resistisse à vacinação.¹⁸

Assim, as práticas de outrora, com a vacinação, reverberam, no intradiscurso, como o já-dito, que constitui sentidos no presente desde o interdiscurso. Quando se diz publicamente, sendo o presidente do país: “Se você virar um jacaré, é problema seu”¹⁹, reinscreve-se a metáfora dos boatos da vacinação sobre a varíola. Da mesma forma, a falta de conhecimento e conscientização da população no passado instaura o descrédito na imunização, gerando o movimento antivacina, enquanto

18

<https://portal.fiocruz.br/noticia/cinco-dias-de-furia-revolta-da-vacina-envolveu-muito-mais-do-que-insatisfacao-com-vacinacao>

19

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-sobre-vacina-se-voce-tomar-e- virar-um-jacare-e-problema-seu/>

que, no presente, pelo funcionamento da ideologia, há um movimento contra a ciência, que resulta em um descrédito quanto à imunização.

Apesar de anos de existências de diferentes práticas contra a varíola, foi somente nos anos entre 1967 a 1971, que o quadro de enfrentamento alterou a presença da doença no território brasileiro, momento em que “se executou a chamada fase de ataque, com a vacinação sistemática de toda a população” (Schatzmayr, 2001, p. 1526). A erradicação se deve à vacinação e ao amplo esforço global, sendo a varíola a primeira doença erradicada no mundo pela ação da medicina. Com base no parecer da Comissão Internacional, a doença “foi declarada erradicada das Américas em 1973. Enquanto que a “erradicação em todo o mundo foi anunciada pela OMS em maio de 1980” (Schatzmayr, 2001, p. 1528).

Para concluir esta seção, recortamos o que Fernandes (2010, p. 58) apresenta ao analisar o contexto de enfrentamento da varíola no Brasil. Nas palavras da autora: “A dificuldade do Estado em enfrentar as questões que circundavam a vacina – vacinação, revacinação e obrigatoriedade da vacina – denotava, na realidade, uma falta de vontade política de intervir nos problemas da saúde pública”. Desse modo, compreendemos que ao longo da história o tema da vacinação esteve cercado pela polêmica, mas também pelo descaso governamental.

2.4 CÓLERA

O cólera é uma doença infecciosa intestinal aguda, ocasionada pela bactéria *Vibrio cholerae*, também chamada de vibrião colérico. Sua transmissão ocorre predominantemente de forma hídrica (Brasil, 2010). Segundo Santos (1994, p. 80), acometeu primeiro a Ásia e só mais tarde devido ao “impacto dos movimentos populacionais e comerciais provocado pelo Império Mongol” chegou à Europa.

A documentação histórica sustenta que houve sete epidemias de cólera, três desses surtos da doença ocorreram no século XIX, marcando significativamente a história da humanidade. As condições de produção encontradas pelo cólera na sua chegada à Europa dizem respeito ao fato de que o continente do “século XIX passou por uma enorme onda de crescimento populacional, fruto da redução dos níveis de mortalidade. Em grande parte, isto se deveu ao controle da varíola, que já se iniciara desde o século XVIII” (Santos, 1994, p. 81).

O mesmo autor destacou que o cólera, “apesar de provocar alguns surtos de mortalidade, não chegou a interromper o ritmo de crescimento populacional europeu” (Santos, 1994, p. 81). Ainda sobre as condições de produção do século XIX, ocorria o aumento “dos contatos entre o Velho Mundo e o Novo, em função do desenvolvimento dos transportes terrestres e marítimos [...] foi esse o século das primeiras medidas sanitárias internacionais contra a expansão de doenças como a cólera e a varíola”.

John Snow, na primeira metade do século XIX, ao observar os casos de cólera na Inglaterra, desconfiou que a doença não era transmitida por miasmas, visto que “os doentes não apresentavam nenhuma doença de caráter respiratório e, sim, gastrointestinal” (Meneses, 2020, p. 54). Desde os tempos de Hipócrates (século V a.C.), até à época, “acreditava-se que as doenças eram ocasionadas por miasmas, emanações exaladas por águas estagnadas, cadáveres ou qualquer outra matéria em decomposição. Em contato com miasmas, pessoas suscetíveis ou enfraquecidas acabavam por cair doentes” (Santos, 1994, p. 81). Também havia um contraponto quanto ao modo de contaminação miasmática, com a “teoria do germe, uma doutrina ‘contagionista’” (Santos, 1994, p. 82). Essa doutrina tornou-se mais aceita em fins do século XVIII e “deu ensejo às medidas sanitárias de isolamento de indivíduos e animais doentes, bem como da quarentena de pessoas a bordo de navios ou em lazaretos” (Santos, 1994, p. 82).

As observações de Snow apontaram, segundo Meneses (2020, p. 54), que “o agente entrava nos indivíduos pelo canal alimentar e seria razoável que saísse deles e se espalhasse pelos seus dejetos (vômito e fezes)”. Da mesma forma, concluiu que, muitas vezes, as pessoas que não haviam tido contato com dejetos ou roupas contaminadas adoeciam, bem como: “Percebeu alguns casos em ruas com doentes consumidores de água do mesmo poço e, nestes casos, a proximidade dos esgotos domésticos das fontes de água”.

Devido à falta de conhecimentos científicos da época, as explicações miasmáticas e a teoria dos germes funcionam como um jogo de forças, alternando teorias. Em função do cólera, a partir de 1850, a teoria do contágio por germes passa a ganhar mais espaço em meio a um surto violento da doença. Segundo Santos (1994, p. 82), Snow observou que as vítimas consumiam água proveniente de um local contaminado e

[...] propunha-se, ainda, a demonstrar que as evacuações de um doente, ao atingirem as águas da cidade, podiam disseminar o "veneno mórbido" para a população que fizesse uso dessas águas. Não eram eflúvios e exalações pútridas os causadores da doença, dizia ele, mas sim os germes contidos na água usada para beber.

Assim, surgiu a hipótese de que o cólera era transmitido por via hídrica (Meneses, 2020). Sobre esse aspecto, encontramos que a propagação da bactéria “faz-se, primariamente, mediante a ingestão de água contaminada com as fezes ou os vômitos de pacientes ou pelas fezes de portadores; e, secundariamente, pela ingestão de alimentos que entraram em contato com a água contaminada” (Brasil, 2010, p. 20).

Devido aos modos de transmissão anteriormente descritos, o enfrentamento à doença se dá justamente pela melhoria da infraestrutura das cidades, no que se refere às condições de saneamento básico e, principalmente, pelo acesso à água potável em quantidade suficiente para atender às necessidades individuais e coletivas. No entanto, essas medidas são muitas vezes insuficientes quanto à sua promoção, retrato disso é que “a cólera é confinada aos grupos de baixo nível socioeconômico” (Brasil, 2010, p. 21).

Como apontou Orlandi (2017, p. 102), compreender os fatos de linguagem, pelo viés do discurso, vem a ser “considerá-los em suas historicidade, em que entram sua sistematicidade, mas também o seu modo de funcionamento e a memória constitutiva”. Assim, sustentamos nossa leitura sobre o percurso dos acontecimentos acerca do cólera nessa posição que faz funcionar determinados sentidos e não quaisquer sentidos, demonstrando um efeito de memória nos documentos acessíveis sobre o tema.

Após esse breve apanhado, iniciamos nosso olhar sobre a enfermidade nas condições brasileiras. Segundo o que encontramos, a doença “foi detectada pela primeira vez no Brasil no decorrer da terceira pandemia, em 1854, no Rio de Janeiro, e em 1855, em Belém do Pará. A enfermidade havia sido importada pelo vapor brasileiro Imperatriz, procedente da Cidade do Porto, Portugal” (Brasil, 2010, p. 17). Desde a sua chegada até 1867, foram registrados “aproximadamente 200 mil óbitos”.

À época, os órgãos responsáveis pelas práticas de saúde no Brasil eram a Junta Central de Higiene Pública, que havia sido criada em 1850, bem como as

Juntas existentes nas Províncias. Nessas instituições, o modelo sanitaria sustentado era predominantemente o anticontagionista (Santos, 1994), isto é, a prática fundamentava-se na teoria miasmática. Por essa razão, o autor destaca que as Juntas de Higiene eram pouco eficazes no combate ao cólera.

Nessas condições de produção, marcada pela precariedade da saúde, em que as quarentenas não fazem parte do controle sanitário, aporta no Brasil um navio português no “qual se sabia ter sofrido um surto mortal de cólera durante a viagem. Tão grave quanto o descaso em relação a esse foco de importação da doença foi a permissão das autoridades para que o navio prosseguisse viagem para o sul do País” (Santos, 1994, p. 86).

Destacamos ainda, brevemente, algumas práticas no tocante ao tratamento da doença. Como destacou Santos (1994, p. 87), de acordo com o conhecimento médico da época, “preconizavam-se terapêuticas ineficazes, como fricções de álcool canforado, suadouros e gotas de láudano”. No entanto, medidas como as obras de saneamento, “com a instalação de redes de esgoto e sistemas de encanamento d'água que consistiam em ações efetivas no combate à cólera, só se efetivaram em algumas cidades a partir de 1862” (Santos, 1994, p. 87).

Assim, apesar dos estudos propostos por Snow, desde 1850, já sustentarem a contaminação pela ingestão de água contaminada pelos dejetos de doentes, essa prática não era conhecida em território brasileiro. Essa falta de conhecimento contribuiu para que não houvesse o controle por quarentenas nos portos e, em função disso, o cólera chegasse e se estabelecesse com surtos severos nas cidades portuárias brasileiras.

Para procedermos às análises do recorte desta tese, mobilizamos a noção de acontecimento discursivo, sinalizando que “[...] a repetição não é reprodução, mas é retomada, e, na retomada, temos o deslizamento. O mesmo fato que se repete não caracteriza o mesmo acontecimento” (Orlandi, 2017, p. 105). O trânsito de pessoas contaminadas de uma região a outra é uma das formas características da ocorrência de pandemias, mas a cada ocorrência devido às condições sócio-históricas funcionam determinadas práticas e não outras.

Recorrentemente a doença que aflige a sociedade, flagela com maior violência “as populações mais pobres e mal-alimentadas, mais propensas à utilização de águas contaminadas, excluídas das mínimas condições de higiene que

o progresso urbano no Brasil já assegurava às camadas sociais mais altas” (Santos, 1994, p. 88). Cabe assinalar ainda, que nos documentos históricos há registros de “perda de milhares de negros escravos nas cidades e, particularmente [...], a perda de grande número de escravos pelos fazendeiros. A população livre, de cor, sofreu igualmente o impacto letal da moléstia” (Santos, 1994, p. 88). Calcula-se que as vítimas do povo negro no Brasil chegaram a “dois terços do total de mortos pela cólera” (Santos, 1994, p. 88).

Devido ao agravamento das condições para a permanência da vida, geradas pelas crises sanitárias, são necessárias novas explicações sobre a doença, investindo em práticas de seu combate e de sua prevenção. Embora a Europa tenha tardado a reconhecer o contágio pelos germes, foi justamente a pandemia de Cólera que provocou “as pesquisas de Pasteur e Koch que inauguraram a era bacteriológica, no fim do século XIX” (Santos, 1994, p. 83). Além disso, Ricon-Ferraz (2020) sugere que essas pesquisas foram as “promotoras da Medicina Preventiva da modernidade com o desenvolvimento de políticas sanitárias, a criação de novos conceitos de Higiene e Saúde Pública e a realização periódica de conferências sanitárias internacionais” (2020, p. 6).

A última grande epidemia de cólera na América Latina ocorreu em 1991, chegando ao Brasil no mesmo ano e só enfraqueceu sua taxa de mortalidade em 1995 (Brasil, 2010). Dito isso, avançamos para a próxima sessão para tratarmos da febre amarela.

2.5 FEBRE AMARELA

A febre amarela é uma doença infecciosa febril aguda, causada pelo arbovírus, transmitido para os seres humanos pela picada de mosquitos e pernilongos, que são “os verdadeiros reservatórios do vírus da febre amarela” (Brasil, 2020, p. 17). A febre amarela é considerada uma zoonose silvestre, e a pessoa não imunizada “infecta-se acidentalmente quando se expõe em áreas de mata rurais e silvestres onde o vírus está disponível” (Brasil, 2020, p. 18). Pesquisas moleculares recentes demonstraram que o vírus se originou na África” (Vasconcelos, 2003, p. 279).

As primeiras ocorrências de surtos da doença datam do início do século XVII nas ilhas do Caribe por meio das embarcações que dali partiam para a Europa e os Estados Unidos (Ujvari, 2020, p. 187). Como sustenta Orlandi (2017, p. 105), discursivamente, “o que caracteriza o acontecimento não é a temporalidade, a cronologia, mas a relação entre o estabilizado e o sujeito a equívoco, que não se separam de forma estanque, e restam abertos”. Em nossa pesquisa, trazemos as datas e a história para pensar na recorrência em torno de doenças infecciosas que resultam em epidemias e pandemias. Interessa-nos, portanto, a memória e o passado não para passar a limpo a história, mas para “problematizá-las, dessuperficializá-las, almejando fazer alguma coisa com toda a complexidade que envolve um ontem e o que fazemos dele/com ele no presente” (Daltoé, 2024, p. 10).

Vemos a repetibilidade destacando que um dos surtos aconteceu em Barcelona, em 1821, devido a uma embarcação que veio de Cuba, “em poucos dias, começaram a morrer trabalhadores e habitantes das proximidades do cais. Em seis meses, a doença alastrou-se pela cidade, causando 20 mil mortes” (Ujvari, 2020, p. 187). Com medo da contaminação, a França instituiu “a quarentena para os navios procedentes de Barcelona, e autoridades patrulharam as fronteiras para evitar a entrada de espanhóis portadores da infecção” (Ujvari, 2020, p. 187).

No entanto, a doença preocupava as autoridades e os especialistas da época buscavam compreender seu modo de transmissão. Sobre esse tema encontramos que no ano de 1822, médicos franceses ocuparam-se em pesquisar as causas do surto de febre amarela em Barcelona, e “concluíram pela impossibilidade de contágio direto entre as pessoas infectadas” (Santos, 1994, p. 82).

Lembremos que à época as duas teorias aceitas cientificamente eram a miasmática e a contagionista. Essa constatação francesa tem uma interface com as condições de produção da época: “O xeque-mate aos contagionistas veio ao encontro do pensamento liberal, que via nas medidas de quarentena um embaraço ao livre comércio e no isolamento das pessoas uma transgressão aos direitos civis” (Santos, 1994, p. 82). Nesse processo de produção de sentidos em diferentes formações discursivas sobre a transmissão da febre amarela, na teoria do discurso, vemos o ressoar de memórias, a repetibilidade, pois “Os sujeitos fazem trabalhar o acontecimento - o fato novo - em seu contexto de atualidade e no espaço da memória que ele convoca” (Orlandi, 2017, p. 106).

A relação entre as condições de produção no sentido amplo, com o capitalismo vigente e o funcionamento da ideologia liberal, implica sobre as práticas sociais de controle da doença. Se por um lado, a descoberta de que a febre amarela não se transmitia pessoa a pessoa era verdadeira, havia concomitantemente outras doenças cuja transmissão era feita pelos seres humanos, como a tuberculose, varíola, etc. e o abandono da teoria do contagiacionismo indica um possível retrocesso.

Devido ao fato de a febre amarela ser uma doença endêmica em Cuba, havia um interesse local em descobrir as causas da doença. Assim, em 1881, Finlay, médico e biólogo cubano, com base na sua experiência com a doença na ilha, publicou uma teoria revolucionária sugerindo que a “transmissão se dava pela picada de mosquito” (Ujvari, 2020, p. 187). Após a ocupação militar de Cuba, pelos Estados Unidos em 1898, houve o incentivo à pesquisa da doença, representada pelos estudos de Walter Reed, que comprovou as duas teorias anteriormente descritas: a febre amarela não podia ser transmitida pessoa a pessoa, e seu agente de contaminação era a picada de mosquito.

No Brasil, esse aspecto da transmissão também movia os médicos da época. Destacamos uma das investigações que, em 1885, defendeu que a transmissão da febre amarela se dava pelos mosquitos (Franco, 1969). O responsável por essa hipótese foi Filogônio Lopes Utinguassú e seus estudos sustentavam que “os mosquitos picavam os amarelentos e lhes sugavam o sangue; depois êstes mosquitos assim infetados iam freqüentemente contaminar a água a ser bebida” (Franco, 1969, p. 51). No entanto, esta teoria foi recebida com desinteresse pelas autoridades sanitárias à época.

Enquanto em Havana se inicia um movimento de sanitização por meio da “extinção de todos os locais em que o inseto se proliferava - os que continham água parada” (Ujvari, 2020, p. 190), países como o Brasil tardaram a estabelecer as mesmas medidas para combater a febre amarela. Em 1991, afirma o autor, se iniciou em todo o mundo um processo de “controle dos mosquitos nas cidades e a febre amarela começava a abandonar a vida cotidiana da população” (Ujvari, 2020, p. 190).

Feita essa breve cobertura sobre a história da febre amarela na relação com as pesquisas da medicina, ancoramos as nossas reflexões no território brasileiro

para observarmos algumas práticas sociais. Segundo Franco (1969, p. 10), a epidemia de febre amarela teria chegado ao Brasil no fim do século XVII. O médico João Ferreira da Rosa, em 1690, apresentou às autoridades um documento com a “relação das providências a tomar para a prevenção da doença” (Franco, 1969, p. 11). Essas recomendações se dividiram nas seguintes categorias:

1.º) da limpeza das casas, ruas e praias; 2.º) dos que morreram da doença dos males; 3.º) do que se há de praticar nos navios que entram; 4.º) sôbre o recolhimento das escravas e mais mulheres de ambas estas povoações do Recife e Santo Antonio (Franco, 1969, p. 12).

Embora os conhecimentos da época não admitissem a possibilidade da contaminação ocorrer via picada do mosquito, as medidas recomendadas “como acender fogueiras, fazer defumação das casas, limpeza das ruas, etc., combatiam os mosquitos afugentando-os e reduzindo o número de focos de *Aedes aegypti*” (Franco, 1969, p. 13). Como destacou o autor, a severidade do regulamento de profilaxia contra a febre amarela, bem como “os gastos que sua execução iria exigir, foram excelentes pretextos para que o Senado da Câmara de Olinda se negasse a decretá-lo” (Franco, 1969, p. 13), instaurando-se assim uma disputa política em torno da institucionalização de uma profilaxia contra a febre amarela já nos primeiros surtos da doença em solo brasileiro.

Em 1849, ocorreu um surto de febre amarela no Rio de Janeiro: “Morreram 7.995 pessoas e, ao longo do ano de 1850, morreram 11.192, quase 40% a mais”. (Saraiva, 2020, p. 94). Franco (1969, p. 27) destaca que entre os anos de 1849 e 1861 “a doença se propagou do norte ao sul do País, eclodindo em quase todas as Províncias do Império e levando-lhes a desolação e o luto.

À época, o político e jornalista Bernardo Pereira de Vasconcelos posicionava-se com relação à ocorrência da doença, “negava a epidemia de febre amarela de 1850, dizia ser invenção dos médicos e daqueles que queriam acabar com o tráfico de escravos” (Saraiva, 2020, p. 96). No entanto, ele morreu de febre amarela no mesmo ano. Orlandi (2017, p. 107) destaca que a “ideologia é um ritual com falhas, assim, como também o Estado falha nos modos de individuação do sujeito, produzindo a falta”. É assim que, mesmo o estado trabalhando na tentativa de gerenciar os sentidos de que a febre amarela era uma invenção da classe médica, há falhas no tecido da ideologia, produzindo equívocos, que ecoam desde a história até o eixo da formulação, instaurando sentidos outros.

Ainda no ano de 1850, o Imperador, por meio do trabalho da Comissão Central de Saúde Pública, determina “que se publicassem pela imprensa os conselhos higiênicos, que a mesma Comissão oferece à população desta cidade a fim de prevenir quanto se possa o acometimento da epidemia” (Franco, 1969, p. 38). Cabe destacarmos que tais medidas, como apontou o autor, eram muito semelhantes às propostas pelo médico Ferreira da Rosa, em 1691: “acender grandes fogueiras nas praças, fazer a limpeza das ruas, enterramentos em lugares afastados da cidade e em covas profundas, etc.” (Franco, 1969, p. 38).

Segundo Ribeiro (2010, p. 41), as condições precárias de vida da população foram os motores do surgimento da febre amarela nas cidades, bem como da sua evolução para grandes surtos, sendo que a “população operária foi a sua maior vítima”. Os surtos epidêmicos e os problemas de insalubridade também se somaram às justificativas para as reformas urbanas que tomaram forma nas principais capitais do país” (Santos, 2020, p. 152 - 153).

Os sentidos não são transparentes, são sempre marcados pela heterogeneidade e “se movem, se deslocam, fogem” (Orlandi, 2017, p. 109). Ancoramos, nesses pressupostos, a leitura sobre o descaso material, uma das formas de descaso característico das ocorrências das pandemias, que se manifestam pela falta das condições materiais para a vida das populações mais pobres e marginais dos sistemas econômicos. Essa leitura sobre o passado só é possível pela movência dos sentidos, pela nossa filiação no espaço contraditório da luta de classes que sustenta o efeito de que há práticas excludentes que promovem a morte de parcelas específicas do corpo social.

Em meio à constante ameaça das doenças infecciosas, o que estava em jogo político e economicamente falando eram os “temores das autoridades de que as epidemias pudessem interromper o processo produtivo, com os trabalhadores acometidos pelas doenças” (Santos, 2020, p. 154). Esse processo importa ao presente trabalho por construir uma ancoragem para afirmar que a vida das classes trabalhadoras só importa à medida que impactam a acumulação do capital e que as práticas se repetem, trazendo a recorrência de pautas não solucionadas.

Faziam-se necessárias, portanto, medidas institucionais para o enfrentamento da doença, por exemplo, o Serviço Sanitário Paulista reproduziu concepções de sanitização do século XVIII, com “a medicalização da população passando pela

desodorização dos espaços, com base na ideia de que as doenças eram originárias de miasmas gerados pelas águas pútridas e pela carência de circulação de ar” (Santos, 2020, p. 154). Havia ainda a questão dos cortiços, como colocou o autor no bojo das preocupações para o combate dos surtos “estava o meio físico — as cidades — como centro de preocupações e objeto central das intervenções. Estava posta, [...] a tríade “urbanização-economia-salubridade” que orientou as práticas da saúde no estado de São Paulo (Santos, 2020, p. 154).

Nessa cidade, houve surtos entre os anos de 1889 e 1897 e, como assinalou Ribeiro (2020, p. 162), os focos epidêmicos “foram, preferencialmente, urbanos, de alta taxa de letalidade e possuíam como vetor de transmissão do vírus o mosquito *Aedes aegypti*”. Na época, o combate se deu às cegas, pois ainda não se tinha o conhecimento da transmissividade ocorrer pelo mosquito (Ribeiro, 2020, p. 162). A autora afirma que a febre amarela não teria tanto efeito se as condições encontradas nas cidades fossem outras, sinalizando para condições precárias como a “ausência de rede de água e de esgotos; insuficiente serviço de limpeza e de recolhimento de dejetos, ruas irregulares, mal calçadas, com águas das chuvas estagnadas, e um verão quente e úmido” (Ribeiro, 2020, p. 163).

Destacamos uma visão da época reportada pelo historiógrafo e médico alemão Roberto Lallement, o qual “observou que a doença, para ferir, não fazia discriminação social, ‘exercendo assim o socialismo mais genuíno’” (Franco, 1969, p. 39). O autor ainda destaca que “conforme fizera em outras cidades, poupou os escravos prêtos, fêz algumas vítimas na raça mista, preferindo saciar-se nos brasileiros de origem européia e matando principalmente os estrangeiros” (Franco, 1969, p. 39). Diante dessa afirmação, destacamos que o movimento de significação é sempre mediado por linguagem e a relação entre pensamento/linguagem/mundo se constitui “mediada pela constituição de sujeitos e funcionamento da ideologia” (Orlandi, 2017, p.113). Franco (1969), ao dizer que a febre amarela não fazia distinção social, faz funcionar relações e filiações de sentidos mobilizando, como historiador, argumentos compatíveis com sua posição de estrangeiro, interpretando apenas parte do funcionamento da doença no território.

Essa ideologia de doença democrática ou socialista já foi descrita anteriormente na ocorrência da gripe espanhola. A tentativa institucionalizada de homogeneidade do pensamento em um tecido ideologicamente neutro nas práticas

que são políticas e historicamente marcadas pela desigualdade de classe, gênero e raça. Embora discursivamente consideremos que o sentido sempre pode ser outro, há nos processos sócio-históricos uma tensão constante para a permanência de sentidos que sustentam a hegemonia das classes dominantes no poder.

Na contemporaneidade, a febre amarela pode ser prevenida pelo uso da “vacinação anti-amarílica mediante aplicação da vacina 17D, uma das vacinas de vírus vivo atenuado mais seguras e eficazes; recomenda-se a revacinação a cada 10 anos” (Vasconcelos, 2003, p. 276). Além disso, estudos demonstraram que “em populações vacinadas uma única vez e vivendo fora da área de risco tenham demonstrado índices neutralizantes por várias décadas, o que sugere que uma única vacinação confere imunidade de longa duração, talvez por toda a vida” (Vasconcelos, 2003, p. 276).

Como fechamento colocamos o que nos ensina Orlandi (2017, p.113), para quem não é pelas intenções de sujeitos particulares que determinados sentidos perduram ou se apagam, nas palavras da autora: “há sentidos que não resistem, não duram, [...] e há outros, que, por mais que tentemos deslocá-los, permanecem”, destacamos, então, que a memória funciona em consonância com as formações sociais. Nesse sentido, o nosso movimento é ao mesmo tempo de perceber que os sentidos permanecem na memória do arquivo e o de promover deslizamentos nas redes de sentidos já estabelecidas. Dito isso, avançamos às pandemias de meningite.

2.6 MENINGITE

A meningite corresponde à ocorrência de um processo inflamatório das meninges, que são membranas que envolvem o cérebro (Brasil, 2022). Há “diversos tipos de meningite, e para cada uma delas há causa e sintomas específicos” (Schneider; Tavares; Musse, 2015, p. 5). Como afirmou Souza (2020, p. 267-268), a “meningite cria-se sob infraestrutura precária de água, esgoto e saneamento, viceja em aglomerações humanas, na insuficiência de condições sanitárias, somada a modos de vida insalubres”. Podemos dizer que as práticas sociais do descaso material que perpassaram todas as pandemias se encontram igualmente na

ocorrência da meningite. As condições de precariedade da vida acarretaram os variados surtos de doenças ao longo da história.

Segundo a historiografia disponível sobre a doença, a primeira grande epidemia de meningite documentada, segundo Souza (2020), ocorreu em 1805, na Suíça, depois lentamente se espalhou pela Europa, África e Américas etc. Desse modo, “a doença teria uma tendência a seguir a lógica centro-periferia do desenvolvimentismo” (Souza, 2020, p. 268).

Os agentes infecciosos causadores da meningite podem ser bactérias, vírus e fungos. Como apontam os estudiosos, “A doença meningocócica ocorre em níveis endêmicos em praticamente todos os países” (Moraes; Barata, 2005, p. 1458). A transmissão se dá pelo “contato direto pessoa a pessoa, por meio de secreções respiratórias de pessoas infectadas, assintomáticas ou doentes” (Brasil, 2022, 1997). Desse modo, destacamos que “o contágio ocorre entre indivíduo infectado (doente ou portador) e indivíduo suscetível, sem a intermediação do ambiente” (Moraes; Barata, 2005, p. 1458).

Na condução das epidemias de meningite no Brasil, segundo Moraes e Barata (2005, p. 1459), “Os primeiros casos em São Paulo ocorreram em fevereiro de 1906 entre imigrantes europeus, provenientes da Ilha da Madeira, Portugal”, ocasionando, em 1920, “a primeira epidemia de doença meningocócica em São Paulo” (Moraes; Barata, 2005, p.1459).

Como salientaram os autores Moraes e Barata (2005), há alguns fatores que contribuíram para o surgimento da epidemia na cidade de São Paulo, entre eles citamos as “condições precárias de vida da maioria da população operária então residente na capital, [...] agravamento da situação econômica e social em consequência à Primeira Guerra Mundial, além dos impactos provocados pela gripe espanhola” (Moraes; Barata, 2005, p. 1461). Observamos, assim, o atravessamento das condições de produção a nível internacional e nacional constituindo práticas sociais de descaso, podendo-se dizer que os sentidos e as formas sujeitos, como assevera Orlandi (2017, p.113), “não têm origem, deslizam, tornam-se outros, desaparecem, reaparecem, e surgem do non-sens, movimentam-se, são incompletos e sujeitos a equívocos”. É nessa perspectiva que as práticas de descaso vão se significando em função das condições materiais de existência em cada momento da história.

Nesse período, os casos de doença meningocócica estavam distribuídos com maior concentração “nas áreas consideradas periféricas e intermediárias em relação ao centro de então” (Moraes; Barata, 2005, p. 1464). Há uma exterioridade que intervém no processo de significação da doença, sinalizando que a variável socioeconômica é a que afeta a vida de determinados sujeitos. Trata-se da construção de uma “narratividade que traz elementos de uma memória constitutiva”, legitimando o que é contado (Orlandi, 2017, p.115).

Moraes e Barata (2005, p. 1464) sublinham que as incidências “de doença meningocócica eram baixas nas regiões suburbanas locais onde as populações não se encontravam concentradas e onde o padrão de ocupação do espaço era tipicamente rural”. Os efeitos de sentido que se constituem são os de que a situação de aglomeração e a predominância de moradias mais periféricas, em localidades cuja população era na maioria proletária e pertencente às classes médias e baixas, contribuíram para a ocorrência dos surtos, pois a doença, como já destacamos, se transmite pessoa a pessoa.

Em decorrência das duas grandes guerras mundiais, a imigração europeia para o Brasil diminuiu drasticamente, alterando a dinâmica da migração interna do país. Assim, autores discutem que, a partir da década de 1940, ocorreu a “chegada em massa dos migrantes nacionais, deslocados do nordeste e outras áreas rurais para fornecer a mão-de-obra necessária ao crescimento industrial” (Moraes; Barata, 2005, p. 1464). Esse movimento migratório acentuou, ainda mais, a precarização das condições de habitação: “Em 1957 já havia na capital [São Paulo] 141 favelas com cerca de 8.488 barracos e aproximadamente 50 mil habitantes” (Moraes; Barata, 2005, p. 1465).

Entretanto, essas não foram as únicas ocorrências da epidemia de meningite que assolou a cidade de São Paulo e grassou no Brasil. Em 1971, houve um novo grande surto, conforme apontam Moraes e Barata (2005). Nessa epidemia, houve uma alta incidência da doença “com mais de 100 casos por 100 mil habitantes” (Moraes; Barata, 2005, p. 1462). Schneider, Tavares e Musse (2015, p. 6) salientam que, nessa ocorrência, a “doença meningocócica teve seu epicentro em São Paulo, mas se alastrou por todo o país, com focos no Rio de Janeiro, Salvador e outras capitais”. Nesse período, o Brasil estava também sofrendo com as implicações da ditadura, era um período “de recessão econômica e desemprego” (Moraes; Barata,

2005, p. 1469). O início da epidemia de meningite teria ocorrido em abril de 1971, “no distrito operário de Santo Amaro, São Paulo, e duraria até 1976” (Souza, 2020, p. 268). Como apontou o autor, quando a doença eclodiu, “recebeu o mesmo tratamento dos demais adversários políticos do regime: negação, perseguição e censura” (Souza, 2020, p. 266).

À época, como apontou Souza (2020), já havia alguns avanços na ciência que ajudariam a solucionar a crise sanitária. Desde 1887, já se conhecia a bactéria responsável pela doença, o meningococo. Em 1906, se descobriu um antissoro a partir de cavalos que proporcionou diminuição acentuada da mortalidade, fato preocupante, pois os estudos mostraram uma alta taxa de mortalidade, chegando a 90%. Em 1944, comprova-se que a penicilina era um fármaco eficiente no tratamento da meningite, o que contribuiu para o tratamento. É desse modo que, após 1945, o cenário mundial da meningite já era considerado “um problema equacionável no campo das políticas de saúde” (Souza, 2020, p. 268).

No entanto, como já pontuamos, o governo ditatorial tinha seu próprio sistema de funcionamento e, desde o início da década de 1970, “o país vivia o período mais violento da ditadura. Foi o auge da repressão, da tortura e da censura” (Schneider; Tavares; Musse, 2015, p. 6). Como exemplo da institucionalização de práticas durante a epidemia, encontramos a atuação da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em que “não tinha nenhum sistema efetivo de Vigilância Epidemiológica, limitando-se a cadastrar os casos ocorridos no Hospital Emílio Ribas sem realizar qualquer tipo de análise epidemiológica” (Schneider; Tavares; Musse, 2015, p. 6). Esse processo ineficaz de combate, somado à falta de conhecimento da população da ocorrência da doença, contribuiu para seu avanço.

Souza (2020) destaca, ainda, que a epidemia de meningite de 1971 foi encarada pelos militares “como um inimigo do regime, a quem cabia silenciar” (Souza, 2020, p. 269). É por essa razão que os profissionais de saúde e da imprensa “foram proibidos de informar à população do perigo crescente. Relatórios e estatísticas de casos identificados e óbitos foram omitidos e alterados, gerando subnumeração.” (Souza, 2020, p. 269).

Enquanto sua incidência vitimava apenas a classe proletária e pobre da cidade, não houve movimentações políticas e sanitárias para seu combate. Assim,

[...] a epidemia, inicialmente, restrita à cidade de São Paulo, avançou para outras regiões e depois para o restante do Brasil. A palavra epidemia não chegava à população. Ela não existia no vocabulário das autoridades. Eles tratavam-na como ondas epidêmicas (Schneider; Tavares; Musse, 2015, p. 7).

A interdição da palavra pandemia e a omissão dos casos não foram uma prática isolada, pelo contrário, têm se repetido em muitos desses eventos. Nessa mesma direção, Souza (2020, p. 269) sublinha que o “governo buscava abafar qualquer notícia desfavorável ou negativa à sua imagem, que apresentava uma aparente prosperidade econômica resultante do “Milagre” (1967-1971)”. O que a autora destaca inscreve-se no discurso da prosperidade e do otimismo, apagando as crises de toda a ordem que afetam o país.

Esse quadro só vai se alterar no início de 1974, com o agravamento da situação da doença para as demais classes sociais, ou seja, “ao atingir a população mais abastada financeiramente, a pressão cresceu. As reportagens sempre em *off* intensificaram-se à medida que a doença ia se aproximando da classe média e da elite” (Schneider; Tavares; Musse, 2015, p.7). Como afirma Orlandi (2017, p.116) “os sentidos não são claros e distintos. São opacos e sujeitos a equívocos. Divisão, separação, distância, caracterizam a sociedade em suas relações de força e de sentidos”. Esse movimento tensiona a classe política, demandando que seja reconhecida a pandemia de meningite, a qual foi negligenciada, por décadas, na agenda da saúde. Durante a ditadura o mecanismo de apagamento das mortes das vítimas pobres e marginais do sistema constituiu-se como prática legitimada pelo poder público, por meio das autoridades militares que estavam à frente do país. Naquele ano a situação da doença se tornou aguda:

Em junho, o Hospital Emílio Ribas, o único que tratava de meningite na cidade, tinha 300 leitos, mas estava com 1.200 pacientes internados. Então não foi mais possível esconder. As autoridades foram obrigadas a admitir publicamente que havia epidemia de meningite. E como ela não existia oficialmente até aquele momento, não havia medicamentos nem funcionários em quantidade suficiente (Schneider; Tavares; Musse, 2015, p. 7).

A situação de colapso denunciada pelos autores significa como “Matéria disponibilizada pela formulação que atualiza a memória, em certas condições de produção” (Orlandi, 2017, p. 34), dando conta da superlotação do hospital, do negacionismo como política de estado e do despreparo do sistema de saúde como

um quadro dramático já experienciado na história, que continua se repetindo e se atualizando de maneira perversa, diante da condução das políticas públicas para o enfrentamento das pandemias.

Destacamos o funcionamento da propaganda militar que à época constituía efeitos de sentido em rede nacional. Ancoramos nossa tomada de posição no que propõe Pêcheux (2015, p. 74), para o qual a propaganda é o “dispositivo essencial do estado capitalista autoritário moderno”, sendo elaborada por meio de “imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos”. Assim, recortamos as colocações de Souza (2020, p. 26) para quem

[...] a propaganda de saneamento público da ditadura apresentava, criando personagens como “Sujismundo”, um trabalhador ignorante alienado, que deveria aprender cuidados básicos de saúde com o “doutor Prevenildo”. Uma doença resultante de políticas de saneamento inadequadas, assim, se tornava responsabilidade dos próprios doentes, na mentalidade de autoridades governamentais omissas.

Além das contradições instauradas no corpo social pela propaganda, invertendo os sentidos das causas e consequências da condição epidêmica da meningite na década de 1970, havia ainda a promoção da desinformação por meio da pressão às mídias de comunicação.

Após o colapso enfrentado pelo Hospital Emílio Ribas, anteriormente destacado, em meados de 1974, as autoridades passaram a dar importância à epidemia. O então ministro da saúde, “Paulo de Almeida Machado, admitiria a existência da epidemia em entrevista à jornalista Eliane Cantanhêde, da revista Veja, alertando sobre seus riscos e recomendando medidas de higiene e prevenção à população” (Souza, 2020, p. 271). Entretanto, de acordo com o mesmo autor, a entrevista foi censurada, com o argumento de que não haveria vacina para todos os brasileiros.

Desse modo, tem-se durante a ditadura um sistema modelar de promoção do descaso político. Nas palavras do autor, “O descaso e o silêncio impediram que ações adequadas fossem adotadas no momento do surgimento da doença, como medidas preventivas, vacinações, informações para não gerar pânico na população, entre outros fatores” (Souza, 2020, p. 271). Além disso, as informações incompletas e com pouco respaldo do sistema de saúde da época contribuíram para que a população se automedicasse, o que piorou o quadro: “o consumo descontrolado de

medicamentos à base de sulfa aumentou a resistência dos meningococos” (Souza, 2020, p. 271).

Assim, ancoramos nossa reflexão acerca do descaso material que promove a morte das populações operárias, pois, mesmo com a alta taxa de mortalidade, apenas em dezembro de 1974 foi criado o “Programa Nacional de Combate à Meningite e instituída a Campanha Nacional Contra a Meningite Meningocócica” (Souza, 2020, p. 273). Com quase quatro anos de atraso, “em 1975, foi realizada a Campanha Nacional de Vacinação contra a Meningite Meningocócica [...], com a vacina anti meningocócica A + C, de origem francesa, que até então nunca havia sido utilizada em tão larga escala” (Schneider; Tavares; Musse, 2015, p. 6).

Para o êxito da campanha de vacinação, o sistema de saúde, entre outras intervenções, precisou realizar “a divulgação para informar e atrair a população, utilizando-se de todos os recursos de comunicação, tais como, rádio, televisão, cartazes, jornais, entre outros aparatos midiáticos disponíveis à época” (Schneider; Tavares; Musse, 2015, p. 6). Graças à ampla conscientização sobre a campanha nos “quatro dias iniciais, nove milhões de pessoas foram vacinadas na região metropolitana de São Paulo. A campanha seria estendida aos demais estados nos meses seguintes” (Souza, 2020, p. 273).

Com base na documentação histórica da pandemia, devido à vacinação, “no final de 1975 e a um ônus desnecessário de vidas humanas, a epidemia foi reconhecida e controlada” (Souza, 2020, p. 273). Em nosso movimento de leitura sobre a meningite, colocamos que, em mais um episódio da história brasileira, encontramos pontos de ancoragem de práticas de descaso, em que a promoção da vida é inferior às intenções políticas de permanência do poder das elites.

2.7 H1N1

A pandemia de Influenza A (H1N1), ocorrida em 2009, foi a primeira pandemia do século XXI, como descreveram Greco, Tupinambás e Fonseca (2009, p. 134). Foi causada pelo vírus H1N1, que “era uma combinação tríplice de vírus da influenza suína, aviária e humana”, ou seja, uma variante que provocou a infecção inter-humanos. Em 24 de abril de 2009, a Organização Mundial da Saúde (OMS) “notificou aos países membros a ocorrência de casos humanos de influenza suína,

posteriormente denominada Influenza A (H1N1)” (Milanesi; Caregnato; Wachholz, 2011, p. 723).

Devido à proximidade da ocorrência da pandemia de H1N1, os artigos encontrados na internet sobre o tema têm o enfoque nos aspectos da compreensão da doença em um enquadramento mais médico do que social. Neste sentido, buscamos nesta seção apresentar brevemente o panorama da doença, das formas de políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro da época, e paralelamente, quando possível, trouxemos alguns recortes que dão visibilidade às questões sociais na relação da doença com os sujeitos afetados.

Em 25 de abril, a OMS declarou a Influenza A (H1N1) como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Com esse acontecimento, no mesmo dia, “instituiu-se no Brasil o Gabinete Permanente de Emergência em Saúde Pública (GPESP) para monitorar a situação e indicar as medidas adequadas ao país” (Milanesi; Caregnato; Wachholz, 2011, p. 723). As estratégias propostas para a contenção da doença dizem respeito à identificação precoce dos casos, “instituinto o tratamento e instalando o isolamento dos mesmos, bem como a investigação dos contatos” (Milanesi; Caregnato; Wachholz, 2011, p. 723).

A comunidade científica, conforme Machado (2009, p. 464), mobilizou-se em busca da compreensão das características da doença, de modo que “Passado apenas um mês da notificação do primeiro caso, já estão disponíveis na literatura científica informações sobre o vírus, assim como a descrição de 642 casos da infecção com o vírus influenza A (H1N1) identificados nos Estados Unidos”. De acordo com os dados em circulação, três semanas após a declaração de emergência pública da OMS, “já haviam sido notificados quase 10 mil casos de influenza A H1N1, com 79 mortes confirmadas” (Greco; Tupinambás; Fonseca, 2009, p. 134). Com o avanço do vírus para a maioria das localidades do globo, uma das importantes medidas foi o diagnóstico preciso da contaminação.

Logo no início de maio de 2009, “o Ministério da Saúde do Brasil (MS) recebeu testes para confirmação diagnóstica de Influenza A (H1N1) de origem suína, o que permitiu que, em 7 de maio, fossem confirmados 6 casos dentre as amostras de suspeitos” (Machado, 2009, p. 464). Em 10 de maio, devido à testagem de casos suspeitos, os dados do país consistiam em “8 casos de influenza A no

Brasil, sendo 6 com vínculo de viagens internacionais e 2 autóctones (dentro do território nacional)” (Machado, 2009, p. 465).

O aumento crescente dos casos e a contaminação transnacional acarretaram que, em 11 de junho de 2009, a OMS declarasse que a gripe suína havia alcançado o nível de pandemia, “essa ação foi motivada pela rápida propagação do vírus e não pela gravidade da doença”. (Freitas et al., 2009, p. 24). Vale destacar que, em meio a práticas, os acontecimentos vão se significando, importa assim “o lugar, as condições de produção e a memória se dizendo, por uma narratividade que liga sujeito[s] a este espaço tempo singular” (Orlandi, 2017, p.119). À época, o sistema único de saúde (SUS) já era uma política pública bem estabelecida, e as formas de articulação para o combate à gripe H1N1 se davam nesse âmbito.

O trabalho de Medeiros e Massarani (2011) apontou para o fato de que o Ministério da Saúde iniciou protocolos para a mitigação da doença, sinalizando que “se empregam ações de vigilância que visam a reduzir a gravidade e mortalidade decorrentes da doença, por meio do diagnóstico e tratamento dos casos com agravamento ou com risco para desenvolver a doença grave” (Milanesi; Caregnato; Wachholz, 2011, p. 723).

Como panorama das consequências da pandemia de influenza A H1N1, Augusto et al. (2020, p. 32) trazem dados quantitativos, quais sejam: “no final do ano de 2009, havia sido registrado 2.060 óbitos, na população brasileira, e 95.734 casos de gripe influenza A (H1N1) notificados, distribuídos pelas diferentes regiões”. Além disso, os autores apontam que “O vírus Influenza A (H1N1) em 29 de novembro de 2009, atingiu mais de 420.000 pessoas, com mais de 8.768 óbitos em 207 países” (Augusto et al., 2020, p. 32).

No cenário brasileiro, destacamos algumas das medidas de prevenção e de controle promovidas à época, as chamadas intervenções não-farmacológicas, para reduzir o risco de adquirir ou disseminar as doenças de transmissão respiratória:

[...] higienizar as mãos com água e sabonete antes das refeições, antes de tocar os olhos, boca e nariz e após tossir, espirrar ou usar o banheiro; evitar tocar os olhos, nariz ou boca após contato com superfícies; proteger com lenços (preferencialmente descartáveis) a boca e nariz ao tossir ou espirrar, para evitar disseminação de aerossóis; indivíduos que sejam casos suspeitos ou confirmados devem evitar entrar em contato com outras pessoas suscetíveis. Caso não seja possível, usar máscaras cirúrgicas; indivíduos que sejam suspeitos ou confirmados devem evitar aglomerações e ambientes fechados; manter ambientes ventilados; indivíduos que sejam

casos suspeitos ou confirmados devem ficar em repouso (Greco; Tupinambás; Fonseca, 2009, p. 136).

Para Orlandi (2017, p. 124-125), na memória “funciona o Outro (exterioridade/alteridade constitutiva, ideologia)”. A autora destaca que “as palavras são latentes de seus muitos sentidos desde o início. Não há o “um” mesmo na suposta “origem”. E toda palavra sempre pode tornar-se outra, no balanço das denominações” (Orlandi, 2017, p.125). No jogo das recomendações, as medidas não-farmacológicas foram incentivadas à população como forma de diminuir os impactos da doença, enquanto que na pandemia de COVID-19 essas mesmas medidas foram descredibilizadas pelo governo federal.

O novo quadro de doença no real sócio-histórico faz funcionar diferentes efeitos de sentido que se contradizem, se antagonizam, produzindo uma rede de memórias sobre a égide das condições de produção do discurso. O acontecimento da pandemia H1N1, estando em uma conjuntura que é histórica e social, “põe em funcionamento nossa memória, e nos filia a certos efeitos de sentido, e não outros” (Orlandi, 2017, p. 134), instaurando as medidas não-farmacológicas como um discurso possível.

Já se preconizava como medidas cruciais: a “necessidade de isolamento; utilização de máscaras; quarentenas” (Greco; Tupinambás; Fonseca, 2009, p. 138). É dessa forma que houve, por parte do Ministério da Saúde, a divulgação de informações que “estimularam a sociedade a pensar nas formas de contágio da doença” (Milanesi; Caregnato; Wachholz, 2011, p. 724). Assim, a informação “mobilizou a coletividade para a adoção de hábitos de higiene e etiqueta respiratória que, até então, passavam despercebidos para a maioria das pessoas” (Milanesi; Caregnato; Wachholz, 2011, p. 724).

Os autores sublinham que, à época, os hábitos de etiqueta respiratória e higiene das mãos não eram usuais à população. Destaca-se a questão do “uso do álcool gel para a antissepsia das mãos e o hábito de evitar aglomerações” (Milanesi; Caregnato; Wachholz, 2011, p. 725). Como é apresentado pelos autores, o uso do álcool em gel “era propagado quase que exclusivamente em ambientes hospitalares e de saúde” (Milanesi; Caregnato; Wachholz, 2011, p. 725). Enquanto que, evitar aglomerações “não era corriqueiro, visto que esse hábito só foi estimulado pelo

Ministério da Saúde na vigência da pandemia” (Milanesi; Caregnato; Wachholz, 2011, p. 725).

As práticas sociais se constituem sempre em um processo de disputa por sentidos. A implementação das medidas não-farmacológicas como política pública se sustenta em “processos de significação que constituem a materialidade da ideologia existente na conjuntura histórica e social” (Orlandi, 2017, p. 131), que vêm a produzir discursividades específicas que impactam no combate da doença em território brasileiro.

O trabalho de Machado (2009) aponta para as recomendações do Ministério da Saúde, alertando as pessoas que estiveram em países afetados por Influenza A (H1N1) e sentirem algum dos sintomas da doença devem “procurar um serviço público de saúde imediatamente” (Machado, 2009, p. 467). Existiam, no “país 52 hospitais de referência (ao menos um por estado) para o atendimento de eventuais casos [...]. O isolamento no ambiente hospitalar deve ser realizado em quarto privativo, com vedação na porta e boa ventilação” (Machado, 2009, p. 467). Os mecanismos protocolares de enfrentamento instauram efeitos de sentido na concretude pandêmica e para além dela, ressoando em práticas discursivas posteriores, como foi o caso da COVID-19.

Em caso de sintomas de síndrome gripal, a recomendação foi que o doente deveria “permanecer em casa por sete dias” (Freitas et al., 2009, p. 24). Essa orientação estava associada ao período de incubação do vírus, “os pacientes parecem excretar vírus 1 dia antes do início dos sintomas até 5-7 dias após, ou até a resolução completa da sintomatologia” (Machado, 2009, p.465). As recomendações estruturam-se a partir da observação dos casos da doença e em um movimento de solidariedade global.

A publicidade das formas de prevenção funciona como um dispositivo que instaura sentidos e práticas no corpo social, pela repetibilidade de novas formas de existência no social. De acordo com Medeiros e Massarani (2011, p. 57), “As medidas de contenção podem ter sido recebidas com ceticismo: afinal, se as medidas adequadas estavam sendo tomadas, por que a doença continuou a se espalhar, lotando hospitais e postos de saúde?” Esse discurso assenta-se em uma rede de memórias ligadas ao capitalismo e com relação à estrutura de preparação do sistema de saúde pública, constituindo efeitos de evidência de que a

superlotação não tem como ser evitada. O sistema de saúde, seja ele público ou privado, no sistema capitalista gera lucro, não tem estrutura de atendimento massivo dos doentes, o número de leitos disponíveis é irrisório comparado aos números de sujeitos que deles precisam, seja em um momento de surto ou de epidemia, sempre pode haver superlotação.

Feito esse curto panorama da ocorrência da doença, passamos então para a leitura da Carta aberta do Ministro da Saúde, publicada no ano de 2009, no intuito de tornar público o enfrentamento e o controle do vírus H1N1 diante da possibilidade de uma pandemia. Esse documento é um referencial do modo de discursivização institucional sobre a ocorrência da influenza A H1N1 no Brasil.

Até 31 de maio, que foi a data da publicação do documento, o Brasil estava “com mais de 574 amostras processadas laboratorialmente, foram confirmados, [...] 20 casos” (Temporão, 2009, p. 201). O ministro de então coloca que

Com base em informações e observações ainda iniciais sobre os casos ocorridos fora do País, nota-se que a epidemia tem atingido principalmente crianças e adultos jovens e tem baixa letalidade (<1%). Há um predomínio de casos leves e moderados de síndrome gripal, sendo que a ocorrência de óbito tem sido associada à existência de doença subjacente. Ainda que o vírus tenha se mostrado susceptível ao tratamento com antivirais, grande parte dos pacientes tem se recuperado sem tratamento específico. (Temporão, 2009, p. 201-202).

Na sequência, Temporão (2009, p. 202) pontua que em função do “atual grau de incertezas e a insuficiência das informações disponíveis de países mais afetados, é necessário mantermos o alerta e a ativação dos planos de preparação”. Destacou a importância de revisitar as experiências passadas para o enfrentamento de uma nova doença e colocou a atuação do Ministério da Saúde, diante da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). Em 2003, nas palavras do autor, “somente foi possível seu enfrentamento efetivo a partir do momento em que se compartilhou, internacionalmente, de forma coordenada e solidária, informações e tecnologias que propiciaram conhecer melhor a doença” (Temporão, 2009, p. 202).

Esses acontecimentos indicam que à época havia poucas informações disponíveis em um cenário de muita incerteza. No entanto, a divulgação pública pelo Ministério da Saúde implementa no corpo social a cautela e a cientificidade, representando importantes aliados na promoção da informação. Além disso, o olhar para a prática da solidariedade internacional para a solução de uma crise sanitária é um fator de destaque. O documento ressalta que, pelas tecnologias partilhadas

globalmente, se alcançará o acesso “universal às vacinas e medicamentos” (Temporão, 2009, p. 202) para superação da Influenza A H1N1.

Sublinhamos a articulação apresentada na carta aberta quanto à divulgação de informações para a conscientização da população sobre a nova ameaça na saúde pública. A entrada da H1N1 nos territórios estrangeiros ocorreu em função da migração de pessoas, neste sentido, de acordo com o documento, como forma de conscientização foram disseminados:

[...] avisos sonoros feitos pela Infraero e divulgados pela tripulação durante os vôos e também nos saguões dos aeroportos, que contam ainda com televisores e banners espalhados em pontos estratégicos para alertar os passageiros [...]. Foram veiculadas 53 inserções de lettering (comunicado em que uma voz narra um texto) em oito emissoras de televisão (até 30/04) e peças publicitárias com o personagem “Dr. Bactéria”, sobre as medidas de prevenção, na TV e no rádio (Temporão, 2009, p. 202-203).

Além disso, a carta aberta aponta para o fato de que o Ministério da Saúde divulgou publicações “de esclarecimentos nos principais jornais do País, disponibilizou um *hotsite* sobre a doença, com links no Portal e confeccionou um milhão de folders e 400 mil cartazes sobre medidas de prevenção contra gripe, para distribuição na rede pública” (Temporão, 2009, p. 203). Ressalte-se a publicidade quanto ao tratamento disponível e a atuação do Ministério da Saúde quanto à aquisição do antiviral, considerando o estoque de matéria-prima no Brasil e a capacidade de realizar nove milhões de tratamentos para influenza.

Um último destaque da carta aberta divulgada pelo Ministério da Saúde diz respeito ao tema da vacina, indicando que “A Organização Mundial de Saúde fornecerá o lote semente da vacina para todos os laboratórios com capacidade de produção, incluindo o Instituto Butantan, em São Paulo” (Temporão, 2009, p. 204). Nesse sentido, mesmo não havendo ainda uma vacina disponível, há a menção do tema, marcando um espaço de efetivação de intenções políticas em prol da imunização da população brasileira contra a influenza H1N1.

O Ministério da Saúde publicou em junho de 2009 a Nota Técnica - Novo vírus influenza A (H1N1), tratando, segundo Augusto et al (2020), das “recomendações da OMS, tanto nas questões referentes a situação epidemiológica, que apontava para o quadro de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), como para as questões ético-legais no atendimento à

população” (Augusto et al, 2020, p. 32). Há, em funcionamento, um alinhamento da condução da pandemia com as orientações mundiais.

O percurso de leitura feito no caso da pandemia de Influenza A H1N1 sustentou a capacidade de enfrentamento das instituições brasileiras em promoção da saúde pública em várias frentes, tais como o monitoramento dos casos, medicação e vacinação, seguimento das recomendações da OMS e de acordos internacionais de solidariedade para a gestão da crise sanitária. Isso repercute na prática de publicidade e cientificidade no combate à pandemia. Dito isso, avançamos para alguns efeitos de fechamento sobre o presente capítulo.

2.9 EFEITOS DE FECHAMENTO

O percurso histórico traçado se constituiu como um efeito de memória, que está inscrito em práticas sociais que perduram ou são anuladas pelas mudanças da sociedade ou, ainda, alteradas para atenderem a novas pautas, no movimento discursivo demandado pela formação social, diante das crises sanitárias. Nossa interpretação se constituiu na montagem de práticas alicerçadas em nossa experiência leitora, vivenciada pandemia após pandemia. Desse modo, nosso olhar prioriza as formas de descaso, em que a vida se sujeita à morte.

Nos detivemos nos apontamentos decorrentes da leitura de ocorrências nas conduções das pandemias, denominando-as de “as formas de descaso”, dando relevância às repetibilidades, aos equívocos e aos modos de naturalização e de constituição de evidências em relação ao tratamento dado pelo Estado às crises. Sustentamos nossa interpretação no conceito de polissemia, que consiste, de acordo com Orlandi (2017, p. 105), como “os vários movimentos de sentido no mesmo objeto simbólico, sentidos que partem em diferentes direções, desorganizando o espaço de significação”. Assim, a designação “forma de descaso x” vem a funcionar, derivando dos efeitos das práticas sociais vigentes em cada pandemia.

Além do conceito de polissemia, sustentamos nosso movimento de leitura sobre as formas de descaso na ocorrência de pandemias no conceito de sítio de significação, também de Orlandi. Assim, o nosso movimento de análise “inscreve as formulações em lugares determinados do processo de significação” (Orlandi, 2017,

p. 118). Por esse conceito, pretendemos instaurar “um lugar de significação concreto/material, um *locus significandi*, *locus significativo*, com sua memória que passa a funcionar [...], por si” (Orlandi, 2017, p. 118).

Uma primeira forma que em nossa leitura significou como um efeito de repetibilidade no material historiográfico diz respeito ao que designamos forma de descaso político. Passamos agora a caracterizá-la, o seu modo de produzir a morte se relaciona com a sobreposição dos interesses políticos dos detentores do poder, em detrimento das necessidades da população. Assim, a forma de descaso político está relacionada às práticas de manutenção do poder, não havendo uma intenção de proteção contra os infortúnios da doença às classes menos privilegiadas.

Na nossa leitura sobre o descaso político, acrescentamos o modo como ele constitui efeitos de sentido durante as condições de produção da gripe espanhola, em particular no Brasil. Nesse cenário, os governantes que precisavam desenvolver ações políticas para diminuir as perdas humanas em função do vírus acabaram por atacar a imprensa, censurando os jornais que buscavam alertar sobre a gripe espanhola, marcando novamente as nuances do descaso político.

Desde os primeiros surtos da febre amarela, nas condições de produção brasileiras, compreendemos a presença da forma de descaso político quanto ao combate à doença. Diante das recomendações dos especialistas da época quanto à profilaxia, entram em disputa as questões econômicas e, com isso, as práticas políticas centradas na economia em detrimento da população se acentuam, sem que seja promovido um enfrentamento à doença.

Na ocorrência da meningite, em 1971, no Brasil, destacamos o descaso político pela censura do governo ditatorial vigente que negava a existência da doença e impedia a circulação de informações e a efetiva assistência aos doentes. A forma de descaso político produziu, por exemplo, a superlotação do único hospital responsável à época pelo tratamento dos acometidos. Assim, compreendemos que a censura da informação enquanto ato político produz a morte funcionando pela forma de descaso de desinformação, que será detalhada mais à frente.

Uma segunda forma observada na sua repetibilidade diz respeito ao que denominamos de forma de descaso técnico, que deriva da falta de conhecimento científico adequado para enfrentar as epidemias, bem como da falta de profilaxia eficiente para combater cada doença. Se, por um lado, o poder do domínio do

discurso religioso impunha ao corpo social a doença como castigo divino, por outro, o poder das instituições religiosas, por se estabelecer por meio de dogmas, rejeita o conhecimento científico, o que significou atrasos significativos para a saúde pública. Cabe, assim, destacar que a teoria dos miasmas e dos humores vigente desde os tempos de Hipócrates perdurou até muito recentemente no século XIX, produzindo mortes pelo desconhecimento quanto ao enfrentamento de epidemias e pandemias.

Durante a Gripe Espanhola, na condução brasileira da crise, o descaso técnico assume duas novas características, a do despreparo do sistema de saúde brasileiro da época para a mitigação dos efeitos da doença, o que provocou um quadro alarmante de morte, e a da desinformação quanto ao uso de medicamentos, em que pela falta de suporte do sistema de saúde a automedicação passa a ser uma prática das camadas menos favorecidas. Podemos dizer que a falta de estrutura do sistema de saúde para atender a população também se materializa como descaso técnico.

No que tange à varíola, no Brasil, compreendemos que o modo como se estruturou a campanha de vacinação se constitui como uma forma de descaso técnico. Em nossa leitura, devido a processos autoritários para promover a sanitização e urbanização do Rio de Janeiro, em que as autoridades produziram com a derrubada dos cortiços o processo de favelização, promoveu-se a insatisfação por parte da população diante da obrigatoriedade da vacinação e da reurbanização da cidade. Essa insatisfação, juntamente com a desinformação acrescida de boatos sobre a vacina, gera um quadro dramático de rejeição, em que o principal beneficiário do processo da imunização se identifica contra a possibilidade de melhora da sua condição de vida. Desse modo, há estreita relação entre as formas de descaso: político, material, de desinformação e técnico.

Na ocorrência da febre amarela, houve uma forma de descaso técnico que se diferencia dos anteriormente apontados, tendo em conta que as descobertas científicas da forma de contágio da doença se aliaram à ideologia econômica liberal para rechaçar práticas de quarentenas e de isolamento de pessoas contaminadas. Se, de um lado, a febre amarela não era transmitida de pessoa a pessoa, por outro, essa não-transmissão de pessoa a pessoa generalizou-se, não permitindo isolamento em outras doenças, contribuindo para a disseminação de pandemias.

O descaso técnico funcionou no período de surto da meningite, em 1971, não pela falta de conhecimento disponível sobre a doença, mas por escolhas políticas. O governo ditatorial impediu a circulação de informações sobre a doença em meio ao agravamento da situação em território nacional para manter a imagem do milagre econômico em evidência. Em função disso, o descaso técnico constituiu-se pela automedicação da população em que a ingestão de medicamentos sem prescrição adequada aumentou a resistência do vírus. Nessa análise, é possível identificar os efeitos materialmente nocivos que as condições socio-históricas das práticas sociais produzem sobre os sujeitos.

Uma terceira forma de descaso interpretada por nós no âmbito da repetibilidade corresponde ao que denominamos de forma de descaso material, marcada pelas péssimas condições de higiene, moradia, saneamento e infraestrutura para as populações. Chamamos essa forma de descaso material para marcar que as condições concretas de vida dos trabalhadores produzem a ocorrência de doenças e, conseqüentemente, a morte.

Na ocorrência da tuberculose, no caso brasileiro, o descaso material decorre das precárias condições de vida da classe trabalhadora. Com a falta de trabalho e de moradias adequadas, como consequência do modo dramático com que o país lidou com o fim da escravidão, sem qualquer reparação social, e do incentivo à imigração em massa para o 'branqueamento' social, resultou em sérios problemas sociais para esse coletivo.

Em nossa leitura sobre o Cólera, a forma de descaso material produziu a contaminação e a morte da população devido às péssimas condições de salubridade, com a ausência de sistema de saneamento e falta de água potável. Os surtos de cólera no Brasil sinalizam para a forma de descaso material em duas interfaces, a saber: 1) a questão racial; 2) questão socioeconômica, pois a contaminação se dá por meio hídrico, atingindo as populações mais pobres e, principalmente, a população negra, que habitava espaços urbanos sem saneamento básico e água potável.

O descaso material durante a ocorrência da febre amarela atinge os sujeitos das classes mais baixas, trabalhadores livres e escravizados. A historiografia descreveu que a doença afetou com maior intensidade os imigrantes e fazendo funcionar, assim, uma memória repetida durante a gripe espanhola de uma doença

democrática e socialista, que tende a produzir efeitos de sentidos muito distintos das práticas ligadas às populações pretas e pardas brasileiras.

Nos surtos de meningite, a forma do descaso material produz práticas de morte para sujeitos que vivem à margem do espaço urbano. As condições precárias de moradias em favelas e cortiços favoreciam a contaminação das classes operárias, fazendo dessa parcela a mais afetada. Com a migração, na década de 1940, para suprir as demandas de mão de obra das indústrias paulistas, as condições que já eram problemáticas se agravaram, produzindo um cenário propício à pandemia que viria a ocorrer a partir de 1971.

No caso da pandemia de H1N1, como em outras ocorrências, a forma de descaso material, apesar de o SUS implementar políticas públicas que resultam em melhora nos cuidados com a saúde, as bases capitalistas que sustentam as práticas sociais impedem que o acesso seja igualitário, por visar lucro. Assim, como muitas vezes o único recurso às populações menos privilegiadas economicamente é o SUS, a superlotação dos hospitais e postos de saúde ocasiona o descaso material.

Uma quarta forma de descaso pela nossa leitura é a desinformação. Na ocorrência da gripe espanhola, ela é consequência do negacionismo e da minimização da gravidade da doença, que impede a sua prevenção. Nesse cenário, os governantes que deveriam desenvolver políticas públicas em defesa da população atacaram a imprensa, censurando os jornais que buscavam alertar sobre a gripe espanhola, marcando-se uma relação entre a forma de descaso de desinformação e a forma de descaso político.

Uma quinta forma de descaso que produziu efeitos de repetibilidade é a forma de descaso numérico, que perpassa a maioria das pandemias, produzindo o efeito de apagamento dos milhões de afetados pela doença em função da sua condição social. Compreendemos, por meio dessa forma de descaso, que a marginalização desses sujeitos nas estruturas de poder consolida o apagamento de suas mortes, funcionando pela sobreposição das estatísticas às narratividades das classes baixas.

Na ocorrência da tuberculose, por exemplo, as classes mais baixas da estratificação social que morreram em função da doença se transformam em números, quantidades, produzindo-se um efeito de apagamento desses sujeitos ao longo da história. Da mesma forma, em tempos em que a estatística inexistia, o

efeito ideológico de apagamento torna-se mais eficiente, pois, na maioria dos casos, não se tem quaisquer registros da experiência no corpo social das classes trabalhadoras, seja ela livre ou escrava.

Uma sexta forma de descaso se estrutura pela eliminação sistemática de grupos étnicos, esta foi praticada quando da ocorrência da varíola, funcionando como arma biológica na conquista dos territórios da América, durante o período das colonizações dos europeus. Nesse período, as minorias étnicas foram acometidas por uma doença, cuja imunização não era conhecida, o que contribuiu para a extinção do grupo autóctone asteca. No Brasil, a doença também foi trazida pelos portugueses, acometendo as comunidades indígenas desde os primeiros contatos do povo português com os nativos.

Assim, a conquista foi tida como um ponto positivo para os europeus, grupo dominante no poder, mas para os nativos implicou em morte e em extinção. Defendemos com isso que a ocorrência da varíola tem uma forma particular de descaso que persiste na formação social contemporânea. Trata-se da forma de descaso étnico, em que, embora as doenças possam acometer a todos, a assistência e o tratamento dispensado aos sujeitos que ficam à margem do sistema, tais como: afro-brasileiros e indígenas, inexistiu ou foi menos efetiva, com recursos insuficientes para o atendimento necessário.

Essa forma de descaso, se materializa em função de que determinados grupos de sujeitos são subjugados ao longo da história, exemplo observado quando da chegada da vacina da varíola no Brasil, em que meninos negros escravizados foram utilizados como receptáculo do vírus, viajando para a Europa e depois retornando para o Brasil contaminados, isso para garantir a eficácia da imunização da classe abastada. Ressaltamos que a escravidão, que avançou até o fim do século XIX, segue produzindo formas de descaso no tempo presente.

Portanto, nesse fechamento da historicidade das pandemias, sustentamos um efeito de deriva do objeto de pesquisa descaso para a existência das formas de descaso que emergem e permanecem como práticas sociais em circulação. Essas formas instalam o nosso dispositivo de leitura sobre a pandemia de COVID-19, em que práticas de morte se repetiram e irromperam como diferença, instaurando novas formas de descaso na estrutura da formação social. É com base nessas formas de

descaso que a luta de classes que estrutura a sociedade, estrutura igualmente o direito dos cidadãos à vida ou condena-os à morte por meio da necropolítica²⁰.

O próximo capítulo trata do percurso histórico da institucionalização das comissões parlamentares de inquérito (CPI), que vêm a ser um instrumento que sustenta a leitura sobre a CPI da pandemia de COVID-19, para a partir do relatório da CPI da Pandemia estabelecermos as suas formas de descaso nas análises.

²⁰ Segundo Almeida (2021, p.1), “O conceito de necropolítica introduzido no debate público por Achille Mbembe tem sido frequentemente mobilizado para a reflexão acerca das formas de violência perpetradas pelo Estado, especialmente contra as populações mais pobres e as minorias raciais”, violência essa que resulta na morte sistemática desses grupos sociais.

3 DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO AO RELATÓRIO DA CPI DA PANDEMIA: OLHARES ÀS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

Entende-se, hoje, que a COVID-19, mais do que uma pandemia, é uma sindemia, pois o perfil dos mortos e infectados não é aleatório, variando conforme condições socioeconômicas que deixam alguns segmentos demográficos mais vulneráveis do que outros. (Senado Federal, 2021, p. 646)

Para compreender a materialidade das formas de descaso na discursivização da pandemia de COVID-19, tomamos como relevante abarcar o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPI da pandemia), que foi aprovado em 26 de outubro de 2021, como parte fundamental do arquivo dessa pesquisa de doutorado. É assim que surgiu a demanda em torno de gestos de leitura sobre as comissões parlamentares de inquérito.

Levando em consideração que todo discurso possui condições históricas de sua existência, propomos no presente capítulo a apresentação dos seguintes aspectos: (1) a noção de condições de produção em Análise de Discurso (AD), em um movimento de costura entre os aspectos históricos e teóricos; (2) a institucionalização das CPIs, que abarca um percurso histórico de 1946 a 2016, observando a redação das Constituições de 1946 e 1988, e da lei nº 1.579 de 1952 e suas alterações; (3) as condições de produção da CPI da pandemia, que teve como objetivo a apuração das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da COVID-19 no Brasil; (4) O relatório da CPI da pandemia e as formas de descaso.

3.1 UM PERCURSO HISTÓRICO DE 1946 A 2016

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) foram instituídas primeiramente pela Constituição dos Estados Unidos do Brasil, no ano de 1946. À época, o general Eurico Gaspar Dutra era o presidente eleito do país, após a queda de Getúlio Vargas. A nova constituinte foi, segundo Baleeiro e Lima Sobrinho (2012, p. 26), uma demanda de fatores políticos, tendo sido inspirada “pelo pensamento de

uma reação contra os exageros do presidencialismo da República Velha, ou contra as tendências ditatoriais”.

Como afirmou Pêcheux (2014, p. 74), o processo de produção do discurso consiste no “conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas”. Para o autor, essa afirmação pressupõe, por um lado, o estudo do discurso ancorado no funcionamento linguístico, estruturas sintáticas, semânticas, etc., e, por outro, em relação às ‘circunstâncias’ do discurso, às quais o autor chama de condições de produção, que correspondem à exterioridade e à historicidade, instâncias materiais e concretas que constituem sentidos para os discursos. Essas circunstâncias decorrem de processos discursivos que Pêcheux (2014a, p. 148) define como “sistema de relações, de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos - significantes - em uma formação discursiva dada”.

Na perspectiva discursiva, consideramos a constitucionalidade da CPI tomada como um discurso que foi lido tanto em sua base linguística, observando a própria redação da lei promulgada e publicada, considerando o funcionamento dessa base linguística a partir de processos discursivos, o trabalho com a língua na história, que considera as condições sócio-históricas que produzem a sua existência, ligada a questões de ordem política, econômica, social e cultural.

Para Pêcheux (2014, p. 78), “os mecanismos de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso” constituem as condições de produção. Por “protagonista” entendemos os sujeitos ocupantes de posições determinadas na estrutura de uma formação social, constituindo efeitos de sentido a partir de suas posições. É por essa razão que, para o autor, o discurso centra-se em sujeitos, que se desdobram em locutor - o sujeito da enunciação - e o sujeito universal/sujeito da ciência “ou que se pretende como tal” (Pêcheux, 2014a, p. 198).

Todo objeto de discurso é significado em relação à posição de sujeitos anteriormente apresentados, podendo-se dizer que é um “objeto imaginário, (a saber, o ponto de vista do sujeito)” (Pêcheux, 2014, p. 83). Um importante avanço na interpretação da categoria de referência, pois, para Pêcheux, as posições-sujeito são constitutivas dos efeitos de sentido, materializando, assim, a questão da incompletude da linguagem e da divisão do sujeito.

As eleições de 1945 trouxeram um cenário inédito: “pela primeira vez, na história política do Brasil, sentavam-se no Parlamento fortes bancadas de Comunistas (16) e de trabalhistas, de sorte que número considerável de proletários teve voto” (Baleeiro; Lima Sobrinho, 2012, p.10). A presença de sujeitos que se revestem ideologicamente em posições contrárias ao *status quo* vigente, tende a marcar o espaço contraditório do político, os embates das posições tornam visíveis as heterogeneidades próprias da sociedade.

Foi também pela Constituição de 1946 que se restabeleceu a tripartição de poderes: com o executivo, o legislativo e o judiciário. Durante o Estado Novo, havia sido extinto o poder Legislativo, enquanto que o Judiciário havia perdido amplamente sua capacidade de atuação, como aponta Garcia (1999, p. 61), “o fortalecimento do Governo Federal se manifestou, principalmente, pela concentração de poderes no Executivo. Com o fechamento do Congresso e das Assembleias estaduais, transferiu-se ao ‘Presidente’, o poder de legislar”.

Em uma leitura do processo histórico, trazemos, portanto, como efeito de sentido, a necessidade de que as eleições democráticas de 1945 respondessem às demandas de uma ampla redemocratização dos processos políticos do país. A instituição das CPIs na constituinte se deu na seguinte redação: “Art. 53 - A Câmara dos Deputados e o Senado Federal criarão Comissões de inquérito sobre fato determinado, sempre que o requerer um terço dos seus membros” (Brasil, 1946, S/P). Nessa redação, a questão da quantidade em caráter de minoria de membros necessários para a abertura da investigação constitui efeitos de evidência de que há uma democracia.

Ancorada na Constituição de 1946, no ano de 1952, foi promulgada a lei nº 1.579, que dispõe especificamente sobre as CPIs. À época, Getúlio Vargas era o presidente eleito do país e, como aponta Rhoden (2022, p. 97), “as Comissões Parlamentares de Inquérito fortalecem o controle e a fiscalização, sendo este fortalecimento uma das condições para o melhoramento da qualidade institucional das democracias”.

Ao longo dos anos, ocorreram importantes alterações na redação da lei nº 1.579, são os casos da lei nº 10.679, de 2003 - que dispõe sobre a atuação de advogado durante depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. À época, o presidente da república eleito era Luiz Inácio Lula da Silva, mas, no período

do decreto de lei, o vice-presidente José Alencar Gomes da Silva estava em exercício. A alteração se deu em específico nos incisos do art. 3º que normatiza que “Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal” (Brasil, 2003, s/p). Assim, a lei modificou o parágrafo único que passou a ser § 1º e incluiu o § 2º “O depoente poderá fazer-se acompanhar de advogado, ainda que em reunião secreta” (Brasil, 2003, s/p).

De modo geral, podemos considerar que as alterações demonstram um processo de aperfeiçoamento da lei vigente, atendendo às demandas de cada momento sócio-histórico. Essas alterações não acontecem de modo espontâneo, são derivadas de embates constantes das lutas de classe que permeiam a estrutura heterogênea da sociedade capitalista.

A lei nº 13.367, de 2016, altera significativamente a redação da lei de 1952 e a de 2003. Quando da alteração, em 2016, o presidente em exercício era Michel Temer, devido ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Já na alteração do art. 1 da lei nº 1.579 há um importante destaque, que atualiza a redação com a Constituição de 1988. Antes de avançarmos à alteração da lei, entendemos necessária uma breve apresentação sobre a constituição em tela.

A Constituição Federal de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, foi promulgada no contexto político da redemocratização do país, após o período da ditadura militar que durou de 1964 a 1985. À época, José Sarney era o presidente, tendo assumido a presidência após a morte de Tancredo Neves, efetivamente eleito em 1985.

No ano de 1987, ainda no processo de votação do texto da Constituição, o então presidente da Assembleia Nacional Constituinte Ulysses Guimarães já se manifestava: “Repito: esta será a Constituição cidadã. Porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros... Esta Constituição, o povo brasileiro me autoriza a proclamá-la” (Bonavides, 1991, p. 466). A Constituinte teve participação popular: “sugestões e emendas com milhões de assinaturas chegaram ao Congresso e foram submetidas à Comissão de Sistematização, permitindo-se aos indicados pelos subscritores das mesmas, o direito de palavra no plenário” (Bonavides, 1991, p. 475). Esse fato histórico tem grande importância, como assinala o autor, pois as reivindicações de caráter mais constante propostas nas emendas populares

passaram a ser defendidas por determinados constituintes no período dos debates e de votações.

Na constituição de 1988, as CPIs são reguladas pelo § 3º do art. 58:

As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores (Brasil, 1988, s/p, grifos nossos).

Os destaques realizados correspondem à ampliação da caracterização das CPIs com relação à redação da Constituição de 1946. Nesse sentido, há indicações de avanços nas funções das CPIs para a manutenção dos processos democráticos. A partir da abertura do processo em caráter de minoria, a sua investigação assume o poder das autoridades judiciais, isto é, por julgar as causas conforme a constituição do Estado, pode interpretar e deliberar sobre os fatos apurados.

Outro aspecto diz respeito às conclusões das investigações, ao instituir a possibilidade de encaminhamento ao Ministério Público para que haja a responsabilização dos crimes que foram investigados, constituindo efeito de uma maior seriedade do trabalho das comissões. Sendo assim, em 2000, é promulgada a Lei Nº 10.001, de 04 de setembro, que “Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito” (Brasil, 2000), regulando assim o modo como o Ministério Público procederá com as conclusões recebidas das CPIs.

Optamos por realizar esse breve movimento entre as redações das constituições de 1946 e 1988, trazendo a citação da lei Nº 10.001, pois, como afirmou Pêcheux (2014, p. 78), é impossível analisar um discurso como se ele fosse um texto, ou seja, com uma sequência meramente linguística fechada em si mesma. Faz-se necessário referir o discurso analisado “ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção”.

Como apontam Pêcheux e Fuchs (2014), o termo “produção” em AD diz respeito ao mesmo tempo à expressão “produção de um efeito” e à produção econômica que estabelece as divisões de classe, sem descartar que o efeito e as

relações de classe são sempre “produção” de sujeitos sócio-históricos. Como apresenta Courtine (2009, p. 51), as condições de produção do discurso são o lugar onde se realiza “uma psicologia espontânea das determinações propriamente históricas do discurso”. Orlandi (2017, p.115) assinala que as condições de produção são o “onde” do discurso, um efeito que se estrutura na “materialidade do espaço”.

De acordo com Courtine (2009, p. 51-52), as determinações históricas condizem ao “estado das contradições de classe em uma conjuntura determinada, a existência de relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado, no centro de um aparelho, o que remete a situações de classe”. É assim que Oliveira e Radde (2020, p. 49) comentam, com base em Courtine, que os sentidos do discurso dependem “das relações do indivíduo com o grupo, da situação da enunciação, da conjuntura histórica e das relações sociais”.

Sendo assim, optamos por discutir brevemente as contradições do modelo capitalista próprias ao processo que acarretou o fim do regime militar e a gradativa redemocratização do país. Como destaca Oliveira (2005, p. 31), a redemocratização se anuncia a partir da década de 1970, em função da quebra do petróleo e do conseqüente fim do milagre econômico. O Presidente Geisel buscou “promover a ‘redemocratização’, no momento em que havia ainda alguma prosperidade econômica, antes que as implicações e os custos para o regime fossem ainda mais amplos”, ocorre a simulação de um benefício à formação, apagando o iminente declínio do regime militar.

Também há de se considerar outro fator que pressionou a redemocratização do país, isto é, a organização de “diversos grupos da sociedade que reivindicavam a volta do estado de direito” (Oliveira, 2005, p. 32). Gradativamente houve importantes alterações como foi o caso das eleições para o Congresso, em 1974, em que “um novo quadro passa a se configurar na correlação de forças no interior do governo” (Oliveira, 2005, p.33) com a presença cada vez maior de membros do partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro) - oposição consentida ao Governo.

Nas eleições indiretas de 1978, foi eleito o Presidente-General Figueiredo, candidato apoiado por Giesel. É nesse cenário que se destacam novamente as questões econômicas vigentes no país com o endividamento externo, sendo que “a taxa inflacionária marcava 40%” (Oliveira, 2005, p. 41). Os acontecimentos até aqui discutidos e apresentados dizem respeito ao que Orlandi (2002) definiu como

condições de produção em sentido amplo, ou seja, o contexto sócio-histórico e ideológico constitutivo do discurso. Como afirma a autora, “O contexto amplo é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas instituições” (Orlandi, 2002, p. 31), bem como a história, no sentido de “produção de acontecimentos que significam” (idem).

Com isso, retornamos à última redação dada ao art. 1 da lei 1.579, no qual se estabelece que as CPIs “[...] terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com ampla ação nas pesquisas destinadas a apurar fato determinado e por prazo certo” (Brasil, 2016, s/p).

As condições de produção de um discurso também se apresentam em sentido estrito, o que, para Orlandi (2002), diz respeito às condições da enunciação, isto é, o contexto imediato em que determinado discurso ocorre. Neste sentido, podemos apontar como sendo condições estritas na promulgação de uma lei federal no Brasil o fato de serem primeiramente projetos de lei que tramitam na Câmara de Deputados e no Senado Federal. Os sujeitos estritos que são os deputados e senadores avaliam, alteram e votam os projetos de lei, que, quando aprovados nas duas Casas, são enviados ao presidente da República para sanção, tornando-se decretos de lei que são publicados no Diário da União.

Avançamos, assim, ao art. 2º, que dispõe das atividades da CPI no exercício de suas atribuições, elas poderão:

[...] determinar diligências que reputarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar da administração pública direta, indireta ou fundacional informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença (Brasil, 2016, s/p).

Nesse sentido, para exercer investigação cabível, a lei tipifica relevantes meios de obtenção das informações para o devido encaminhamento da investigação, podendo-se desde convocar Ministros de Estado e autoridades federais, estaduais e municipais, a solicitar documentos da administração pública.

Para o entendimento das condições de produção, Orlandi (2002, p. 31) apresenta a noção de interdiscurso, definido como “o saber discursivo que torna possível todo dizer [...], o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada

tomada da palavra”. Como afirma Orlandi, o interdiscurso compreende o conjunto de formulações feitas e que podem até mesmo ter sido esquecidas, mas que mesmo assim continuam determinando o que dizemos.

Em termos metodológicos, “é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade” (Orlandi, 2002, p. 33), isto é, para a compreensão do efeito de sentido. É assim que as tomadas de decisão do analista, no batimento da teoria com o *corpus* da pesquisa, vão se constituindo em um processo de entendimento das condições de produção do discurso com um olhar de seleção do que é relevante para a leitura do arquivo.

A partir disso, retomamos a compreensão sobre os artigos da lei, o art. 3º trata das questões dos indiciados e das testemunhas da CPI, dispõe-se que eles “serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal” (Brasil, 2016, s/p). Portanto, obedecerão à mesma legislação à qual indiciados e testemunhas respondem em julgamentos no âmbito judiciário.

No processo de leitura das condições de produção do discurso, é possível que determinados efeitos de sentido afetem com maior ou menor incidência o analista de discurso. Essa questão de “ser afetado” pelos sentidos constitui parte da reflexão de Orlandi (2002, p. 34), em que preconiza que, para se evitar uma leitura equivocada, devemos “construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse ‘saber’”, isto é, pretendemos construir uma leitura discursiva que “consiste em “considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito”.

A Lei nº 13.367, de 2016, incluiu o Art.3º-A²¹, que regula uma especificidade dentre as incumbências do presidente da CPI ao qual “cabará [...] por deliberação desta, solicitar, em qualquer fase da investigação, ao juízo criminal competente medida cautelar necessária, quando se verificar a existência de indícios veementes da proveniência ilícita de bens” (Brasil, 2016, s/p). Conforme o site do Conselho

²¹ Segundo determina a LEI COMPLEMENTAR No 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998, quando da inclusão de artigo, “[...] é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo, referidas no inciso V do art. 10, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo ou unidade imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)”. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm> Acesso em: 1 nov. 2025.

Nacional do Ministério Público - CNMP -, uma medida cautelar “é um pedido para antecipar os efeitos da decisão, antes do seu julgamento”, as CPIs não têm a competência de aplicação de tais medidas, havendo necessidade de solicitar aos órgãos judiciais competentes para que estes os façam.

O art. 4º é um dos que não sofreu alteração no curso da história, seu teor diz respeito ao que constitui crime para uma CPI:

I - Impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros.

Pena - A do art. 329 do Código Penal.

II - fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito:

Pena - A do art. 342 do Código Penal (Brasil, 1952, s/p).

O art. 5º não sofreu qualquer alteração ao longo dos anos e dispõe sobre o relatório final da investigação. Assim, tem-se que “As Comissões Parlamentares de Inquérito apresentarão relatório de seus trabalhos à respectiva Câmara, concluindo por projeto de resolução” (Brasil, 1952, s/p). Esse artigo possui dois incisos:

§ 1º. Se forem diversos os fatos objeto de inquérito, a comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.

§ 2º - A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a sessão legislativa em que tiver sido outorgada, salvo deliberação da respectiva Câmara, prorrogando-a dentro da Legislatura em curso (Brasil, 1952, s/p).

O art. 6º dispõe que “O processo e a instrução dos inquéritos obedecerão ao que prescreve esta Lei, no que lhes for aplicável, às normas do processo penal” (Brasil, 1952, s/p). A este se seguiu a inclusão do Art. 6º - A, que trata sobre as conclusões do processo:

A Comissão Parlamentar de Inquérito encaminhará relatório circunstanciado, com suas conclusões, para as devidas providências, entre outros órgãos, ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, com cópia da documentação, para que promovam a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adotem outras medidas decorrentes de suas funções institucionais (Brasil, 1952, s/p).

Uma importante inclusão na Lei nº 1.579, visto que a adequa ao que se institui na Constituição de 1988, como foi discutido anteriormente. Cabe destacarmos o fato de que um segundo órgão competente, linearizado na redação

do art. 6º - A é a Advocacia-Geral da União, que pode receber as conclusões para as devidas providências. Para fechamento da lei, o Art. 7º dispõe que ela entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Neste sentido, o percurso de elaboração da constitucionalidade das CPIs foi sendo trilhado ao longo de setenta anos, com mudanças de sua redação e inclusões de artigos e incisos importantes para a sua atuação na investigação e apuração de fatos como foram as ações e omissões do Governo Bolsonaro durante a Pandemia de COVID-19.

Trata-se de um percurso histórico marcado por sujeitos sociais em diferentes posições ideológicas, afetados por condições políticas heterogêneas dentro das condições socioeconômicas capitalistas. As alterações da lei e criação de lei complementar para regular as conclusões da investigação constituem um mecanismo importante para a melhoria da prática democrática através das CPIs, pois de dentro do sistema político se estabelece uma instância investigativa que pode apurar e encaminhar às autoridades competentes as conclusões para as tomadas de providências.

3.2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA CPI DA PANDEMIA

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPI da Pandemia), também ficou conhecida na mídia como CPI da COVID. Desde as primeiras medidas para sua instituição, já se manifestou o espaço contraditório das disputas políticas em torno da investigação. Queremos destacar a função da mídia como prática discursiva, no que apontou Orlandi (2017, p. 242), ela “está presente, continuamente, na relação dos sujeitos entre si e com a sociedade em que vivem, assim como na relação com o político, que constitui a vida social em suas divisões, relações de força”. Trazemos, nesta seção, recortes de trechos de notícias e de matérias jornalísticas que circularam antes, durante e após a vigência da CPI da pandemia, no intuito de compor um percurso das condições de produção ampla e estritas, no sentido proposto por Orlandi (2002), funcionando como dispositivo para a leitura dos efeitos de sentidos produzidos e derivados das práticas discursivas da CPI.

3.2.1 Movimentos para a instauração da CPI da Pandemia

*Durante 337 dias, entre 20 de maio de 2020 e 22 de abril de 2021, o Ministério da Saúde manteve no ar, contra evidências científicas e pedido formal do Conselho Nacional de Saúde, recomendação para uso de cloroquina em casos leves, moderados e graves de COVID-19. O documento foi apagado no portal do ministério às vésperas da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid no Senado.*²²

Marta Salomon

Desde fevereiro de 2021, localizamos nos portais de notícias *online* conteúdos sobre a movimentação política em torno do tema da CPI da pandemia. Um exemplo é a notícia da Jovem Pan diz que: “O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, vai ao Senado nesta quinta-feira, 11, atendendo o convite de parlamentares para esclarecer dúvidas, necessidades e ações para o enfrentamento da pandemia de coronavírus no país”²³. Essa participação do ministro da saúde no senado vem a ser uma resposta às movimentações da oposição ao governo Bolsonaro quanto à instalação de uma CPI, para apuração da atuação federal quanto ao enfrentamento adequado à crise sanitária.

Na CNN Brasil, o tema da fala de Pazuello é comentado pelo proponente da CPI, Randolfe Rodrigues: “O depoimento não foi satisfatório, lamentavelmente ele [...] levantou mais dúvidas que só podem ser averiguadas numa CPI”²⁴. Assim, à época, o senador sustenta que daria prosseguimento ao pedido da abertura de uma CPI no âmbito do Senado e declara que acreditava no compromisso do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para a continuação do processo e esclarece que, caso Pacheco não dê prosseguimento à CPI, irá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). Nas palavras de Randolfe: “Não gostaríamos de ir até o Supremo, mas faremos tudo que for necessário para que esse direito da oposição seja assegurado. A essa altura não é uma CPI da oposição, é uma CPI necessária

²²Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/queima-de-cloroquina-pre-cpi/> > Acesso em 10 set. 2024.

²³ Disponível em: < <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/tentando-evitar-cpi-pazuello-fala-ao-senado-so-bre-atrasos-em-vacinacao-e-crise-no-amazonas-nesta-quinta.html> > Acesso em 10 set. 2024.

²⁴ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pazuello-nao-disse-nada-que-inocentasse-o-governo-diz-autor-d-o-pedido-da-cpi/> > Acesso em 10 set. 2024.

para o Brasil. Estamos vivendo uma tragédia”²⁵. Para a leitura desse enunciado preliminar, mobilizamos o conceito de formação ideológica como “um elemento suscetível de intervir — como uma força confrontada a outras forças — na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado”(Haroche; Pêcheux; Henry, 2020, p. 33-34).

Segundo conteúdo de BBC News Brasil, “A abertura da investigação foi determinada no início de abril pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após senadores apresentarem mandado de segurança à Corte”²⁶. Os senadores responsáveis pelo mandado de segurança foram “Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Jorge Kajuru (Cidadania-GO). Os parlamentares alegaram que os requisitos para a CPI foram atendidos”²⁷. No mandado, argumentava-se que “a presidência da Casa [Senado] vinha ignorando o requerimento para instalação da CPI, mesmo com os requisitos formais sendo atendidos”²⁸. Há, nessa movimentação pré-CPI, um campo acirrado de disputas em que interesses antagônicos entram em jogo, marcando diferentes posições ocupadas pelos sujeitos políticos.

Como encontramos em notícia por CartaCapital, no dia 08 de abril, “A ordem pela instalação da CPI foi dada pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal [...]. Ele submeteu o caso ao plenário da Corte, que deve tomar nesta quarta-feira 14 a decisão de referendar ou anular a determinação”²⁹. Sobre esse tema, encontramos na CNN

Barroso concedeu uma liminar em Mandado de Segurança apresentado no mês passado pelos senadores Alessandro Vieira e Jorge Kajuru, ambos Cidadania, e liberou o tema para julgamento colegiado imediatamente no plenário virtual do STF. Ele acatou o pedido dos senadores da oposição para obrigar Pacheco a instalar a comissão.³⁰

²⁵

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pazuello-nao-disse-nada-que-inocentasse-o-governo-diz-autor-do-pedido-da-cpi/> > Acesso em 12 set. 2024.

²⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56854697> > Acesso em 12 set. 2024.

²⁷

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/e-um-tema-do-stf-e-do-senado-diz-queiroga-sobre-cpi-da-covid-19/> > Acesso em 12 set. 2024.

²⁸ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56854697> > Acesso em 12 set. 2024.

²⁹

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/pacheco-unifica-pedidos-e-cpi-investigara-tambem-verba-federal-enviada-a-estados/> > Acesso em 12 set. 2024.

³⁰

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/senado-inicia-rito-de-abertura-da-cpi-da-covid/> > Acesso em 13 set. 2024.

No fio do discurso, as marcas da divisão se estabeleciam nas disputas políticas em torno da CPI da pandemia, quando a notícia materializa que eram “senadores da oposição”. Salienciamos, nessas condições, que o Supremo Tribunal Federal “decidiu [...] referendar a ordem do ministro Luís Roberto Barroso pela instalação da CPI da Pandemia no Senado”³¹. A CPI se constitui como um espaço de disputa de sentidos, um tribunal político, em que as condições de produção funcionam, produzindo efeitos de rupturas no discurso pretensamente homogeneizante da propaganda governamental. Em notícia de 9 de abril, pela Jovem Pan, esse espaço de disputas de sentidos sinaliza para um discurso que busca constituir evidências de perseguição ao governo Bolsonaro:

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) criticou nesta sexta-feira, 9, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), pela determinação da instalação da CPI da COVID-19 no Senado. Em discurso a apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada, Bolsonaro afirmou que a ação foi articulada pela oposição e pelo magistrado para desgastar seu governo. “Sobre a decisão do Barroso de ontem, monocraticamente, mandando, determinando que o Senado Federal instale a CPI da Covid contra o presidente Jair Bolsonaro. Exatamente isso. E não é para apurar desvio de recursos de governadores, é para apurar, segundo está na ementa do pedido de CPI omissões do Governo Federal. Ou seja, uma jogadinha casada: Barroso, bancada de esquerda do Senado para desgastar o governo.”³²

No entanto, as condições de produção dessas práticas políticas eram mais complexas do que o discurso governista estava tentando produzir no âmbito de uma evidência. Entendemos, enquanto analistas, que a formação ideológica constitui “um conjunto complexo de atitudes e de representações que [...] se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras” (Haroche; Pêcheux; Henry, 2020, p. 33-34). É nesse sentido que as disputas em torno do objeto da CPI vão se materializando no plano das práticas e da discursivização nas mais variadas formas. Naquele momento:

Como a proposta de CPI, elaborada por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), alcançou 32 assinaturas, mais do que as 27 necessárias, os senadores pediram e o ministro Barroso concordou que o presidente do Senado é obrigado a instalar a comissão. Pacheco discorda, avaliando que a Presidência do Senado tem direito a um “juízo de conveniência”, podendo

³¹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/stf-mantem-ordem-de-barroso-pela-instalacao-da-cpi-da-pandemia/> > Acesso em 13 set. 2024.

³² Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/3-em-1/constantino-diz-que-cpi-da-covid-19-e-tentativa-de-desgastar-o-governo-bolsonaro-numa-narrativa-de-omissao.html> > Acesso em 13 set. 2024.

julgar se é conveniente ao Senado a realização de determinada CPI em um momento — o que, no caso da CPI da Covid, ele acha que não seja.³³

Pelo recorte em tela, instaura-se a contradição em que dentro de um mesmo campo duas tomadas de posição parecem se confrontar em relação à legitimidade da instauração da CPI e ao número de adesões necessárias em processo, que é a exigência de $\frac{1}{3}$ de votos. O presidente da Câmara do Senado questiona essa exigência, dizendo que esse um terço não legitima a CPI, lançando mão de argumentos ligados ao poder de conveniência, julgando a necessidade ou não da comissão de inquérito, podendo-se ler o apoio ao presidente de então.

A tomada de posição do STF determinando a instituição da CPI e obrigando o Senado a aceitar o requerimento de Randolfe, há uma nova movimentação dos aliados ao presidente Bolsonaro, para tentar atrasar a investigação: encontramos vestígios desse processo no trecho “Nesta terça, Pacheco foi informado pelos técnicos do Senado de que uma CPI não pode investigar estados”³⁴. Esse enunciado é uma resposta às tentativas que propunham instalar a CPI para investigar a atuação dos estados e municípios, o que poderia vir a atenuar o enfoque quanto ao descaso do Governo Federal.

Em notícia sobre o episódio 146 do Foro de Teresina da Revista Piauí, encontramos um breve resumo: “Para cumprir determinação do STF, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, desengavetou a CPI da COVID-19 para investigar as ações do Governo Federal na pandemia”³⁵. Na análise dos comentaristas, houve um processo que “Para diminuir o desgaste com Bolsonaro, Pacheco manobrou e incluiu nas investigações os repasses da União para estados e municípios”³⁶.

Como as práticas sociais são o desdobrar das disputas e das tensões no âmbito político, ressaltamos que essa consultoria técnica do Senado veio a ter um impacto. Isso porque, segundo apresentado por Pacheco, “a CPI também poderá

³³Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/senado-inicia-rito-de-abertura-da-cpi-da-covid/>> Acesso em 15 set. 2024.

³⁴Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/pacheco-unifica-pedidos-e-cpi-investigara-tambem-verba-federal-enviada-a-estados/>> Acesso em 15 set. 2024.

³⁵Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/foro-de-teresina-146-mortes-demais-vacinas-de-menos/>> Acesso em 15 set. 2024.

³⁶Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/foro-de-teresina-146-mortes-demais-vacinas-de-menos/>> Acesso em 15 set. 2024.

apurar supostas irregularidades em estados e municípios, desde que “limitado à fiscalização de recursos da União repassados aos demais entes federados para combate da pandemia”³⁷, configurando-se como um mecanismo em funcionamento, em prol dos interesses do Governo Federal, buscando diluir a gravidade do objeto da CPI, incluindo outras pautas.

A CartaCapital faz publicação indicando que o “Alvo principal da CPI, Bolsonaro não poupou esforços nos últimos dias para incluir estados e municípios na análise”³⁸. Isso também se materializa em parte de uma conversa entre o Senador Jorge Cajuru e Jair Bolsonaro, em que o então presidente diz: “A CPI hoje é para investigar omissões do governo Bolsonaro, ponto final. Se não mudar o objetivo da CPI, ela vai só vir pra cima de mim. Tem que mudar a amplitude dela”³⁹.

Ainda sobre esse tema em uma notícia da Jovem Pan o comentarista Rodrigo Constantino reforça os argumentos governistas sobre a instalação da CPI via determinação do STF, dizendo que:

Isso é ‘politicalha’, isso é tentativa de desgastar o governo Bolsonaro numa narrativa de omissão. O senador Eduardo Girão tenta assinaturas, e faltam 10, para uma CPI pelo menos mais abrangente, que envolva Estados e municípios. Isso seria o mínimo se alguém quisesse falar sério sobre ‘Covidão’ e não é isso que esse pessoal quer. Não quer falar sério.⁴⁰

As considerações do comentarista dão visibilidade à tensão entre as diferentes formações discursivas (FDs), em função das posições ideológicas que cada uma representa “em uma conjuntura determinada” (Courtine; Marandin, 2016, p. 40). Assim, de um lado há o grupo pró-governo Bolsonaro que se impõe contra a investigação, que busca ampliar a abrangência de sua atuação, diminuindo o impacto sobre a gestão do Governo Federal, e de outro há a oposição que recorre a diferentes instâncias para que a CPI venha a ocorrer.

As possíveis interpretações sustentadas, nesta tese, se constituem em função das condições de produção, da exterioridade que as determinam. Como

³⁷ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/pacheco-unifica-pedidos-e-cpi-investigara-tambem-verba-federal-enviada-a-estados/> > Acesso em: 16 set. 2024.

³⁸ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/stf-mantem-ordem-de-barroso-pela-instalacao-da-cpi-da-pandemia/> > Acesso em: 16 set. 2024.

³⁹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/stf-mantem-ordem-de-barroso-pela-instalacao-da-cpi-da-pandemia/> > Acesso em: 16 set. 2024.

⁴⁰ Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/3-em-1/constantino-diz-que-cpi-da-COVID-19-e-tentativa-de-desgastar-o-governo-bolsonaro-numa-narrativa-de-omissao.html> > Acesso em: 16 set. 2024.

apontou Maldivier (2003, p. 23), as condições de produção são o que juntamente com a linguagem fazem com que “um discurso seja o que é: o tecido histórico-social que o constitui”. Assim, os acontecimentos que se materializaram no social durante o processo de instauração da CPI funcionam como processos de produção de sentidos em uma determinada direção.

As notícias sobre a CPI da pandemia surgem com maior destaque a partir de 13 de abril de 2021, momento em que foi realizada, em plenário do Senado, a leitura do requerimento de criação do referido instrumento de investigação. Com base em notícia da CNN, pode-se dizer que essa data é um marco do processo, pois Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente do Senado Federal, realizou “a leitura do requerimento de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19. Esse é o primeiro passo para a instalação da comissão”⁴¹.

Rodrigo Pacheco instaura, nesta sessão, o primeiro passo para o início dos trabalhos, “Embora Pacheco tenha lido o requerimento, isso não significa que a CPI foi criada”⁴², pois, a partir de então, “os partidos devem indicar os membros que a integrarão, respeitado o critério da proporcionalidade”⁴³. Esse aspecto da proporcionalidade foi apresentado por notícia da CartaCapital da seguinte forma: “Os onze membros titulares devem se dividir entre blocos: três para o MDB/PP/Republicanos; três para PSDB/Podemos/PSL; dois para o PSD; um para DEM/PL/PSC; um para Rede, Cidadania, PDT e PSB; e um para PT/PROS”⁴⁴.

A CNN publica as etapas do processo que devem ser seguidas pela comissão: “Depois de definir os integrantes da comissão, vem a escolha do presidente e do relator – nomeados pelos membros. A comissão tem prazo de 90 dias, prorrogáveis pelo mesmo período, para fazer as investigações que julgar necessárias”⁴⁵. Na mesma notícia, há informações sobre a CPI, a qual pode ser

⁴¹Disponível em: <
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/senado-inicia-rito-de-abertura-da-cpi-da-covid/> > Acesso em: 18 set. 2024.

⁴²Disponível em: <
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pacheco-decide-cpi-unica-para-governo-estados-e-municipios/> > Acesso em: 18 set. 2024.

⁴³Disponível em: <
<https://www.cartacapital.com.br/politica/pacheco-unifica-pedidos-e-cpi-investigara-tambem-verba-federal-enviada-a-estados/> > Acesso em: 18 set. 2024.

⁴⁴Disponível em: <
<https://www.cartacapital.com.br/politica/pacheco-unifica-pedidos-e-cpi-investigara-tambem-verba-federal-enviada-a-estados/> > Acesso em: 18 set. 2024.

⁴⁵Disponível em: <
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-os-proximos-passos-da-cpi-da-covid-19-no-senado/> > Acesso em: 20 set. 2024.

formada caso haja maioria dos membros, isto é, se houver “seis senadores –, a CPI pode ser iniciada mesmo com cadeiras vagas. Quando houver, ao menos, seis cadeiras ocupadas, serão escolhidos o presidente e o relator da comissão”⁴⁶.

Na ocasião da primeira sessão, “O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, vai estipular um prazo de dez dias para que as lideranças partidárias indiquem os integrantes da CPI”⁴⁷. Esse prazo, segundo notícia da CNN, “foi acordado com outras lideranças da Casa e é uma forma de frear a estratégia que governistas queriam impor de retardar as indicações como forma de atrasar os trabalhos da CPI”⁴⁸. Nesse espaço da sessão de instauração, já se materializam concessões corriqueiras, advindas das disputas ideológicas do âmbito político, à época o “presidente do Senado decidiu apensar ao requerimento de Randolfe outro requerimento de criação de CPI, do senador Eduardo Girão (Podemos-CE), para investigar a aplicação de recursos federais por estados e municípios no combate à pandemia, o que amplia o escopo do colegiado”⁴⁹. Sobre esse aspecto, encontramos em notícia da CNN que Rodrigo Pacheco “afirmou que as propostas de CPI tratam de ‘assuntos conexos’ e que há precedente para a unificação de objetos determinados de dois pedidos distintos”⁵⁰.

A CPI da Pandemia foi “realizada no âmbito do Senado Federal, entre os dias 27/04/2021 e 05/11/2021, em decorrência de uma prorrogação formal daquele que seria seu prazo original, 07/08/2021”⁵¹. O objetivo foi o de investigar “as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da COVID-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas”⁵².

⁴⁶Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-os-proximos-passos-da-cpi-da-COVID-19-no-senado/> > Acesso em: 20 set. 2024.

⁴⁷Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pacheco-vai-juntar-cpis-e-dara-dez-dias-de-prazo-para-indicacao-es/> > Acesso em: 20 set. 2024.

⁴⁸Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pacheco-vai-juntar-cpis-e-dara-dez-dias-de-prazo-para-indicacao-es/> > Acesso em: 21 set. 2024.

⁴⁹Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid> > Acesso em: 21 set. 2024.

⁵⁰Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-os-proximos-passos-da-cpi-da-COVID-19-no-senado/> > Acesso em: 21 set. 2024.

⁵¹Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=a-cpi-da-COVID-19> > Acesso em: 21 set. 2024.

⁵²Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=a-cpi-da-COVID-19> > Acesso em: 21 set. 2024.

Segundo Randolfe (2021), a abertura do processo da CPI se baseia em mais de dez ações e omissões federais no âmbito do enfrentamento da pandemia. Listamos abaixo trecho da notícia da CartaCapital sobre o tema:

[...] a negação da gravidade da COVID-19 e a sabotagem às medidas de isolamento social [...], Desestímulo ao uso de máscaras, [...] a insistência em medicamentos sem eficácia contra o coronavírus [...] As aglomerações causadas pelo presidente e sua comitiva durante viagens pelo País.⁵³

Distinguimos, nos termos de Orlandi (2017), dois conceitos: o político como sendo a “simbolização das relações de forças, de poder” (p. 144) e a política que é “constituída por diferentes conjunturas em sua estrutura e funcionamento” (p. 144). É nessa perspectiva que lemos os acontecimentos nas relações entre o político como macroestrutura e a política como práticas materiais que produzem efeitos de realidade para os sujeitos. As ações promovidas pelo presidente Jair Bolsonaro, que à época representava um alinhamento com a forma neoliberal de lidar com a doença, constituem as condições de produção do discurso sobre a pandemia, em que se coloca a doença na sua relação com a economia, sempre a última sendo o que deveria ser “salva”, e não os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Assim, a atuação do mandatário representa um resultado na formação social caracterizado pelo “[...] caos nos serviços de saúde. Primeiro a rede pública, depois a rede privada. Faltam leitos de UTI, profissionais para atendimento aos doentes, medicamentos imprescindíveis para as manobras médicas e tratamento da COVID-19”⁵⁴.

Nesse sentido, colocamos que o discurso institucionalizado, em 2020, estava articulado em um processo de produção, entendido, conforme já assinalado, como as condições formais da produção de um discurso (Pêcheux, 2014, p. 73). Outro aspecto das condições de produção antes da ocorrência da CPI, foi que: “Com o caos instalado o Governo Federal se viu obrigado a tomar novas medidas para o

⁵³Disponível

<<https://www.cartacapital.com.br/opinioao/os-motivos-para-a-instalacao-da-pi-da-pandemia/>>

em: 22 set. 2024.

em:
Acesso

⁵⁴Disponível

<<https://www.cartacapital.com.br/opinioao/os-motivos-para-a-instalacao-da-cpi-da-pandemia/>>

em: 22 set. 2024.

em:
Acesso

enfrentamento da crise sanitária. Entre elas, a tentativa de maquiar as estatísticas relativas à pandemia, como número de contaminações e óbitos”⁵⁵.

Segundo Pêcheux (2014, p. 76), o discurso é tomado como “parte de um mecanismo em funcionamento”, implicando a questão da língua de Estado que consiste em “uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classes” (Pêcheux, 2015, p. 86). Assim, produziram-se enunciados de tipo x, colocando “pelas redes parafrásticas, uma formação discursiva em que o sentido de ‘a pandemia atinge a todos indistintamente’ ia se estabilizando” (Esteves; Perini; Medeiros, 2021, p. 220), e apagava-se que os principais atingidos eram as camadas de trabalhadores e trabalhadoras que “não podiam parar”.

Aproximamos a noção de língua de Estado como sendo um funcionamento do discurso, cujos efeitos de sentido “derivam de uma ideologia política, correspondendo pois a um certo lugar no interior de uma formação social dada” (Pêcheux, 2015, p. 76). É assim que a formação social capitalista vem produzir um discurso sobre a pandemia que “usa uma falsa aparência para contornar indefinidamente o que todo mundo sabe e que ninguém pode dizer” (Pêcheux, 2015, p. 86).

Nessa direção, a formação social, permeada pelas diferentes formações ideológicas, que entram em disputa pelos sentidos, em resposta às formas de homogeneização da língua de Estado institucionalizado pelo Governo Federal, se estrutura como uma prática de resistência à instalação da CPI. Para demonstrar as condições de produção que instauraram a necessidade da CPI da Pandemia, lançamos mão da notícia que destaca um dos pontos de fomento da abertura da investigação:

Talvez o mais grave dos motivos para a CPI seja o descaso com que foi tratada a questão das vacinas. Inicialmente houve uma campanha de descrédito contra os imunizantes, especialmente os fabricados na China. Em seguida, o governo ignorou o oferecimento da Pfizer em dezembro do ano passado para a compra de 70 milhões de doses. Acabou por apostar todas as fichas em uma única solução que hoje representaria menos de 20% das poucas doses aplicadas no país. Isso para não falar da falta dos insumos básicos, como agulhas e seringas em quantidades suficientes para uma ampla campanha de vacinação, além das falhas logísticas na

⁵⁵Disponível

<<https://www.cartacapital.com.br/opinioao/os-motivos-para-a-instalacao-da-cpi-da-pandemia/>> Acesso em: 22 set. 2024.

em:

distribuição das vacinas que dificultam a imunização em massa da população Brasil.⁵⁶

No fio do discurso do Senador Randolfe se materializa o termo “descaso”, funcionando como prática material que produz, na questão da pandemia, determinados efeitos de sentido e práticas institucionais. O modo como foram tratadas a aquisição das vacinas e a produção de um discurso de descrédito dos imunizantes vem a constituir formas de descaso, analisadas no próximo capítulo, produzindo como resultado a consequente e perdurante morte das parcelas proletárias da população brasileira.

Como posto por Pêcheux (2014, p. 76), o discurso está “situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado”. É assim que é realocada a questão das condições de existência do discurso em que ele “é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”. Portanto, defendemos que a CPI da pandemia é um discurso responsivo que evoca os acontecimentos promovidos durante a pandemia de COVID-19 do Brasil com um movimento de estruturação da memória, em que se por um lado há esquecimentos, também há a lembrança das práticas de morte, executadas pelas instituições políticas brasileiras.

Pelo conceito de processo discursivo que, segundo Pêcheux (2014), indica que “o discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta [...] o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima”. Desse modo, a nossa leitura sobre os acontecimentos da pandemia tem relação com o que encontramos sobre a instauração da CPI, nas palavras de Randolfe (2021): “A CPI irá investigar os fatos que agravaram a crise sanitária no país, não apenas para responsabilizar seus causadores, mas também para explicar às futuras gerações o porquê desta terrível tragédia que vivenciamos”⁵⁷.

Na primeira sessão da comissão, cuja assembleia estabeleceu as funções dos senadores da CPI da pandemia, houve algumas polêmicas, como a que está na notícia do G1, recortando a fala do senador Flávio Bolsonaro: “O filho de Bolsonaro

⁵⁶Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/os-motivos-para-a-instalacao-da-cpi-da-pandemia/> > Acesso em: 23 set. 2024.

⁵⁷Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/os-motivos-para-a-instalacao-da-cpi-da-pandemia/>> Acesso em: 23 set. 2024.

indagou, por exemplo, quantas vacinas a CPI aplicará na população. ‘Nenhuma’, respondeu, dizendo que o momento é ‘inoportuno’. ‘Por que não esperar todo mundo se vacinar e fazer com responsabilidade esses trabalhos? O governo é a favor de se investigar, vai ser importantíssimo’, acrescentou⁵⁸. Essa colocação do senador é materialmente estruturada por uma contradição, visto que seu alinhamento político demarca um espaço antivacina, de descrédito dos imunizantes etc.

Esse movimento ideológico produz o consenso contra a instalação da CPI e da investigação em várias instâncias. Em notícia da CNN, o Ministro das Comunicações, Fábio Faria, “criticou nesta quinta-feira (8) [abril, 2021] a determinação do Supremo para que seja criada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da COVID-19”⁵⁹. Na narrativa reproduzida nas redes sociais e recortada pelo jornal, está dito que:

Num momento em que todos pedem união entre os poderes, nos surpreendem decisões sobre uma CPI que em nada contribuirá para vencer a pandemia. Nossos esforços não deviam estar concentrados em combater a COVID-19 e vacinar os brasileiros? É hora de união, não de politização e caos.⁶⁰

O pronunciamento do senador situa-se em determinadas regiões de sentido, que se estabelecem em relação às condições de produção deste discurso. Sobre essa categoria analítica, Pêcheux (2014, p. 87) apontou que “É impossível definir a origem das condições de produção [...]. Por outro lado, é possível interrogar sobre as transformações das condições de produção a partir de um estado dado dessas condições”.

Na sessão de instalação da CPI, manifestaram-se muitas disputas políticas, inclusive no que se refere à decisão do STF de instituir a comissão de investigação. A CPI da pandemia foi composta por onze senadores, a saber: Sen. Omar Aziz (PSD/AM) (Presidente); Sen. Randolfe Rodrigues (REDE/AP) (Vice-Presidente); Sen. Renan Calheiros (MDB/AL) (Relator); Sen. Eduardo Braga (MDB/AM); Sen. Luis Carlos Heinze (PP/RS); Sen. Eduardo Girão (PODEMOS/CE); Sen. Tasso Jereissati (PSDB/CE); Sen. Otto Alencar (PSD/BA); Sen. Marcos Rogério

⁵⁸Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/27/senado-instalacao-cpi-covid.ghtml>> Acesso em: 23 set. 2024.

⁵⁹ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fabio-faria-critica-cpi-da-covid/>> Acesso em: 24 set. 2024.

⁶⁰Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fabio-faria-critica-cpi-da-covid/>> Acesso em: 24 set. 2024.

(DEM/RO); Sen. Jorginho Mello (PL/SC); Sen. Humberto Costa (PT/PE). Conforme a matéria da BBC News Brasil, o então presidente da república contava com:

[...] uma base pequena para defender suas posições na comissão. Entre os 11 membros, apenas 4 são governistas ou próximos ao Palácio do Planalto: Ciro Nogueira (PP-PI), Eduardo Girão (Podemos-CE), Jorginho Mello (PL-SC) e Marcos Rogério (DEM-RO). Com isso, Bolsonaro não conseguiu emplacar aliados em nenhum dos três principais cargos da CPI.⁶¹

A língua não está fechada em si mesma, mas aberta a interpretações e sujeita a falhas. Como afirma Orlandi (2017, p.166), ela é pensada “em sua conjuntura histórica e social, falada por sujeitos, também esses, sujeitos a falhas, constituídos em suas relações com a língua e interpelados pela ideologia”. Ampliamos o efeito de sentido das práticas discursivas, abarcando as práticas sociais, estruturando-se pela falha, pelo desvio, pela lacuna, entre outros funcionamentos, como as redes parafrásticas e outros.

Essas considerações fazem funcionar a relação entre as ações propostas institucionalmente pelo então presidente da república e a consequente responsabilização que surge posteriormente, pois o ritual falha, se rompe no corpo político e social, fazendo funcionar novos efeitos em contrapartida das investigações e das contradições próprias das distintas filiações. Assim, o efeito discursivo sobre o estabelecimento da CPI “tem uma chance de encontrar a história: produzindo o acontecimento [...] como a construção de um efeito de retorno repercutindo aquilo que trabalha às margens dos discursos” (Pêcheux, 2016, p. 27-28).

Como efeito de fechamento desse breve percurso, que podemos chamar de condições de produção pré-CPI da pandemia, destacamos as contradições e antagonismos em funcionamento pelos embates, pelas disputas dessa amálgama do sistema político, colocando em jogo o processo de luta ideológica. Os governistas e a oposição entram em uma arena discursiva em que as diferentes formações discursivas argumentam ou se impõem para produzir efeitos de veracidade sobre a instituição ou não da CPI da pandemia.

Desse modo, se não fosse uma Comissão Parlamentar de Inquérito regulamentada pela Constituição Federal de 1988 e pelas Leis subsequentes que definem seu termo de instituição, não seria possível essa atuação da oposição. Além disso, a articulação entre o Legislativo e o Judiciário teve um lugar fundamental

⁶¹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56854697> > Acesso em: 24 set. 2024.

nesse processo. Embora a CPI da pandemia tenha recebido os votos necessários no Senado para sua instituição, havia uma morosidade institucional da parte dos governista em pô-la em atuação, e só a partir da intervenção de Barroso e em seguida o referendado colegiado do STF que se iniciam os trabalhos para a instalação desse processo investigativo.

Dito isso, avançamos à compreensão sobre as condições da ocorrência da CPI da pandemia, que se deram no âmbito das sessões do Senado Federal, entre os dias 27 de abril e 5 de novembro de 2021.

3.2.2 Movimentos durante a CPI da Pandemia

A comissão parlamentar absorveu o interesse dos usuários assim que foi inaugurada, em abril. Apesar de ter encerrado os trabalhos com a audiência em baixa, a CPI foi muito comentada nas redes durante os primeiros meses. Cada depoimento de integrantes do governo gerava reações em tempo real no Twitter. Perfis não jornalísticos, como o @desmentindoboço, se empenhavam na verificação de informações e com isso apoiavam o trabalho dos senadores, lembrando declarações que punham os depoentes em situação delicada. Esses perfis trouxeram à tona um novo tipo de checagem de informações, mais ágil que a imprensa e as agências tradicionais. Em alguns casos, também mais eficaz, devido ao formato: afinal, quem poderia negar uma declaração em vídeo, disponível na internet?⁶²

Pedro Bruzzi e Leonardo Barchini

Na epígrafe da seção, buscamos recortar um mecanismo que marca a ocorrência dessa CPI, isto é, a midiatização por meio das redes sociais. Esse fenômeno teve impacto no contraste de depoimentos considerados mentirosos e, por se encontrar publicação, a checagem da informação por meio das redes foi mais ágil. Nas semanas que antecederam a instalação da CPI da pandemia, pelas notícias circulavam informações de cunho antecipatório do que viria a acontecer: “a instalação da CPI está marcada para terça-feira da semana que vem, dia 27. [...] Os integrantes do colegiado esperam definir o plano de trabalho da comissão já na quarta-feira 28”⁶³.

⁶²Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/triunfos-e-fiascos-na-arena-digital/>> Acesso em: 25 set. 2024.

⁶³Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/vice-lider-do-governo-no-senado-critica-articulacao-politica-d-e-bolsonaro/>> Acesso em: 25 set. 2024.

Para estabelecer um dispositivo de leitura das condições de produção durante a ocorrência da CPI da pandemia, optamos por acessar o site do Senado que arquivou cada uma das 67 reuniões, observando as pautas da reunião, os depoentes e os requerimentos aprovados em cada sessão. A esses acontecimentos, que são sempre sociais, históricos e políticos, trazemos quando necessário os recortes de notícias que somam efeitos de sentido ao percurso de leitura que empreendemos.

A primeira reunião da comissão realizou-se no dia 27 de abril em regime semipresencial. Nessa ocasião, foram escolhidos, por meio de votação, como presidente o Sen. Omar Aziz (PSD/AM) e como vice-presidente o Sen. Randolfe Rodrigues (REDE/AP). O presidente tem a incumbência de nomeação do relator, a saber, foi nomeado o Sen. Renan Calheiros (MDB/AL).

A segunda sessão da CPI da pandemia ocorreu no dia 29 de abril, momento em que se teve como finalidade a “Apreciação do Plano de Trabalho e de Requerimentos”⁶⁴. O plano de trabalho é entendido como o “ponto de partida para investigar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento à crise sanitária [...]”⁶⁵. Como metodologia da investigação, encontramos que “Os trabalhos pretendem seguir uma linha do tempo, isto é, estruturarem-se na cadeia de eventos ocorridos desde a notificação do primeiro caso de pessoa contaminada no país”⁶⁶. No plano de trabalho são apresentadas as seguintes linhas gerais de investigação:

Ações de enfrentamento à pandemia (vacinas e outras medidas para contenção do vírus); [...] Assistência Farmacêutica (Insumos para tratamento de enfermos); [...] Estruturas de Combate à Crise (Atribuição de responsabilidades e competências); [...] Colapso da saúde no Estado do Amazonas; [...] Ações de prevenção e atenção à saúde indígena; Emprego de recursos federais.⁶⁷

Sobre a questão da convocação dos primeiros depoentes, encontramos que, na primeira semana de trabalho, “pretende-se ouvir autoridades que participaram das ações de enfrentamento empreendidas pelo Governo Federal. Neste primeiro

⁶⁴Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/9968/item/71481> > Acesso em: 25 set. 2024.

⁶⁵Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/como-trabalhara-a-cpi-da-pandemia/> > Acesso em: 25 set. 2024.

⁶⁶Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/como-trabalhara-a-cpi-da-pandemia/> > Acesso em: 25 set. 2024.

⁶⁷Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/mna/planos-de-trabalho> > Acesso em: 25 set. 2024.

momento, o Ministério da Saúde e a Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária]⁶⁸. Sobre esse tema aponta ainda: “As informações inicialmente prestadas por estas autoridades ajudarão a definir testemunhas complementares, evidenciando a cadeia de fatos e acontecimentos que resultaram no atual genocídio”⁶⁹.

A partir da terceira reunião de trabalho da CPI, realizada no dia 4 de maio, há movimentação com oitivas e foram coletados os depoimentos de Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich. Na quarta, datada do dia 5 de maio, há o prosseguimento do depoimento de Nelson Teich, e a aprovação de doze requerimentos, todos relacionados à convocação de depoentes, como por exemplo: Fabio Wajngarten (ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência); Marcellus Campêlo (Secretário de Saúde do Amazonas); Ernesto Henrique Fraga Araújo (ex-ministro de relações exteriores) entre outros.

A quinta reunião ocorreu no dia 6 de maio, contando com a oitiva de Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes (Ministro da Saúde) e do depoimento de Antonio Barra Torres (Diretor-Presidente da ANVISA). Naquela ocasião, foram aprovados oitenta e oito requerimentos, dentre eles, informações “sobre a disponibilização do chamado ‘kit covid’, no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil, e sobre a aquisição, a produção, os estoques e a dispensação dos medicamentos cloroquina e hidroxicloroquina no tratamento da COVID-19”⁷⁰. A participação de Barra Torres se repetiu no sexto encontro, no dia 11 de maio.

Durante a sétima reunião, no dia 12 de maio, houve o depoimento de Fabio Wajngarten (Ex-Secretário especial de Comunicação Social da Presidência). No dia 13 de maio, ocorreu a oitava reunião, tendo sido ouvido o depoimento de Carlos Murillo (Gerente-Geral da Pfizer na América Latina). Dentre os dezenove requerimentos aprovados, destacamos a solicitação de informações ao Ministério das Relações Exteriores “sobre a obtenção de cloroquina/hidroxicloroquina para o

⁶⁸ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-10/cpi-da-pandemia-aprova-relatorio-final-e-pe-de-80-indiciamentos>> Acesso em: 25 set. 2024.

⁶⁹ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-10/cpi-da-pandemia-aprova-relatorio-final-e-pe-de-80-indiciamentos>> Acesso em: 25 set. 2024.

⁷⁰ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/9975>> Acesso em: 25 set. 2024.

Brasil durante a pandemia da COVID-19”⁷¹, bem como “sobre a obtenção de vacinas contra a COVID-19 para o Brasil”⁷².

Durante as primeiras semanas da atuação da CPI, segundo notícia de CartaCapital, houve algumas respostas do Governo Federal quanto ao enfrentamento da pandemia. A primeira resposta diz respeito à criação de um “comitê científico para acompanhamento e deliberação acerca das medidas de enfrentamento ao coronavírus”⁷³. Já a segunda, implementou a veiculação de “campanhas informativas sobre a importância do uso de máscaras, isolamento social e medidas sistemáticas de higiene pessoal, como o uso de álcool em gel para limpeza das mãos”⁷⁴. Outra mudança comportamental da postura do Governo Federal, após a instalação da CPI, foi a “movimentação [...] para aquisição de imunizantes e a mudança de discurso sobre a importância das vacinas para a saúde coletiva”⁷⁵.

A nona reunião dos trabalhos da CPI ocorreu no dia 18 de maio, com o depoimento de Ernesto Araújo (ex-Ministro das Relações Exteriores). A seção resultou em vinte requerimentos, dentre os quais observamos a solicitação de “informações relativas aos valores e quantidades totais de aquisição de cloroquina e hidroxiclороquina, para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021”⁷⁶.

A décima reunião ocorreu no dia 19 de maio, em que foi ouvido o depoimento do Gen. Eduardo Pazuello (Ex-Ministro da Saúde), constando da pauta vinte e sete requerimentos, mas nenhum deles foi apreciado naquela sessão. No dia seguinte, teve continuidade à apuração do depoimento de Eduardo Pazuello, e igualmente não houve apreciação dos requerimentos. No dia 25 de maio, foi realizada a décima primeira sessão, momento em que ocorreu o depoimento de Mayra Pinheiro (Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde). Nos arquivos da CPI

⁷¹Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/9987>> Acesso em: 25 set. 2024.

⁷²Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/9987>> Acesso em: 25 set. 2024.

⁷³Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/randolfe-depoimentos-na-cpi-indicam-prevaricacao-do-governo-federal/>> Acesso em: 26 set. 2024.

⁷⁴Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/randolfe-depoimentos-na-cpi-indicam-prevaricacao-do-governo-federal/>> Acesso em: 26 set. 2024.

⁷⁵Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/randolfe-depoimentos-na-cpi-indicam-prevaricacao-do-governo-federal/>> Acesso em: 26 set. 2024.

⁷⁶Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/9995>> Acesso em: 26 set. 2024.

do site do Senado, não foram localizadas as informações sobre a décima segunda sessão.

A décima terceira reunião ocorreu no dia 27 de maio, com o depoimento de Dimas Tadeu Covas (Diretor do Instituto Butantan), não havendo nenhum requerimento a ser avaliado. No dia 1º de junho, na décima quarta sessão, coletou-se o depoimento de Nise Hitomi Yamaguchi (Médica oncologista e imunologista), houve apenas a apreciação de um requerimento. No dia 2 de junho, foi ouvido o depoimento da Dra. Luana Araújo (ex-secretária de enfrentamento à Covid do Ministério da Saúde). Durante a décima quinta oitiva, havia 5 requerimentos na pauta, os quais são descritos como “não apreciados”.

No dia 8 de junho, novamente foi feita a oitiva de Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes (Ministro da Saúde naquele momento) e vinte e quatro requerimentos da pauta da décima sexta sessão estão com o resultado de “não apreciado”. A décima sétima reunião, realizada no dia 09 de junho, ouviu o depoimento de Antônio Elcio Franco Filho (ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde) e foram deliberados vinte e seis requerimentos. Dentre os aprovados, destacamos a “Convocação do desenvolvedor do aplicativo TrateCOV ou do técnico responsável da empresa contratada para esse fim”⁷⁷ e a solicitação ao Ministro da Saúde de “informações sobre testagens da população para o diagnóstico da Covid19”⁷⁸.

Segundo notícias de CartaCapital, Antônio Elcio Franco Filho “foi apontado como o principal negociador na compra da vacina Covaxin”⁷⁹. Na mesma notícia, Vitor Ohana apresenta que o ex-secretário, durante seu depoimento, “havia sido questionado sobre a recusa do governo em adquirir a CoronaVac, a obtenção de medicamentos sem eficácia comprovada contra a COVID-19 e a atuação do ‘gabinete paralelo’”. As respostas aos três questionamentos se desenrolaram nas seguintes informações:

Fraco alegou que o governo resistiu a comprar a vacina chinesa por incertezas sobre a aprovação da fase 3 dos testes clínicos [...] Também afirmou que o Ministério da Saúde adquiriu cloroquina em 2020 para o

⁷⁷Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10031>> Acesso em: 27 set. 2024.

⁷⁸ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10031>> Acesso em: 27 set. 2024.

⁷⁹ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-o-coronel-elcio-franco-pivo-no-escandalo-da-covaxin-e-novo-foco-da-cpi-da-covid/>> Acesso em: 27 set. 2024.

tratamento da malária, e não do coronavírus. Disse ainda que o tal “gabinete paralelo” não exerceu pressão sobre a pasta.⁸⁰

Com o avançar das investigações da CPI, “O escândalo da Covaxin se tornou a linha de investigação mais relevante da Comissão Parlamentar em relação à suposta prática de corrupção do governo na aquisição dos imunizantes”⁸¹. Alguns dos sentidos que vão sendo construídos dizem respeito às “suspeitas de que os atrasos em adquirir vacinas de outras empresas teriam relação com práticas de superfaturamento”⁸², favorecendo “a representante da farmacêutica Bharat Biotech no Brasil, a Precisa Medicamentos”⁸³.

Durante a décima oitava reunião da CPI, ocorrida no dia 10 de junho, foi realizada a oitava de Wilson Lima (à época Governador do Estado do Amazonas) e os senadores deliberam sobre 97 requerimentos, dentre os aprovados destacamos que foram feitas convocações e convites para depoentes, solicitações de transferências de sigilos telefônicos e telemáticos, inclusive de Eduardo Pazuello e de Antonio Elcio Franco Filho.

Aparece, nessa sessão, pela primeira vez, requerimento mencionando a Associação Médicos pela Vida, aliando-se à “transferência de sigilo fiscal e bancário”⁸⁴. Outro aspecto diz respeito à investigação de empresas de publicidade, propaganda, marketing e comunicações, por meio do requerimento de “quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático [...]”⁸⁵ de publicidade no período de janeiro de 2019 até maio de 2021. Vale contrastar essa investigação sobre a produção da propaganda governamental em meio à pandemia com as colocações teóricas sobre a propaganda, que funcionam como enunciados performativos, em que “o dizível e o existente devem coincidir sem falhas” (Pêcheux, 2015, p. 86). Nas palavras de Pêcheux (2015, p. 89), o “dizer equivale a fazer, a política tende a se

⁸⁰Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-o-coronel-elcio-franco-pivo-no-escandalo-da-covaxin-e-novo-foco-da-cpi-da-covid/>> Acesso em: 27 set. 2024.

⁸¹ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-o-coronel-elcio-franco-pivo-no-escandalo-da-covaxin-e-novo-foco-da-cpi-da-covid/>> Acesso em: 27 set. 2024.

⁸² Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-o-coronel-elcio-franco-pivo-no-escandalo-da-covaxin-e-novo-foco-da-cpi-da-covid/>> Acesso em: 27 set. 2024.

⁸³ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-o-coronel-elcio-franco-pivo-no-escandalo-da-covaxin-e-novo-foco-da-cpi-da-covid/>> Acesso em: 27 set. 2024.

⁸⁴ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10032>> Acesso em: 27 set. 2024.

⁸⁵ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10032>> Acesso em: 27 set. 2024.

tornar uma atividade imaginária que se parece ao sonho acordado”. Para Orlandi (2012, p. 130), na performatividade, “gestos e declarações substituem as práticas”, pois, para ela, a propaganda funciona em substituição à prática política.

Outra importante linha de investigação analisada por meio da ementa dos requerimentos diz respeito à relação do governo brasileiro com algumas indústrias farmacêuticas: são citadas a farmacêutica Vitamedic (Grupo José Alvez), a Sanofi-Aventis Farmacêutica, a farmacêutica Merck, a GERMED Farmacêutica Ltda. Especifica-se, no entanto, a solicitação de informações sobre a comercialização de ivermectina e hidroxicloroquina, farmacêutica EMS, e hidroxicloroquina, à Cristália Farmacêutica e Apsen Farmacêutica. Outras ementas mostraram a investigação do chamado “gabinete paralelo”. Há requerimentos sobre a venda de medicamentos do kit-covid, e novamente aparece o envolvimento de várias indústrias farmacêuticas.

No dia 11 de junho, realizou-se a décima nona reunião da CPI e a sessão foi uma Audiência Pública Interativa, em que houve o “Depoimento de especialistas convidados a respeito de aspectos técnicos da COVID-19”⁸⁶. Os especialistas em questão foram: Natalia Pasternak (Microbiologista e Pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP)) e Cláudio Maierovitch (Médico sanitário da Fundação Oswaldo Cruz e Ex-Presidente da Anvisa). A vigésima reunião aconteceu no dia 15 de junho, com a tomada de depoimento de Marcellus Campelo (Ex-Secretário de Saúde do Amazonas).

A vigésima primeira sessão aconteceu no dia 16 de junho, com o depoimento de Wilson Witzel (ex-governador do Rio de Janeiro, destituído do cargo em função de um processo de impeachment). Naquele momento, a pauta dispunha de quatorze requerimentos, dentre eles a solicitação de informações à “Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda.”, bem como a convocação de “Emerson Maximiano, sócio da Precisa Medicamentos”⁸⁷.

No dia 17 de junho, ocorreu a vigésima segunda reunião que tinha como pauta o depoimento de Carlos Wizard Martins (empresário), que não compareceu. Outra pauta foi o depoimento de Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques (Auditor do Tribunal de Contas da União), que foi “adiado em virtude da realização da 66ª

⁸⁶ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10033>> Acesso em: 28 set. 2024.

⁸⁷ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10042>> Acesso em: 28 set. 2024.

Sessão Deliberativa Remota do Senado Federal”⁸⁸.

A vigésima terceira reunião aconteceu no dia 18 de junho, na qual houve a Audiência Pública Interativa como o “Depoimento de especialistas convidados a respeito de aspectos técnicos da COVID-19”⁸⁹. Os especialistas em questão foram: Ricardo Ariel Zimmerman (Médico infectologista) e Francisco Eduardo Cardoso Alves (Médico). Nesta ocasião não foi apreciado nenhum dos requerimentos da pauta.

Durante o dia 22 de junho, realizou-se a vigésima quarta reunião, cuja pauta foi o depoimento do convidado Osmar Terra (“deputado [...], ex-ministro da Cidadania. Apontado como integrante do “gabinete paralelo” que orientava o presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento ao coronavírus”⁹⁰). Durante essa sessão, não houve apreciação dos 57 requerimentos da pauta. Não encontramos no site do Senado informações sobre a 25ª reunião.

A vigésima sexta reunião ocorreu no dia 24 de junho com a oitiva de Jurema Werneck (Diretora-Executiva da Anistia Internacional e Coordenadora do Movimento Alerta) e Pedro Hallal (Professor e Pesquisador). Destacamos, da apresentação de Jurema, as duas frentes colocadas para a reflexão: “Mortes evitáveis por medidas não farmacológicas no primeiro ano da epidemia; [...] Mortes evitáveis por ações e serviços de saúde”⁹¹. Para Orlandi (2017, p. 107), “a narratividade, ligada [...], ao funcionamento da memória, é parte do funcionamento do discurso” e, assim, por esse movimento de leitura das mortes evitáveis, ressoa por essa narratividade dos depoimentos de Jurema Werneck o efeito de resistência às formas de descaso estruturante das práticas de mortes em meio à pandemia.

A apresentação do professor Pedro Hallal, na introdução, traz a seguinte reflexão: “7 pecados capitais” da condução da pandemia. Destacamos entre os sete algumas práticas: “Demora na compra e desestímulo à vacinação; Pouca testagem, rastreamento de contatos e isolamento; Promoção de tratamentos ineficazes; Desestímulo ao uso de máscaras”. As conclusões do pesquisador apontam pelos dados da pesquisa, que à época dos 500.000 mil brasileiros mortos, 400.000

⁸⁸ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10043>> Acesso em: 28 set. 2024.

⁸⁹ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/audiencias?p=5>> Acesso em: 28 set. 2024.

⁹⁰ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/21/cpi-ouve-na-terca-osmar-terra-apontado-c-omo-201cpadrinho201d-do-201cgabinete-paralelo201d>> Acesso em: 28 set. 2024.

⁹¹ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/fbb8938e-a24d-4d61-b988-855ae17c800c>> Acesso em: 28 set. 2024.

poderiam ter sido evitadas.

A vigésima sétima reunião da CPI, realizada no dia 25 de junho, coletou o depoimento de Luis Claudio Fernandes Miranda (Deputado Federal) e de Luis Ricardo Fernandes Miranda (servidor do Ministério da Saúde). A participação dos depoentes relaciona-se ao fato de que eles denunciaram “possíveis irregularidades na compra da vacina indiana Covaxin pelo Governo Federal”⁹². Com base em notícia da época, compreendemos que as suspeitas estão relacionadas ao “valor unitário das vacinas, considerado elevado, em torno de R\$ 80, e da participação de uma empresa intermediária, a Precisa Medicamentos”⁹³.

A vigésima oitava reunião ocorreu no dia 29 de junho e coletou o depoimento de Fausto Vieira dos Santos Junior (deputado estadual relator da CPI da Saúde do Amazonas). Durante essa sessão, os sessenta e um requerimentos constam com o resultado de “não apreciado”. Durante a vigésima nona reunião, realizada no dia 30 de junho, na pauta estava o depoimento de Carlos Wizard Martins (empresário). Ele não respondeu às perguntas dos senadores, “Rogério Carvalho (PT-SE) disse que empresário Carlos Wizard, durante o tempo que atuou no ‘gabinete antivacinas’, fez críticas ao Senado por lutar por imunizantes para a população”⁹⁴. A sessão aprova 62 requerimentos, os quais instauram o movimento quanto à investigação da Precisa Medicamentos, convocando Thiago Fernandes da Costa (servidor do Ministério da Saúde) “um dos gestores que atuou no contrato celebrado entre a União e a Bharat Biotech Limited International, representada pela empresa brasileira PRECISA MEDICAMENTOS, para fornecimento de 20 milhões de doses da vacina Covaxin”⁹⁵.

Outros requerimentos apontam para a investigação de Cefa-3 e Lled Soluções, por terem sido contratadas por órgãos públicos sem o devido processo de licitação. Para verificação desse fato, foram feitas as solicitações de quebra de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Cefa-3 e Lled Soluções, de Eduardo Pazuello, George Da Silva Diverio, Celso Fernandes De Mattos, Fábio Rezende

⁹² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/cpi-ouve-irmaos-miranda-nesta-sexta-sob-re-denuncia-na-compra-da-covaxin> > Acesso em: 28 set. 2024.

⁹³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/cpi-ouve-irmaos-miranda-nesta-sexta-sob-re-denuncia-na-compra-da-covaxin> > Acesso em: 28 set. 2024.

⁹⁴ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/ao-vivo/cpi-da-pandemia/cpi-ouve-o-empresario-carlos-wizard> > Acesso em: 29 set. 2024.

⁹⁵ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10067> > Acesso em: 29 set. 2024.

Tonassi⁹⁶. Foram aprovados requerimentos para a prestação de informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de COVID-19 e as práticas adotadas pela Operadora de planos de saúde. Consta da ementa requerimentos acerca da prestação de informações a veículos jornalísticos sobre o “Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil”⁹⁷. Os portais citados são: O Estado de Minas, Folha de São Paulo, Jornal do Commercio, Jornal do Correio, O Estado de Pernambuco, O Estado de São Paulo, O Globo, Zero Hora.

A trigésima reunião ocorreu no dia 1º de julho, com a oitiva de Luiz Paulo Domingueti Pereira (Representante da empresa Davati Medical Supply). A trigésima primeira reunião, datada do dia 06 de julho, fez a oitiva de Regina Célia Silva Oliveira (servidora do Ministério da Saúde, foi “fiscal do contrato para a aquisição da vacina Covaxin”⁹⁸). Já a trigésima segunda reunião ocorreu no dia 7 de julho e teve a oitiva de Roberto Ferreira Dias (ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde). Foram aprovados três requerimentos, todos de convocação de depoentes. A trigésima quarta sessão ocorreu no dia 9 de julho e fez a oitiva do depoimento de William Amorim Santana (Servidor do Ministério da Saúde).

Aconteceu, no dia 13 de julho, a trigésima quinta reunião que marca o depoimento de Emanuela Batista de Souza Medrades (Diretora Técnica da Precisa Medicamentos). A trigésima sexta reunião aconteceu no dia 14 de julho, com a oitiva dos depoimentos de Emanuela Batista de Souza Medrades (Diretora Técnica da Precisa Medicamentos) e Francisco Emerson Maximiano (Sócio-Administrador da Precisa). No dia 15 de julho, ocorreu a trigésima sétima reunião com a oitiva do depoimento de Cristiano Alberto Hossri Carvalho (Representante da empresa Davati Medical Supply), aprovando trinta e oito requerimentos, dentre eles a solicitação de informações ao “Presidente Executivo da Unimed Manaus, Sérgio Ferreira Filho, [...] sobre o atendimento a pacientes acometidos de COVID-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2”⁹⁹.

Consta da pauta a solicitação de “informações sobre todo o processo de

⁹⁶ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10067>> Acesso em: 29 set. 2024.

⁹⁷ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10067>

⁹⁸ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/06/fiscal-do-ms-regina-celia-diz-nao-ter-visto-nada-atipico-em-compra-da-covaxin>> Acesso em: 29 set. 2024.

⁹⁹ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10095>> Acesso em: 30 set. 2024.

compra da COVAXIN”¹⁰⁰ a Marcelo Queiroga. Nesta altura da CPI, já se materializam algumas das principais linhas investigativas sobre as ações de corrupção que prejudicaram, por exemplo, a compra das vacinas em tempo adequado para a imunização dos brasileiros. É nesse meandro de averiguação das relações do Governo Federal e de empresas terceiras que há o seguinte documento que

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, José Barroso Tostes Neto, informações sobre quem são os sócios, acionistas e beneficiários dos ativos das empresas Madison Biotech PTE., Precisa Comercialização de Medicamentos LTDA. e Global Gestão em Saúde SA., no período de 2020 até o momento.¹⁰¹

Dentre os requerimentos da sessão, repete-se a solicitação de “informações sobre as campanhas publicitárias desenvolvidas pelo Governo Federal sobre a COVID-19, entre março de 2020 a junho de 2021”¹⁰². Observamos dois requerimentos sobre a solicitação de informações ao “Twitter Brasil Rede de Informação LTDA, [...] sobre seus serviços nos anos de 2020 e 2021” e ao Facebook e Instagram.

A trigésima oitava reunião aconteceu no dia 03 de agosto, em que se fez a oitava do depoimento de Amilton Gomes de Paula (apontado por representantes da Davati Medical Supply como um "intermediador" entre o Governo Federal e empresas que ofertavam vacinas¹⁰³.) A reunião contou com uma pauta de cento e trinta e cinco requerimentos. Há, dentre os requerimentos, a convocação de depoentes. A partir dos requerimentos, verificamos uma movimentação quanto à investigação sobre estudos clínicos relativos “ao tratamento para COVID-19”¹⁰⁴. Há a solicitação de informações a Jorge Venâncio (Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde) acerca do processo de estudos clínicos quanto ao “tratamento para COVID-19”¹⁰⁵. Assim,

¹⁰⁰ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10095> > Acesso em: 30 set. 2024.

¹⁰¹ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10095> > Acesso em: 2 out. 2024.

¹⁰² Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10095> > Acesso em: 2 out. 2024.

¹⁰³

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/02/reverendo-amilton-sera-o-primeiro-a-depor-na-cpi-da-pandemia-apos-recesso> > Acesso em: 2 out. 2024.

¹⁰⁴ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10111> > Acesso em: 4 out. 2024.

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10111> > Acesso em: 4 out. 2024.

ocorre o aprofundamento da investigação sobre o Tratecov por meio da solicitação ao Ministério da Saúde “[...] ao processo administrativo SEI 25000.012355/2021-13, que tem por objeto o desenvolvimento da plataforma eletrônica para agendamento e diagnóstico clínico para a COVID-19 – Tratecov, bem como dos protótipos deste aplicativo”¹⁰⁶.

A pauta dessa reunião indica que houve a aprovação de sucessivos requerimentos para avançar na averiguação do processo de aquisição das vacinas, solicitando ao Ministério da Saúde o encaminhamento de “processos e documentos relacionados à aquisição e importação das vacinas Covaxin”¹⁰⁷. Há outro requerimento endereçado ao mesmo órgão sobre os “processos e documentos relacionados às tratativas para aquisição de vacinas com a empresa Davati, a entidade SENAH e o Instituto Força Brasil, além dos processos que tratam da aquisição das vacinas Sputnik V e CanSino”¹⁰⁸.

Além da investigação da relação com as empresas fornecedoras de vacinas, abre-se uma linha investigativa sobre os processos internos do Ministério da Saúde, observados nos seguintes requerimentos que demandam informações relativas “ao atraso na distribuição de vacinas aos entes federativos” e “ao Programa Nacional de Imunizações (PNI)”¹⁰⁹.

Pela primeira vez, lineariza-se, nas ementas dos requerimentos, o tema sobre as comunidades indígenas. Os documentos buscam informações junto “ao Ministério da Saúde relativas à indicação e distribuição de cloroquina/hidroxicloroquina para o tratamento da malária em povos indígenas (2009-2019)”¹¹⁰ e requer que “sejam solicitadas informações ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos relativas à doação e distribuição de cestas básicas para comunidades indígenas”¹¹¹.

A trigésima nona reunião da CPI aconteceu no dia 4 de agosto e tinha como objetivo colher o depoimento de Marcelo Blanco (Ex-Assessor do Departamento de

¹⁰⁶ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10111>> Acesso em: 4 out. 2024.

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10111>> Acesso em: 4 out. 2024.

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10111>> Acesso em: 4 out. 2024.

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10111>> Acesso em: 4 out. 2024.

¹¹⁰ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10111>> Acesso em: 4 out. 2024.

¹¹¹ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10111>> Acesso em: 4 out. 2024.

Logística do Ministério da Saúde). A quadragésima reunião ocorreu no dia 5 de agosto e contou com o depoimento de Airton Antonio Soligo (que tinha atuado informalmente durante meses no Ministério da Saúde, sem ter qualquer vínculo com o setor público)¹¹². Nos itens da pauta da sessão, encontram-se cinco requerimentos e dois sigilos telemáticos e telefônicos, do Twitter Dallas Cowboy e de Rodolfo Fortes Neto.

A quadragésima primeira reunião ocorreu no dia 10 de agosto e teve como pauta o depoimento como testemunha de Helcio Bruno De Almeida, mas, segundo notícia, “Na condição de testemunha, o depoente foi beneficiado por um *habeas corpus*, concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e recorreu mais de 50 vezes ao instrumento para não responder questões que poderiam incriminá-lo.”¹¹³.

Jailton Batista (diretor da fabricante da ivermectina no Brasil) depôs na quadragésima segunda reunião, ocorrida no dia 11 de agosto, constando da pauta apenas um requerimento. No dia 12 de agosto, desenvolveu-se a quadragésima terceira reunião com o depoimento de Ricardo Barros (deputado suspeito de ser o mentor por trás das supostas irregularidades na compra da vacina Covaxin¹¹⁴). Nessa seção não houve requerimentos.

A quadragésima quarta reunião foi realizada na data de 17 de agosto, coletando-se o depoimento de Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques (Auditor do Tribunal de Contas da União). Ele “elaborou um “estudo paralelo” que teria apontado uma supernotificação das mortes pela COVID-19 no país”¹¹⁵. Esse estudo em questão foi utilizado pelo então presidente Jair Bolsonaro publicamente afirmando que o TCU havia apontado a supernotificação:

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) usou os argumentos de Alexandre, no dia 07 de junho, para afirmar que um “relatório” da corte teria apontando que 50% das mortes por COVID-19 teriam outras causas. O TCU negou a existência do documento à época e afastou Alexandre do

¹¹² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/03/cpi-ouve-na-quinta-empresario-que-autou-informalmente-na-saude> > Acesso em: 5 out. 2024.

¹¹³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/10/para-nao-se-incriminar-coronel-helcio-se-cala-na-cpi-senadores-apontam-contradicoes> > Acesso em: 5 out. 2024.

¹¹⁴ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/11/cpi-ouve-lider-do-governo-ricardo-barros-n-esta-quinta> > Acesso em: 5 out. 2024.

¹¹⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/06/16/cpi-da-pandemia-recebe-auditor-do-tcu-resp-on-savel-por-201cestudo-paralelo201d-sobre-morte-por-covid> > Acesso em: 5 out. 2024.

cargo.¹¹⁶

Essa desinformação foi amplamente compartilhada, gerando o tensionamento das disputas ideológicas, pois o SUS, principal instituição de enfrentamento à pandemia, é colocado como fraudulento, adulterando laudos de mortes para receber verbas federais. Mesmo após admitirem publicamente que o relatório era falso, “o presidente voltou a insistir que há indícios de exageros nos números divulgados por governadores e prefeitos”¹¹⁷. A forma de descaso da desinformação permeia o dispositivo de morte do governo Bolsonaro em variados acontecimentos, esse que apresentamos é apenas um dentre tantos.

A quadragésima quinta reunião foi realizada na data de 18 de agosto, e fez-se a oitava de Túlio Silveira (Representante da Precisa Medicamentos). Houve, nessa sessão, uma votação colocando Ricardo Barros e Túlio Silveira como investigados e, dessa forma, com a aprovação, a lista de investigados chega à marca de 16 pessoas. Não houve requerimentos na pauta.

A quadragésima sexta reunião foi realizada na data de 19 de agosto, com a oitava de Francisco Emerson Maximiano (Sócio-Administrador da Precisa), cujo depoimento já havia sido adiado por quatro vezes. Na sessão, deliberou-se pela aprovação de 187 requerimentos. Devido ao volume de requerimentos decidimos por agrupar por temas dando uma visão geral dos próximos passos da CPI. Há alguns requerimentos solicitando ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira. Outros requerimentos da reunião solicitaram a transferência de sigilo.

Sublinhamos que solicitam transferência do sigilo telemático dos seguintes usuários: Twitter Verdade dos fatos (@v_dosfatos), Instagram Verdade dos fatos BR (@verda_dedofatos), Facebook Movimento Avança Brasil (@MAvancaBrasil), Youtube Movimento Conservador, Twitter Movimento Conservador (@conservadorismo), Instagram Movimento Conservador (@movimentoconservador) e facebook (@movimentoconservadoricon), Instagram tratamentoprecocepvh (@tratamentoprecocepvh), Youtube Brasil de Olho, Twitter farsasdocovid19 (@farsasdocovid19), Instagram alemanhacomentada

¹¹⁶ Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cpi-da-covid-ao-vivo-ouve-auditor-do-tcu-que-fez-estudo-paralelo/>> Acesso em: 5 out. 2024.

¹¹⁷ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57506987>> Acesso em: 5 out. 2024.

(@alemanhacomentada), Youtube Alemanha Comentada, patriotasb (@patriotasb), Twitter Patriotas (@patriotas), Youtube Patriotas, Instagram OInformante (@oinformanteoficial) e facebook OInformante (@oinformanteoficial), estarem “promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de COVID-19”¹¹⁸. Outro requerimento refere-se à transferência de dados protegidos por sigilo da empresa Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A.

Dois requerimentos relacionam-se a solicitações das atas de reuniões conduzidas no âmbito do Ministério da Saúde e no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Além disso, localizamos requerimentos relacionados à Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda, solicitando informações ao Ministério Público do Estado de São Paulo, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e Agência Nacional de Saúde Suplementar quanto à conduta da operadora de planos de saúde “por pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado “tratamento precoce” para a COVID-19”¹¹⁹.

Recortamos, também, dois requerimentos sobre peças publicitárias. O primeiro requerimento solicitou ao Ministério Público do Estado da Bahia a apuração feita quando da investigação da “peça publicitária, veiculada por *outdoors* em diversos pontos da cidade com a mensagem ‘COVID TEM CURA’, na qual se identifica logomarca e endereço eletrônico da associação ‘Médicos pela Vida’”¹²⁰. O segundo solicitou à empresa Inovates Consult Ltda. informações sobre “peça publicitária veiculada por *outdoors*, em diversos pontos da cidade de Fortaleza-CE, com a mensagem ‘O ATENDIMENTO PRECOCE SALVA’, na qual se identifica logomarca do movimento de médicos cristãos ‘Ainda Há Bem’”¹²¹. Damos evidência a esses requerimentos por trazerem para o debate da CPI a questão da desinformação, por meio da promoção de informação falsa à população sobre a COVID-19. Sobre o tema da investigação da desinformação, localizamos outro requerimento:

Requer que seja solicitado ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes a produção e o compartilhamento de Relatório de Análise de Material Apreendidos nos autos dos Inquéritos 4.828/DF e

¹¹⁸ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10157>> Acesso em: 6 out. 2024.

¹¹⁹ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10157>> Acesso em: 6 out. 2024.

¹²⁰ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10157>> Acesso em: 6 out. 2024.

¹²¹ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10157>> Acesso em: 6 out. 2024.

4.781/DF, que possuam pertinência com desinformação no contexto da PANDEMIA da COVID19.¹²²

Há alguns requerimentos sobre o tema indígena, um dentre eles convida a Deputada Joenia Wapichana, coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas. Os demais são requerimentos de prestação de informações sobre “a condução da saúde indígena na pandemia”¹²³, endereçados aos seguintes ministros: da Saúde, Marcelo Queiroga, e da Defesa, Walter Braga Netto. Outro requerimento pede informações ao Presidente da Fundação Nacional da Saúde, Giovanna Gomes Da Silva, “sobre vacinação da população indígena contra Influenza H1N1”¹²⁴.

Há alguns requerimentos solicitando informações sobre inquéritos e/ou processos de: Eduardo Pazuello, Airtón Antônio Soligo, Ricardo Barros, Operação Reditus, (segunda fase da Operação SOS, que investiga desvio de recursos públicos na área da saúde no Pará¹²⁵), Ricardo José Magalhães Barros, Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.

Encontramos outros requerimentos solicitando informações a diferentes instituições relacionadas à operadora de planos de saúde HapVida, em razão de denúncias de que a HapVida havia imposto aos seus profissionais a prescrição do tratamento precoce da COVID-19.

É nesse ponto que a face perversa do descaso da desinformação promovida pelo amplo trabalho ideológico do Governo Federal encontra-se com a sua função no espaço das práticas sociais, quando a população está convencida de que há cura e isso se efetiva pela adoção do tratamento precoce, uma vez que as empresas privadas estimulam a prescrição da medicação, produzindo o aumento do consumo de uma medicação inútil para o tratamento, e mantêm-se os trabalhadores em seus postos, a economia gira por meio da morte do trabalhador.

No dia 24 de agosto, ocorreu a quadragésima sétima reunião da CPI. Nessa ocasião fez-se a oitiva de Emanuel Catori (sócio da Belcher Farmacêutica). Não houve requerimentos. No dia 25 de agosto, ocorreu a quadragésima oitava reunião

¹²² Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10157> > Acesso em: 6 out. 2024.

¹²³ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10157> > Acesso em: 7 out. 2024.

¹²⁴ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10157> > Acesso em: 7 out. 2024.

¹²⁵ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10157> > Acesso em: 7 out. 2024.

da CPI, com a oitiva de Roberto Pereira Ramos Júnior (sócio majoritário do Fib Bank: “O Fib Bank participou como garantidor da Precisa na negociação da vacina Covaxin com o Ministério da Saúde”¹²⁶). Encontramos apenas um requerimento na pauta.

A quadragésima nona reunião da CPI ocorreu no dia 26 de agosto, e fez-se a oitiva de José Ricardo Santana (empresário “prestou esclarecimentos sobre suposto pedido de propina envolvendo doses da AstraZeneca e sobre caso Covaxin”¹²⁷). Na pauta, há um requerimento solicitando ao Ministro da Saúde Marcelo Queiroga dados de “dia e hora sobre as entradas do Sr. José Ricardo Santana no Ministério da Saúde”¹²⁸. A quinquagésima reunião da CPI, que ocorreu no dia 31 de agosto, realizou a oitiva de Ivanildo Gonçalves da Silva (motoboy da VTCLog) e o depoimento de Andreia Lima (CEO da VTC Operadora Logística¹²⁹), mas ambos os depoentes não compareceram à CPI. Nos requerimentos, encontramos a solicitação de transferência de sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático da VTC Operadora Logística Ltda., desde janeiro de 2018.

A quinquagésima primeira reunião da CPI ocorreu no dia primeiro de setembro com a oitiva de Ivanildo Gonçalves da Silva. Dentre os requerimentos, solicitou-se a transferência de sigilo telefônico, fiscal, bancário e telemático de Ivanildo Gonçalves da Silva, desde janeiro de 2018, bem como se requereu a busca e apreensão de aparelho celular, solicitando o histórico de localizações do telefone vinculado ao depoente. A quinquagésima segunda reunião da CPI ocorreu no dia 2 de setembro, com a oitiva de Francisco Araújo Filho (ex-secretário de Saúde do Distrito Federal). Na pauta, encontramos um requerimento em que é solicitada a condução coercitiva do Sr. Marconny Albernaz Ribeiro de Faria e, outro, em torno de informações quanto aos deslocamentos realizados em aeronaves da empresa Prime You à Índia, bem como a requisição ao “Ministério da Saúde registros em vídeo,

¹²⁶ Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/08/24/cpi-recebe-roberto-pereira-ramos-junior-socio-majoritario-do-fib-bank>> Acesso em: 8 out. 2024.

¹²⁷ Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cpi-da-covid-ao-vivo-jose-ricardo-santana-ex-secretario-da-anvisa-e-ouvido/>> Acesso em: 8 out. 2024.

¹²⁸ Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10177> > Acesso em: 8 out. 2024.

¹²⁹ VTCLog “se tornou alvo de uma das principais linhas de investigação da CPI. A VTCLog é responsável por fazer a logística com contratos e transportar insumos, inclusive vacinas, para o Ministério da Saúde”. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/26/cpi-da-pandemia-vai-ouvir-motoboy-da-vtcllog>> Acesso em: 8 out. 2024.

áudio ou escrito das cerimônias referentes ao Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra COVID-19 ocorridos entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021”¹³⁰.

Ocorreu no dia 14 de setembro a quinquagésima terceira reunião da CPI, com a oitiva de Marcos Tolentino da Silva (suposto sócio oculto da FIB Bank). Dentre os requerimentos, há alguns relacionados à Fib Bank. A quinquagésima quarta reunião da CPI, ocorreu no dia 15 de setembro, com a oitiva de Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria (lobista da Precisa Medicamentos¹³¹). Os requerimentos tratam da convocação de Ana Cristina Siqueira Valle e da solicitação de informações sobre o ingresso de Marconny Albernaz Faria nas dependências do Senado Federal.

Já a quinquagésima quinta reunião da CPI, datada de 16 de setembro, procedeu à oitiva de Pedro Benedito Batista Júnior (Diretor Executivo da Prevent Senior). Consta da pauta apenas um requerimento. Na quinquagésima sexta reunião da CPI, no dia 21 de setembro, fez-se a oitiva de Wagner de Campos Rosário (Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU)). Não houve requerimentos na pauta desta reunião.

Pedro Benedito Batista (Júnior Diretor Executivo da Prevent Senior) foi convocado para a quinquagésima sétima reunião da CPI, ocorrida no dia 22 de setembro, constando da pauta requerimentos, solicitando informações sobre os “Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) instaurados contra as empresas Precisa Medicamentos e Bharat Biotech”¹³². Na quinquagésima oitava reunião da CPI, realizada no dia 23 de setembro, fez-se a oitiva de Danilo Berndt Trento (sócio da Primarcial Holding e Participações), constando na pauta requerimentos, solicitando transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático. Há um requerimento que determina a realização de cerimônia em homenagem às vítimas da COVID-19.

Na quinquagésima nona reunião da CPI, que ocorreu no dia 28 de setembro, fez-se a oitiva de Bruna Morato (advogada de médicos da Prevent Senior). A pauta deliberou sobre a realização de investigação de possíveis omissões dos seguintes

¹³⁰ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10191>> Acesso em: 10 out. 2024.

¹³¹ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/plenario-e-comissoes/cpi-da-pandemia/2021/09/cpidapandemia-ouve-depoimento-de-marconny-nunes-faria-nesta-quinta>> Acesso em: 11 out. 2024.

¹³² Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10244>> Acesso em: 11 out. 2024.

órgãos: Conselho Federal de Medicina (CFM), do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), quanto às irregularidades cometidas pela Prevent Senior.

Além disso, determinou-se que Fernando Parrillo (CEO da Prevent Senior), prestasse informações sobre “Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de ensaios clínicos, estudos, pesquisas ou relatos de mundo real sobre tratamentos para a COVID-19 realizados pela Prevent Senior”¹³³, bem como apresentasse “os formulários FORMS (Google Forms) constantes de seu sistema com as informações sobre todos os pacientes que receberam a medicação do kit covid, entre março de 2020 e setembro de 2021”¹³⁴. Encontramos um requerimento de solicitação da criação de canal para “receber denúncias de cidadãos a respeito da recomendação e execução de tratamento precoce no contexto da pandemia de COVID-19”¹³⁵.

Na sexagésima reunião da CPI, que ocorreu no dia 29 de setembro, fez-se a oitava de Luciano Hang (Empresário cofundador e proprietário da Havan). Nessa ocasião, houve apenas um requerimento sobre a solicitação de informações sobre inquéritos ou investigações contra o empresário Luciano Hang, em função “da prática de recomendar o uso de medicações ineficazes contra COVID-19 e/ou de distribuir tais medicações e/ou de propagar informações falsas a respeito da pandemia de COVID-19”¹³⁶.

Na sexagésima primeira reunião da CPI, ocorrida em 30 de setembro, fez-se a oitava de Otávio Oscar Fakhoury (empresário apontado como financiador de fake news). No dia 5 de outubro, fez-se a oitava de Raimundo Nonato Brasil (sócio da empresa de logística VTCLog), marcando a sexagésima segunda reunião da CPI. Na pauta, encontramos a solicitação de “relatório detalhado das queixas, denúncias e demais reclamações feitas pelos usuários de todos os Planos de Saúde à Ouvidoria ou a outro órgão da ANS”¹³⁷ desde 01/01/2020. Outro requerimento determina que o Ministro da Saúde Marcelo Queiroga informe as questões relacionadas ao “Plano Nacional de Imunização para 2022; o programa de

¹³³ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10259>> Acesso em: 13 out. 2024.

¹³⁴ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10259>> Acesso em: 13 out. 2024.

¹³⁵ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10259>> Acesso em: 13 out. 2024.

¹³⁶ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10260>> Acesso em: 13 out. 2024.

¹³⁷ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10289>> Acesso em: 14 out. 2024.

acompanhamento epidemiológico;¹³⁸ dentre outros aspectos sobre as políticas públicas de vacinação.

Na sexagésima terceira reunião da CPI, que ocorreu no dia 6 de outubro, fez-se a oitiva de Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho (Diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar). Nesta ocasião, houve a aprovação de requerimento solicitando informações a Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia. Requereu-se informações aos: Laboratórios Pfizer e Janssen; Instituto Butantan; e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), quanto às “tratativas do Governo Federal para fornecimento, no ano de 2022, de vacinas/imunizantes contra a COVID-19”¹³⁹. Outro requerimento demanda informações à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, com relação a “procedimento eventualmente instaurado em face da operadora de planos de saúde Unimed Manaus Sociedade Cooperativa Médica Ltda, por pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado "tratamento precoce" para a Covid19”¹⁴⁰.

Na sexagésima quarta reunião da CPI, que ocorreu no dia 7 de outubro, fez-se a oitiva dos depoimentos de Tadeu Frederico de Andrade (beneficiário da Prevent Senior) e de Walter Correa de Souza Neto (médico). Na pauta, encontra-se a solicitação de esclarecimentos ao Ministro da Saúde Marcelo Queiroga. Requereu-se o Boletim de Ocorrência registrado por Mayra Pinheiro. Também há a convocação de Marcelo Queiroga para depoimentos. Encontramos o convite para o depoimento de Kelps Lima, “presidente da CPI da Covid 19 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte”¹⁴¹, solicitaram-se também os documentos correspondentes à CPI instaurada no Rio Grande do Norte. Outro requerimento solicita ao TCU informações e documentos relativos à auditoria a respeito das chamadas “motociatas de Bolsonaro”.

¹³⁸ Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10289>> Acesso em: 14 out. 2024.

¹³⁹ Disponível em: <

<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10292>> Acesso em: 15 out. 2024.

¹⁴⁰ Disponível em: <

<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10292>> Acesso em: 15 out. 2024.

¹⁴¹ Disponível em: <

<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10303>> Acesso em: 15 out. 2024.

Sobre a sexagésima quinta reunião da CPI, não encontramos informações no respectivo site do Senado. Na sexagésima sexta reunião da CPI, que ocorreu no dia 18 de outubro, fez-se a Audiência Pública destinada a ouvir o depoimento de vítimas diretas e indiretas atingidas pela COVID-19. Foram ouvidos: Mayra Pires Lima, Giovanna Gomes Mendes da Silva, Katia Shirlene Castilho dos Santos, Rosane Maria dos Santos Brandão, Arquivaldo Bites Leão Leite, Antônio Carlos Alves de Sá Costa e Márcio Antonio do Nascimento Silva. Na pauta, encontra-se um requerimento solicitando ao Ministério da Saúde “informações sobre doses de vacinas contra o coronavírus eventualmente estocadas nas redes de distribuição (aeroportos, galpões, etc.) do Ministério”¹⁴². Na sexagésima sétima reunião da CPI, que ocorreu no dia 19 de outubro, fez-se a oitiva de Elton da Silva Chaves (Representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS). Não havendo requerimentos na pauta.

Assim, podemos colocar algumas considerações, pois interpretamos o percurso de instalação da CPI como sendo um processo intrincado e fruto do constante confronto de forças pró-governo e contra o governo. Cada qual em seu conjunto complexo de atitudes e representações produz, à medida que os embates se materializam, encaminhamentos de resposta/reação com o intuito de manter a estrutura de poder ou romper com o estabelecido. Em função da estrutura de proporcionalidade dos partidos, a oposição ao governo teve um peso significativo, podendo, nesse sentido, impor a pauta com maior intensidade, produzindo-se, assim, uma leitura diferente sobre os acontecimentos já ditos e estabilizados da pandemia.

As primeiras reuniões da CPI tomaram os depoimentos de importantes autoridades ligadas ao governo, como ministros e ex-ministros, secretários e ex-secretários. Com base nos requerimentos, observamos os rumos que a investigação percorreu, como a questão dos medicamentos do kit covid, a obtenção de vacinas, o aplicativo TrateCOV, o caso de corrupção na Covaxin, as empresas de publicidade e propaganda, a relação do Governo brasileiro com algumas farmacêuticas, dentre outros. Nossa leitura do processo pelo site do Senado sustenta-se pela fragmentação das informações. No entanto, já coloca em jogo

¹⁴² Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/reuniao/10320> >
Acesso em: 15 out. 2024.

efeitos de sentido sobre o que o relatório da CPI apresenta em sua extensão.

O curso que as investigações da CPI da pandemia foram seguindo durante as reuniões e pelos requerimentos marca-se na instância das disputas ideológicas, das lutas de forças entre os governistas e a oposição. Esses processos de produção de sentidos polarizados tensionam as práticas e se materializam no discurso. Por meio dos requerimentos, acompanhamos a apuração das questões de desinformação quanto à promoção do uso do tratamento precoce, na sua relação perversa com as operadoras de planos de saúde. Também percorreram-se os meandros da situação de aquisição de imunizantes, com a relação de parlamentares, Ministros de Estado e empresas privadas, atuando paralelamente com interesses que passam longe de políticas públicas para a população das classes trabalhadoras. Dito isto, passamos à caracterização do relatório da CPI, que é parte dos materiais de análise da presente tese.

3.3 BREVES APONTAMENTOS SOBRE O RELATÓRIO DA CPI DA PANDEMIA

*A nossa comissão trata sobre a razão de o Brasil ter 26% das mortes do mundo por COVID-19. O que nós não fizemos, o que acontece, por que a gente não comprou vacina, por que a gente não entrou nos consórcios, por que o Brasil não fez uma barreira sanitária. [...]*¹⁴³

CartaCapital

Com base em gestos de leitura sobre as formas de descaso nas ocorrências de crises sanitárias, tomamos o Relatório Final da CPI da Pandemia como um documento que investiga as ações e omissões do Governo Federal em uma disputa ideológica pelos sentidos. Esse percurso lineariza o modo como a pandemia foi conduzida, materializando, assim, as formas de descaso presentes naquele momento sócio-histórico. O relatório constitui-se de 1289 páginas, apresentando a sistematização do curso da investigação, recortando trechos de depoimentos, *print* de postagens em redes sociais e notícias, entre outros materiais.

Percorremos a leitura de todo o relatório da CPI, aprofundando a compreensão e a interpretação relacionadas com o que determinamos como formas de descaso da pandemia de COVID-19. Buscamos na leitura compreender como o discurso político produzido na/pela CPI discursivizou a pandemia, instaurando pela

¹⁴³

Disponível

em:

<<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/provavel-presidente-da-cpi-da-pandemia-e-contra-convocacao-de-guedes-nao-tem-culpa/>> Acesso em: 20 out. 2024.

investigação uma retomada dos problemas enfrentados pelo povo brasileiro, e nesse processo visamos analisar as formas de descaso que ocorreram nessas condições de produção entre os anos de 2020-2021.

O percurso de leitura se sustentou no conceito de intradiscorso, entendido no sentido de “funcionamento do discurso em relação a ele mesmo (o que eu digo agora em relação ao que eu disse antes e é o que eu direi depois)” (Maldidier, 2003, p. 54). Nessa perspectiva, o que estamos nos propondo a ler no relatório é “o fio do discurso enquanto discurso de um sujeito” (Maldidier, 2003, p. 54). O sentido de sujeito, ao qual nos filiamos, na teoria da AD, é entendido como sendo a posição-sujeito dividida pelas disputas do campo político, que negocia sentidos em função das questões de poder, de alianças, de ideologias, entre outras. Embora haja um relator que escreve, ele o faz a partir do que a comissão, que é colegiada, produziu, e o relatório final também é votado para sua aprovação. Assim, é um discurso de uma instituição dividida, cindida, fragmentada e heterogênea.

A leitura do relatório se deu linearmente, percorrendo a sequência da investigação produzida pelo Senado. Como o dispositivo de leitura se ancora nas formas de descaso, passamos a observar, na discursivização dos variados fatos do escopo da CPI, indícios da prática institucional que resultou na morte de brasileiros e brasileiras das classes proletárias, cujas políticas públicas eram as únicas formas de acesso à saúde.

Em nossos grifos, ressoa um efeito de leitura sobre o que inicialmente estamos observando no plano da materialidade textual do relatório como materialidade de formas de descaso que produziram a morte. O relatório, diante das informações colhidas pela CPI, levando em consideração os limites da competência fiscalizatória, considera como relevantes as seguintes análises:

a) gabinete paralelo, b) imunidade de rebanho, c) tratamento precoce, d) oposição às medidas não farmacológicas, e) atraso na aquisição das vacinas, f) crise do estado do Amazonas e a falta de coordenação do Governo Federal, g) o caso covaxin, h) hospitais federais do Rio de Janeiro i) caso vtc operadora de logística Ltda - vtclog, j) a análise orçamentária da pandemia no Brasil, k) questão indígena e quilombola, l) desinformação na pandemia (fake news), m) o caso Prevent Senior. (Senado, 2021, p. 33-34).

Ao percorrermos a leitura dos assuntos investigados e linearizados, no relatório final da CPI, fomos interpeladas por certos efeitos de sentido que, ao se repetirem em diferentes trechos do documento, materializaram e caracterizaram

determinadas formas de descaso na discursivização da pandemia. Por meio do movimento parafrástico, fomos identificando e agrupando as sequências discursivas ao longo da leitura e sistematizando o *corpus* de referência para realizarmos as análises.

Os temas investigados no relatório - formas de descaso - e que inicialmente recortamos para compor nosso laboratório de análise foram: a promoção do tratamento precoce, a busca pela imunidade de rebanho, o estímulo da retomada do crescimento econômico, o negacionismo, as fake news, o descrédito quanto à vacinação, o desestímulo às medidas não farmacológicas, a desinformação sobre a contabilização dos mortos por COVID-19, o colapso da saúde em Manaus, as questões sobre corrupção e propina na compra de vacinas, uso do orçamento federal para o combate da pandemia, atendimento prestados às minorias como indígenas e à população negra.

Sobre o tratamento precoce, funciona o trabalho da ideologia, constituindo evidências em torno da ‘cura’. Esse desdobramento da desinformação nacional se sedimenta no discurso como efeito de verdade, argumentando de modo a levar os trabalhadores e trabalhadoras a continuarem trabalhando sem as garantias de bem-estar social, visto que a medicalização através do Kit-covid seria a cura em caso de contaminação pelo vírus. Segundo o relatório, a venda de “ivermectina teve um crescimento de 557,26% em 2020, comparado com as vendas de 2019, e a de hidroxicloroquina, um aumento de 113,15%” (Senado, 2021, p. 121). A articulação do Governo Federal em produzir e distribuir os medicamentos, em promover a utilização desse tratamento em *lives* e redes sociais indica a tentativa de homogeneização das práticas sobre a profilaxia do tratamento para a COVID-19.

A oposição às medidas não-farmacológicas funciona como “uma estratégia argumentativa [...] de um processo de eliminação do outro, deslegitimação, pelo silenciamento, pela dessignificação” (Orlandi, 2023, p. 49), promovendo a morte pela negação do isolamento social. O Governo Federal desestimula o distanciamento social, o uso de máscaras e o *lockdown*, defendendo interesses das classes dominantes pela manipulação da pauta com o discurso de sobrevivência econômica do trabalhador e de sua família. Com isso, se exime do dever do Estado à promoção de políticas públicas de assistência aos cidadãos, vulnerabilizando-os em relação à doença e à economia.

O relatório contempla detalhada investigação sobre o processo de aquisição

de imunizantes pelo Governo Federal. A forma morosa nas negociações e no alinhamento de aspectos legais constitui-se como uma prática do Ministério da Saúde, resultando no atraso significativo do início da vacinação no país. A questão parece se desenrolar em uma expectativa irresponsável da gestão federal, defendendo o fim da pandemia sem a cobertura vacinal. Aliado a isso, a desinformação funcionou descredibilizando a vacina e determinados imunizantes como foi o caso da CoronaVac e da Pfizer, enquanto estimulava parcerias duvidosas para a compra da Covaxin (sem a aprovação da Anvisa para sua importação).

No avanço do recorte das sequências discursivas referentes às formas de descaso, que produziu mortes no cenário brasileiro, foi se materializando, na nossa leitura, que essas formas constituem-se, em sua maioria, por meio de um funcionamento discursivo em específico, designada, nesta tese, de forma de descaso de desinformação, agrupadas nas seguintes categorias:

- descaso de desinformação quanto à *promoção de x* (sendo possibilidades de x: tratamento precoce, imunidade de rebanho e da retomada da economia);
- descaso de desinformação quanto ao *descrédito de y* (sendo possibilidade de y: da vacina, das medidas não-farmacológicas: uso de máscaras, *lockdown*, distanciamento, álcool em gel, da contabilização dos mortos).

Com base na leitura e organização das SDs, construímos o seguinte quadro:

QUADRO 1 - Levantamento de SDs quanto à promoção

Forma de descaso de desinformação quanto à promoção...	Quantidade de SDs
... do tratamento precoce	52
... da imunidade de rebanho	12
... da retomada da economia	12

Fonte: Autora (2025).

Esse levantamento funcionou como uma das possibilidades, apontando para diferentes sujeitos no plano político, social e midiático. Devido à quantidade de aparições sobre a promoção dos medicamentos sem comprovação científica, esta foi tomada como escopo das nossas análises no próximo capítulo. As duas últimas formas se caracterizam como um levantamento das SDs como possibilidades de

análise, que configuram-se como formas de descaso que se atravessam nas estratégias discursivas da promoção do tratamento precoce, e poderão ser tomadas como *corpus* em trabalhos futuros.

De igual modo, com base na leitura e organização das SDs, construímos o seguinte quadro:

QUADRO 2 - Levantamento de SDs quanto ao descrédito

Forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito ...	Quantidade de SDs
... da vacina	21
... das medidas não-farmacológicas	17
... na contabilização dos mortos	3

Fonte: Autora (2025).

Esse levantamento marcou diferentes sujeitos no plano político, social e midiático, produzindo as formas de descaso. Devido à maior repetibilidade do discurso de descrédito da vacina, ela foi tomada como escopo das nossas análises no próximo capítulo. As duas outras formas se caracterizam como um levantamento das SDs que ao longo do percurso de leitura estiveram presentes e estão disponíveis para estudos futuros sobre o tema.

Dito isto, apresentaremos no próximo capítulo as nossas análises das sequências discursivas sobre a forma de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce e a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina.

4 DAS FORMAS DE DESCASO NA PANDEMIA DE COVID-19

[...] optou-se por priorizar a cura via medicamentos, e não vacinação, e expor a população ao vírus, para que fosse atingida mais rapidamente a imunidade de rebanho pela contaminação natural. (Senado, 2021, p. 207)

A materialidade discursiva do Relatório da CPI da pandemia, conforme exposto na seção anterior, apresentou repetibilidades quanto à discursivização das ações e omissões do Governo Federal na condução da crise sanitária. Por meio do processo parafrástico, elegemos, no nível intradiscursivo, em função do número de ocorrências, formas de descaso que materializam a atuação durante a pandemia. Sistematizamos duas formas de descaso de desinformação, uma que promovia práticas que produziram mortes e outra que desacreditava práticas efetivas de enfrentamento.

Tomamos a desinformação como um processo discursivo que cria efeitos de realidade/verdade sobre os acontecimentos e, por meio do discurso político e midiático, produz uma dispersão de sentidos torcidos para fins ideologicamente orientados. Para a presente tese, a desinformação é “o efeito de uma determinada identificação ideológica e produzida na espessura semântica da linguagem, projetando um efeito de realidade/verdade sobre um discurso falsificador” (Indursky, 2025, p. 796). Constitui-se como um sintoma da sociedade informacional e produz reações distintas nas diferentes formações discursivas, funcionando, muitas vezes, em um processo de viralização, memeficação e sem a devida checagem do conteúdo veiculado, em que, conforme Indursky (2025, p. 796), “seu efeito de sentido representa o avesso do discurso que lhe deu origem”.

Quando propomos a forma de descaso de desinformação, estamos compreendendo que os sentidos são torcidos, com base no que discute Indursky (2025), falsifica-se o ocorrido e dá-se visibilidade a possíveis versões em detrimento do acontecido. Essas versões ideologicamente sustentadas vão dando corpo a projeções de um sítio de significação do acontecimento, dispersando nas redes e fixando sentidos pela repercussão que adquirem em comentários, repostagens, compartilhamentos, entre outros. A forma de descaso de desinformação, como temos lido no processo de análise do nosso *corpus*, tende a se estruturar em uma desresponsabilização, pois funciona em uma relação imaginária de impunidade das

redes, de anulação do sujeito em avatares, dentre outros efeitos, desconsiderando a responsabilidade social das posições-sujeito na produção do discurso.

É dessa forma, portanto, que a forma de descaso de desinformação se sustenta por meio de alguns efeitos parafrásticos em que desinformação vai além do sentido de falta de informação ou ausência da informação, funciona por meio dos efeitos de “informação mentirosa”, “informação errada”, “informação propositalmente falsa”, “informação enganosa”, “informação fantasiosa”, “informação manipulada”, “informação distorcida”, dentre outros possíveis efeitos. É com base nessas derivas que analisamos as duas formas de descaso de desinformação, a saber, a promoção do tratamento precoce e o descrédito da vacina.

A partir da leitura das SDs representativas das formas de descaso advindas do nosso arquivo, fomos compreendendo a ocorrência de funcionamentos discursivos como regularidades significantes. É, diante disso, portanto, que organizamos os quadros agrupando as SDs do nosso *corpus* a partir dos funcionamentos que se materializam como resultados das nossas análises. Conforme Pêcheux (2014a, p. 132), “os ‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que ‘a maneira de se servir deles’ - seu ‘sentido’, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais ele serve”. Nessa direção, os funcionamentos discursivos constituem-se como resultados nas nossas análises de arquivo e passam a estruturar a forma material da ocorrência das formas de descaso de desinformação.

4.1 AS FORMAS DE DESCASO DE DESINFORMAÇÃO QUANTO À PROMOÇÃO DE X

Pela leitura do relatório da CPI, compreendemos que uma das formas de descaso de desinformação funciona discursivamente por meio da estrutura linguística “promoção de x”, por três modos de ocorrência dessa estrutura no relatório, a saber:

- (1) promoção do tratamento precoce;
- (2) promoção da imunidade de rebanho;
- (3) promoção da retomada da economia.

A ocorrência da promoção do tratamento precoce se sobrepõe pela quantidade, produzindo as outras duas formas, quais sejam: imunidade de rebanho e retomada da economia. É desse modo que, para esse momento, pretendemos avançar nossa análise sobre a forma de descaso da desinformação quanto à promoção do tratamento precoce, relacionando-as quando surgirem no nosso material as outras formas observadas no relatório.

Dito isso, podemos iniciar a nossa leitura sobre a forma de descaso da desinformação quanto à promoção do tratamento precoce. Seguindo a proposta da nossa metodologia, analisamos o modo como essa forma de descaso foi discursivizada no relatório da CPI e em notícias nos quatro portais *online* (Revista Piauí, CartaCapital, Jovem Pan e CNN Brasil), ou seja, lemos, recortamos e sistematizamos as SDs em uma planilha. Diante da relevância desse tema na CPI, buscamos nos portais as palavras-chave ‘tratamento precoce’ e, pela leitura do título e *lead*, selecionamos as notícias para o arquivo nos quatro portais, construindo uma planilha, com os recortes das notícias acerca do tratamento precoce para analisar essa forma de descaso de desinformação. A partir dessa planilha, fomos analisando e agrupando as SDs em categorias derivadas da nossa leitura que produzem um efeito de sentido de repetibilidade das estratégias discursivas dos sujeitos governamentais.

4.1.1 Dos funcionamentos da forma de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce a partir do alinhamento à esquerda

Empreendemos essa subcategorização para darmos visibilidade a possíveis efeitos de sentido decorrentes das filiações ideológicas dos portais de notícias na apresentação dos acontecimentos que estão relacionados ao tratamento precoce. Iniciamos com os recortes advindos da Revista Piauí e CartaCapital. Nesta subseção, apresentamos os funcionamentos discursivos: 1) funcionamento autoritário; 2) funcionamento performático; 3) funcionamento do caso exemplar; e, 4) funcionamento da ‘autonomia médica’.

Segundo o relatório, a primeira menção de Bolsonaro à cloroquina deu-se na *live*, de 19 de março de 2020, a partir do pronunciamento do presidente Donald Trump sobre a adesão do medicamento para tratar a doença, “contrariando o FDA, que não recomendava seu uso fora dos testes clínicos” (Senado, 2021, p. 710).

Recortamos, a seguir, o primeiro grupo de SDs que consideramos para nossa análise do funcionamento autoritário quanto à forma de descaso de desinformação no que se refere à promoção do tratamento precoce.

QUADRO 3 – SDs sobre o funcionamento autoritário no discurso

<p>SD 2: A partir de então, <u>Bolsonaro passou a promover o medicamento em suas redes sociais, discursos e lives, e o transformou em política pública de saúde.</u> Em 21 de março, Bolsonaro <u>anunciou que o Hospital Albert Einstein havia iniciado um protocolo para avaliar a eficácia do medicamento.</u> Além disso, Bolsonaro <u>informou que se reuniu com o Ministro da Defesa para iniciar imediatamente a produção de cloroquina pelo Laboratório Farmacêutico Químico do Exército.</u> (Senado, 2021, p. 710)</p>
<p>SD 3: O governo americano revogou nesta semana a autorização emergencial para uso da cloroquina em pacientes de COVID-19, <u>mas o brasileiro continua apostando na medicação como alternativa prioritária de tratamento da doença.</u> E não só investe na distribuição do remédio na rede pública, como <u>pretende convencer procuradores e promotores a cobrarem de estados e municípios que deem cloroquina aos pacientes, assim que o coronavírus for diagnosticado</u>¹⁴⁴ (grifos nossos).</p>
<p>SD 4: [...] <u>o presidente Bolsonaro discursou no Palácio do Planalto durante um evento que celebrou a cloroquina e outros remédios sem eficácia comprovada contra o novo coronavírus.</u> O encontro, realizado no dia em que o país chegava à marca de 115 mil mortes, a segunda mais alta do mundo, foi chamado de “Brasil vencendo a COVID-19”. Na ocasião, o <u>presidente afirmou: “Fomos vendo devagar que existia, sim, uma sinalização de que, se ministrando precocemente esse protocolo [...], hidroxiclороquina com azitromicina, as pessoas tinham muito mais chances de viver”</u>¹⁴⁵ (grifos nossos).</p>
<p>SD 5: O Ministério da Saúde vai realizar um “Dia D” de enfrentamento à COVID-19 em 3 de outubro com o intuito de divulgar informações sobre tratamento precoce e medicar pacientes. A pasta prevê a entrega de medicamentos do chamado “kit Covid” para a população, que reúne cloroquina, hidroxiclороquina, azitromicina e ivermectina. <u>Vale lembrar que nenhuma das medicações tem comprovação científica para o tratamento da doença</u>¹⁴⁶ (grifos nossos).</p>

Fonte: Autora (2025).

Desde a campanha de eleição de 2022, as redes sociais foram uma importante frente de divulgação dos ideais políticos do então presidente. Assim, pelas condições de produção e pela SD 2, se materializa o modo como a promoção ocorreu, isto é, via postagem em rede social de ampla utilização no território nacional e também em discursos públicos e *lives*. Essa SD dá visibilidade às práticas do governo e a sua relação com o tratamento precoce e ao descaso decorrente de posicionamentos autoritários que ressoam na CPI pelos verbos

¹⁴⁴ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/cloroquina-acima-de-tudo/>> Acesso em: 20 jul. 2025.

¹⁴⁵ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/jalecos-em-guerra/>> Acesso em: 20 jul. 2025.

¹⁴⁶ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/saude/com-kit-covid-ministerio-da-saude-planeja-dia-d-de-enfrentamento-ao-coronavirus/>> Acesso em: 20 jul. 2025.

passou a promover; transformou; anunciou, informou, referendando a autoridade e a legitimidade que o então mandatário entende lhe ter sido dada pelo cargo que ocupa. Petri e Venturini (2022, p. 77) analisam essa postura, trazendo dois enunciados: “Não se esqueça que eu sou o presidente”¹⁴⁷, dito no dia 31/03/2020, contestando a defesa da continuidade do confinamento social recomendado por Mandetta, e “Eu sou a Constituição”¹⁴⁸, em resposta ao questionamento sobre as manifestações em defesa do Congresso Nacional e a volta do AI5, vigente durante a ditadura militar, que circulou no dia 24/04/20, argumentando o funcionamento de lutas pelo poder em detrimento da defesa da saúde pública.

Os membros da CPI aprovaram o texto com a redação “Bolsonaro passou a promover o medicamento”, entendendo-se por uma construção parafrástica que ele:

- 1) [...] divulgou sistematicamente o medicamento tornando-o conhecido.
- 2) [...] defendeu recorrentemente a eficácia do medicamento.
- 3) [...] receitou o medicamento.

Com isso, constituiu o efeito de sentido que o cargo de ministro da saúde e a tomada de posição como médico se legitimam pelo cargo de presidente com aspiração à centralização do poder, funcionando ideologicamente como efeitos de evidência. Os deslocamentos realizados no movimento parafrástico podem indicar também favorecimento econômico pelo funcionamento do imaginário ligado à ideologia que “[...] fornece as evidências [...] que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’” (Pêcheux, 2014a, p. 146), se estabilize o sentido da necessidade do que chamamos de imaginário de retomada da normalidade, fixada no sentido de que se há um tratamento há esperança.

Os dois outros destaques na SD2 são movimentos locutórios desencadeados por anunciar e informar, dando continuidade à prática autoritária de um governante que não delega poder de decisão e nem de opinião aos participantes do governo. Ele apenas anuncia e informa, porque é o “presidente” e é a “constituição”, arrogando-se poder ilimitado, autorizando a produção da cloroquina no Laboratório do Exército. A promoção do tratamento precoce mascara, “sob a ' transparência da

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/8522/9307>, acesso em 11 de out. de 2025.

¹⁴⁸ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/democracia-e-liberdade-acima-de-tudo-diz-bolsonaro-a-pos-participar-de-ato-pro-golpe.shtml>. > Acesso em: 11 de out. de 2025.

linguagem', aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados". (Pêcheux, 2014a, p. 146).

A SD 3 versa ainda sobre a cloroquina e sobre a continuidade da defesa do medicamento pelo governo brasileiro da época, como uma escolha institucional. O trecho foi recortado da notícia "Cloroquina acima de tudo", da revista Piauí, publicada em 16 de junho de 2020. Fizemos dois destaques nessa SD, em torno da promoção do medicamento. No primeiro destaque, funciona o efeito de 'apostar em', os sentidos que se materializam são os de arriscar-se na promoção do tratamento, mas também de estar certo de poder apostar nele como alternativa prioritária do governo. O segundo destaque vem pela locução verbal 'pretende convencer' promotores e procuradores, intervindo em outros poderes, conjugando essa tentativa com a cobrança, encaminhando para a coerção. Os efeitos de sentido se inscrevem na mesma direção do discurso autoritário, assim como na SD 2, ignorando as demais instituições e centralizando o poder.

Nesse sentido, apontamos para as condições de produção em funcionamento na disputa de sentido desde fim de maio de 2020:

Enquanto procuradores de Goiás, do Piauí e de Minas Gerais exortaram os governos de seus estados a prescreverem a cloroquina, um grupo com integrantes do MP em São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe e Pernambuco entrou com uma representação no Tribunal de Contas da União pedindo a suspensão da medida por falta de evidências científicas sobre a eficácia do remédio.¹⁴⁹

Não há dominação sem resistência, conforme Pêcheux (2014c), e, no discurso, sujeito e sentidos se contradizem. Dentro da mesma FD em torno da cloroquina, há os que prescrevem a medicação e os que se contra-identificam, questionando a falta comprovação e de 'evidências científicas' de eficácia do medicamento. O enunciado "pretende convencer" é um movimento retórico, que só funciona via forma de descaso de desinformação, pois entendemos, com base em Indursky (2019), os efeitos contemporâneos em que "a mentira foi renomeada e passou a ser referida como fausses nouvelles, notícias falsas ou simplesmente fake news".

A SD 4 marca uma das formas de promoção amplamente mobilizada, que se realizou por discursos públicos em eventos sociais, colocando as medicações como

¹⁴⁹ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/cloroquina-acima-de-tudo/>> Acesso em: 20 jul. 2025.

único tratamento defendido pelo presidente. O evento em questão produz, ao celebrar “a cloroquina e outros remédios”, efeitos de sentido próprios, em que não entra em debate a ausência de comprovação científica, mas sim produz-se um imaginário de eficácia e, com isso, de necessidade de retomada da normalidade. Na linearidade da SD 4, pela justaposição da informação do número de mortos e pela colocação do Brasil no ranking mundial de mortes por COVID-19, a revista Piauí marca o espaço da contradição entre o *slogan* “Brasil vencendo a COVID-19” e a realidade de descaso com a vida produzida em território nacional.

Podemos produzir deslizamento no efeito de sentido, reescrevendo a parte inicial da SD 4, dizendo que: ‘o presidente mentiu no Palácio durante um evento em que celebrou a cloroquina e outros remédios’. Esse deslizamento, constituído pelo verbo mentir, é uma interpretação possível pela própria sequência da SD 4, em que se recorta a fala do presidente. A propaganda governamental em prol do tratamento precoce gerencia os efeitos de sentido, colocando em movimento o *slogan* “Brasil vencendo a COVID-19”, sustentando pela legitimidade da autoridade política que, ao se administrar os medicamentos hidroxicloroquina e azitromicina precocemente, as pessoas viveriam mesmo se contaminando pela COVID-19. Construiu-se, assim, discursivamente, sem provas científicas, o imaginário de eficácia em que, pelo discurso autoritário do presidente, vem a funcionar o cerceamento da verdade, impondo o tratamento precoce como única forma de superar a pandemia.

A SD 5 foi recortada da CartaCapital, de uma notícia sobre o dia D contra a COVID-19, publicada em 25 de setembro de 2020. O discurso autoritário se materializa pelo alinhamento do Ministério da Saúde com os ideais do presidente, uma vez que agora quem assume também a função de divulgar informações sobre o tratamento precoce é a pasta do Ministério da Saúde. O aparelhamento ocorreu após a troca de alguns ministros, a saber, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, mas perdurou produzindo seus efeitos nas práticas de condução da pandemia.

Compreendemos, a partir do arquivo constituído, que Bolsonaro, revestido da sua posição-sujeito presidente, incorporava outras posições que se legitimam (de médico, de economista, de sanitarista, de garoto-propaganda de medicamentos, dentre outras), as quais desautorizam os sujeitos que pelo saber/poder (Foucault, 2004) ocupavam essas posições. Nesse sentido, recortamos a seguir o segundo grupo de SDs para analisarmos o que chamamos de funcionamento performático.

QUADRO 4 – SDs sobre o funcionamento performático

<p>SD 6: Como o país inteiro sabe, <u>o presidente Jair Bolsonaro assumiu o papel de garoto-propaganda da cloroquina desde o fim de março</u>. Entre chocada e constrangida, Lordão achou um absurdo ser acusada de boicotar o remédio por uma questão ideológica. “<u>O brasileiro vê o presidente exaltando uma droga que não tem comprovação de benefício clínico. é uma disparidade</u>”, afirmou. “<u>É como se nós, os médicos, estivéssemos gritando e ninguém ouvisse.</u>” O pior é que o presidente não era o único propagandista.¹⁵⁰ (grifos nossos)</p>
<p>SD 7: <u>Para ilustrar sua análise epidemiológica</u>, Bolsonaro disse que mais de dez ministros e duzentos funcionários do Palácio do Planalto contraíram o vírus e nenhum fora hospitalizado. <u>Até onde ele sabia</u>, a grande maioria usara hidroxicloroquina, uma versão menos tóxica que a cloroquina. “Então é sinal [...] que está dando certo”¹⁵¹ (grifos nossos)</p>
<p>SD 8: <u>Repetidamente, Bolsonaro defendeu a cloroquina</u> para o tratamento de COVID-19. Em 26 de março, quando disse que o medicamento para malária “<u>está dando certo</u>”, já não havia qualquer embasamento científico para defender a substância¹⁵² (grifos nossos)</p>
<p>SD 9: <u>O presidente dedicou boa parte do seu discurso na cerimônia à defesa do medicamento que não tem eficácia comprovada contra o coronavírus. Ele afirmou que aceita qualquer crítica ao remédio, “mas por parte das pessoas que possam apresentar uma alternativa”.</u> “<u>Nós ousamos</u>. Particularmente, comecei a defender a hidroxicloroquina calcado também na experiência de médicos”, disse.¹⁵³ (grifos nossos)</p>
<p>SD 10: Vilhena foi apenas uma das cidades brasileiras que resolveu adotar cloroquina, hidroxicloroquina ou ivermectina para tratar a COVID-19, <u>seguindo o que prega o presidente Jair Bolsonaro</u>, e ignorando as volumosas evidências de que esses remédios são ineficazes contra o coronavírus, conforme alerta a Organização Mundial da Saúde. <u>Desde quando Bolsonaro começou a fazer propaganda de supostas curas para a doença, diversas prefeituras passaram a adotar os medicamentos ineficazes como parte de suas políticas públicas de combate à doença.</u>¹⁵⁴(grifos nossos)</p>

Fonte: Autora (2025).

Recortamos a SD 6 da matéria “Jalecos em guerra”, de outubro de 2020, da revista Piauí. Desde o *lead* encontramos a forma de promoção do tratamento precoce, funcionando pela performance do presidente como garoto-propaganda “Como a cloroquina e seu maior propagandista fraturaram a classe médica”¹⁵⁵. Compreendemos a posição que a revista se coloca diante da atuação do presidente,

¹⁵⁰ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/jalecos-em-guerra/>> Acesso em: 20 jul. 2025.

¹⁵¹ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/jalecos-em-guerra/>> Acesso em: 20 jul. 2025.

¹⁵² Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/saude/coronavirus-como-o-brasil-virou-exemplo-negativo-no-mundo/>> Acesso em: 23 jul. 2025.

¹⁵³ Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-defende-cloroquina-e-acusa-imprensa-de-espalha-panico-sobre-a-COVID-19/>> Acesso em: 20 jul. 2025.

¹⁵⁴ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/COVID-19-prefeituras-distribuem-cloroquina-mesmo-sem-eficacia-comprovada/>> Acesso em: 20 jul. 2025.

¹⁵⁵ <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/jalecos-em-guerra/>> Acesso em: 20 jul. 2025.

a escolha dos termos “garoto-propaganda” sinaliza, na nossa interpretação, para uma postura que não compete à função de presidente, pois, como chefe do poder executivo, pressupõe-se que suas determinações sejam embasadas e coordenadas para sancionar políticas públicas de enfrentamento da pandemia em prol da sociedade. No entanto, sua performance como garoto-propaganda de um medicamento sem comprovação de eficácia no combate da doença, aponta para uma ação infantilizada, inconsequente, irresponsável com a condução da pandemia, resultando em consequências para a própria atuação dos especialistas, como sustentado no segundo destaque da SD 6, os médicos que se embasam na cientificidade para tratar seus pacientes, perdem sua autonomia, em função do trabalho ideológico da propaganda do presidente.

A SD 7 recorta um modo eficaz de falsear a verdade. No primeiro destaque delinea-se a performance de Bolsonaro em colocar-se como detentor dos saberes, uma vez que se projeta como capaz de analisar dados epidemiologicamente e atestar a eficácia por meio da exemplificação de casos conhecidos. Compreendemos que, quando uma autoridade se coloca nessa posição de discursar, espera-se que ela seja verdadeira, assim, pela investidura em um cargo de prestígio, o presidente cria, pelos exemplos da sua experiência, um efeito de verdade sobre a eficácia do tratamento precoce, que vem a funcionar para aqueles que acreditam na sua posição ideológica.

Como colocou Pêcheux (2014a, p. 150), “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito”, assim, quando Bolsonaro se projeta como sanitaria, infectologista, como detentor dos saberes para atestar o tratamento precoce como eficaz, isso se dá em função da plena identificação à forma-sujeito da FD a que ele se assujeita, fazendo pela promoção com que aqueles que se filiam aos seus ideais, também interpretem o tratamento precoce pela mesma formação discursiva.

Em seu discurso, ele se coloca no lugar daqueles que o ouvem, buscando dizer o que eles querem ouvir, especialmente os sujeitos detentores do poder, que defendem que os trabalhadores continuem a trabalhar, priorizando a economia. Trata-se da antecipação (Orlandi, 2002). Esse modo, sendo repetido, funciona produzindo a forma de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce, um enfrentamento ineficaz para a diminuição das mortes, mas eficiente

para a manutenção da ideologia dominante. Em nossa análise do modo como a discursivização da Piauí funcionou, produzindo o embate ao pronunciamento falso de Bolsonaro, compreendemos que o uso do enunciado “Para ilustrar sua análise epidemiológica”, funciona na sua relação com o enunciado “Até onde ele sabia” pela ausência de cientificidade, pela superficialidade dos dados, ressoando como ironia, como uma crítica à postura irresponsável do presidente.

A SD 8 foi recortada da matéria “Coronavírus: como o Brasil virou exemplo negativo no mundo”, publicada em 16 de julho de 2020, pela CartaCapital. Nas escolhas lexicais da redação, compreende-se o modo de funcionamento da propaganda do tratamento precoce, o efeito de “repetidamente” reinscreve os efeitos de homogeneidade do discurso quanto à promoção, sustentando uma evidência sobre o tratamento que não se consolidava nas práticas científicas. Novamente, utiliza-se o verbo ‘defender’ como a ação executada pelo então presidente. Identificamos em uma matéria de O globo que, em março 2020, o presidente fez duas falas sustentando esse efeito de que o tratamento precoce funcionava: “Não posso afirmar, porque não sou médico nem pesquisador, mas as informações (são que) já deu certo, já deu certo — afirmou em 26 de março. A cloroquina está dando certo em tudo que é lugar — reiterou em 29 de março”¹⁵⁶, é assim que pela investitura do discurso de veracidade ‘está dando certo’ sustentada pelo presidente que se produz a performance de especialista. A reiteração discursiva de “a hidroxicloroquina tá dando certo”, funciona como um *slogan* que se projeta pela performance do mandatário especialista, estando disponível para que o povo brasileiro se identifique, e ao se identificar contaminem-se sem medo, pois a hidroxicloroquina ‘está dando certo’.

Recortamos a SD 9 da matéria do dia 16 de setembro de 2020, da CartaCapital, com o seguinte título: “Bolsonaro defende cloroquina e acusa imprensa de espalhar ‘pânico’ sobre a COVID-19”. As condições de produção correspondiam à posse de Eduardo Pazuello como Ministro da Saúde. A performance que gostaríamos de sustentar pela SD 9 diz respeito à posição de Bolsonaro em se colocar como “dono do tratamento precoce”. Esse funcionamento está ligado ao

¹⁵⁶

Disponível

em:

<<https://oglobo.globo.com/brasil/aliados-nos-erros-desde-marco-bolsonaro-defendeu-em-publico-uso-da-cloroquina-em-pelo-menos-27-dias-24540059>> Acesso em: 23 jul. 2025.

modo como ele se posiciona com relação às críticas, ele é reativo, buscando silenciar toda e qualquer oposição.

A redação materializada pelo verbo “dedicou” produz um efeito de sentido novo quanto à promoção, o momento da solenidade da posse constitui-se de uma prática de divulgação da cloroquina, repetindo-se a defesa do medicamento, seguida da indicação da ausência de comprovação de eficácia. O recorte da fala do presidente reinscreve o efeito de sentido de apostar, agora é o próprio presidente que põe em jogo o efeito de sentido quando afirma “nós ousamos”, em que ousar assume o efeito de sentido de apostar, por um lado, há o risco, mas também há a tomada de uma decisão.

Sustentamos, pela retomada das condições de produção, que as instituições embasadas em evidências científicas afirmavam constantemente a eficácia das medidas não farmacológicas como meio para diminuir o contágio, assim, havia uma alternativa posta como estratégia eficiente para o enfrentamento da pandemia. No entanto, essa alternativa não se aliava aos ideais de retomada da economia propostos pelo então presidente, por estarem em outra formação discursiva, era rejeitada por ele e por aqueles que o seguiam. É assim que “apresentar uma alternativa” adquire efeito de sentido sendo “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é reproduzidas)” (Pêcheux, 2014a, p. 146), a única alternativa para o presidente eram os medicamentos que mantinham os trabalhadores em atividade, produzindo lucro em plena crise sanitária.

A SD 10 foi recortada da notícia “Prefeituras distribuem cloroquina mesmo sem eficácia comprovada”, de outubro de 2020. Constitui uma nova performance, a saber, a de pastor, executada pelo presidente da república, funcionando pelo verbo “prega”. Partindo do postulado que as palavras “adquirem seu sentido em referência [...] às formações ideológicas” (Pêcheux, 2014a, p. 147), compreendemos que ‘pregar’ funciona nesse espaço da significação no jargão religioso: o pastor, ao pregar, evangeliza seus fiéis nas crenças da igreja. Portanto, os apoiadores em nível municipal assumem o lugar de fiéis, enquanto o presidente o de pastor, agindo pelo viés religioso, da crença na cura, e ignorando as instituições que representam a ciência. O lugar de pastor funciona pelo efeito de que a palavra de Deus é inquestionável, assim, aquele que assume essa posição aceita a crença e a transmite com veemência. O presidente, ao pregar sobre o tratamento precoce,

assume a posição autoritária, em um discurso em que não há reversibilidade, sendo ilusoriamente monossêmico (Orlandi, 2023), e os interlocutores são significados como seguidores.

O atravessamento do domínio do religioso pode ser acompanhado ainda no segundo destaque na SD 10, quando a notícia traz que Bolsonaro faz propaganda de supostas curas, inscreve-se o feito de sentido de milagre. No entanto, esse milagre funciona como ironia, pois a redação já aponta como sendo “suposta”, relativizando os efeitos de evidências que o mandatário vinha promovendo para divulgar que determinados sujeitos se curaram graças ao uso do tratamento precoce. Executa-se, assim, pela reportagem, uma movimentação no modo significativo do que estava se pregando como verdade. Dito isso, avançamos para o próximo funcionamento.

O trabalho ideológico em produzir as evidências que credibilizam o tratamento precoce se sustentou na argumentação, como apontou Orlandi (2023, p. 52), “O argumento, pois, faz funcionar, um confronto ideológico, [...] pelo equívoco. Modo pelo qual se inscreveu na história. Daí a dificuldade em confrontá-lo”. O quadro 5, a seguir, concentra as SDs para nossas análises do funcionamento do caso exemplar.

QUADRO 5 – SDs sobre o funcionamento do caso exemplar

<p>SD 11: O presidente Jair Bolsonaro voltou nesta quinta-feira 13 a defender o uso da cloroquina para o tratamento da COVID-19. <u>“Eu sou a prova viva de que deu certo”</u>, afirmou. Até agora, nenhum estudo comprovou a eficácia da terapia – <u>a própria Organização Mundial da Saúde (OMS) encerrou estudos sobre o tema, ressaltando que o medicamento produz “pouco ou nenhum” efeito</u> na redução da mortalidade de pacientes infectados pelo coronavírus. [...] Durante o discurso, o presidente destacou a entrega do medicamento ao estado. “Destinamos também a esse estado maravilhoso aqui, <u>mesmo sem comprovação científica</u>, mais de 400 mil unidades de cloroquina para tratamento precoce da população”.¹⁵⁷ (grifos nossos)</p>
<p>SD 12: <u>Segundo ele, o Governo Federal “fez sua parte”</u>. “As Forças Armadas mandaram para lá um hospital de campanha, o ministro da Saúde esteve lá na segunda-feira e providenciou oxigênio. <u>Começou o tratamento precoce</u>”, disse o presidente a apoiadores na porta do Palácio da Alvorada. <u>O tratamento precoce, sob a ótica bolsonarista, se baseia no uso de medicamentos sem eficácia comprovada contra a COVID-19. “No meu prédio, mais de duzentas pessoas pegaram a Covid. Se trataram com cloroquina e ivermectina e ninguém foi para o hospital. Não tem efeito colateral”</u>, declarou o presidente, sem indicar quaisquer fontes para justificar a alegação.¹⁵⁸ (grifos nossos)</p>

¹⁵⁷

Disponível

em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-sobre-cloroquina-eu-sou-a-prova-viva-de-que-deu-certo/>> Acesso em: 25 jul. 2025.

¹⁵⁸

Disponível

em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-dobra-a-aposta-em-remedios-ineficazes-e-diz-que-fez-sua-parte-em-manaus/>> Acesso em: 29 jul. 2025.

SD 13: Com a crise ampliada, começaram os rumores de que Pazuello deixaria o cargo. Para aplacar os boatos, Bolsonaro visitou o ministro no Hotel de Trânsito e fez uma live-relâmpago para as redes sociais. [...] Pazuello garantiu ter feito o tal tratamento e que, segundo ele, tinha funcionado.[...] Apesar do “tratamento precoce”, seu estado de saúde piorou, e ele teve de ser hospitalizado por alguns dias.)¹⁵⁹ (grifos nossos)

Fonte: Autora (2025).

As condições de produção da SD 11 correspondem a uma viagem a Belém para a inauguração de obras, em agosto de 2020, em que Bolsonaro utilizou o evento para promover a cloroquina. Analisamos a SD 11 como uma construção discursiva que sinaliza para o deslize do efeito de sentido a que o presidente se refere para a comprovação da eficácia da cloroquina. No seu discurso, ao colocar-se como “prova viva” da eficácia, aponta para um efeito de veracidade, pois afinal estava vivo e discursando para todos. A identificação plena do presidente com a ideia de que o tratamento precoce é a solução à pandemia pode ser interpretada pelo que afirmou Pêcheux (2014a, p. 150) como sendo “fundadora da unidade (imaginária) do sujeito”. O sujeito-presidente em seu discurso produz o efeito de eficácia que funciona para aqueles que se identificam com a sua formação discursiva.

No recorte em tela, ao colocar a quantidade de medicação destinada ao Estado do Pará, e afirmar que tem consciência de que “mesmo sem comprovação científica” destina a medicação, reescreve o efeito de aposta, arrisca-se e nega a gravidade da doença. Pela memória discursiva intervém na nossa leitura o modo como a ciência foi desacreditada e negada, apagando o conhecimento acumulado pelas pesquisas. Produz-se um mecanismo próprio de significar, aos que acreditam no presidente, constituindo efeitos de que mais vale a experiência individual do mandatário, em detrimento da comprovação científica, chancelada pelas instituições legitimadas.

Salientamos que a CartaCapital retoma “medicamento sem comprovação científica”, dizendo que “produz ‘pouco ou nenhum’” efeito na redução da mortalidade de pacientes infectados pelo coronavírus¹⁶⁰. Como já apontamos acima, o argumento da cientificidade estava sendo posto em jogo pelo próprio locutor

¹⁵⁹Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-sabotador/> > Acesso em: 29 jul. 2025.

¹⁶⁰Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-sobre-cloroquina-eu-sou-a-prova-viva-de-que-deu-certo/> > Acesso em: 11 de out. de 2025.

(presidente), que admite e repete que não há comprovação científica em torno do medicamento. Para efeito de contraponto, podemos construir o seguinte movimento parafrástico:

- 1) Não há comprovação científica, mas eu - Bolsonaro - testemunho a eficácia e forneço argumentos com exemplos.
- 2) É comprovado que o medicamento não reduz a mortalidade e faz pouco ou nenhum efeito (CartaCapital).

O movimento parafrástico dá visibilidade ao tensionamento entre a defesa do tratamento precoce e a defesa da ciência, sinalizando a resistência, rompendo com a linearidade e fazendo trabalhar no dito, os não-ditos.

Recortamos a SD 12 da notícia “Bolsonaro dobra a aposta em remédios ineficazes e diz que ‘fez sua parte’ em Manaus”, da CartaCapital, publicada em 15 de janeiro de 2021. O título da notícia sinaliza para a repetibilidade, já discutida a partir do verbo ‘apostar’, que é retomada pela expressão “dobra a aposta”, instaurando o efeito de risco, de um sujeito que joga com a sorte e o faz sem considerar os prejuízos que atingem os sujeitos-cidadãos e não o poder público e aqueles que esse poder defende (o empresariado, a classe dominante).

O primeiro destaque na SD 12, na sua relação com o segundo destaque, se constitui pelo Governo Federal se defender de possíveis consequências da COVID-19, reiterando que fez a sua parte com o tratamento precoce. Ao mesmo tempo defende o tratamento e se distancia dos possíveis efeitos negativos, colocando nas autoridades amazonenses a responsabilidade pela alta taxa de mortalidade e de hospitalização e, de forma indireta, se exime dos resultados do medicamento que ele mesmo defende. O que não está dito, mas se sustenta pelo funcionamento da memória e pelo que está linearizado no discurso, quando traça exemplificações, afirma: “No meu prédio, mais de duzentas pessoas pegaram a Covid. Se trataram com cloroquina e ivermectina e ninguém foi para o hospital. Não tem efeito colateral”. O que significa dizer: - façam o tratamento precoce e continuem a movimentar a economia. Reafirmando a opção pela economia em detrimento da vida humana.

Cabe observar o fechamento da fala, em que o presidente afirma “não tem efeito colateral”, e reinscreve no discurso à deriva, apontada quando referimos a substituição de discursou por mentiu. Nesse caso, dizer que tomar as medicações

indicadas não gera efeito colateral, é mentir, pois todo e qualquer medicamento pode desencadear efeitos colaterais que são descritos em bula”¹⁶¹.

A SD 13 foi recortada da matéria “O sabotador”, da Revista Piauí, de fevereiro de 2021. As condições de produção de fevereiro de 2021 destacavam um ambiente tenso entre a política antivacina, sustentada pelo presidente da república, e a investida do governador de São Paulo, João Doria, em estabelecer uma parceria com o Governo Federal para a aquisição dos imunizantes produzidos pelo Butantan, em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac. Essas tensões geraram o boato referido na SD, em análise. A estratégia de Bolsonaro de produzir a *live* antes de sinalizar para a resolução da disputa política em torno da vacina se assenta no silenciamento sobre o tema, sobrepondo o tratamento precoce como medida a ser adotada para a superação da pandemia. Novamente, recorre à exemplificação para sustentar a eficácia do tratamento precoce, trazendo o caso do Ministro da Saúde, o qual, revestindo da sua posição de autoridade de estado e de militar (que também significa), garantindo que fez uso e está funcionando produz-se uma narrativa que projeta um efeito de verdade, em que pela ausência de comprovação científica realiza-se a “falsificação do ocorrido” (Indursky, 2019, p. 29).

O presidente, por meio do exemplo particular do uso do tratamento precoce que “funcionou”, produziu um efeito de eficácia, que opera discursivamente convencendo grande parte da população a aderir a essa crença. Buscando com isso favorecimento político para as futuras eleições. Intervém aqui o conceito de torção discursiva, como apontou Indursky (2019, p. 29), “um candidato pode eleger-se hoje fabricando projeções imaginárias sobre si e sobre seu eleitor, antecipando o que eles desejam ouvir”, assim, a mentira eleitoral em meio à pandemia se alia ao tratamento precoce para projetar o que cada brasileiro desejava ouvir, a cura da COVID-19. Dito isso, avançamos para o próximo funcionamento.

Outra repetibilidade quanto à promoção do tratamento precoce funcionou na defesa da “autonomia médica” para tratar os pacientes. Nesse sentido, recortamos a seguir o grupo de SDs para analisarmos o que chamamos de funcionamento da ‘autonomia médica’.

¹⁶¹ Difosfato de cloroquina. Bula. Instituto de Tecnologia em Fármacos/Farmanguinhos; 2017. Disponível em: <<https://www.far.fiocruz.br/wp-content/uploads/2017/02/Cloroquina-Paciente.pdf> > Acesso em: 19/06/2025.

QUADRO 6 – SDs sobre o funcionamento da ‘autonomia médica’

SD 14: “Quem fala em tratamento precoce passou a ser criminoso no Brasil”, discursou o presidente a algumas dezenas de apoiadores sem máscara que se amontoavam para vê-lo de perto. “O médico, ele é ensinado, é direito dele, não tendo o medicamento para aquela doença, ele buscar a alternativa”, prosseguiu Bolsonaro. Na cidade [Uberlândia], acontece o oposto do que descreveu o presidente. O Ministério Público Federal conseguiu na Justiça que o médico que não receitar o “tratamento precoce” seja denunciado por pacientes e fique sujeito a multa de 10 mil reais. Não há, por ora, registro de punições judiciais.¹⁶² (grifos nossos)

SD 15: “É um exemplo a ser seguido, por isso estou indo para lá”, justificou Bolsonaro. “Para exatamente não só ver, mas mostrar a todo o Brasil que o vírus é grave, mas seus efeitos têm como ser combatidos. Mais ainda, naquele município, com toda certeza em mais [cidades], em alguns estados também, o médico tem a liberdade total para trabalhar com o paciente, total. Esse é dever do médico, uma obrigação e direito dele”, disse o presidente. Como Bolsonaro, o prefeito defende o “tratamento precoce” com medicamentos que não apenas não combatem a Covid como têm severos efeitos colaterais, às vezes fatais. Os dois fazem propaganda enganosa de hidroxiclороquina, mas não mencionaram o lockdown parcial de catorze dias em Chapecó no momento mais crítico da pandemia na cidade, quando pacientes precisaram ser transferidos para outros estados e morreram em poltronas esperando leito de UTI. Por duas semanas, atividades em escolas e no comércio não essencial ficaram suspensas.¹⁶³ (grifos nossos)

Fonte: Autora (2025).

A SD 14 foi recortada da matéria “A receita do colapso”, da Revista Piauí, de 17 de março de 2021. O discurso do presidente para seus apoiadores na cidade de Uberlândia é um espaço confortável de fala, em que, pela identificação dos sujeitos que o ouviam, ele se autoriza à reprodução do discurso de promoção do tratamento precoce sem resistência. A escolha lexical do presidente projeta o efeito de sentido de que aquele que promove o tratamento precoce é uma vítima, que sofre injustamente pela sua posição em relação ao tratamento. Novamente, a construção discursiva se sustenta em uma torção discursiva, pois as críticas ao tratamento precoce feitas pelos especialistas que se embasam nas evidências científicas são discursadas aos apoiadores dentro de um discurso acusatório, produzindo vitimismo, comoção e identificação.

O segundo destaque recorta a fala do mandatário sobre o tema da autonomia médica. O argumento principal se assenta no direito do médico, entendemos esse argumento pelo trabalho do pré-construído compreendido no que assinalou Pêcheux (2014a, p. 158-159) simultaneamente como “‘Aquilo que todo mundo sabe’ [...] e aquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sobre a forma das evidências do ‘contexto situacional’”. Bolsonaro cita a autonomia do médico a

¹⁶² Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/receita-do-colapso/>> Acesso em: 20 jul. 2025.

¹⁶³ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/duelo-negacionista/>> Acesso em: 30 jul. 2025.

fim de trazer o médico para o seu lado, não negando o direito e saber médico, mas indicando o tratamento precoce, sugerindo que, na ausência de um medicamento comprovado cientificamente para cura da COVID-19, o médico em sua competência profissional deve receitar o tratamento precoce. Vemos o funcionamento da contradição no discurso da autonomia médica, uma vez que, se é da autonomia médica, por que ele promove a adoção desse tratamento? Uma possível resposta a essa pergunta se assenta no fato de que a autonomia médica funciona como um argumento auxiliar para capturar ideologicamente determinada camada da população que não se identifica com a prática defendida pelo presidente, sinalizando para a divisão dos que aceitam e dos que não aceitam o tratamento.

Desse modo, a promoção do tratamento precoce realizada pelo presidente em discurso público inscreve-se na matéria em outro espaço de significação, o da contestação, ao se apresentar o embate no âmbito do judiciário que poderia interferir na autonomia do médico, joga com os efeitos de sentido do principal argumento do governante. As práticas sociais que se instalaram sinalizam para a imposição de uma profilaxia que não está ancorada na autonomia da classe médica, mas sim se atravessa um discurso autoritário, que prevê inclusive punição.

Reverbera, nessa leitura, o caso investigado na CPI da pandemia quanto à operadora de planos de saúde Prevent Senior, no qual os médicos foram pressionados a receitar o “kit covid” em teleconsultas e, aos casos suspeitos, o plano enviava às casas dos pacientes o referido kit. Na promoção de medicamentos sem comprovação científica, indica, de um lado, a perversidade do sistema privado (capitalista) que prescinde da saúde dos pacientes em prol da manutenção do lucro e, por outro lado, a negação da ciência.

A SD 15 é um recorte da matéria “Duelo negacionista”, de 07 de abril de 2021, referindo-se à divulgação de uma viagem do presidente a Chapecó, na ocasião em que ele compartilhou um vídeo do prefeito da cidade, anunciando leitos vazios e a diminuição de casos da COVID-19. O recorte dá visibilidade ao modo de funcionamento da promoção do tratamento precoce por meio da manipulação dos fatos. Omite-se a informação de como a cidade havia imposto medidas de isolamento, devido a um momento crítico, e privilegia a menção ao tratamento precoce como meio de obtenção desses resultados, buscando o engajamento dos apoiadores. Mobiliza estratégias argumentativas que encaminham os acontecimentos para outra direção, de modo que “A ideologia [...], encaminha

sentidos, fabricando efeitos de verdade para um mesmo enunciado, ainda que este seja uma mentira discursivizada” (Carreon, 2022, p. 8). É pelo funcionamento ideológico da formação discursiva em que Bolsonaro e seus apoiadores se inscrevem que se constituem efeitos de eficácia do tratamento precoce. Há, assim, a fabricação de um efeito de verdade pela tomada de uma parte como sendo o todo do acontecimento, em um movimento discursivo de metonímia, no qual se faz a torção discursiva apontada por Indursky (2019, p. 29), em que se projeta “um efeito de verdade ao que, de fato, é uma falsificação do ocorrido”.

A discursivização desse fato pela revista Piauí se estrutura pelo embate ao falseamento produzido pela omissão na fala do presidente e do prefeito em questão. Por meio do efeito da locução “propaganda enganosa”, reitera o deslizamento de sentido. Além disso, ao reconstruir as condições materiais da condução da pandemia na cidade, como apresentamos, o destaque da SD 15 está no modo como se efetivaram as práticas de isolamento em Chapecó, com vistas a diminuir os casos de COVID-19.

4.1.2 Dos funcionamentos da forma de descaso de desinformação quanto a promoção do tratamento precoce a partir do alinhamento à direita

Como apontamos anteriormente, empreendemos essa subcategorização para darmos visibilidade a possíveis efeitos de sentido decorrentes das filiações ideológicas dos portais de notícias na apresentação dos acontecimentos relacionados ao tratamento precoce, dito isto, avançamos com os recortes advindos da CNN Brasil e Jovem Pan. Buscamos propor novamente um movimento de agrupamento dos recortes das notícias desses portais, considerando os funcionamentos discursivos que produziram a promoção do tratamento precoce. Nesta subseção, apresentamos os funcionamentos discursivos: 1) funcionamento do caso exemplar; 2) funcionamento autoritário; 3) funcionamento pelo aconselhamento; 4) funcionamento performático; e 5) funcionamento da ‘liberdade médica’.

O funcionamento do caso exemplar é uma das regularidades que nosso *corpus* apontou nos portais desta seção. É uma estratégia discursiva relevante quanto à forma de descaso de desinformação e será analisada a partir do quadro a seguir:

QUADRO 7 – SDs sobre o funcionamento do caso exemplar

<p>SD 16: <u>“Existe muita questão ideológica da cloroquina, mas não muda o fato de que usamos esses medicamentos há 70 anos. Não vai matar a pessoa”, diz Martins. “Eu tenho um filho, Charles Martins, que passou dois anos na África e tomava a cloroquina toda semana. Teve algum dano ou prejuízo? Pelo contrário, tem uma mente brilhante e uma cabeça iluminada”.</u>¹⁶⁴ (grifos nossos)</p>
<p>SD 17: <u>“Ideia seria reunir vídeo com os membros do governo que tomaram a hidroxicloroquina; embora reconheça a falta de comprovação científica, presidente considera que ‘é alternativa do momento’. [...] Na semana passada, os debates na CPI da COVID-19 se concentraram na cloroquina. O presidente Bolsonaro tem reclamado de uma falta de alternativa à utilização do medicamento.</u>¹⁶⁵ (grifos nossos)</p>
<p>SD 18: <u>E para mostra (sic) que dele (sic) seria eficiente e seguro, promete apresentar essa semana um levantamento de todos os ministros do governo que tomaram o “kit covid” e se curaram da doença. “Fazer um vídeo dessa semana, 22 ministros, todos aqueles que tomaram hidroxicloroquina vão falar: eu tomei. É alternativa no momento. ‘Ah não tem comprovação científica’, mas não tem cientificamente dizendo o contrário também”, disse. Segundo o mandatário, apesar dos aliados do governo serem minoria na CPI da COVID-19, o objetivo ao discutir a situação de Manaus será mostrar que não é correta afirmação que pacientes em estado grave morreram por utilizar a cloroquina. O problema, segundo Bolsonaro, seria a dosagem.</u>¹⁶⁶ (grifos nossos)</p>

Fonte: Autora (2025).

Em 1º de junho de 2020, a CNN publica a notícia “Testagem e cloroquina: os planos do secretário Wizard Martins contra a COVID-19”. Deste material recortamos a SD 16. O termo “ideológico” como efeito de sentido de que ideologia é algo que pertence ao outro e, sendo assim, é aquilo que é negativo, como por exemplo, quando se utiliza “ideologia comunista” ou “ideologia de gênero”. Desse modo, como as pautas da esquerda são sempre identificadas como sendo ideológicas, ao se linearizar que há questões ideológicas pairando sobre a utilização do tratamento precoce, o secretário se coloca nessa posição de críticas àqueles que se opõem ao tratamento, que seria a esquerda, o grupo de oposição ao governo que é contra a utilização da cloroquina e o “Kit covid”, por sua ineficácia e ausência de comprovação científica. O argumento em favor dos medicamentos lança mão do processo metonímico, referindo a 70 anos de sua utilização, silenciando a relação de

¹⁶⁴

Disponível

em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/testagem-e-cloroquina-os-planos-do-secretario-wizard-martins-contra-a-covid-19/>> Acesso em: 1 ago. 2025.

¹⁶⁵

Disponível

em:

<<https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/bolsonaro-quer-apresentar-lista-de-ministros-que-tomaram-o-kit-covid-e-se-curaram-da-covid-19.html>> Acesso em: 1 ago. 2025.

¹⁶⁶

Disponível

em:

<<https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/bolsonaro-quer-apresentar-lista-de-ministros-que-tomaram-o-kit-covid-e-se-curaram-da-covid-19.html>> Acesso em: 1 ago. 2025.

causa e efeito entre a utilização correta para tratamento de determinadas condições já estudadas e comprovadas cientificamente, ficando, assim, distorcida a informação, devido à manipulação dos dados. Nesse sentido, ocorre uma torção discursiva, conforme descreveu Indusky (2019).

Os mecanismos argumentativos de promoção do medicamento se estruturam pela exemplificação a partir de quatro pontos: 1) tem-se “usado há 70 anos”, 2) “não mata”, 3) “meu filho tomou e não teve prejuízo”, 4) “meu filho tomou e tem uma mente brilhante e uma cabeça iluminada”. Pelo trabalho ideológico, instaura-se o imaginário positivo sobre a cloroquina, entendendo-se, com base em Pêcheux (2014a, p. 135), que “Só há práticas através de e sob uma ideologia [...] Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”. Os argumentos produzem efeitos de sentido de funcionalidade, utilidade e benefício, bem como a ausência de efeitos colaterais ou risco de morte.

A SD 17, recortada da notícia de 10 de maio de 2021, com o título “Bolsonaro quer apresentar lista de ministros que tomaram o ‘kit covid’ e se curaram da COVID-19”, aponta para a argumentação do presidente com relação à continuidade da promoção do tratamento precoce. Compreendendo o funcionamento do efeito de eficácia que foi sendo apresentado pela leitura das SDs. Materializa-se na SD 17, uma tentativa do presidente de produção de um “documentário”, sistematizando em vídeo as informações para provar que os ministros tomaram o medicamento e continuaram bem de saúde. Esse mecanismo de singularizar a cura pela utilização do medicamento, filmando e divulgando, constrói o feito de uma verdade, transparente e exemplar do que pode e deve ser feito, sustentando-se na popularidade das autoridades ligadas ao governo e no testemunho por meio da gravação em vídeo, que se legitimam pelo funcionamento imaginário de confiança que as figuras públicas passam aos demais sujeitos.

Como destacou Pêcheux (2014a, p. 130), “as ideologias não são feitas de ‘ideias’ mas de práticas”, foram as ações concretas do presidente na promoção do medicamento e das variadas formas presentificadas pelas sequências discursivas que produziram efeitos da eficácia do tratamento precoce, buscando a adesão dos sujeitos que pela falta de outras formas de proteção se filiavam ao que era promovido pelo presidente e seus aliados.

A SD 18 materializa uma resposta do presidente, tentando se eximir de qualquer culpa que lhe compete pela promoção do medicamento, argumentando que

a hidroxicloroquina “é alternativa do momento”, por falta de outros meios e pela inexistência de medicamento comprovado cientificamente. Como assinalou Pêcheux (2014a, p. 149), toda formação discursiva dissimula “na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal”. Essa forma de descaso de desinformação na promoção do tratamento precoce se constitui pela tentativa de construção dessa transparência que encaminha para a eficácia pelo caso exemplar, para dissimular as contradições inerentes à ausência de comprovação e às contraindicações para se encaminhar à retomada da economia em meio a uma crise sanitária.

Na SD 18, o verbo “mostrar” e a locução verbal “promete apresentar” funcionam, nesse espaço discursivo de provas da eficiência e da segurança, para utilizar essa medicação na cura da COVID-19. Esse espaço de argumentação, portanto “Não leva a uma conclusão, ele busca um deslocamento de sentidos” (Orlandi, 2023, p.83), sai de ineficaz, para eficaz. É pela repetição nos pronunciamentos públicos do presidente que funciona o discurso de eficácia, embasado nos casos particulares, provando pela continuidade da vida da autoridade de que ela estava curada devido ao uso do tratamento precoce. Essa manipulação instaura no social os efeitos de sentido que produzem a prática de adoção dos medicamentos sem a comprovação científica.

Pela fala do presidente se materializa uma coerção, pelo autoritarismo, “todos aqueles que tomaram vão falar: eu tomei”, os ministros, sendo parte da estrutura do governo, e mantendo o respeito da hierarquia, devem, pela pressão do presidente, afirmar-se em favor do tratamento precoce, assumindo o lugar de promotores do “kit covid”. A propaganda, assim, articula-se pelo enunciado “eu tomei” e pela performance de estar vivo e pronunciar a frase, conduzindo ao entendimento de que se eu tomo e vivo, aquele que não tomou não está vivo, e, portanto, não está aqui para falar. O funcionamento aqui é o do discurso “eu sou a prova viva”, para a qual, no senso comum, não há contra-argumento. Nossa leitura sustenta-se no que Pêcheux (2014a, p. 149) afirmou sobre a interpelação dos indivíduos em sujeitos: “o imaginário do sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer a sua subordinação, seu assujeitamento”. É desse modo que os ministros se subordinam à autoridade do presidente, sem se reconhecerem como assujeitados.

A SD 18 aponta novamente para o efeito “Bolsonaro mentiu”, que já trouxemos anteriormente nas análises. Ao recortar o discurso dos oponentes sobre comprovação científica, colocando esse discurso reportado entre aspas, contrapondo a frase “mas não tem cientificamente dizendo o contrário também”, e o fato dessa colocação ter sido feita em maio de 2021, é em suma uma mentira, pois já havia estudos publicados e divulgados de que cientificamente o uso dos medicamentos que eram promovidos no tratamento precoce eram ineficazes, e acarretaria agravamento da saúde do paciente.

A continuidade da promoção é um aspecto peculiar da condução desastrosa da pandemia no Brasil. Mesmo com a investigação da CPI em curso e os avanços da elaboração de uma narrativa que se sustentava em evidências científicas da ineficácia do tratamento precoce, o discurso do presidente continuava promovendo e incentivando publicamente a adoção dos medicamentos. Como destacaram Furlan e Caramelli (2021), aproximadamente uma em cada quatro pessoas utilizou os medicamentos do “Kit Covid” como tratamento para a COVID-19, sinalizando sobre essa adoção que em muitos casos ocorreu por meio de automedicação. Dito isso, avançamos para o próximo funcionamento.

A tomada de posição autoritária do presidente tende a homogeneizar o discurso pró-tratamento precoce, conferindo estatuto institucional. E com isso, aposta em uma única frente para o combate à pandemia, censurando, tal qual os militares durante a ditadura, as outras possibilidades.

QUADRO 8 – SDs sobre o funcionamento da autoritário

SD 19: Como vai ser a estratégia de combate ao coronavírus? “Temos duas frentes que precisamos estar muito atentos. A primeira delas é o tratamento precoce. Se a pessoa apresenta os primeiros sintomas, como febre, dores no corpo e dificuldade de respirar, ela será diagnosticada e testada. Com o teste positivo, já vai entrar na medicação.” A medicação inclui cloroquina e hidroxicloroquina? “Não gosto de falar apenas de cloroquina e hidroxicloroquina, pois são vários medicamentos para o tratamento precoce. Existem outros componentes, mas eles fazem parte da composição. O mais importante é que estamos trabalhando muito mais preventivamente e precocemente. A pessoa voltará para casa e também vamos tratar o entorno dele. Se o cidadão é casado e tem filhos, vamos dar tratamento para todos”¹⁶⁷ (grifos nossos)

SD 20: O ministro interino da Saúde, general Eduardo Pazuello, disse nesta segunda-feira (10) que medidas de distanciamento social são de responsabilidade de Estados e municípios e a pasta as apoia, mas ressaltou que o essencial para “parar o sangramento” das mortes

<p><u>provocadas pela pandemia de COVID-19 é o diagnóstico precoce e o tratamento imediato da doença.</u>¹⁶⁸ (grifos nossos)</p>
<p>SD 21: <u>A estratégia do Governo Federal é convencer população, médicos e governantes a adotarem o tratamento precoce e uso do 'Kit Covid'</u>¹⁶⁹ SD 22: <u>As ações terão como slogan: "Tratamento precoce é vida". [...] A campanha de mobilização vai pedir que, já nos primeiros sintomas, as pessoas procurem um médico e solicite o tratamento precoce, que inclui os medicamentos do chamado "Kit Covid", com hidroxicloroquina, cloroquina, azitromicina, ivermectina e zinco. O kit não será distribuído pelo governo à população. [...] A proposta da pasta chega às vésperas das eleições municipais e usa medicamentos sem comprovação científica.</u> (grifos nossos)</p>
<p>SD 22: <u>o presidente realizou uma transmissão ao vivo, ao lado do seu ministro-general da Saúde, Eduardo Pazuello. Na live semanal, os dois repetiram inverdades sobre a doença. E defenderam, ambos, o tal "tratamento precoce", que, para eles, é a única maneira de enfrentar a pandemia.</u>¹⁷⁰ (grifos nossos)</p>

Fonte: Autora (2025).

A SD 19 foi publicada dia primeiro de junho de 2020, pela CNN na notícia “Testagem e cloroquina: os planos do secretário Wizard Martins contra a COVID-19”, sendo representativa das condições de produção do início da pandemia. Vemos funcionar os efeitos de sentido sobre apostar no tratamento precoce. O secretário, ao ser questionado sobre a estratégia para combater o coronavírus, responde colocando a existência de duas frentes, no entanto, logo em seguida, prioriza a apresentação do tratamento precoce e, ao explicar sobre a percepção dos sintomas, já indica que haverá o diagnóstico e a testagem, sendo o teste positivo administra-se o tratamento precoce, e deixa ausente qualquer outra estratégia. Nesse sentido, há uma imposição do tratamento precoce como forma de combate, sem outra estratégia, balizando as tomadas de decisão do Ministério da Saúde.

O segundo questionamento do secretário diz respeito aos medicamentos que estariam compreendidos na “medicação” que se iniciaria após a testagem. Da resposta, focamos a nossa análise quanto à compreensão da parte final, em que destacamos o que Wizard Martins aponta como importante. Retorna o efeito de que o importante é o tratamento precoce, importante é a pessoa não ficar hospitalizada

¹⁶⁸

Disponível

em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pazuello-quer-diagnostico-e-tratamento-precoce-contra-sangramento-da-pandemia/>> Acesso em: 2 ago. 2025.

¹⁶⁹

Disponível

em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-planeja-dia-d-contra-COVID-19-com-hidroxicloroquina/>> Acesso em: 2 ago. 2025.

¹⁷⁰

Disponível

em:

<<https://jovempan.com.br/arquivo/alvaro-alves-de-faria/empurrada-goela-abaixo-ate-por-aplicativo-clo-roquina-nao-cura-a-COVID-19-nem-o-negacionismo.html>> Acesso em: 3 ago. 2025.

ou isolada, importante é a pessoa voltar para casa e para a vida normal. Compreendemos que a forma de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce se intersecciona com a promoção da retomada da economia, visto que a adoção do tratamento faz com que o trabalhador permaneça em atividade.

A SD 20 corrobora com esse efeito sobre a promoção do tratamento precoce, tendo sido recortada da notícia de 10 de agosto de 2020, com o título “Pazuello quer diagnóstico e tratamento precoce contra ‘sangramento’ da pandemia”, a partir da leitura da notícia, cabe apontar que em momento algum se materializa a ineficácia do tratamento precoce por qualquer nota de esclarecimento. Os portais Revista Piauí e CartaCapital desde julho sinalizavam, após as falas dos governantes, a informação sobre a ineficácia ou a falta de comprovação científica para o tratamento precoce, fato omitido na redação da CNN Brasil. Assim, o primeiro destaque feito na SD 20 diz respeito às medidas de distanciamento que foram alvo de críticas, sendo desestimuladas pelo Governo Federal como se apresentou no relatório final da CPI “14/05/2020 - Matéria publicada no Renova Mídia veicula declarações críticas do presidente contra o lockdown” (Senado, 2021, p. 812), podendo-se referendar que a fala do ministro se estrutura pela mentira, já que as práticas do governo materializam o descrédito das medidas não farmacológicas, e não o apoio, incentivo ou promoção.

Nesse sentido, na SD 20, o discurso autoritário se sustenta pelo alinhamento do Ministério da Saúde com o ideário do presidente, reproduzindo a forma de imposição de uma única forma de agir contra a COVID-19. No governo Bolsonaro, conforme Orlandi (2023, p. 69), “o fascismo determina os sentidos da extrema-direita no Poder” e, com isso, a forma de combate à pandemia vem pelo autoritarismo, pela centralização do poder na figura de alguém cujo conhecimento é incipiente para conduzir adequadamente a superação de uma pandemia, e que se cerca de outros igualmente desqualificados produzindo a morte do povo brasileiro.

Há na SD 20 a ocorrência da metáfora “parar o sangramento” como um jogo de sentidos que derivam das formações discursivas médicas. Em que ‘parar o sangramento’ funciona, nesse espaço, como interrupção, como ocorre com um machucado severo em que é preciso parar a hemorragia para salvar o paciente. Na SD, acompanhamos a promoção do tratamento precoce, pois, na linearidade desse pronunciamento, o problema são as mortes por COVID-19, para as quais o ministro

toma como essencial o diagnóstico precoce e o tratamento imediato, que funciona pela materialização do que considera essencial. Pode-se ler que medidas tomadas pelos estados, dentre elas o distanciamento, não são essenciais, e, assim, entra a contradição na própria SD, se x não é essencial, logo x não é apoiado pelo Ministério da Saúde, entendendo x como distanciamento social.

A SD 21 foi recortada da notícia de 25 de setembro de 2020, com o título “Governo planeja ‘Dia D’ contra COVID-19 com kit que inclui hidroxiquina”. Nela, materializa-se a forma de descaso de promoção do tratamento precoce, agora a partir do evento dia D contra COVID-19. Nossa interpretação assenta-se sobre os efeitos de autoritarismo como base no emprego do singular que reforça a ideia de uma postura que privilegia um discurso homogeneizante sobre a condução da pandemia, enfocando apenas duas frentes. Cabe perguntar a que fim a estratégia de convencer serve nesse caso da pandemia? Em nossa leitura parece funcionar uma estratégia retórica, em que, pela falta de comprovação científica, cabe apenas convencer, pela imposição, pela manipulação dos fatos, pela torção discursiva que naturaliza uma mentira, transformando-a em aceitável.

Na SD, após descrever-se que o governo quer convencer a sociedade, médicos e governantes a adotarem x e y, isto é, adotarem o “tratamento precoce” e, ao mesmo tempo, adotarem o “kit covid”, há um movimento de descolamento dos sentidos de tratamento precoce e do uso do “kit covid” que corresponderia aos medicamentos cloroquina, hidroxiquina etc. Abrindo-se um espaço de disputa de sentidos, em que a falha irrompe produzindo efeitos. Portanto, produzimos uma paráfrase discursiva apontando um efeito de sentido possível: “a estratégia é convencer a sociedade para o uso preventivo do kit-covid”. Esse deslocamento só é possível pelas redes de memórias da pandemia, em que se produziu a busca pelos medicamentos antes da confirmação da doença, com os primeiros sintomas, a propaganda governamental recomendava o tratamento precoce.

Para analisar o *slogan* “Tratamento precoce é vida”, recorreremos a Petri e Venturini (2021, p. 79) que apontam que, nesses enunciados curtos, “Há um esvaziamento de sentidos, o significante se esvazia de significados e o sujeito é tomado por uma sensação de desconhecimento de tudo aquilo que acreditava saber”. Pela memória de outros tratamentos, como, por exemplo, o câncer de mama, o diagnóstico precoce faz com que se inicie o tratamento mais rapidamente e as chances de cura aumentem. Aqueles que pudessem ler esse *slogan* poderiam

tomá-lo como uma verdade, dada a repetibilidade que esse efeito atingiu por meio de campanhas de saúde. A veiculação desse *slogan* é estratégica, produzindo um efeito de eficácia pela memória de que, se o diagnóstico e tratamento são precoces, há mais chances de melhora do paciente.

Ainda sobre a SD 21, podemos resumir que a promoção da desinformação foi uma das pautas do governo que a colocou em prática por meio de pronunciamento, de *live* em rede nacional, de e-mail para todos os hospitais do SUS, de campanha nas redes sociais e orientações pelo 136, o Disque Saúde. Foram várias frentes de divulgação da desinformação, produzindo seus efeitos de sentido no corpo social. Cabe então analisar como essa nota é construída, tomamos então o seguinte trecho da SD: “A proposta da pasta [...] usa medicamentos sem comprovação científica”, a escolha lexical “proposta da pasta” é uma substituição que apaga os sujeitos e instituições responsáveis pela promoção, sabe-se que a referida pasta é o Ministério da Saúde, que está ligado ao Governo Federal, no entanto as escolhas da redação funcionam mascarando os responsáveis.

A promoção do tratamento precoce funciona pelo sentido do verbo “pedir”, em que a campanha assume a função de solicitar ao paciente que, diante dos primeiros sintomas, ele busque um médico para requerer a ele o “Kit Covid”, com hidroxicloroquina, cloroquina, azitromicina, ivermectina e zinco. É desse modo que o argumento da autonomia entra em contradição, pois, se é o paciente que toma a decisão pela medicação, não caberia ao médico qualquer tomada de posição.

A SD 22 foi recortada da notícia “Empurrada goela abaixo até por aplicativo, cloroquina não cura a COVID-19 nem o negacionismo”, de 22 de janeiro de 2021. Compreendemos a repetibilidade do autoritarismo em insistir na promoção do tratamento precoce. A presença dos termos “repetiram inverdades” é um eufemismo para o modo proposital da produção de mentiras sobre a doença desencadeada pelos atores em questão. A promoção funciona pela defesa, pela ênfase na sustentação de que o tratamento precoce era a única forma de enfrentar a pandemia, fazendo trabalhar um imaginário da postura do governo, como apontou Orlandi (2020, p. 32) “um efeito de evidência”, funcionando na nossa interpretação pela transparência dos sentidos que se projetavam pela promoção do tratamento precoce como sendo via de regra uma imposição. A expressão “única maneira” sinaliza para a limitada frente de atuação do governo para o combate à pandemia, bem como o autoritarismo.

O Governo Federal produz um discurso sobre o tratamento precoce aconselhando o povo, partindo do que eles consideram um aprendizado sobre a pandemia. Dito isto, apresentamos o grupo de SDs a seguir.

QUADRO 9 – SDs sobre o funcionamento pelo aconselhamento

<p>SD 23: Na cerimônia, Pazuello afirmou que ficar em casa esperando a melhora dos sintomas não é a melhor medida. <u>“O aprendizado ao longo da pandemia nos mostrou que, quanto mais cedo atendermos os pacientes, melhores são suas chances de recuperação. O tratamento precoce salva vidas”</u>, afirmou.¹⁷¹ (grifos nossos)</p>
<p>SD 24: O <u>presidente Jair Bolsonaro (Sem partido) recomendou nesta manhã de quinta-feira, 19, que, aos primeiros sintomas de COVID-19, o paciente inicie um ‘tratamento precoce’</u>. [...] <u>O presidente também enfatizou a necessidade de procurar um médico. “Aos primeiros sintomas, procure um médico e inicie o tratamento precoce”</u>, disse em suas redes sociais. Ele não detalha quais seriam as opções de tratamento precoce, mas <u>o presidente é conhecido por ser um defensor do uso da cloroquina e hidroxicloroquina contra o vírus. Os medicamentos, no entanto, não têm comprovação científica para tratamento da COVID-19</u>. Em seguida, utilizou caixa alta para enfatizar as medidas. <u>“Não espere sentir falta de ar para tomar essa decisão”</u>.¹⁷² (grifos nossos)</p>

Fonte: Autora (2025).

A SD 23 foi recortada da notícia “‘Tratamento precoce da COVID-19 salva vidas’, diz Eduardo Pazuello ao assumir Ministério da Saúde”, de 16 de setembro de 2020, da Jovem Pan. Já pelo título percebemos funcionar o *slogan* “O tratamento precoce salva vidas”. Na nossa leitura, o trabalho da propaganda tem esse caráter de convencer a qualquer custo, levando as brasileiras e os brasileiros a uma tomada de posição específica, a saber, a da adoção do tratamento precoce logo nos primeiros sintomas de COVID-19. É desse modo que o pronunciamento do Ministro da Saúde produz seus efeitos de evidência, constrói sua argumentação, sustentando a existência de um aprendizado “quanto mais cedo atendermos os pacientes, melhores são suas chances de recuperação”. Esse enunciado funciona pelo pré-construído do aconselhamento, algo que seria dito informalmente entre sujeitos que se conhecem, que a partir da experiência individual buscam orientar-se um ao outro.

171

Disponível

em:

<<https://jovempan.com.br/noticias/brasil/tratamento-precoce-salva-vidas-diz-eduardo-pazuello-ao-assumir-ministerio-da-saude.html>> Acesso em: 2 ago. 2025.

172

Disponível

em:

<<https://jovempan.com.br/noticias/politica/com-ameaca-de-segunda-onda-bolsonaro-recomenda-tratamento-precoce-para-COVID-19.html>> Acesso em: 3 ago. 2025.

Entendemos que o discurso de Pazuello se estrutura pela contradição, incentivando a população a buscar atendimento médico imediatamente ao identificar sintomas. Entram, nesse espaço de disputa, as condições de produção referentes à impossibilidade de atendimento no sistema público e privado de saúde de todos os sujeitos com sintomas. Portanto, sustentamos que o aprendizado que se está considerando é apenas o da utilização da medicação promovida, fazendo funcionar o *slogan*: “O tratamento precoce salva vidas” em que se poderia fazer funcionar as paráfrases discursivas “a cloroquina salva vidas”, ou a “hidroxicloroquina salva vidas”.

A SD 24, retirada da notícia “Com ameaça de segunda onda, Bolsonaro recomenda ‘tratamento precoce’ para COVID-19”, de 19 de novembro de 2020, da Jovem Pan, também funciona nesse espaço do aconselhamento. Buscamos analisar a utilização do termo “recomendou”, entendendo como movimento parafrástico os efeitos de Bolsonaro indicou que o paciente inicie um tratamento precoce, radicalizando, colocaríamos que Bolsonaro prescreveu que o paciente inicie um tratamento precoce ou mesmo Bolsonaro receitou que o paciente inicie um tratamento precoce. Essas derivações funcionam pela posição de autoridade de que a figura do presidente estava revestida para milhões de brasileiros que eram seus apoiadores.

O segundo destaque, sobre a ênfase do presidente de que os sujeitos sintomáticos procurem os profissionais da saúde, na figura dos médicos para iniciar o tratamento precoce, funciona nesse espaço em que há um cerceamento do que deve ser tido como tratamento, sustentando o efeito discutido anteriormente sobre a prescrição ser dada pelo presidente. Na redação da notícia, cabe atentarmos ao movimento em que se instaura a discriminação entre tratar precocemente com qualquer medicamento e tratar com uso da cloroquina e hidroxicloroquina, sustentando pelo discurso a polissemia sobre o termo “tratamento precoce”. Na redação, materializa-se a informação da ausência de comprovação científica para tratar a COVID-19, o que já aponta para um alinhamento discursivo nos portais que no início da pandemia apoiaram a postura do Governo Federal quanto à promoção da solução à pandemia via tratamento precoce.

Como último destaque da SD 24, encontramos a menção sobre “sentir falta de ar”. Esse argumento é um discurso que vai se repetir como uma resposta à medida da gestão Mandetta, em que se buscou pelo isolamento dos sujeitos nos

primeiros sintomas, para evitar a transmissão, bem como a superlotação dos hospitais. Portanto, vemos materializar-se um mecanismo de culpabilizar as medidas de isolamento e alavancar, por meio do medo da falta de ar, uma tomada de posição já nos primeiros sintomas, isto é, medique-se e continue trabalhando. Esse discurso da solução via medicamentos interpela os sujeitos da pandemia em sujeitos pró-tratamento precoce e contra-tratamento precoce, dividindo o corpo social em categorias, cada qual respondendo à identificação com a respectiva formação ideológica. O que, em nossa interpretação, faz com que sujeitos pró-tratamento precoce, não só busquem os médicos ou mesmo a automedicação para se curar da COVID-19, mas também divulguem o tratamento tornando-se casos individuais de sucesso do tratamento precoce, exemplares da política pública que “deu certo” no plano ideológico.

Os efeitos da promoção do tratamento precoce funcionam no sentido de homogeneização do discurso de que havia por parte do governo uma intensa mobilização para o combate ao coronavírus. A preocupação era promover a utilização de medicamentos x, y e z que, pela repetibilidade da propaganda, eram eficazes para enfrentar a crise que preocupava o governo, principalmente quanto à retomada da economia. Dito isso, avançamos para o próximo funcionamento.

O presidente projeta-se no corpo social revestido da sua posição de chefe do poder executivo, assumindo outras posições concomitantemente para assegurar o seu discurso pró-tratamento precoce. Neste sentido, apresentamos o grupo de SDs a seguir.

QUADRO 10 – SDs sobre o funcionamento performático

SD 25: “É o discurso que eu bato na mesma tecla desde março do ano passado, temos dois problemas pela frente gravíssimos ainda: o vírus e o desemprego. E também sempre bati na tecla: as medidas para combater o vírus, os seus efeitos colaterais não podem ser mais danosos que o próprio vírus. O Brasil precisa voltar a trabalhar”, disse o presidente. [...] Segundo Bolsonaro, o município localizado em Santa Catarina tem adotado o chamado tratamento precoce contra o novo coronavírus. O tratamento não é defendido pela comunidade científica.¹⁷³ (grifos nossos)

SD 26: A orientação vai no sentido contrário do que prega o presidente da República, Jair Bolsonaro, desde o início da pandemia. O presidente é um entusiasta do chamado “kit Covid” e dos remédios utilizados no “tratamento precoce”, embora haja diversos estudos comprovando ineficácia dos medicamentos para esse fim. Bolsonaro já mostrou caixas dos remédios em suas

173

Disponível

em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-defender-tratamento-precoce-e-retorno-ao-trabalho/>> Acesso em: 3 ago. 2025.

transmissões pela internet e, constantemente, defende em público o uso dos fármacos. ¹⁷⁴
(grifos nossos)

Fonte: Autora (2025).

A SD 25 foi recortada da notícia “Bolsonaro volta a defender tratamento precoce e retorno ao trabalho”, da CNN, de 5 de abril de 2021. Compreendemos que a SD se constitui nesse espaço interseccionado entre as formas de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce e a promoção da retomada da economia. Esse discurso adquire sentidos da posição que Bolsonaro assume, performando como um economista, cujo conhecimento técnico assevera a sua aposta no tratamento precoce.

Compreendemos que, para o presidente, o “problema do vírus” é tão grave quanto o “problema do desemprego” e, desse modo, essa comparação é frutífera em termos de produção de um efeito de homogeneidade do discurso, pois associa um agente viral, cujo tratamento e combate ainda estavam preocupando toda a sociedade global, com um aspecto característico do capitalismo, produzido por ele e mantido para fins de manutenção do lucro: que é o desemprego. Compreendemos por essa associação que o discurso do presidente funciona pela construção de um imaginário de medo, da preocupação dupla, sem distinguir entre o que é emergência sanitária e o que é sintoma da própria estrutura do capital. Como asseverou Pêcheux (2014a, p. 132), a classe dominante exerce sua dominação por meio da ideologia, “é caracterizada, no nível ideológico, pelo fato de que a reprodução das relações de produção ‘subjuga’ sua transformação (opõe-se a ela, a freia ou a impede, conforme os casos)”. Nesse sentido, compreendemos que a forma de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce é o mecanismo de dominação ideológica, produzindo nos sujeitos a segurança para continuarem em suas atividades laborais, resultando riquezas aos grandes conglomerados. É por essa razão que a ideologia dominante funciona, de acordo com Pêcheux (2014a, p. 132), necessariamente pela “reprodução das relações de desigualdades-subordinação”.

O segundo destaque, na SD 25, materializa a relação com o descrédito das medidas não farmacológicas. A interpretação da declaração do presidente funciona,

¹⁷⁴

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/em-resposta-a-cpi-saude-desaconselha-cloroquina-e-kit-covid/> > Acesso em: 4 ago. 2025.

nesse espaço da memória discursiva, como aquilo que traz consequências colaterais para a economia em decorrência de medidas como distanciamento social, lockdown etc. Em nossa interpretação, opera nesse trecho uma contradição, o tratamento precoce fornece à sociedade, nesse caso, uma falsa consciência de proteção, pois a automedicação acarreta a morte de brasileiros e brasileiras das classe trabalhadoras. Nesse sentido, o efeito colateral é danoso por causa do vírus e por causa da defesa da retomada da economia sem a preocupação com a saúde dos trabalhadores.

O terceiro destaque importa para a nossa leitura por materializar o modo como o portal CNN Brasil apresentou aos seus leitores a sua filiação quanto à informação sobre os efeitos de sentidos sobre a falta comprovação da eficácia do tratamento precoce. Assim, quando se optou por escrever que “O tratamento não é defendido pela comunidade científica”, produzem-se certos apagamentos, a saber, o da ineficácia, o da ausência de comprovação científica, o dos efeitos colaterais. Desse modo, quando opta pelo sentido de “não é defendido pela comunidade científica”, se exclui, nessa escolha lexical, por exemplo, a comunidade médica. Compreendemos, pela fragmentação da sociedade em grupo minoritário que se opõe ao tratamento, que a notícia produz esse efeito de entendimento de que ele pode ser a saída para o desemprego, e só não é defendido pelos cientistas, estruturando, portanto, uma interpretação de uma disputa ideológica sobre o tratamento precoce, e apagando as implicações materiais na morte das brasileiras e dos brasileiros.

A SD 26 foi recortada da notícia “Em resposta à CPI, Saúde desaconselha cloroquina e “kit Covid”, de 14 de julho de 2021, e materializa a contramão entre a norma e a posição de Bolsonaro. O funcionamento performativo do presidente em assumir a posição de pastor, defendendo a cura via tratamento precoce, constitui-se como elemento de repetibilidade. Fazendo funcionar o sentido da promoção do tratamento precoce por meio do verbo pregar, aproximando o político do religioso. O modo como as palavras se associam, aproxima-se do que Petri (2018, p. 52) entende como “palavra-puxa-palavra”, produzindo efeitos de sentidos, mas não quaisquer sentidos. Como descreveu Pêcheux (2014a, p. 164), “Os significantes aparecem dessa maneira não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas como aquilo que foi ‘sempre-já’ desprendido de um sentido: não há naturalidade do significante”. Portanto, é pelo interdiscurso que sustentamos o

efeito de que a crença fervorosa do presidente na retomada da economia fez com que ele pregasse a eficácia, a cura, o milagre do tratamento precoce.

O segundo destaque na SD aponta para outra forma de promoção, isto é, funciona por meio do adjetivo 'entusiasta'. Essa construção discursiva se articula na nossa leitura no sentido de considerarmos o presidente como aquele que "se dedica intensa e excessivamente a alguma coisa"¹⁷⁵, no caso, a promover o tratamento precoce como sendo a cura, o milagre para a superação da pandemia. Também é relevante considerar o sentido de entusiasta como sendo aquele que é animado. Assim, analisamos esse efeito considerando o modo como o presidente se mantinha positivo ao apostar no tratamento precoce a todo custo e sem responsabilidade com relação às consequências de suas práticas, e deixando-se levar pela animação e pela empolgação, negando sua responsabilidade enquanto chefe do executivo.

É interessante apontarmos o modo como a CNN descreve, em julho de 2021, a questão da ineficácia do tratamento precoce, asseverando que, "embora haja diversos estudos comprovando a ineficácia dos medicamentos para esse fim". Têm-se os avanços das investigações da CPI e o debate sobre a ineficácia, e o rompe com repetibilidade são os estudos que comprovam a ineficácia do tratamento. As demais SDs trazem a repetição somente da não comprovação científica.

O terceiro destaque vem marcar, nesse espaço da repetibilidade, a promoção da defesa do uso da medicação em pronunciamentos, inclusive mostrando caixas do produto. A esse mecanismo explícito da propaganda ocorre a ruptura com o que se entende como postura de um presidente, pois ele performa como publicitário e como garoto-propaganda, mostrando embalagens de produtos farmacêuticos de determinadas indústrias, o que irrompe em ato falho. Essa tomada de posição faz funcionar a forma de promoção de produtos comumente adotada em propagandas e peças publicitárias, a saber: um sujeito tido como popular ou famoso assumindo-se como promotor do uso de X, mostrando que ele utiliza o produto e quais são os benefícios notados. Dito isso, avançamos para o próximo funcionamento.

Os efeitos de sentido deslizam neste funcionamento da autonomia médica para liberdade médica, e isso não é gratuito. Reinscreve-se a pauta liberal no discurso sobre a pandemia, liberdade figura nesse espaço do discurso bolsonarista por meio do lema do governo "Deus, Pátria, Família e Liberdade". Dito isto, apresentamos o grupo de SDs a seguir.

¹⁷⁵ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/entusiastas/>> Acesso em: 4 ago. 2025.

QUADRO 11 – SDs sobre o funcionamento da ‘liberdade médica’

SD 27: “Naquele município [Chapecó] e com certeza em mais alguns estados também, o médico tem liberdade total para trabalhar com o paciente, total. Esse é o dever do médico, é uma obrigação e direito dele,. <u>Não tem o remédio específico, ele trata da melhor maneira possível, por isso os índices foram lá para baixo</u> ” ¹⁷⁶ . (grifos nossos)
SD 28: “ <u>Resposta aos inquisidores da CPI sobre o tratamento precoce: uns médicos receitam Cloroquina; outros Ivermectina; e o terceiro grupo (o do Mandetta), manda o infectado ir para casa e só procurar um hospital quando sentir falta de ar (para ser entubado)</u> ”, escreveu Bolsonaro. “ <u>Portanto, você é livre para escolher, com o seu médico, qual a melhor maneira de se tratar. Escolha e, por favor, não encha o saco de quem optou por uma linha diferente da sua, ok?</u> ” ¹⁷⁷ (grifos nossos)
SD 29: “A gente não pode colocar esse tipo de medida só nas costas do presidente. <u>Vários governadores defenderam, em algum momento, o uso do tratamento precoce. Além disso, basta fazer um registro no Conselho Regional de Medicina de qualquer estado, e pegar milhares de receitas prescritas por médicos e profissionais da área</u> ”. Gomes afirmou que ex-ministros da saúde de Bolsonaro “chegaram, sim, a orientar para os estados o tratamento precoce.” “ <u>Não estou culpando os ex-ministros e também não entendo que se culpe só o presidente da república, até porque nenhum brasileiro vai tomar remédio sem prescrição médica. Há sempre um profissional habilitado da área para fazer a opção se passa ou não qualquer tipo de medicamento</u> ” ¹⁷⁸ (grifos nossos)

Fonte: Autora (2025).

A SD 27 foi recortada da notícia “Bolsonaro volta a defender tratamento precoce e retorno ao trabalho”, de 4 de abril de 2021. O portal recorta o pronunciamento feito por Bolsonaro - recortado anteriormente na matéria da revista Piauí, de 7 de abril de 2021. No entanto, diferentemente da discussão apresentada pela revista Piauí, na notícia da CNN apenas se fez o recorte da fala do presidente. No recorte da Revista Piauí, empreendemos a análise da parte não sublinhada da SD 27 e, desse modo, avançamos ao complemento trazido pela CNN Brasil. Para encaminhar nosso gesto de leitura, ancoramos nosso olhar na possibilidade de um deslize, quando institucionalmente se insiste há meses de que o tratamento precoce é a estratégia do governo. Pode-se estabelecer os efeitos de que “o presidente entende e defende como sendo a melhor maneira possível a utilização do tratamento precoce”. Assim, entendemos que, para ele, “não tem o remédio

¹⁷⁶

Disponível

em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-defender-tratamento-precoce-e-retorno-ao-trabalho/>> Acesso em: 3 ago. 2025.

¹⁷⁷

https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-defende-hidroxcloroquina-e-ivermectina-apos-criticas-na-cpi/#goog_rewarded > Acesso em: 3 ago. 2025.

¹⁷⁸

Disponível

em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-defende-hidroxcloroquina-e-ivermectina-apos-criticas-na-cpi/#goog_rewarded> Acesso em: 4 ago. 2025.

específico” que ocupe esse espaço da ausência da comprovação científica, mas, havendo o tratamento precoce, o médico trata da melhor forma. Esse deslizamento marca o modo de sobreposição dos interesses políticos às possibilidades de autonomia do médico. No discurso do presidente da república a seus apoiadores, a necessidade de produzir um efeito de sentido que houvesse uma melhora na situação de calamidade sanitária se constitui novamente pela mentira.

A SD 28 foi recortada da notícia “Bolsonaro defende hidroxicloroquina e ivermectina após críticas na CPI”, de 7 de maio de 2021. Com os avanços nas investigações da CPI da Pandemia, as declarações do presidente também tentavam responder aos novos efeitos que se apresentavam. Primeiramente cabe analisar os efeitos que se apresentam no título da notícia, uma vez que as escolhas lexicais de defender, após as críticas da CPI, se constituem, por um lado, nesse espaço do polissêmico entre críticas boas ou críticas ruins. O trabalho da CPI está posto no nível de um mero apontamento daquilo que seriam qualidades ou defeitos e é desse modo que a produção de um discurso materializa as filiações do portal, atenuando os efeitos sobre o trabalho da CPI que estava investigando as ações e as omissões, para responsabilizar possíveis crimes na gestão da pandemia. Não estava criticando, mas sim construindo um dispositivo de responsabilização da condução da pandemia.

No primeiro destaque da SD 28, funciona um imaginário em torno dos senadores da CPI de sujeitos medievais, que castigavam, matavam em nome de uma determinada ideologia e de senhor feudal, a quem os vassallos deviam obediência. Assim, os sujeitos são destituídos de racionalidade, cabe-lhes perseguir, caçar as bruxas. No mesmo destaque, marca-se a argumentação apresentada no título, em que funciona a divisão da sociedade em grupos, no caso, em três grupos. O presidente omite críticas, e comentários aos grupos que aderem a Cloroquina ou Ivermectina. Enquanto que o grupo que adota medidas não farmacológicas é criticado, seguindo a coerência de sua posição-sujeito negacionista e autoritária.

O segundo destaque constitui-se no espaço da contradição, no que diz respeito à autonomia médica, dentro das condições de produção do discurso do presidente, que se sustenta no uso dos medicamentos fora da indicação da bula em função da autonomia do médico em prescrever a medicação a seus pacientes. Desse modo, pela leitura das SDs, os sentidos deslizam para outros efeitos: na SD 28, Bolsonaro convoca o seu interlocutor (você) como aquele que é livre para

escolher, constituindo-se, também, de efeito de familiaridade/intimidade. O equívoco ocorre em torno da relação médico-paciente, cabendo perguntar se ele convoca o sujeito paciente ou o sujeito médico para escolher o tratamento a seguir.

Ainda sobre a SD 28, a expressão “não encha o saco” instaura um estranhamento e inscreve o sujeito-presidente em outra posição-sujeito, que não a de presidente da república, encaminhando para o conflito, para o chamamento ao embate. Configura-se, nessa SD, o abandono da ciência, induzindo à automedicação. A propaganda do governo já é atravessada por argumentos que chamam os sujeitos a se inscreverem em determinado grupos, cujo pertencimento exige obediência cega ao ‘senhor’ ou ao ‘mito’ e descrença na ciência, implicando na manutenção das condições de existências dos sujeitos, pois a decisão sobre quem tem direito à vida ou à morte cabe ao Estado, do qual o presidente é o sujeito porta-voz (Pêcheux, 1990)¹⁷⁹.

A SD 29 recortada da notícia “Cloroquina não pode cair só nas costas do presidente, diz líder do governo”, de 9 de maio de 2021, sustenta efeitos de sentido sobre a culpa relacionada ao tratamento precoce. Há uma postura de ataque às outras instâncias executivas como estados e municípios quanto à condução da pandemia. Para o Senador Eduardo Gomes, MDB-TO, os governadores assumem parte da responsabilidade da articulação da promoção, pois, em algum momento, eles defenderam o tratamento precoce e, assim, a culpa é partilhada entre o presidente e os governadores. Compreendemos dessa colocação que o governo passa a aceitar a culpa, mas não se responsabiliza por ela, preferindo apontar quem também a tem, ao invés de assumir as possíveis consequências. Naquele momento, o Senador Eduardo Gomes era o líder do governo no Congresso, sua função no jogo de forças era permanecer alinhado ao presidente, defendendo-o dos ataques da oposição. As escolhas do senador funcionam, nesse espaço contraditório, ao tentar defender e, como consequência, acaba por culpar o presidente, e repartir a culpa com outros possíveis cúmplices.

No campo da argumentação empreendido pelo senador, há a inversão da ordem hierárquica da promoção, transformando o principal aliado do presidente na implementação do medicamento, isto é, os médicos que receitaram o tratamento precoce, nos principais culpados. Isso se materializa pelo trecho da sequência discursiva: “até porque nenhum brasileiro vai tomar remédio sem prescrição médica”

¹⁷⁹ O funcionamento dessa noção está explicitado em Venturini (2024).

¹⁸⁰. É desse modo que o discurso irrompe fazendo com que os sentidos transbordem o já dito e repetido. A culpa da promoção reiterada e sistematizada em âmbito do Governo Federal passa a recair no trabalho dos profissionais de saúde que, em seus consultórios, receitam os medicamentos, tentando-se apagar, assim, a responsabilização do presidente.

Como apontou Pêcheux (2014a, p. 173), as contradições que constituem “as condições ideológicas da reprodução/ transformação das relações de produção se repercutem, com deslizamentos, deslocamentos etc. no todo complexo das ideologias”. É desse modo que compreendemos a função da propaganda na formação de um imaginário sobre o tratamento precoce, a promoção tende a produzir o efeito de repercutir, no entanto, há deslizamentos decorrentes da luta de classes, fazendo com que os interesses ideológicos em luta naquela conjuntura dada se desloquem produzindo também o efeito de ineficácia, resistindo ao processo de homogeneização do tema, fragmentando-se na heterogeneidade das formações discursivas.

4.1.3 Efeitos de fechamento

Nosso percurso de leitura sobre a forma de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce discursivizado no relatório final da CPI da pandemia e nos portais Revista Piauí, CartaCapital, Jovem Pan e CNN Brasil proporcionou à presente tese a compreensão de funcionamentos discursivos no âmbito da atuação do Governo Federal durante a pandemia. Como analisamos, nos portais alinhados à esquerda estão materializados os funcionamentos (1) autoritário, (2) performático, (3) do caso exemplar e (4) da ‘autonomia médica’. Enquanto que nos portais alinhados à direita compreendemos os funcionamentos (1) do caso exemplar, (2) autoritário, (3) pelo aconselhamento, (4) performático e (5) da ‘liberdade médica’. Pode-se entender que sempre que o tema da propaganda do tratamento precoce foi noticiado, os portais de notícias materializam a seu modo a ausência de comprovação científica, por distintas paráfrases.

¹⁸⁰

Disponível

em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-defende-hidroxicloroquina-e-ivermectina-apos-critica-s-na-cpi/#goog_rewarded> Acesso em: 4 ago. 2025.

A promoção do tratamento precoce foi uma tomada de posição institucional e autoritária, impondo-se por meio de um discurso “necessário”, para que o povo brasileiro continuasse em seus postos de trabalho. Além do autoritarismo na imposição de um único modo de atuação para a superação da pandemia, funcionando pela movência das posições-sujeitos que o presidente performava publicamente um funcionamento de convencimento, ao assumir-se como ‘médico’, ‘garoto-propaganda’, ‘pastor’, em que vai deslizando sentidos para que o medicamento alcance cada vez mais mais públicos.

De igual modo homogeniza-se o discurso sobre a promoção ancorada no funcionamento do caso exemplar, em que, pela figuração de um sujeito conhecido ou observável, se sustenta a eficácia do medicamento, faz funcionar o apagamento da metodologia científica envolvida para comprovar a aplicabilidade ou não de determinado fármaco ao tratamento, e passa-se a acreditar que se x tomou e se curou, todos que tomem irão ter o mesmo resultado.

Outro modo de funcionamento está ancorado em um uso argumentativo da autonomia/liberdade médica e, diante disso, entendemos que esse processo se sustenta no fato de que “Os discursos bolsonaristas carregam uma forte carga de equivocidade do estatuto significativo do real nos processos de significação” (Orlandi, 2023, p. 54). Assim, ele utiliza, ao mesmo tempo, o autoritarismo para impor o tratamento, e o argumento em prol da atuação do médico para receitar, sustentando o equívoco fundante dessa operação para promover a todo custo o tratamento precoce. Um outro funcionamento compreendido a partir dos recortes foi categorizado como aconselhamento, um movimento retórico embasado no pré-construído de que todos sabem que x salva vidas, dando visibilidade ao tratamento precoce. Dito isso, avançamos para a próxima forma de descaso.

4.2 AS FORMAS DE DESCASO DE DESINFORMAÇÃO QUANTO AO DESCRÉDITO DE Y

O dia 26 de fevereiro de 1998 marcou o início de uma desconfiança internacional sobre vacinas que reverbera até hoje [...]. Foi naquele dia, em Londres, que o médico Andrew Wakefield apresentou uma pesquisa preliminar publicada na conceituada revista Lancet, descrevendo 12 crianças que desenvolveram comportamentos autistas e infecção intestinal grave. Em comum, dizia o estudo, as crianças tinham vestígios do vírus do sarampo no corpo. [...] Foi o suficiente, porém, para que índices de vacinação de MMR comesçassem a cair no Reino Unido e, mais tarde, ao redor do mundo. [...] em 2004 descobriu-se que antes da publicação do

artigo na Lancet, em 1998, ele [Wakefield] havia feito um pedido de patente para uma vacina contra sarampo que concorreria com a MMR, algo que foi visto como um conflito de interesses. (Idoeta, 2017, s/p).

A epígrafe da presente seção constitui-se como um marco do movimento antivacina que surgiu muito recentemente. Na reportagem da BBC, encontramos o recorte da ocorrência da publicação do estudo científico empreendido por um médico ao fim da década de noventa, sinalizando para a repercussão dessa tomada de posição na sociedade, isto é, a redução dos índices de vacinação na população. Wakefield, revestido de sua posição sujeito médico e cientista, assume espaço de autoridade bem como a responsabilidade sobre sua fala; já os sujeitos da sociedade, ao tomarem conhecimento sobre a pesquisa, podem assumir uma tomada de posição com relação ao estudo, tomá-lo como verdade ou como mentira, pois o discurso antivacina, ao ser instaurado, fica disponível no interdiscurso como possibilidade de sentido.

Importa apontarmos que a análise da BBC apresenta a existência de conflitos de interesse frutos do sujeito Wakefield e a vacina, assim compreendemos que a produção de um estudo como aquele, para fins de benefícios individuais, teve uma repercussão calamitosa, pois o discurso antivacina foi generalizado para outros imunizantes, em diferentes momentos da história recente. Sendo revisitado sempre que determinados conflitos surgem em nossa sociedade. Dito isso, iniciamos nosso movimento de interpretação/compreensão do modo como, no Brasil, entre os anos de 2020-2021, produziu-se um discurso desacreditando a vacinação, o que compreendemos como a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina.

Conforme Shimizu (2020, p. 40), “O movimento antivacina encontra na internet uma poderosa ferramenta para se fortalecer, pois as plataformas digitais oferecem condições ideais para popularizar seu discurso”. É, portanto, a (des)informação e os processos de significação antivacina, que vão formando redes de sentidos propagando-se e sedimentando conhecimentos falsos, mas que funcionam no corpo social. Concordamos com Mendes e Motta (2022, p. 352) quando eles, ao interpretarem a proposição de Orlandi (2008) sobre o boato ser um ato de linguagem pública que funciona pela circulação das palavras, colocam que “o crescimento do movimento antivacina decorre pela circulação”. Compreendemos que a utilização desse discurso pelo governo brasileiro em meio a pandemia

funcionou pela circulação, cabe apreendermos, no entanto, o como ocorreu essa circulação, a que fins ela serviu e quais as consequências materiais dessa tomada de posição institucional.

Em nossa leitura do relatório da CPI, uma das formas de descaso de desinformação funciona discursivamente por meio da estrutura linguística “descrédito de y”. Pela repetibilidade de ocorrências no documento, o descrédito ocorre em três modalidades, a saber:

- (1) descrédito da vacina;
- (2) descrédito das medidas não farmacológicas;
- (3) descrédito na contabilização dos mortos.

A primeira forma possui uma maior ocorrência de SDs no relatório, bem como filia-se a uma posição que vem produzindo efeitos danosos quanto à prevenção de doenças em nossa sociedade. É desse modo que, para esse momento, pretendemos avançar nossa análise sobre a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina, relacionando, quando surgirem no nosso material, às outras formas de descrédito observadas no relatório.

Dito isso, podemos iniciar a nossa leitura sobre a forma de descaso da desinformação quanto ao descrédito da vacina. Seguindo a proposta da nossa metodologia, analisamos o modo como essa forma de descaso foi discursivizada no relatório da CPI e em notícias nos quatro portais *online* (Revista Piauí, CartaCapital, Jovem Pan e CNN Brasil), lendo, sistematizando os recortes em uma planilha. A partir dessa planilha, fomos analisando e agrupando as SDs em categorias derivadas da nossa leitura que produzem um efeito de sentido de repetibilidade das estratégias discursivas dos sujeitos governamentais. É sobre esses funcionamentos da forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina que nos deteremos a seguir.

4.2.1 Dos funcionamentos da forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina a partir do alinhamento à esquerda

Empreendemos essa subcategorização para darmos visibilidade a possíveis efeitos de sentido decorrentes das filiações ideológicas dos portais de notícias na apresentação dos acontecimentos que estão relacionados à vacina da Covid-19. Iniciamos com os recortes advindos da Revista Piauí e da CartaCapital. Nesta

subseção apresentamos os funcionamentos discursivos: 1) funcionamento da comprovação científica; 2) funcionamento da não obrigatoriedade da vacina; 3) funcionamento da contradição; 4) funcionamento dos ‘efeitos colaterais’; e, 5) funcionamento do caso exemplar.

Diferentemente do tratamento precoce, cuja comprovação científica era desnecessária, no discurso do presidente a vacina assume esse caráter da necessidade do respaldo científico para receber a adesão do governo, esses efeitos serão analisados no grupo de SDs a seguir:

QUADRO 12 – SDs sobre o funcionamento da comprovação científica

<p>SD 30: Em 21 de outubro de 2020, Bolsonaro deu uma declaração de que a vacina <u>não seria adquirida, pois não havia comprovação científica da sua eficácia, diferente da hidroxiclороquina. Na mesma data, Bolsonaro publicou nas redes sociais que o governo não compraria vacina sem comprovação científica, e que o povo não seria cobaia.</u> Apesar das declarações de que não havia vacina comprovada, <u>no período em questão a CoronaVac já estava na fase 3 com 13 mil pacientes sendo testados.</u> (Senado, 2020, p.725). (grifos nossos)</p>
<p>SD 31: “<u>O que nós queremos é buscar a solução para o caso. Agora, pelo que tudo indica, a vacina que menos demorou até hoje foram quatro anos, eu não sei porque correr em cima dessa</u>”, afirmou o presidente ao sair do Palácio da Alvorada. De forma errônea, <u>diz achar mais fácil investir na “cura” – como com o uso dos medicamentos hidroxiclороquina e ivermectina – do que em um imunizante seguro.</u>¹⁸¹(grifos nossos)</p>
<p>SD 32: Naquela manhã, aos apoiadores que costumam esperá-lo à saída do Palácio da Alvorada, Bolsonaro perguntou: “<u>Quem é que vai tomar vacina aqui? Não estou fazendo campanha nem contra nem a favor. A vacina emergencial não tem segurança ainda e ninguém pode obrigar alguém a tomar algo que você não tem certeza das consequências.</u>” À noite, no entanto, <u>já depois do anúncio de Doria e da comemoração, até o círculo mais próximo ao presidente avaliava que o governador paulista ganhara uma batalha relevante na guerra da vacina.</u> Naquele dia, cerca de cinquenta países já tinham vacinado quase 18 milhões de pessoas.¹⁸² (grifos nossos)</p>
<p>SD 33: O presidente Jair Bolsonaro espalhou uma <u>desinformação sobre a CoronaVac, vacina contra COVID-19 desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. “Não tem comprovação científica ainda”, disse o presidente, durante entrevista concedida na noite de terça-feira 15 à SIC TV, afiliada da RecordTV em Rondônia. A CoronaVac, contudo, já passou pelos testes de fase três e teve o uso emergencial aprovado não só pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em 17 de janeiro, mas também pela Organização Mundial da Saúde (OMS), após apresentar dados de eficácia.</u>¹⁸³ (grifos nossos)</p>

Fonte: Autora (2025).

181

Disponível

em:

<<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-diz-nao-saber-o-porque-da-pressa-pela-vacina-da-COVID-19/>> Acesso em: 6 ago. 2025.

182 Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-sabotador/>> Acesso em: 6 ago. 2025.

183

Disponível

em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-mente-de-novo-sobre-coronavac-e-defende-tratamento-precoce/>> Acesso em: 6 ago. 2025.

A SD 30 foi recortada do relatório final da CPI e é representativa no que se refere à necessidade da comissão para investigar as ações e omissões do Governo Federal quanto à aquisição de imunizantes, bem como na construção de um imaginário sobre a vacina. Iniciamos a análise pelo primeiro destaque, que é a declaração do presidente sobre comprovação científica da vacina. No recorte se estabelece um status positivo à ciência e, com isso, uma contradição no discurso corrente do presidente que desacreditava na ciência para outros temas, como já foi apresentado nas nossas análises sobre o tratamento precoce. A recusa em adquirir a vacina, sai do campo ideológico de disputa de poder político com o Governador de São Paulo, João Doria, e passa a se assentar discursivamente no argumento de que há a necessidade de comprovação científica da vacina para então o governo responsabilmente adquiri-la. No mesmo destaque, é sintomática da tomada de posição do presidente a promoção do tratamento precoce com a desinformação, ao colocar “diferentemente da cloroquina”, faz funcionar a mentira como uma verdade, em uma elipse discursiva, ele diz: a cloroquina tem comprovação científica, o que é mentira para o tratamento da COVID-19.

O segundo destaque na SD sustenta a construção de um imaginário sobre a vacina por meio do termo cobaia. Ao publicar que não compraria vacina sem comprovação científica, sustentando sua argumentação no fato de que não permitiria que o povo fosse cobaia, essa escolha lexical significa, em nossa leitura, a realização de experimentos científicos pelos nazistas na segunda guerra mundial que submetiam judeus e demais sujeitos aprisionados nos campos de concentração a testes desumanos e sem o consentimento deles. Assim, a utilização do termo ‘cobaia’ é uma opção bastante significativa no que tange à produção de um imaginário negativo sobre a vacina, uma vez que o presidente coloca-se como se estivesse protegendo o seu povo contra a ciência, segundo ele atroz, por utilizar as pessoas como “cobaias”. Essa escolha discursiva funciona produzindo seus efeitos em meio à crise sanitária, em que os sujeitos filiados ao discurso do presidente sentem medo da vacina e confiam na sua figura como o protetor do povo.

O último destaque vem a ser um contra-argumento ao discurso de descrédito, funcionando como um contraponto às colocações do presidente. Quando a redação sustenta os processos de comprovação científica da eficácia da vacina CoronaVac, que já estava na fase 3, são reconstruídos os apagamentos do discurso negacionista do presidente. Naquele momento, 13 mil sujeitos contribuíram

voluntariamente para a testagem da vacina em todo o mundo, esses voluntários não eram cobaias, eram sujeitos que em nome da ciência escolheram contribuir para o desenvolvimento da vacina contra a COVID-19.

A SD 31 foi recortada da notícia “Bolsonaro diz não saber o porquê da pressa pela vacina da COVID-19”, de 26 de outubro de 2020. O primeiro destaque é sintomático da condução da pandemia pelo Governo Federal. Bolsonaro marca discursivamente o desejo de seu governo em sanar com a pandemia, selecionando o artigo definido “a” para produzir seu enunciado, compreendemos por essa escolha um movimento de delimitar, restringir a sua atuação a um único modo de resolução da pandemia, atribuímos esse efeito de sentido pelas condições de produção de que a solução a que se assenta as ações do governo é justamente a promoção do tratamento precoce. Com base em Orlandi (2020, p. 68), que afirma que “na ideologia não há ocultação de sentidos (conteúdos), mas apagamento do processo de sua constituição”. Portanto, interpretamos que, para Bolsonaro, não há pressa para se adquirir os imunizantes ou para se construir um plano nacional de imunização, pois, para seus fins, ele já tinha a solução.

No segundo destaque, o presidente afirma que a vacina desenvolvida em menos tempo demorou 4 anos. Ele provavelmente se refere à vacina contra a caxumba, desenvolvida pelo microbiologista norte-americano Maurice Hilleman na década de 1960. Ancoramos nossa leitura em Orlandi (2020, p. 102), para quem “todo gesto de interpretação é caracterizado pela inscrição do sujeito (e de seu dizer) em uma posição ideológica”. Isso significa que Bolsonaro, para conseguir descredibilizar a vacina, inscreve seu discurso em uma posição ideológica embasada cientificamente, que em nossa compreensão falseia sua filiação a um discurso científico, visto que seu discurso negacionista ignora a ciência, para atingir seus fins. Uma contradição necessária, pois falseia sua posição considerando o desenvolvimento da vacina da caxumba para descredibilizar, posição real de sua filiação ideológica negacionista, quanto à vacina contra a COVID-19.

Consideremos alguns pontos sobre a diferença das condições de produção apagadas pelo presidente em seu exemplo. O primeiro apagamento refere-se ao esforço global para o desenvolvimento da vacina contra a COVID-19, pois o interesse mundial em superar a pandemia mobilizou pelo menos 125 estudos para

desenvolvê-la até maio de 2020¹⁸⁴, diferentemente do estudo único desenvolvido por Maurice. Outro elemento significativo diz respeito à distância temporal: são 60 anos de avanços tecnológicos que separam as duas vacinas.

É desse modo que sustentamos nossa interpretação da forma de descaso de descrédito da vacina, ao atacar a ciência questionando o tempo de seu desenvolvimento. Com isso, instaura-se por um lado o efeito de não se esperar por uma solução à pandemia advinda de uma vacina, pois ela deve demorar pelo menos 4 anos, por outro, aponta que a celeridade pode comprometer a sua eficácia, pois a sua certificação demoraria 4 anos. Essas interpretações são possibilidades de sentidos que circulam no corpo social, colocando a dúvida quanto à eficácia da vacina, em que o presidente, revestido de sua posição de autoridade, ao afirmar sustenta o seu dito e faz circular sua opinião como uma verdade disponível para ser acreditada, mas também para ser desacreditada pelo movimento de resistência ao discurso que constitui as formas de descaso.

No terceiro destaque, analisamos os efeitos de sentido da relação entre a promoção do tratamento precoce e o descrédito da vacina, entendendo que há uma dupla possibilidade de significação. A primeira, funcionando pela comparação em que o tratamento é mais vantajoso para a superação da pandemia, pois é “mais fácil investir na ‘cura’ [...] do que em um imunizante seguro”. Na segunda, colocamos o funcionamento da ironia, insinuando que, não havendo qualquer imunizante, outro que venha a ser seguro, a saída é mesmo a promoção, compra e distribuição de medicamentos.

A SD 32 foi recortada da matéria da Revista Piauí “O sabotador”, de fevereiro de 2021. Essa publicação fez uma retrospectiva de vários atos de Bolsonaro para o que chamam de boicote à vacina. A marca temporal deve ser resgatada na leitura do todo da matéria, pois ela se refere à manhã de 7 de janeiro de 2020 e, na noite do mesmo dia, o governador João Dória anunciou o envio do pedido de uso emergencial da CoronaVac à Anvisa. A aprovação para o uso emergencial da CoronaVac foi concedida em 17 de janeiro, marco da primeira vacina aplicada no Brasil: “a enfermeira Mônica Calazans, de 54 anos, foi a primeira pessoa a ser vacinada contra a COVID-19 no Brasil. Ela recebeu o imunizante CoronaVac, [...]

184

Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/ha-pelo-menos-125-vacinas-contra-a-COVID-19-em-desenvolvimento-10-sob-testes-clinicos/> > Acesso em: 7 ago. 2025.

neste domingo (17)”¹⁸⁵. Essa retomada dos acontecimentos sobre a vacinação contra a COVID-19 nos ajuda a compreender o modo perverso de atuação de Bolsonaro pela disputa política.

Em nossa leitura da linearidade da SD, colocamos o primeiro destaque por materializar a fala do mandatário. Pêcheux (2014, p. 163) afirma que as formações ideológicas “comportam necessariamente como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito”. A fala de Bolsonaro se apresenta como sendo regulada pelas filiações ideológicas do seu discurso, funcionando ao questionar sobre quem se imunizaria, pressupondo uma certa identificação dos interlocutores. A pergunta constitui-se de forma retórica, pressupondo que seus apoiadores não tomariam a vacina. Esse recurso funciona pela rede de memórias em torno do sujeito antivacina, que assume a posição-sujeito de ‘pregador’, a quem os seguidores devem obediência.

Conforme Orlandi (2022, p. 104), o “equivoco é a falha da língua, na história” e, nesse discurso, funciona pela suposta neutralidade de Bolsonaro, que se desfaz quando ele questiona a segurança da vacina. De sua fala irrompe a falha, produzindo a contradição com a sua prática de descrédito, principalmente, contra a CoronaVac e Pfizer. Ao desacreditar a vacina, invalida a pesquisa que vinha sendo desenvolvida por cientistas, relativiza a metodologia desenvolvida pela ciência, relegando a ela um lugar secundário na superação da pandemia.

Nessa sequência discursiva, Bolsonaro reafirma sua tese contra a obrigatoriedade da vacinação e seu argumento se assenta no fato de que o imunizante, por ser emergencial, traria consequências negativas. É desse modo que ele vai estabelecendo as formas de descaso de desinformação, isso porque a ideologia não funciona pela ocultação dos sentidos, mas sim, conforme Orlandi (2022, p. 107), “ela é produção de evidências”. Ao, repetidamente, posicionar-se contra as vacinas por motivos que vão se moldando a cada situação, ele cria um sistema de discurso antivacina. Quando se estava próximo à autorização do uso emergencial pela Anvisa, ataca com seu discurso a segurança quanto à autorização emergencial. Esse discurso de descrédito funcionou, desestabilizando a população.

185

As condições de produção do discurso sobre a obrigatoriedade da vacina estavam definidas pelo STF como constitucional desde 17 de dezembro de 2020, conforme consta no portal, sinalizando que “o Estado pode determinar aos cidadãos que se submetam, compulsoriamente, à vacinação contra a COVID-19, prevista na Lei 13.979/2020”. De acordo com essa decisão, o Estado pode “impor aos cidadãos que recusem a vacinação as medidas restritivas previstas em lei (multa, impedimento de frequentar determinados lugares, fazer matrícula em escola)”¹⁸⁶. A lei a que se refere o artigo foi promulgada em 6 de fevereiro de 2020 pelo presidente Jair Bolsonaro e estabeleceu que uma das medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública era a vacinação compulsória.

O segundo destaque da SD 32 é significativo do ponto de vista da nossa análise sobre o descaso quanto ao descrédito da vacina, pois demonstra o antagonismo das forças políticas em torno da vacina. Compreendemos que uma das motivações do presidente e seus seguidores se assentava na produção de um contra-discurso para enfraquecer a força política de João Dória, que à época despontava como um possível oponente na campanha presidencial de 2022. Para isso, o presidente se reveste de uma posição contra o seu povo, para seu benefício político.

A SD 33 foi recortada da notícia “Bolsonaro mente de novo sobre CoronaVac e defende tratamento precoce”, de 16 de junho de 2021. À época, o SUS já havia distribuído “cerca de 50 milhões da CoronaVac/Butantan,”¹⁸⁷, assim, essas declarações entram em contradição com as próprias ações do Governo Federal, pois seria ele o responsável por comprar e distribuir as vacinas em todo o território nacional. O presidente, além de mentir sobre a falta de comprovação científica, contradiz o Ministério da Saúde, demonstrando a fragilidade da sua narrativa, e a sua ênfase irresponsável em produzir, pelas fake news, a desidentificação dos que o ouvem e se filiam à FD da ciência e aceitam a vacina CoronaVac. Com isso, ‘desmancha’ a imagem positiva que se colocaria ao Dória.

O segundo destaque materializa o trabalho da mídia e sujeitos que acompanhavam as informações sobre o desenvolvimento dos imunizantes e se

¹⁸⁶ Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=457462&ori=1>> Acesso em: 8 ago. 2025.

¹⁸⁷ Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/junho/mais-de-40-do-publico-alvo-ja-recebeu-a-primeira-dose-da-vacina-COVID-19>> Acesso em: 8 ago. 2025.

esforçaram para desmentir as fake news divulgadas pelo presidente. Destaque-se que os desmentidos se realizam sempre em atraso, mas, ainda assim, é necessário para não deixar o discurso mentiroso circular sem resistência. A CartaCapital contrasta a fala mentirosa com informações, dados, datas e chancelas de que a CoronaVac recebeu a aprovação de seu uso emergencial em 17 de janeiro de 2021, acontecimento que já analisamos anteriormente.

Para sustentar sua posição de poder em meio ao discurso neoliberal, Bolsonaro toma para si a defesa contra a obrigatoriedade da vacina, buscando argumentos para sustentar sua posição. A seguir colocamos o grupo de SDs que apresentam a questão da não obrigatoriedade.

QUADRO 13 – SDs sobre o funcionamento da não obrigatoriedade da vacina

<p>SD 34: “O Programa Nacional de Vacinação, incluindo as vacinas obrigatórias, é de 1975. A lei atual incluiu a questão de pandemia lá, mas a lei é bem clara: <u>quem define isso é o Ministério da Saúde, e o meu ministro da Saúde já disse que não será obrigatória essa vacina e ponto final</u>”, afirmou o presidente. “<u>Tem um governador aí que está se intitulando o médico do Brasil, dizendo que ela será obrigatória — repito que não será —</u>. Da nossa parte, a <u>vacinação, quando estiver em condições de, depois de aprovada pelo Ministério da Saúde e com comprovação científica, e assim mesmo tem que ser validada pela Anvisa, daí nós ofereceremos ao Brasil, de forma gratuita, obviamente, mas repito: não será obrigatória</u>”, acrescentou.¹⁸⁸</p>
<p>SD 35: Voz impostada, o locutor da cerimônia declamou que a missão dada fora cumprida. “A nitazoxanida é eficaz. Comprovado”, disse, repetindo a legenda de um gráfico fake exibido num telão. <u>A cerimônia, na tarde da segunda-feira, 19, terminou com mais um pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro contra a vacinação obrigatória da população.</u>¹⁸⁹ (grifos nossos)</p>
<p>SD 36: O debate político encontrou eco nos boatos, <u>e o presidente Jair Bolsonaro tem alimentado a desinformação</u> – como na afirmação, <u>feita em setembro</u> e corroborada pela Secretaria de Comunicação do Governo Federal (Secom) em publicações nas redes sociais e pelo vice-presidente Hamilton Mourão, <u>de que “ninguém pode obrigar ninguém a tomar a vacina” contra a COVID-19</u>. Porém, a lei que prevê a obrigatoriedade da vacinação foi iniciativa do Governo Federal e sancionada pelo presidente. O Comprova classificou a afirmação dos governantes como enganosa. Nesta segunda-feira (26), <u>Bolsonaro voltou a dizer que a vacinação não é obrigatória e afirmou que “não pode um juiz decidir se você vai ou não tomar vacina”</u>. A declaração do presidente foi entendida como um recado ao Supremo Tribunal Federal (STF), que deve discutir a vacinação obrigatória em breve.¹⁹⁰ (grifos nossos)</p>

Fonte: Autora (2025).

¹⁸⁸

Disponível

em:

<<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-vacina-contracovid-19-nao-sera-obrigatoria-e-ponto-final/>> Acesso em: 10 ago. 2025.

¹⁸⁹ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/389516-2/>> Acesso em: 10 ago. 2025.

¹⁹⁰ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/vacinas-na-mira-dos-boatos/>> Acesso em: 10 ago. 2025.

O tema do descrédito da vacina intensificou-se a partir de outubro de 2020. A SD 34 foi recortada da notícia de 19 de outubro da CartaCapital, intitulada “Bolsonaro: Vacina contra COVID-19 não será obrigatória e ponto final”. A SD é representativa de um sintoma do governo Bolsonaro, isto é, desconsiderar o direito à saúde do povo por meio de um plano nacional de imunização que atinja a todos e a todas em função de seus interesses políticos. Vamos analisar esses efeitos com mais profundidade. O primeiro destaque caracteriza o Ministério da Saúde dentro das suas atribuições como aquele que definiu como não obrigatória a vacinação, como sustentou Orlandi (2020, p. 47), “A ordem significativa é capaz de equívoco, de deslize, de falha, sem perder seu caráter de unidade, de totalidade”, a escolha lexical do presidente falha e, com isso, irrompe um efeito peculiar por meio do pronome possessivo “meu”. O ministro é funcionário público a serviço do povo e não um objeto de posse do presidente da república, quando faz-se uso dos termos “meu ministro”, e pela memória discursiva do aparelhamento do Ministério da Saúde aos interesses do presidente, irrompe o sentido de marionete/ventríloquo pelo qual quem disse “que não será obrigatória essa vacina e ponto final” é o próprio presidente Jair Bolsonaro. Desse modo, argumentamos que uma paráfrase discursiva possível corresponde a: eu disse ao meu ministro, dizer ao povo que a vacina não será de forma alguma obrigatória.

O segundo destaque marca esse espaço de disputa política em que os interesses de Jair Bolsonaro tentam se sobrepor às tratativas de João Dória. As condições de produção se assentam no fato de que o governador de São Paulo promove e defende a campanha de vacinação com o imunizante CoronaVac - produzido no Brasil pelo Butantan - desenvolvido a partir da tecnologia da Sinovac, empresa chinesa. De outro lado, o presidente aposta suas fichas no imunizante AstraZeneca, desenvolvido a partir da tecnologia da Oxford, empresa inglesa, produzido no Brasil pela Fundação Oswaldo Cruz. Esse jogo de forças se desenvolveu ao longo de 2020 e no início de 2021 com muitos danos, dentre eles a falta de apoio às pesquisas da CoronaVac e o atraso na aquisição das doses desse imunizante, retardando significativamente o início da vacinação. Assim, materializa-se na SD um jogo de oposição: Dória diz que será obrigatória x Bolsonaro diz que não será obrigatória.

No último destaque, há uma lista de pré-requisitos que uma possível vacina a ser adquirida pelo Governo Federal deveria possuir: (1) depois de aprovada pelo

Ministério da Saúde, (2) com comprovação científica, (3) ser validada pela Anvisa. É sintomático a inversão de lugares da ciência e do Ministério da Saúde, pois, para o presidente, a aprovação pelo ministério é uma condição para a continuidade do processo, podendo-se dizer que se x vacina foi aprovada pelo MS, a próxima etapa é a verificação da comprovação científica da eficácia da vacina, e só então, com o aval da Anvisa, far-se-á a oferta da vacina não obrigatória.

Consideramos, com base em Orlandi (2020, p. 53), que, “Quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa”. Na SD, pode-se ler que a comprovação científica não garante a sua compra, ela precisa ser aprovada pelo Ministério da Saúde. Ressoa, nessa fala, as disputas de poder, como uma resposta a Dória. Parafrasticamente equivale a dizer: “você podem validar a CoronaVac cientificamente e ela pode ter a liberação da Anvisa, mas a aprovação depende de nós”.

A SD 35 foi recortada da matéria “A ciência da propaganda”, de 23 de outubro de 2023, e materializa as intenções do Governo Federal em torno da vacinação. Já no *lead* colocam-se alguns efeitos significantes “Em meio à polêmica da vacinação em massa contra a COVID-19, ministro astronauta alardeia vantagens de vermífugo ainda sem eficácia comprovada diante da doença”¹⁹¹. Novamente, o tema da vacinação é trazido à superfície pelo Governo Federal em paralelo com o tema da medicação para tratamento da COVID-19 e, nesse caso, a divulgação da nitazoxanida. Conforme Orlandi (2020, p.68), “O processo ideológico não se liga à falta, mas ao excesso. A ideologia representa saturação, o efeito de completude que por sua vez produz o efeito de “evidência”,[...]”. É pela saturação, pelo excesso que o Governo produziu a promoção de tratamento com medicamento, a escolha lexical “maior contribuição do ministério [...]” sinaliza para o efeito de prioridade do governo em ficar conhecido pela descoberta de medicamentos que curassem a COVID-19. No entanto, a sua investida embasa-se em informações falsas, como apontou o trecho em que se situa a utilização de um gráfico *fake*. A propaganda governamental funciona, produzindo a torção da verdade para produzir o efeito de convencimento da população.

O segundo destaque materializa o tema da vacinação, sustentando que o presidente Bolsonaro utilizou seu tempo de pronunciamento para descredibilizar o

¹⁹¹ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/389516-2/>> Acesso em: 10 ago. 2025.

processo de vacinação, reafirmando sua posição contra a vacinação obrigatória do povo brasileiro. A notícia apresenta os termos “mais uma vez” associado ao discurso contra a vacinação compulsória, esse elemento de repetição funciona produzindo um efeito de evidência, como destacou Orlandi (2020, p. 68), sustentando-se sobre o já dito, os sentidos passam a serem admitidos como “naturais”, sendo que por meio da ideologia ocorre a “transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulação” (Orlandi, 2020, p. 68).

Essa tomada de posição neoliberal de condução da pandemia, joga com os efeitos de sentidos da liberdade individual do sujeito, em que cada um deve ter a liberdade para escolher ou não se vacinar. No entanto, esse discurso capitalista e individualista afeta coletivamente a sociedade e, desse modo, como o vírus tem obrigado a população a adoecer, a forma de combate tem o mesmo impasse, ou todos se imunizam, ou a pandemia não será superada. O discurso da liberdade individual, nesse caso, é um discurso que produz a morte.

A SD 36 foi recortada da notícia “Vacinas na mira dos boatos” e apresentava aos leitores da Piauí, em 30 de outubro, um panorama dos embates sobre a vacina, como se lê no *lead*: “De carona na recusa do Governo Federal à vacina chinesa, conteúdos falsos e enganosos sobre imunização se intensificam nas redes sociais”¹⁹². O primeiro destaque que colocamos em análise corresponde ao modo como o presidente produz a forma de descaso da desinformação, isto é, a alimenta. Esse efeito metafórico, entendido como sendo “uma substituição contextual” (Pêcheux, 2014, p. 96), trabalha os sentidos, sustentando os processos de produção da significação. A redação produz, com essa escolha semântica de nutrição, o fortalecimento da desinformação que funciona sendo um sintoma da perversidade, uma ruptura da política pública brasileira de imunização, desenvolvida e aprimorada para atender as distintas camadas da população, mas, principalmente, aquelas que economicamente estão à margem. Quando o presidente produz um discurso sobre a vacina, alimentando a desinformação, e desestimulando a população a tomá-la, esse discurso, estando disponível no interdiscurso a partir das práticas sociais do mandatário, passa a circular amplamente como possibilidade de significação do real sócio-histórico, produzindo, pela propaganda negativa, uma contrapropaganda, que desestimula a população a acreditar na superação da pandemia por meio da imunização.

¹⁹² <https://piaui.folha.uol.com.br/vacinas-na-mira-dos-boatos/>

O segundo destaque vem marcar temporalmente o momento de setembro de 2020 como aquele em que o presidente já se colocava contra a vacinação obrigatória. A colocação dessa posição política-ideológica sobre a vacinação, em nossa leitura, instaura ruptura com as práticas em saúde pública, visto que o discurso sobre a vacinação vinha se constituindo pela defesa dos órgãos federais da imunização para a superação de doenças graves, isso pode ser observado no trecho disponível na página do Plano Nacional de Imunização (PNI): “Ao longo dos anos, a atuação do PNI alcançou consideráveis avanços ao consolidar a estratégia de vacinação nacional. O êxito das ações promovidas pelo Programa contemplam a eliminação da poliomielite, síndrome da rubéola congênita [...]”¹⁹³. Para a superação de doenças, a imunização vinha se constituindo como principal artifício de controle, e os governantes assumiram essa bandeira de promoção da vacina, estimulando a população a procurar as unidades básicas de saúde e a buscar esse direito.

O terceiro destaque na SD reitera, como colocado anteriormente, o discurso de Bolsonaro contra a obrigatoriedade da vacinação. Interpretamos que sua principal bandeira se assentava no direito individual do povo de escolher se vacinar, o que é corroborado no decorrer da SD quando é recortada a fala de Bolsonaro. A fala estabelece uma relação locutor/interlocutor, o presidente fala para um “você” e esse recurso particulariza a fala, fazendo com que cada ouvinte/leitor do enunciado se posicione dentro desse ‘você’. Nesse sentido, interpretamos que Bolsonaro está dizendo: por mim você é quem decide se vai tornar ou não, por mim você é livre para tomar ou não. No entanto, essa liberdade concedida pelo mandatário reverbera como uma desresponsabilização por parte do governo. É o modo como ele age em meio à pandemia, eu não me responsabilizo pela vacina, não me responsabilizo pelas mortes etc.

Para sustentar sua posição de poder em meio ao discurso neoliberal, Bolsonaro contradiz as práticas do seu governo com seu discurso. A seguir apresentamos o grupo de SDs que discutem essa questão.

QUADRO 14 – SDs sobre o funcionamento da contradição

SD 37: Muito antes de ter um plano nacional de imunização contra a COVID-19, <u>o governo Bolsonaro desembolsou mais de 2 bilhões de reais em projetos de vacina</u> . Documentos do Tesouro Nacional registram <u>um primeiro pagamento de 991 milhões de reais à farmacêutica</u>

¹⁹³Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pni>>

AstraZeneca em 16 de setembro, quantia que levou o laboratório britânico ao topo do ranking de empresas que mais receberam verbas federais em 2020. Mais de um mês depois de o dinheiro deixar o caixa do governo, o presidente Jair Bolsonaro declarava que “toda e qualquer vacina está descartada”. Era mais um lance da ofensiva contra a vacina desenvolvida pela chinesa Sinovac Biotech, em parceria com o Instituto Butantan e com o apoio do governador de São Paulo, João Doria. Bolsonaro assinou as duas medidas provisórias, mas continuou pregando contra a vacinação obrigatória da população.¹⁹⁴ (grifos nossos)

SD 38: “Senhores, vamos nos orgulhar da nossa capacidade. Ela não foi feita por mim, ela já está lá. Foram nossos antecessores que criaram o SUS [Sistema Único de Saúde] e fizeram o Plano Nacional de Imunização, então vamos levantar a cabeça. Acreditem: o povo brasileiro tem capacidade ter o maior sistema de saúde do mundo. Para que essa ansiedade, essa angústia? Nós somos a referência na América Latina e tamo [sic] trabalhando.”¹⁹⁵ (grifos nossos)

SD 39: O presidente também desinformou ao comentar sobre as vacinas. Disse Bolsonaro: “Alguns criticam, mas só podia comprar depois de a Anvisa autorizar. Não é comprar qualquer coisa que aparecer. Começou essas vacinas a serem certificadas pela Anvisa e estamos comprando” Em agosto do ano passado, o Governo Federal editou uma medida provisória em que liberava 1,9 bilhão de reais para comprar 100 milhões de doses da vacina Oxford/AstraZeneca. Mais recentemente, neste mês de fevereiro, a Saúde assinou contrato para a aquisição de 20 milhões de doses da indiana Covaxin, que ainda não teve o uso emergencial autorizado no Brasil.¹⁹⁶ (grifos nossos)

Fonte: Autora (2025).

A SD 37 foi recortada da notícia “Muito gasto, pouca vacina”, de 15 de dezembro de 2020, que traz aspecto do financiamento público em torno das vacinas. A sequência discursiva aponta para uma contradição que, em nossa leitura, é significativa para a compreensão da forma do descaso de descrédito da vacina. Nos trechos destacados, apresenta-se que o Governo Federal investiu do erário público o montante de 2 bilhões de reais para o pagamento de projetos de vacinas, mas publicamente desacreditava seu próprio investimento. Quando o mandatário afirmou, em outubro de 2020, que “toda e qualquer vacina está descartada”¹⁹⁷, faz uma generalização sobre descartar a imunização como frente de atuação. Essa saturação produz um discurso raso, mas de fácil aceitação para aqueles que se filiam às suas ideias. Assim, para descredibilizar a vacina da Sinovac, desenvolvida pelo Instituto Butantan, Bolsonaro descredibiliza inclusive aquelas que estavam recebendo forte incentivo financeiro do Governo Federal.

¹⁹⁴ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/muito-gasto-pouca-vacina/>> Acesso em: 11 ago. 2025.

¹⁹⁵ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/saude/para-que-essa-ansiedade-essa-angustia-diz-pazuello-ao-lancar-plano-de-vacinacao-da-COVID-19/>> Acesso em: 11 ago. 2025.

¹⁹⁶ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/em-20-minutos-bolsonaro-mente-ao-menos-tres-vezes-sobre-a-COVID-19/>> Acesso em: 11 ago. 2025.

¹⁹⁷ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/muito-gasto-pouca-vacina/>> Acesso em: 11 ago. 2025.

A mesma notícia apresenta que o gasto de 2 bilhões de reais “garantiria a compra de insumos da farmacêutica AstraZeneca para a produção de 100 milhões de doses da vacina desenvolvida em parceria com a Universidade de Oxford na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)”¹⁹⁸. Levando em consideração a população brasileira de 208,7 milhões, essa parceria não seria suficiente para uma cobertura total do povo brasileiro. Outra medida provisória autorizando gastos com vacinas, diz respeito ao gasto de 2,5 bilhões para participação da Aliança Global de Vacinas COVID-19 que deveria garantir ao Brasil vacinar “1 a cada 10 brasileiros até o final de 2021 ou das “populações consideradas prioritárias”¹⁹⁹, isto é, cerca de mais 20,8 milhões de vacinas, o que somando ao montante anterior seria insuficiente para a cobertura vacinal de toda a população. Isso materializa que uma política responsável deveria trabalhar para estabelecer relações com outras farmacêuticas para atingir a quantidade adequada de imunizantes, no entanto, há uma paralisia sobre o tema e uma propaganda contrária.

No último destaque da SD 37, funciona novamente o atravessamento do religioso para significar o modo como o presidente se posicionou em relação à vacina. Como já discutimos anteriormente, pelo verbo ‘pregar’ ressoam os efeitos advindos do sítio de significação das igrejas evangélicas, fazendo funcionar o discurso religioso sem questionamento, como uma verdade tomada como absoluta e imutável. Como assinalou Orlandi (2020, p. 92), “O sujeito religioso não interpreta, ele repete a interpretação que lhe é dada. Não há um espaço de interpretação para ele, não há espaço entre ele e o dizer”. Compreendemos, nesse jogo de forças, um efeito central do descrédito efetuado contra a vacinação obrigatória, isto é, ao ser impossível ao Governo Federal dentro de suas alianças garantir a imunização obrigatória, visto que é da ordem do impossível imunizar-se 208,7 milhões de brasileiros, com apenas 120,7 milhões de doses de vacina, cabe produzir e pregar um discurso contra a obrigatoriedade. Assim, opera no espaço da contradição produzindo a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina, desconstruindo décadas de defesa da imunização, uma frente amplamente nociva e irresponsável mascarada pela ideologia neoliberal da liberdade individual.

¹⁹⁸ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/muito-gasto-pouca-vacina/>> Acesso em: 11 ago. 2025.

¹⁹⁹ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/muito-gasto-pouca-vacina/>> Acesso em: 11 ago. 2025.

A SD 38 foi recortada da notícia “‘Para que essa ansiedade, essa angústia?’, diz Pazuello ao lançar plano de vacinação da COVID-19”, de 16 de dezembro de 2020. Em eventos sociais, autoridades se posicionam contra a obrigatoriedade da vacina e promovem informações que a polemizam. O primeiro destaque da SD funciona, em nossa interpretação, pelo ato falho de Pazuello. Conforme Orlandi (2020, p. 84), “O equívoco, que na instância do sujeito nos permite compreender a relação com o inconsciente, na instância da história nos põe em contato com o como funciona a ideologia: o que está presente por uma ausência necessária”. Analisamos os efeitos do equívoco, quando o ministro busca atribuir confiabilidade ao SUS no que se refere à vacinação, ele enaltece o orgulho que o povo deve sentir com relação à capacidade do SUS em executar o plano de imunização. No entanto, ao afirmar que a capacidade do SUS não havia sido feita por ele, percebemos um deslize, um equívoco, um ato falho do discurso, pois irrompe o efeito de que, por não ser feito por ele, é a razão de ter capacidade, ou mesmo que ele não teria meios de fazer algo de tamanha competência. Esses efeitos são possíveis em função das condições de produção, pois, em 12 de dezembro de 2020, Pazuello entregou o plano de vacinação ao STF, órgão que considerou o documento incompleto²⁰⁰. Assim, compreendemos que, mesmo com todo o histórico do SUS quanto à promoção da vacinação, uma má gestão do Ministério da Saúde compromete significativamente a campanha.

No segundo destaque, Pazuello elogia o SUS, colocando o povo em uma posição de seguridade. No entanto, logo em seguida, utiliza essa mesma seguridade para desautorizar qualquer cobrança da sociedade sobre a celeridade na aquisição das vacinas. Suas escolhas lexicais colocam o povo como ‘ansioso’ e ‘angustiado’, duas qualidades negativas que reforçam o imaginário de que a população não estava em seu direito de cobrar as ações do Governo Federal, mas deveriam aguardar que os líderes assumissem suas funções historicamente marcadas por uma crescente de avanços na vacinação. Nesse discurso irrompe a contradição, desacreditando dezenas de anos de incentivo e desenvolvimento de políticas públicas de estímulo à vacinação, resultando no atraso do início da imunização, por falta de vacinas.

²⁰⁰ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/quem-e-feliz-nao-pega-covid/>> Acesso em: 12 ago. 2025deveria.

A SD 39 foi recortada da notícia “Em 20 minutos, Bolsonaro mente ao menos três vezes sobre a COVID-19”, de 1 de março de 2021. O primeiro destaque da SD corresponde à materialização da forma de descaso de desinformação que acarretou o descrédito nas vacinas contra a COVID-19. O segundo destaque caracteriza qual desinformação foi pronunciada pelo então presidente, que realiza uma projeção imaginária de si mesmo como sendo um sujeito responsável, justificando a sua inação quanto à aquisição de imunizante. Defende-se, afirmando que age conforme a lei, pois só haveria a possibilidade de compra após a Anvisa autorizar o uso emergencial. Projeta-se como um governante preocupado com o bom uso do orçamento público, pois afirma que “não é comprar qualquer coisa”. No entanto, as condições de produção apresentadas na sequência pela CartaCapital desestabilizam esses efeitos de bom moço responsável e dentro da lei. O primeiro argumento foi o fato da aquisição da vacina da AstraZeneca ter acontecido em agosto de 2020, visto que a autorização dessa vacina pela Anvisa só foi liberada em 17 de janeiro de 2021. Assim, ele mente sobre realizar a compra apenas quando a Anvisa liberasse, bem como sobre a impossibilidade de comprar antes da autorização do órgão regulamentador.

De igual forma, a notícia põe em xeque a imagem responsável do presidente ao apontar a aquisição da Covaxin, vacina sem autorização da Anvisa. O caso Covaxin foi alvo de investigação na CPI por corrupção. No relatório, encontramos que houve interesse do governo em comprar mais de “50 milhões de doses da Covaxin (Ofício de 06/03/21). Mesmo após o pedido de certificação de boas práticas de fabricação ter sido indeferido pela Anvisa, o governo solicita a antecipação do máximo possível de doses ao Brasil” (Senado, 2021, p. 332). Todo discurso está sujeito ao equívoco e à contradição porque “a ideologia funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição” (Orlandi, 2022, p. 106). Recuperar as condições de produção que estão apagadas no discurso de Bolsonaro sustenta nossa interpretação de que ele mente para produzir um imaginário sobre si, colocando-se como bom em uma torção discursiva, põe seu discurso em contradição com as práticas de seu Governo.

Diferentemente do tratamento precoce cujos efeitos colaterais são desconsiderados, no discurso do presidente a vacina recebe irresponsavelmente inúmeros efeitos adversos falsos, analisamos esse movimento no grupo de SDs a seguir.

QUADRO 15 – SDs sobre o funcionamento dos ‘efeitos colaterais’

<p>SD 40: “[A vacina] não é obrigatória. Vocês vão ter que assinar o termo de responsabilidade, se quiserem tomar. A Pfizer é bem clara no contrato: ‘Não nos responsabilizamos por efeito colateral’. Tem gente que quer tomar, então toma. A responsabilidade é sua. Para quem está bem fisicamente, não tem que ter muita preocupação. A preocupação é o idoso, quem tem doença”, afirmou.²⁰¹ (grifos nossos)</p>
<p>O SD 41: [...] presidente <u>Jair Bolsonaro questionou os possíveis efeitos colaterais das vacinas contra o coronavírus</u>, tomando como exemplo a da Pfizer/BioNtec, e afirmou que não há garantia de que ela não transformará quem a tomar em “um jacaré”. [...] “Lá no contrato da Pfizer, está bem claro nós (a Pfizer) não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral. Se você virar um jacaré, é problema seu”, disse Bolsonaro, [...] “Se você virar Super-Homem, se nascer barba em alguma mulher aí, ou algum homem começar a falar fino, eles (Pfizer) não têm nada a ver isso. E, o que é pior, mexer no sistema imunológico das pessoas”, continuou Bolsonaro em evento ²⁰² (grifos nossos)</p>
<p>SD 42: [...] em diversas comunidades houve indígenas <u>que recusaram a vacina com receio de que “homem vira mulher e a mulher vai virar homem”</u> [...], ou disseram ter medo de ser cobaias de vacinas inseguras, <u>ou mostraram vídeos amadores em que pessoas vacinadas se transformavam em jacarés</u>, ou declararam suspeitar da presença de chips (inclusive “chip da besta”) e de restos mortais humanos na vacina, <u>ou ouviram boatos sobre o óbito de pessoas durante a fase de testes das vacinas</u>. (Senado, 2021, p. 625 - 626). (grifos nossos)</p>

Fonte: Autora (2025).

A SD 40 foi recortada da notícia “‘Para que essa ansiedade, essa angústia?’, diz Pazuello ao lançar plano de vacinação da Covid-19”, de 16 de dezembro de 2020. O movimento de desconstruir a necessidade da ampla cobertura é um sintoma da necropolítica, pois aqueles que estão mais sujeitos à contaminação são as classes mais baixas, pretas e pardas, assim, ao se desestimular a obrigatoriedade os mais afetados são os trabalhadores e trabalhadoras, e não a classe detentora dos meios de produção e dos extratos do poder. Bolsonaro, por um lado, escolhe suas palavras desconhecendo a distinção entre o processo de vacinação e a pesquisa sobre a vacina, ao afirmar que o vacinado devia assinar o termo livre esclarecido de participação em pesquisa no ato da vacinação, com isso, produz uma torção discursiva. Essa fala, com sua ignorância de termos técnicos, produz a incerteza, uma vez que o sujeito só será vacinado ao assumir sua posição de responsabilidade, o que é contraditório, pois, se é ele quem pode sofrer um efeito colateral, seria o governo o responsável por efeitos colaterais. No entanto, segundo

²⁰¹

Disponível

em:

<<https://www.cartacapital.com.br/saude/para-que-essa-ansiedade-essa-angustia-diz-pazuello-ao-lancar-plano-de-vacinacao-da-COVID-19/>> Acesso em: 12 ago. 2025.

²⁰²

Disponível

em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-sobre-vacina-se-voce-tomar-e- virar-um-jacare-e-problema-seu/>> Acesso em: 12 ago. 2025.

as cláusulas contratuais, a responsabilidade sairia da farmacêutica e recairia sobre o Governo Federal que adquiriu e distribuiu os imunizantes.

O segundo destaque da SD continua sustentando seus efeitos no que discutimos no primeiro destaque. Quando o mandatário distingue uma parcela da população que ele categoriza como “tem gente que quer tomar”, joga com os efeitos da liberdade de escolha, reproduzindo o discurso neoliberal de liberdade individual. No entanto, adverte, ou mesmo intimida aqueles que assim o fizerem, afirmando “A responsabilidade é sua”. Conforme apontou Orlandi (2020, p. 87), é pelo processo de identificação que “o sujeito se inscreve em uma formação (e não em outra) para que as suas palavras tenham sentido e isto lhe aparece como ‘natural’, como o sentido lá, transparente”. O discurso de Bolsonaro constrói um imaginário de insegurança para aqueles que se filiam ao discurso pró-vacina, obrigando-os a se responsabilizar por qualquer evento colateral, assumindo as consequências que vierem com a sua escolha.

O terceiro destaque funciona somando um novo efeito de insegurança sobre a vacina, pois, para Bolsonaro, a vacina é uma preocupação àqueles que não estão bem fisicamente, apresenta como um caso de atenção a figura das pessoas idosas, colocando em suspenso os benefícios que a vacinação traria para esse grupo cuja vida estava em insegurança desde o início da pandemia. A fala instaura o efeito da dúvida quanto aos benefícios da vacinação, inculcando, nessa parcela da população, o medo e a insegurança. Esse destaque indica a investida do presidente em avançar com seu discurso negacionista e atingir o máximo de grupos da sociedade por medo do desconhecido, um inimigo pior do que o vírus.

A SD 41 foi recortada da notícia “Bolsonaro sobre vacina: se você tomar e virar um jacaré, é problema seu”, de 18 de dezembro de 2020. A narrativa instaurada de descrédito é apresentada pelo autor da notícia como sendo um questionamento do presidente. Entendemos, pela memória discursiva que baliza esse recorte histórico, que o questionamento funciona pela metonímia, em que se critica a parte pelo todo, ou seja, ao se indagar sobre a vacina, se coloca em xeque a própria ciência que produz a vacina, remetendo ao discurso negacionista. A forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina funcionou nesse espaço do questionamento da sua comprovação pela ficção acerca dos efeitos colaterais, principalmente pela divulgação das *fake news*.

Como salienta Orlandi (2022, p. 116), “do ponto de vista discursivo, não há ponto final como não há um começo absoluto” e, diante disso, na construção do descrédito da vacina retornam os boatos que circularam em torno do surto da varíola, afirmando que a vacina transformaria as faces do imunizado em faces bovinas. Esse modo de descrédito funciona também na imunização contra a COVID-19, por meio de imaginários grotescos, dentre eles, a transformação de homem em mulher. Esse discurso ressoa anos depois e produz medo e insegurança na população.

O segundo destaque apresenta a fala de descrédito sustentada em uma *fake news* a partir do verbo afirmar, instaurando efeito de verdade e veracidade ao que é dito, contrariando o significado de *fake news*. Orlandi (2023, p. 61) afirmou que, com essa proposição, “quem tomar vacina vai virar jacaré”, o presidente procura “sustentar os sentidos contra a vacinação. Seu argumento é um gesto contra a vacinação. Enquanto que a voz da ciência diz que todos devem ser vacinados”. Essa colocação dá indícios de processos de confrontos ideológicos e de interpretação, em que os sentidos se constituem por disputas.

Todo texto é heterogêneo, isso significa que, conforme Orlandi (2022, p. 117), constitutivamente “ele é atravessado por diferentes formações discursivas, ele é afetado por diferentes posições do sujeito, em sua relação desigual e contraditória com os sentidos, com o político, com a ideologia”. Mobilizamos esse pressuposto para analisarmos a SD 41, quando Bolsonaro produz publicamente essa fala, conseguimos acompanhar os diferentes atravessamentos que as escolhas metafóricas permeiam em função das filiações dos sujeitos em diferentes formações discursivas. As escolhas lexicais funcionam, regulando os sentidos para produzir os efeitos de descrédito da vacina, um mecanismo do presidente da república para justificar a morosidade quanto à aquisição da Pfizer.

O quarto destaque da SD 41 faz um movimento de situar que está se falando sobre as cláusulas contratuais sobre a desresponsabilização da farmacêutica com relação a possíveis efeitos colaterais aos vacinados. Para compreender a contradição, nesse questionamento contra a vacina da Pfizer, recortamos parte da matéria do Jornal Nacional que apresenta o trecho da cláusula contratual sobre responsabilização aceita pelo Governo Federal no caso da compra da AstraZeneca:

As contratantes indenizarão e isentarão a contratada de todos e quaisquer danos e responsabilidades decorrentes de ou associados a reclamações

por morte, dano físico, mental ou emocional, doença, incapacidade ou condição relacionadas ou decorrentes do uso ou administração da vacina". As contratantes, neste caso, são a Fiocruz, vinculada ao Ministério da Saúde, e o Instituto Bio-Manguinhos, que fabrica as vacinas da Fiocruz. A contratada é a AstraZeneca. As condições estabelecidas nessa cláusula estão entre as que o Governo Federal resiste a aceitar na negociação com a Pfizer, que negocia há mais de oito meses com o Brasil sem que o contrato seja fechado.²⁰³

Recortamos essa análise feita pelo Jornal Nacional para sustentar que os argumentos da não responsabilização se contradizem no plano da materialidade das condições de produção, visto que o governo aceita a mesma cláusula em outra transação comercial, e, no entanto, não descredibiliza a AstraZeneca por essa razão. Avançando a nossa análise, buscamos no site do Ministério da Saúde quais são os possíveis efeitos colaterais mais comuns e comuns da Pfizer. Encontramos como sendo: “dor de cabeça, diarreia, dor nas articulações, dor muscular, dor e inchaço no local da injeção, cansaço, calafrios e febre, náusea, vômito e vermelhidão no local da injeção”²⁰⁴. Lendo a notícia da BBC²⁰⁵ sobre a descrição de todos os efeitos colaterais da bula, atentamos para os efeitos incomuns, raros, muito raros, ou desconhecidos e obviamente não encontramos qualquer menção às suposições mentirosas envolvendo jacarés, personagens de quadrinhos, mudança de gênero, alterações imunológicas. Assim, discutimos o efeito de sentido de que, enquanto o discurso da ciência funciona pela coerência, pela orientação séria das possíveis reações colaterais, o discurso da direita representado pelo porta-voz Bolsonaro funciona pelo grotesco, pelo fantasioso, produzindo estranhamento e engajamento nas redes, furando bolhas e atingindo rapidamente a população.

A SD 42 foi recortada do relatório final da CPI, para sustentar o impacto que essas escolhas discursivas de desinformação sobre os efeitos colaterais da vacina produziram nas comunidades indígenas. O primeiro destaque da SD 42 corresponde à construção de um imaginário de descrédito associando a vacina à homossexualidade. Entendemos, conforme Orlandi (2022, p. 134), que a ideologia

²⁰³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/02/24/clausula-de-responsabilidade-por-eventuais-efeitos-colaterais-da-vacina-e-obstaculo-para-acordo-entre-governo-federal-e-pfizer.ghtml>> Acesso em: 14 ago. 2025.

²⁰⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/noticias/2025/abril/eventos-adversos-da-vacina-da-pfizer-contra-COVID-19>> Acesso em: 14 ago. 2025.

²⁰⁵ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxxy40wenp9o>> Acesso em: 14 ago. 2025.

corresponde à “produção interpretativa do efeito de evidência [...] Ela se apresenta como interpretação feita em condições específicas que são apagadas”. Esse efeito de sentido sustenta-se em um discurso conservador e de direita, funcionando para aqueles que acreditam na “família”, na “moral” e nos “bons costumes”. Quando o presidente, revestido de sua posição de autoridade, de seus posicionamentos ideológicos, associa a vacina a esse efeito colateral ficcional, produz efeitos de aversão e de medo nos sujeitos que o seguem. Esse discurso viraliza, circulando em diferentes mídias, sendo constantemente reafirmado por sujeitos que pejorativamente são chamados de ‘gado’.

Compreendemos, portanto, que se por um lado o discurso produz o estranhamento, por outro condena determinados grupos à morte. As culturas dos povos indígenas têm em seu repertório narrativas em que indígenas se transformam em animais, como encontramos no trabalho de Almeida, Guedes e Costas (2020), que analisaram a produção mitológica e apontam que a transformação em animais é “uma metamorfose muito recorrente nos contos amazônicos” (Almeida, Guedes, Costa, 2020, p. 312). Sendo assim, o imaginário simbólico de representação para esses grupos sociais assenta-se nessa possibilidade de transformação. A mobilização pelo governo do elemento cultural dos indígenas faz com que essa população conceba a vacina como inimiga.

Pela SD 42 materializam-se outras *fake news* que chegaram em terras indígenas. O modo como esses discursos tiveram alcance no território indígena, segundo relatório final da CPI, adentrou “às comunidades indígenas por rádio e por aplicativos de mensagens. Há registros de líderes religiosos que endossaram o discurso, estimulando muitos indígenas, especialmente os convertidos, a rejeitar a imunização” (Senado, 2021, p. 624). Para interpretar essa informação, trazemos o recorte de Orlandi (2017, p. 143), asseverando que “a mídia não funciona pela comunicação, embora tenha enorme força na produção de um imaginário social de informação como ‘revelação’ da realidade”. Assim, pelo imaginário da veracidade na transmissão da rádio, a divulgação desse tipo de mensagem falsa contribuiu para a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina.

De igual forma, o discurso circulou por todo o território brasileiro, as redes sociais tiveram peso significativo para capilarizar as *fake news*, bem como os aplicativos de mensagens, pois houve a divulgação sem a devida verificação das informações, e em velocidade rápida. Além disso, a figura dos pastores evangélicos

foi extremamente nociva, ao divulgarem o discurso conspiracionista de que a vacina implantaria *chips* nas pessoas, e esse *chip* corresponderia à marca de uma entidade maligna, demoníaca, reforçando a recusa da vacina. Sendo o Brasil um país, no senso de 2022, de “56,7% de católicos; 26,9% de evangélicos”²⁰⁶, se apenas parte desses sujeitos se sentiram interpelados pelo discurso de descrédito, ainda assim o impacto seria significativo.

Desse modo, argumentamos que, para produzir o descrédito, o Governo Federal, pela figura de Bolsonaro, produz uma narrativa fantasiosa, grotesca, mitológica, folclórica, apocalíptica. É uma narrativa que cria um imaginário de medo por meio da conspiração, fazendo com que sujeitos com menos conhecimento científico, ou que não buscam verificação das informações recebidas em seus celulares, acreditem pela aversão, insegurança, medo nas conspirações absurdas produzidas pelo mandatário. O que para uns soa como absurdo, insustentável, para outros planta a dúvida, a desconfiança, o medo e com isso a aversão à vacina.

Diferentemente do tratamento precoce em que o caso exemplar funcionou para promover, compreendemos que na relação com a vacina o discurso do presidente apresenta o exemplo para desestimular a vacinação, esses efeitos serão analisados no grupo de SDs a seguir:

QUADRO 16 – SDs sobre o funcionamento do caso exemplar

<p>SD 43: <u>o presidente Jair Bolsonaro amplifica as narrativas negacionistas e chegou a insinuar que a vacina para COVID-19 não seria obrigatória no Brasil. Bolsonaro também disse que não se vacinaria contra a doença. Ontem (17), o Supremo Tribunal Federal decidiu, por dez votos a um, pela obrigatoriedade da vacinação e autorizou a adoção de medidas restritivas para quem se recusar a fazê-lo.</u>²⁰⁷ (grifos nossos)</p>
<p>SD 44: O presidente brasileiro manifesta, no entanto, dúvidas sobre sua eficácia. <u>“Se a vacina for comprovadamente eficaz lá na frente, a gente não sabe ainda”</u>, disse. <u>“Eu não vou tomar”</u>, reiterou na quinta-feira o presidente, <u>“Alguns falam que estou dando péssimo exemplo. O imbecil, o idiota, que está dizendo. Eu já tive o vírus, já tenho anticorpos. Para quê tomar a vacina de novo?”</u>, continuou.²⁰⁸ (grifos nossos)</p>

Fonte: Autora (2025).

²⁰⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/brasil-tem-recorde-de-evangelicos-e-menor-numero-de-catolicos-da-historia/> > Acesso em: 14 ago. 2025.

²⁰⁷ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/vacina-vira-alvo-da-mentira/> > Acesso em: 14 ago. 2025.

²⁰⁸ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-sobre-vacina-se-voce-tomar-e-virar-um-jacare-e-p-rollema-seu/> > Acesso em: 14 ago. 2025.

A SD 43 foi retirada da notícia da revista Piauí “Vacina vira alvo da mentira”, de 18 de dezembro de 2020. Nela, são apresentados aspectos relevantes sobre a repercussão nas redes sociais sobre os boatos da vacinação orquestrados “por grupos antivacina e apoiadores de Bolsonaro”²⁰⁹. Como se materializa na SD 43, a ideologia do presidente embasa-se nos pressupostos de anticiência. O negacionismo do presidente constrói-se nesse espaço da valorização da religião em detrimento da ciência que, ao acreditar mais na fé, do que na materialidade da existência dos sujeitos, buscou de várias formas duvidar das orientações divulgadas pelos órgãos competentes como a OMS, chamou inclusive a pandemia de “gripezinha”, mas também fez escolhas como colocar as igrejas como serviços essenciais para abrirem os templos o mais cedo possível em meio à pandemia.

A escolha lexical ‘por insinuar’ significa pelas redes de memória do descrédito da vacina contra a COVID-19, como “Fazer entrar (alguma coisa) no espírito ou na mente de outrem ou penetrar pouco a pouco no ânimo de alguém”²¹⁰, a insistência da propaganda de descrédito do mandatário instaura memória e efeitos de verdade, ancorados na posição-sujeito da autoridade. No entanto, como apontou a SD 43, o STF tornou obrigatória a vacinação, autorizando medidas restritivas aos não vacinados.

Analisamos o funcionamento discursivo do descrédito por meio do caso exemplar, na afirmação pública de que Bolsonaro não iria se vacinar. Pautamo-nos em Orlandi (2020, p. 97), para quem “Os sentidos não estão soltos, eles são administrados”, assim consideramos que afirmar deliberadamente sua posição de chefe de Estado que não aceitaria receber a vacina, instaura no debate a insegurança sobre os imunizantes, em função do desconhecimento das razões pelas quais o mandatário recusa vacinar-se. Isso é perverso, pois milhões de brasileiros se identificavam com o presidente e, destes, uma grande maioria são das camadas cuja vida depende do seu trabalho, estando expostos à contaminação e com ela conseqüentemente à morte por COVID-19. Assim, essa administração nociva dos sentidos materializa a irresponsabilidade da posição executada por Bolsonaro na condução da pandemia.

²⁰⁹ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/vacina-vira-alvo-da-mentira/>> Acesso em: 14 ago. 2025.

²¹⁰ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/insinuar>> Acesso em: 14 ago. 2025.

A SD 44 foi recortada da notícia “Bolsonaro sobre vacina: se você tomar e virar um jacaré, é problema seu”. Orlandi (2022, p. 141) discutiu sobre o boato afirmando que “O caráter não-verificado do boato é parte de seu funcionamento como comentário, como versão não nomeada, pois o comentário não tem necessidade de atestar a função-autor que está em sua origem”. Inicialmente, sustentamos o efeito de que na SD as falas do presidente instauram o boato por meio do comentário, produzindo a dúvida sobre a vacina.

O primeiro destaque da SD corresponde à fala de Bolsonaro, constituindo-se, como pontuou a notícia, como uma forma de direcionamento dos sentidos para a construção da dúvida quanto à eficácia da vacina. Os efeitos de sentido da fala do presidente se produzem pela suposição marcada pelo termo “se”, instituindo a posição de hipótese sobre o tema da eficácia. Com isso, projetou pré-construídos sobre a vacina, promovendo a incerteza sobre os resultados dos testes clínicos que estavam, no caso da Pfizer, que havia finalizado a fase 3 desde 11 de novembro, com resultado de eficácia de 95% na prevenção da doença²¹¹. O discurso do presidente pauta-se na produção de *fake news*, visto haver dados suficientes à época na comprovação da eficácia da vacina. Uma possível paráfrase da notícia pode ser: “O presidente brasileiro mente ao suscitar dúvidas sobre sua eficácia”.

Em nossa interpretação, o enunciado “eu não vou tomar” opera como um *slogan* tal qual o enunciado “eu sou a prova viva”. A repetição nos vários pronunciamentos do presidente inflama essa bandeira, configurando o funcionamento da estratégia performática do caso exemplar, discutida na promoção do tratamento precoce. Dentro da teoria da Análise de Discurso, o sujeito é interpelado pela ideologia, isso significa que cada um vem a ser “conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção” (Pêcheux, 2014, p. 162). Portanto, o “eu não vou tomar”, sendo defendido por Bolsonaro, que ocupa a posição de presidente - evangélico - de direita etc., produz efeito de testemunho e se ancora na posição-sujeito presidente, conduzindo o corpo social, por meio da identificação à forma-sujeito do discurso, que são capturados discursivamente.

211

Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/11/18/vacina-da-pfizer-e-biontech-contra-covid-19-estudos-da-fase-3-e-anuncia-95percent-de-eficacia.ghtml> > Acesso em: 20 de set. de 2025.

O terceiro destaque inicia com uma resposta de Bolsonaro aos opositores que o chamam de “péssimo exemplo”, por ele afirmar “eu não vou tomar”. Entendemos que as escolhas lexicais do mandatário constroem um discurso violento e grosseiro direcionado aos seus opositores, que não corresponde ao esperado para um presidente da república. A escolha do enunciado “O imbecil, o idiota” funciona pela construção de um imaginário de que todo aquele que crítica o presidente por ele não se vacinar adquire características de pouca inteligência, pouco conhecimento, que não possui discernimento.

No entanto, reaparece, na justificativa dada pelo mandatário, o que já apontamos anteriormente sobre o efeito de mascarar a falta de vacinas adquiridas para uma cobertura global, encaminhando para o discurso de reforço de que todos os que já tiveram COVID-19 estão imunizados. Por conseguinte, não haveria a necessidade de vacinar-se com imunizantes, e o número de doses adquiridas poderia vir a ser suficiente dentro do consórcio Covax Facility e da parceria com a Astrazeneca. Produz um discurso de tipo dado, em circunstâncias dadas, que com sua discursivização como *slogan*-propaganda promove seus efeitos de descrédito desmobilizando a vacinação.

Reiteradamente, o discurso de Bolsonaro se estrutura pela divulgação de *fake news*. A imunidade de rebanho, muito utilizada pelo governo no início da pandemia, reverbera nessa afirmação sobre a argumentação sustentada na SD de que ‘se x já teve COVID-19, logo x já tem anticorpos, então não precisa se vacinar’. No entanto, esse argumento simplista, não funciona tão bem na prática, pois, após a contaminação e cura da doença, os sujeitos podem se reinfetar, tendo uma forma mais branda ou não da doença, e é aí que entra as doses dos imunizantes, funcionando para uma maior eficácia na produção de anticorpos.

4.2.2 Dos funcionamentos da forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina a partir do alinhamento à direita

Feito esse movimento de análise sobre a discursivização do descrédito da vacina nos portais de notícias Revista Piauí e CartaCapital, avançamos agora à leitura sobre o modo como o descrédito é apresentado nos dois outros portais de notícias: CNN Brasil e Jovem Pan. Buscamos propor um movimento com recortes das notícias desses portais, considerando o tema da desinformação quanto ao

descrédito da vacina. Nesta subseção, apresentamos os funcionamentos discursivos: 1) funcionamento da não obrigatoriedade; 2) funcionamento via boicote; 3) funcionamento dos “efeitos colaterais”; e, 4) funcionamento do caso exemplar.

Para sustentar sua posição de poder em meio ao discurso neoliberal, Bolsonaro toma para si a defesa contra a obrigatoriedade da vacina, buscando argumentos para sustentar sua posição. A seguir apresentamos o grupo de SDs que apresenta a questão da não obrigatoriedade.

QUADRO 17 – SDs sobre o funcionamento da não obrigatoriedade

<p>SD 45: O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) <u>voltou a dizer nesta terça-feira (9) que não pode obrigar as pessoas a se vacinarem contra a COVID-19</u>. As declarações foram dadas durante audiência com o grupo “<u>Médicos pela Vida</u>”. “<u>A gente não pode injetar qualquer coisa nas pessoas e muito menos obrigar</u>”, disse Bolsonaro. “<u>Eu falei que ninguém é obrigado a tomar a vacina e o mundo caiu na minha cabeça. Não pode amarrar o cara pra dar vacina nele</u>”²¹² (grifos nossos)</p>
<p>SD 46: Na noite deste sábado (24), o presidente <u>Jair Bolsonaro usou o seu perfil oficial no Twitter para postar uma foto ao lado do seu cachorro com uma mensagem que dizia: “vacina obrigatória só aqui no Faísca”</u>. A publicação foi feita em meio à polêmica sobre a política de imunização contra a COVID-19 quando houver uma vacina testada e aprovada pelas autoridades sanitárias. A opinião pública está dividida entre a obrigatoriedade ou não da vacinação.²¹³ (grifos nossos)</p>

Fonte: Autora (2025).

A SD 45 foi recortada da notícia “Bolsonaro volta a dizer que vacinação para COVID-19 não pode ser forçada”, de 8 de setembro de 2020. Antes de avançarmos à análise da SD, centramo-nos na troca lexical colocada no título, a utilização de “forçada”, em detrimento de “obrigatória”, funciona na construção de uma imagem de violência, como se o povo estivesse sendo pressionado para receber a vacina. Nosso *corpus* demonstrou que a desinformação no portal CNN começa a ser discursivizada a partir de setembro, com a apresentação das críticas de Bolsonaro à obrigatoriedade da vacinação contra a COVID-19. Naquele momento, as vacinas estavam ainda em fase de testes, com voluntários por todo o mundo, contribuindo para os avanços da ciência. Essas condições de produção são relevantes, pois, enquanto havia uma mobilização global para o desenvolvimento de vacinas eficazes

²¹²

Disponível

em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/bolsonaro-volta-a-dizer-que-vacinacao-para-COVID-19-nao-pode-ser-forcada/>> Acesso em: 15 ago. 2025.

²¹³

Disponível

em:

<<https://jovempan.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-posta-foto-com-cao-e-diz-vacina-obrigatoria-so-no-faisca.html>> Acesso em: 15 ago. 2025.

para a superação da pandemia, o presidente brasileiro construía um cenário hostil à vacinação no país.

A colocação de Bolsonaro, parafraseada na notícia, entra em contradição com a função do Governo em estabelecer o programa nacional de imunização, uma vez que é competência do Ministério da Saúde estabelecer se determinado imunizante entrará para o programa como compulsória, como já apresentamos anteriormente. Assim, a paráfrase, ao escolher os termos “não pode obrigar” em consonância com a afirmação feita por Bolsonaro, materializa uma contradição, com a legislação vigente, que prevê como competência do Governo Federal impor a obrigatoriedade de determinada vacina para a superação de emergência de saúde pública.

O segundo destaque materializa para quem a declaração de Bolsonaro era dirigida em primeira instância, isto é, para o grupo “Médicos pela vida”. Essa organização teve uma atuação singular na promoção do tratamento precoce e do descrédito da vacinação. Em específico sobre a vacinação, como apontou Ferrari et al. (2022, p. 4216), os médicos e médicas integrantes do movimento construíram uma narrativa e fizeram circular a desinformação sobre uma “quantidade alta de riscos envolvidos na descoberta, testes, fabricação e aplicação de vacinas, alegando, inclusive, conflitos de interesses dentre profissionais que ‘ditam as diretrizes médicas’”. Além disso, sustentam suas conclusões “considerando a vacinação contra COVID-19 no Brasil e diante de uma série de acusações, que ‘é possível que estejamos diante de um novo crime contra a humanidade, sem precedentes’” (Ferrari et al., 2022, p. 4216).

Trata-se dos processos de individuação do sujeito, nos quais, conforme Orlandi (2010), criam-se consensos e traços de identificação em que os sujeitos se unem em comunidades, sustentando saberes para um coletivo, sem questionar as diferenças entre sujeitos, os quais são in(di)viduados pelo Estado. Desse modo, compreendemos que Bolsonaro mobiliza argumentos negacionistas na ilusão de plena identificação com seus interlocutores, autorizando-se a produzir um discurso sensacionalista em torno do tema sem sofrer resistência da parte dos interlocutores.

É com base nessas condições de produção imediatas que construímos nossa análise do destaque que apresenta a fala do presidente. Assim, as suas escolhas lexicais como “não pode injetar qualquer coisa nas pessoas” e “muito menos obrigar” são significadas nessa relação com o discurso negacionista, em que “qualquer

coisa” vem a funcionar como um discurso sensacionalista, chocando pelo exagero, e produzindo um efeito de sentido de que a vacinação contra a COVID-19 desconsidera a população. Nesse projeto, ele assume a função de salvaguardar a saúde pública, apresentando-se como aquele que está protegendo o povo brasileiro de ser “injetado com qualquer coisa”.

O último destaque da SD repete o efeito de sentido da defesa de que a vacina contra a COVID-19 não fosse obrigatória. Compreendemos que as escolhas lexicais do presidente, funcionam pela produção de um discurso sensacionalista, quando coloca que “o mundo caiu na minha cabeça” mobilizando o discurso hiperbólico, para produzir um imaginário de vítima sobre si mesmo. A partir desse efeito de sentido, busca eximir-se das consequências da sua defesa da não obrigatoriedade da vacina, instaurando efeitos de verdade sobre a vacina.

O fechamento do destaque funciona por meio de uma hipérbole, cujos efeitos de sentido são mobilizados para argumentar o porquê da impossibilidade de a vacinação ser obrigatória. A memória funciona como sendo uma “estruturação de materialidade discursiva complexa” (Pêcheux, 1999, p. 52), que busca estabelecer uma dialética de repetição e de regularização. Nesse sentido, pela memória discursiva, as escolhas lexicais de Bolsonaro ancoram-se em determinadas formações discursivas, como por exemplo a da ditadura, em que os militares prendiam e torturavam os opositores. Assim, a obrigatoriedade da vacinação deixa de estar associada à cura de doenças e o bem-estar social, e passa a significar a partir desse lugar da tortura, do medo e das atrocidades da ditadura. O discurso bolsonarista distorce os sentidos garantidos pela lei para se estabelecer a obrigatoriedade, produzindo-se, com isso, o descrédito do povo quanto à vacinação.

A SD 46 foi recortada da notícia “Bolsonaro posta foto com cão e diz: ‘vacina obrigatória só no Faísca’”, de 24 de outubro de 2020. Como afirmou Orlandi (2020, p. 36), são indissociáveis o aspecto linguístico e o histórico no “processo de produção do sujeito do discurso e dos sentidos que o significam” (p. 36), isso equivale dizer que “O sujeito é um lugar de significação historicamente constituído”. Com base nesse pressuposto teórico, vemos que as escolhas de Bolsonaro derivam de atravessamentos que sustentam suas tomadas de posição. Ao escolher publicar em sua rede social sua foto com o animal de estimação, instaura redes metafóricas, como se a obrigatoriedade da vacinação transformasse os sujeitos em animais. Com isso, desconstrói os políticos opositores e defensores da imunização obrigatória.

Sustentamos que, pelo discurso de Bolsonaro, o debate em torno da vacina em humanos desliza para a vacina em animais em que essa construção comparativa e depreciativa da vacina vem a funcionar instalando o efeito de “vacinas são para animais”, o que produz uma resistência à construção de um discurso positivo em torno da imunização em humanos, enfraquecendo a crítica sobre celeridade e compra de imunizante pelo governo Federal. Esse discurso, sendo produzido pelo presidente da república, fica disponível, ressoando nas diversas formações discursivas e, ao apresentar-se como possibilidade de significação do real, encontra aqueles que com ela se identificam, reproduzindo seus efeitos no corpo social.

Para sustentar sua posição de poder em meio à disputa política com Dória, Bolsonaro utiliza suas redes sociais para promover o boicote da CoronaVac. A seguir apresentamos o grupo de SDs sobre essa questão.

QUADRO 18 – SDs sobre o funcionamento do boicote

SD 47: A afirmação foi feita em resposta ao comentário de uma pessoa no Facebook. "Presidente, a China é uma ditadura, não compre essa vacina, por favor. Eu só tenho 17 anos e quero ter um futuro, mas sem interferência da ditadura chinesa", escreveu o indivíduo. Bolsonaro respondeu: "Não será comprada" ²¹⁴ (grifos nossos)
SD 48: "Para o meu Governo, <u>qualquer vacina, antes de ser disponibilizada à população, deverá ser COMPROVADA CIENTIFICAMENTE PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE e CERTIFICADA PELA ANVISA</u> ", escreveu Bolsonaro, <u>se referindo à CoronaVac como "a vacina chinesa de João Dória"</u> . O presidente afirmou ainda que <u>a população brasileira "NÃO SERÁ COBAIA DE NINGUÉM"</u> . " <u>Não se justifica um bilionário aporte financeiro num medicamento que sequer ultrapassou sua fase de testagem. Diante do exposto, minha decisão é a de não adquirir a referida vacina</u> ", concluiu. ²¹⁵ (grifos nossos)
SD 49: <u>A Anvisa interrompeu os testes no país da CoronaVac, vacina contra a COVID-19 da chinesa Sinovac, após a ocorrência de um evento adverso grave com um voluntário.</u> Ao responder pergunta de um seguidor em rede social, <u>Bolsonaro postou link de um artigo sobre a suspensão dos testes e afirmou: "Mais uma que Jair Bolsonaro ganha."</u> O evento adverso que levou Anvisa a suspender os testes foi o suicídio de um voluntário, disse à Reuters uma fonte com conhecimento do assunto. ²¹⁶ (grifos nossos)
SD 50: O presidente Jair Bolsonaro aproveitou a live semanal realizada nesta quinta-feira, 18, <u>para mostrar o cartão de vacinação da mãe dele, Olinda Bolsonaro, e garantir que ela tomou o imunizante desenvolvido pela Universidade de Oxford, e não a vacina CoronaVac, do Instituto Butantan, como afirmado por parte da imprensa no último dia 12. "Decidimos que ela deveria</u>

²¹⁴Disponível

em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/nao-sera-comprada-diz-bolsonaro-nas-redes-sobre-coronavac/>

Acesso em: 15 ago. 2025.

²¹⁵

Disponível

em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/bolsonaro-rejeita-comprar-vacina-chinesa-sem-comprovacao-cientifica/#google_vignette> Acesso em: 15 ago. 2025.

²¹⁶

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/parlamentares-reagem-a-suspensao-de-testes-de-vacina-e-comemoracao-de-bolsonaro/> > Acesso em: 16 ago. 2025.

tomar a vacina. Ela foi vacinada e aconteceu uma coisa que é inacreditável. Ela mora no estado de São Paulo, Vale do Ribeira. A imprensa noticiou, 'mãe de Bolsonaro tomou CoronaVac, mostram dados oficiais'. Você sabe qual é a intenção disso aqui. Vamos desmascarar isso agora. Está aqui o cartão de vacina da minha mãe", afirmou.²¹⁷ (grifos nossos)

Fonte: Autora (2025).

A SD 47 foi recortada da notícia “‘Não será comprada’, diz Bolsonaro nas redes sobre vacina CoronaVac”, do dia 21 de outubro de 2020, dia subsequente ao anúncio da compra de 46 milhões de doses da CoronaVac, momento em que ele reage pelas redes sociais, desautorizando a decisão de Pazuello. Iniciamos nossa análise da sequência discursiva considerando o meio pelo qual a fala do presidente foi compartilhada. O Facebook, em função dos algoritmos, produz bolhas de conteúdos, esse aglomerado de informações funciona produzindo efeitos de sentidos homogeneizantes sobre determinado tema, pela repetição do mesmo efeito cria-se consensos. Na pandemia, foram muitos os problemas enfrentados pelas plataformas para tentar frear a desinformação, pois o compartilhamento de *fake news* foi constante. Dias (2018, p. 29) assevera que “o discurso digital se formula ao circular”, sendo que essa circulação funciona por meio de “compartilhamento, viralização, comentários, postagens, hashtags, memes, links...” É com base nessas condições que empreendemos nossa leitura da SD.

Compreendemos que o comentário feito pelo “sujeito de 17 anos” irrompe materializando uma posição sujeito que, filiado à extrema-direita, difama a China como ditadura-comunista e rechaça a vacina CoronaVac como se ela representasse um mal em si mesma. Radicalizando nossa interpretação sobre o comentário, apontamos dois efeitos: o primeiro que ele foi feito ficticiamente, sendo desde a base uma *fake news*, um comentário grotesco para gerar comoção, engajamento e compartilhamento à resposta de Bolsonaro, e um segundo efeito é que ele foi escrito por um jovem de 17 anos identificado com o discurso da extrema-direita bolsonarista que acredita em conspirações chinesas por meio da vacina. Esses efeitos são possíveis em função do que apresenta Orlandi (2022, p. 106): “quanto mais centrado o sujeito, mais cegamente ele está preso a sua ilusão de autonomia ideologicamente constituída”, sua verdade produzida pelo sistema de evidências funciona por meio da identificação, produzindo um efeito de homogeneidade do discurso de descrédito.

²¹⁷

<https://jovempan.com.br/noticias/politica/bolsonaro-diz-que-mae-tomou-vacina-de-oxford-nao-coronavac.html> > Acesso em: 16 ago. 2025.

As colocações do comentário constroem uma argumentação negativa para a aquisição realizada pelo Governo Federal do imunizante CoronaVac, e poderiam ter sido só um comentário particular com opiniões conspiratórias sobre o tema como tantas que circularam nas redes sociais. No entanto, a resposta de Bolsonaro dá visibilidade e viraliza, chancelando esse ponto de vista quando comenta afirmando que a CoronaVac não seria comprada. Como referiu Pêcheux (2014, p. 167), “O sentido de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe essa sequência como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva”. É assim que, a partir da formação discursiva da direita anti-comunista, vem a funcionar, materializando a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito, pois ao afirmar que não vai comprar, descredibiliza o imunizante publicamente. Sustentamos que um movimento parafrástico possível corresponde à “você terá um futuro, pois a CoronaVac não será comprada”, e, assim, deriva o efeito a “CoronaVac tira o futuro de jovens”.

A SD 48 foi recortada da notícia “Bolsonaro sobre CoronaVac: ‘Só com certificação da Anvisa’”, de 21 de outubro de 2020, e corresponde ao conteúdo da publicação feita pelo presidente em sua rede social. Já no título encontramos materializado um recorte da opinião de Bolsonaro sobre a aquisição da vacina CoronaVac, ao apresentar-se apenas o recorte argumentativo que tem base legal, isto é, a comprar efetivamente só poderia ser executada mediante a aprovação da vacina pela Anvisa, compreendemos que essa estratégia vem a funcionar dando uma suavização ao teor do discurso de descrédito produzido na postagem. Assim, o primeiro efeito que se constrói a partir da leitura do título é que a tomada de posição de Bolsonaro, diante da compra da CoronaVac, é uma postura coerente e plausível, ancorando-se nos aspectos legais. No entanto, isso demonstra o modo como a torção discursiva funciona para produzir o descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina, enaltecendo a postura coerente do mandatário em desautorizar a compra das vacinas pelo Ministério da Saúde. Segundo Pêcheux (2014, p. 175), “Os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o ‘dito’ e em consequência rejeitar o ‘não dito’”. Colocar que a CoronaVac não tem certificação sustenta uma seleção de enunciados que apaga outros, como, por exemplo, que nenhuma outra vacina à época estava certificada, bem como que, mesmo sem ser certificada, a AstraZeneca já tinha

firmado um contrato de intenção de compra. Esses apagamentos articulam a forma de descaso em análise.

Adentramos na análise da SD, entendendo que há uma generalização quando se escolhe o termo “qualquer” para associá-lo à vacina, pode funcionar como sentido de “toda vacina”, mas pela memória discursiva radicalizamos esse dito, colocando o sentido de qualquer relacionando-o ao efeito de “Sem valor nem importância”, usualmente construído em expressões como “uma vacina qualquer”. Esse movimento de análise se sustenta pelas redes de memória de descrédito da CoronaVac, sendo qualificada também como vacina chinesa em relação à baixa qualidade dos produtos chineses em muitos discursos.

A sequência marca uma distorção do tema que vinha sendo pautado, isto é, a compra das 46 milhões de doses de CoronaVac. Essas doses não estavam sendo disponibilizadas de imediato à população, dando visibilidade à manipulação da pauta na produção de um discurso de descrédito. Conforme Pêcheux (2014, p. 175), “A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o ‘universo do discurso’, e o que é rejeitado”. Sendo assim, nesse modo de funcionamento da enunciação, o autor chama de esquecimento nº 2, que é aquele em que o sujeito pensa saber a realidade sobre o seu próprio dizer. A sequência discursiva como todo discurso, se estrutura por meio desse funcionamento, que irrompe por meio de um ato falho do presidente, em atribuir ao Ministério da Saúde a incumbência de comprovar cientificamente a eficácia da vacina, competência atribuída aos próprios laboratórios, e regulamentada, no caso brasileiro, pela Anvisa. A postura de Bolsonaro, em produzir um discurso descredibilizando a CoronaVac, escapa no eixo da formulação e irrompe como efeito sua falta de compreensão sobre o que ele afirma saber.

O discurso de descrédito é radicalizado no trecho em que Bolsonaro afirma que o povo brasileiro não será cobaia, produzindo, com essa afirmação, um discurso anticência, conspiratório e negligente. Essa escolha lexical retoma do interdiscurso as memórias das atrocidades produzidas nos campos de concentração durante o Holocausto, como já discutimos anteriormente. O trabalho da ciência em comprovar a eficácia é apagado e, em seu lugar, irrompe os sentidos negativos, apagando-se o fato de o processo científico ser regulado por um código de ética, por sistemas responsáveis que respeitam eticamente os voluntários que escolhem participar e podem desistir da participação a qualquer momento durante a testagem de produção

da vacina. Portanto, argumentamos que, por meio desse efeito de “cobaia”, os sentidos deixam de significar como um caso particular da CoronaVac somente e são generalizados descredibilizando por extensão todos os imunizantes contra a COVID-19.

Dito isso, propomos um deslize de sentidos sobre esse enunciado, realizando um gesto de interpretação que instaura redes de memória sobre a promoção do uso do tratamento precoce no combate à COVID adotada pelo Governo Federal. Como analisamos na seção sobre o descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce, houve, por parte do governo, a produção de um discurso negacionista, anti-ciência, em que o tratamento precoce era tomado como a cura/a solução, sem qualquer comprovação científica de sua eficácia, bem como desconsiderou-se os estudos apontando efeitos colaterais significativos da utilização dos medicamentos para o tratamento da COVID-19.

Conforme apontou Orlandi (2020, p. 59), os fatos nos conduzem a uma memória, pois nos “fatos temos a historicidade” que intervém produzindo as formas de leitura sobre as sequências discursivas. Diante do exposto, criamos uma deslize para o enunciado “O povo brasileiro NÃO SERÁ COBAIA DE NINGUÉM”, radicalizando os efeitos, temos “O povo brasileiro NÃO SERÁ COBAIA DE mais NINGUÉM”. Esse deslizamento de efeito de sentido põe em jogo o enunciado com a história, em que o sentido de cobaia está se estabelecendo com relação à promoção do uso do tratamento precoce como uma cura sem comprovação científica e que inclusive possui contraindicação devido aos efeitos colaterais que acarreta. O povo já havia sido cobaia das políticas Bolsonaristas durante a pandemia, ingerindo medicamentos sem a comprovação, isso ressoa em oposição às vacinas, pois diferentemente elas estavam seguindo métodos rigorosos para a testagem, recrutando voluntários e não cobaias.

O modo como funciona o descrédito se constitui em uma linha tênue com a mentira tomada por uma verdade. A argumentação do último destaque na SD se ancora em uma mentira, uma justificativa sem sustentação nas práticas adotadas pelo Governo Federal. Em 6 de agosto de 2020, o Governo já havia realizado intenção de compra da AstraZeneca, somando um aporte financeiro bilionário: “Governo abre crédito de R\$ 1,9 bilhão para produção e aquisição de vacina contra o coronavírus. Medida Provisória foi assinada pelo presidente Jair Bolsonaro para

viabilizar 100 milhões de doses da vacina de Oxford”²¹⁸. A vacina, segundo publicação de 20 de agosto de 2020, no site do Ministério da Saúde, estava “na terceira e última fase de testes em humanos no Brasil e em outros países. A Anvisa aprovou o estudo em 2 de junho”²¹⁹, e de igual forma a CoronaVac teve seu estudo clínico “Aprovado pela Anvisa em 3 de julho[...]. Os testes serão realizados em nove mil voluntários que trabalham em instalações especializadas para COVID-19, em centros de pesquisas de São Paulo”²²⁰. Com base nesses fatos, ressoa como memória o funcionamento do descrédito pela mentira, marcando a contradição nas práticas governamentais.

Esse movimento foi analisado na sequência com outro recorte advindo da repercussão da publicação do presidente. A SD 49 foi recortada da notícia “Parlamentares reagem a suspensão de testes de vacina e comemoração de Bolsonaro”, de 10 de novembro de 2020. A SD faz ressoar e linearizar no intradiscurso um acontecimento já vivenciado por outras empresas que desenvolviam as vacinas, como foi o caso da vacina da AstraZeneca - “A Anvisa recebeu, nesta terça-feira (8/9), o comunicado de suspensão dos testes da vacina do laboratório Astrazeneca contra a COVID-19, uma vez que o Brasil é um dos países que participam do estudo global”²²¹ - essa publicação foi feita pelo Ministério da Saúde, em 9 de setembro de 2020. Compreendemos que a suspensão dos testes materializa o processo científico em sua responsabilidade. Assim, ao estabelecermos as condições de produção do discurso, fornecemos os subsídios para a compreensão das contradições e atos falhos de Bolsonaro quanto ao descrédito da vacina.

A suspensão da AstraZeneca estava, de igual modo, relacionada a um “evento adverso grave observado num voluntário do Reino Unido”²²², esse elemento

²¹⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/08/governo-abre-credito-de-r-1-9-bilhao-para-producao-e-aquisicao-de-vacina-contr-o-coronavirus> > Acesso em: 18 ago. 2025.

²¹⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/08/brasil-possui-quatro-estudos-clinicos-de-vacinas-contr-o-coronavirus> > Acesso em: 19 ago. 2025.

²²⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/08/brasil-possui-quatro-estudos-clinicos-de-vacinas-contr-o-coronavirus> > Acesso em: 19 ago. 2025.

²²¹ Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/suspensao-dos-testes-da-vacina-da-astrazeneca> > Acesso em: 19 ago. 2025.

²²² Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/suspensao-dos-testes-da-vacina-da-astrazeneca> > Acesso em: 19 ago. 2025.

mostra como o mesmo evento foi discursivizado em momentos distintos e de forma divergente em função dos interesses políticos em torno da vacina. Para o presidente Bolsonaro, a suspensão da AstraZeneca poderia trazer impactos negativos para sua tomada de posição quanto ao empenho bilionário na compra de tecnologia para a produção do imunizante, assim, nada negativo foi discursivizado por ele sobre essa suspensão. No entanto, as questões ideológicas, envolvendo a disputa político-eleitoral entre Bolsonaro e Dória, fizeram da vacina um campo de disputas, em que Bolsonaro usa como arma a descredibilização da CoronaVac como principal instrumento.

A postura adotada por Bolsonaro não representa o comportamento esperado para um presidente da república, visto que as formações imaginárias que regulam as posições sociais, como assinalou Orlandi (2020, p. 29), “se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso”. Quando ele comemora uma morte e celebra a suspensão do andamento das testagens da CoronaVac, sustenta elementos repreensíveis do ponto de vista moral. Isso corrobora o descaso de desinformação, pois, antes mesmo de se fazer uma apuração dos motivos da suspensão, ele se posiciona sustentando aspectos negativos com relação à vacina, sem considerar os impactos que sua tomada de posição teria para a superação da pandemia. A postura é desumana e grotesca, pois comemora-se um ganho político sem considerar a vida perdida do voluntário.

O discurso de Bolsonaro continuou emitindo ecos mesmo após a divulgação do laudo do IML (Instituto Médico Legal) e do IC (Instituto de Criminalística). Em *Live* do dia 12 de novembro de 2020, ele voltou a falar sobre o caso, e lemos na notícia que a “Compra da CoronaVac não pode custar ‘preço que caboclo quer’, diz Bolsonaro”, que materializa a fala do mandatário sobre esse tema: “Vão apurar a causa do suicídio. E daí, obviamente, não tem nada a ver com a vacina. Pode ser um efeito colateral da vacina também? Pode ser, tudo pode ser”²²³, esse trabalho discursivo institui no interlocutor efeito de dúvida, aumentando o descrédito em torno da vacina. Na mesma *live*, Bolsonaro ainda conclui: “Não sei se chegaram à conclusão que esclarece para voltar a pesquisar a vacina, no caso a CoronaVac, da

223

Disponível

em:

<<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/11/12/bolsonaro-compra-vacina-coronavac-china-preco.htm>> Acesso em: 21 ago. 2025.

China aí”²²⁴, colocando em xeque a postura da própria Anvisa em autorizar a retomada dos testes com a CoronaVac. A formulação de Bolsonaro produz, a partir da CoronaVac, a teoria da conspiração que funciona pela ideologia como “interpretação de sentidos em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história” (Orlandi, 2020, p. 31).

A SD 50 foi recortada da notícia “Bolsonaro diz que mãe tomou vacina de Oxford, e não CoronaVac”, de 18 de fevereiro de 20. Sendo a CoronaVac uma das vacinas adotadas pelo plano nacional de imunização, desde 17 de janeiro de 2021, ela assume esse caráter de oficialidade. No entanto, as práticas discursivas que ressoam no discurso do presidente da república continuaram a repetir um comportamento de descrédito.

À data do pronunciamento, os brasileiros já estavam sendo imunizados com a CoronaVac há cerca de um mês. O cartão de vacinação, sendo mostrado, se constitui como suposta prova de verdade, reforçando o descrédito de uma determinada vacina. Esse discurso contraditório marca a falta de coordenação do Governo Federal em promover a superação da pandemia e do seu discurso. Ao afirmar que, após a aprovação da Anvisa, iria comprar qualquer vacina, e assim o governo o faz, mas mostra insatisfação com a divulgação de que sua mãe havia sido imunizada com a CoronaVac. Esse processo de garantir que os que são da sua família se imunizam com a vacina da AstraZeneca materializa a sobreposição da imagem pessoal anticoronavac em relação ao objetivo da promoção da imunização como um todo. Com isso, reforça a depreciação da Coronavac, asseverando que ela não serve aos que são bolsonaristas e se identificam com os ideários do presidente.

Destacamos que as condições de produção podem se constituir como um dos fatores da desregulação da prática discursiva. O segundo destaque na SD analisa esse fenômeno, sinalizando que o discurso de Bolsonaro constitui discursivamente o efeito de manipulação dos fatos ao mostrar o comprovante da vacina. No entanto, como apontam outros portais de notícias, embora se apresente o fabricante como sendo a Astrazeneca, o lote marcado no comprovante corresponde ao lote da

224

Disponível

em:

<<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/11/12/bolsonaro-compra-vacina-coronavac-china-preco.htm>> Acesso em: 21 ago. 2025.

CoronaVac^{225 226}. No entanto, o acontecimento do número do lote ao ser investigado pela imprensa desfaz o direcionamento para a homogeneidade no discurso em tela.

Bolsonaro em discurso constroi e dá visibilidade ao sujeito a quem ele seu discurso é endereçado, projetando um interlocutor imaginário, dizendo “você” que ocupa a posição de conhecedor das intenções da imprensa em divulgar a procedência da vacina aplicada na mãe de Bolsonaro. É assim que ressoa, em nossa leitura, o efeito de que esse interlocutor se inscreve na mesma formação discursiva que Bolsonaro. O cartão de vacina apresentado como uma prova material tem esse caráter de criar um efeito tal qual o ditado popular muito utilizado “contra fatos não há argumentos”, se eu estou vendo escrito AstraZeneca, isso se torna um fato, não cabendo argumentar. No entanto, enquanto para apoiadores, isso bastaria, mas os que resistem ao *modus operandi* do presidente, veem a manipulação ou modo de desconstruir a oposição.

Diferentemente do tratamento precoce, cujos efeitos colaterais são desconsiderados, no discurso do presidente a vacina recebe irresponsavelmente inúmeros efeitos adversos falsos, analisamos esse movimento no grupo de SDs a seguir:

QUADRO 19 – SDs sobre o funcionamento dos “efeitos colaterais”

SD 51: " <u>Morte, invalidez, anomalia... Esta é uma vacina que o Doria queria obrigar a todos os paulistanos tomá-la. O presidente disse que a vacina jamais poderia ser comprada. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha</u> ", afirmou a conta oficial de Bolsonaro na rede social. ²²⁷ (grifos nossos)
SD 52: O chefe de Estado chamou de “inócua” a medida do STF porque, segundo ele, “ <u>não vai chegar de uma hora para outra, nem vacina para todo o mundo tem</u> ”. Bolsonaro <u>voltou a dizer que não tomará nenhum imunizante</u> . “ <u>Imagina que você pega uma bula e está escrito lá: o fabricante não se responsabiliza por nenhum efeito colateral. Está na bula. Vão obrigar você a tomar a vacina? Se houver um efeito colateral, como parece estar havendo no Reino Unido, choque anafilático, quem vai se responsabilizar? É quem obrigou você a tomar a vacina. Não pode passar por cima da Anvisa. É uma irresponsabilidade tratar uma questão que trata de vidas, para salvar ou para ter efeito colateral, tratar com açodamento, com correria. Uma</u>

225

Disponível

em:

<<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/cartao-de-vacinacao-da-mae-de-bolsonaro-indica-que-ela-tomou-a-coronavac/>> Acesso em: 21 ago. 2025.

226

Disponível

em:

<<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/08/mae-de-bolsonaro-e-vacinada-com-segunda-dose-do-imunizante-contra-COVID-19.htm>> Acesso em: 21 ago. 2025.

227

Disponível

em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-suspensao-de-testes-da-coronavac-bolsonaro-diz-que-ganhou-mais-uma/>> Acesso em: 21 ago. 2025.

irresponsabilidade.” Não está comprovado que as vacinas distribuídas no reino Unido causam o efeito citado pelo presidente.²²⁸ (grifos nossos)

Fonte: Autora (2025).

A SD 51 foi recortada da notícia “Após suspensão de testes da CoronaVac, Bolsonaro diz que ‘ganhou mais um’”, de 10 de novembro de 2020. Como já discutido, a mentira foi uma aliada de Bolsonaro na produção de um discurso de descrédito da vacina. Dividimos nossa análise da sequência discursiva em dois momentos: no primeiro analisamos a construção da torção discursiva. Como sustentou Orlandi (2020, p. 18), a interpretação “sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é o que chamamos de política”. Bolsonaro introduz sua postagem com três substantivos que, na sua opinião, se relacionam com a vacina, “morte, invalidez e anomalia”; das três a única que prematuramente e sem as devidas informações estava circulando sobre a vacina CoronaVac, era a morte em função da suspensão determinada pela Anvisa devido a um evento adverso grave, que era discursivizado como a morte de um voluntário que havia tomado a CoronaVac. No entanto, essa não é uma postura coerente para um presidente que faz associações, ancorado em *fake news*.

Bolsonaro não só associa à morte como causa da vacina, como cria outras duas consequências: invalidez e anomalia. A escolha dos dois substantivos em nossa leitura não foi gratuita, a invalidez põe em xeque a capacidade do ser humano em ser produtivo, gerando o medo na população, já a anomalia coloca em questão as consequências da vacina para as próximas gerações, gerando angústia sobre o futuro. As três escolhas produzem o descrédito e a desconfiança na vacina por meio da associação com elementos grotescos e improváveis, mas que vêm a funcionar para sujeitos cujos conhecimentos não se filiam à ciência, mas sim ao discurso conspiratório.

Na sequência, a descredibilização da vacina CoronaVac associa-se à desmoralização do oponente político, nesse caso, Dória. Retomamos às condições de produção da publicação, em que Bolsonaro respondeu ao seguinte questionamento: “Se a ciência disser que o CoronaVac é seguro e vai imunizar a população, o Brasil vai comprar e produzir a vacina?”, o objeto que estava em pauta

²²⁸

Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/politica/bolsonaro-diz-que-stf-entrou-em-uma-bola-dividida-desnece-saria-ao-votar-a-favor-da-obrigatoriedade-da-vacinacao.html> > Acesso em: 21 ago. 2025.

era a comprovação científica e, se a partir dela, o Governo Brasileiro iria comprá-la. A resposta do presidente deixa de lado a pergunta e utiliza o espaço para descredibilizar a vacina, e por metonímia o próprio governo Dória por tê-la escolhido como forma de superação da pandemia. De modo categórico, Bolsonaro afirma que a vacina não tem condições de ter aprovação científica, pois causa morte, invalidez e anomalia, sem colocar qualquer prova das suas suposições.

A partir do último destaque, analisamos a sequência discursiva pela posição que Bolsonaro assume no discurso, fala de si mesmo na terceira pessoa: “o presidente disse que jamais compraria”. Essa escolha discursiva em textos acadêmicos cria o efeito de distanciamento sobre o objeto, no entanto, no discurso de Bolsonaro, parece funcionar como um marcador de posição para se autoafirmar que é da posição presidente que jamais compraria a vacina e, conseqüentemente, por essa opção, ele estava acertando. E, diante disso, considera sua vitória sobre Dória, diante da suspensão dos testes.

A SD 52 foi recortada da notícia “Bolsonaro diz que STF entrou em uma bola dividida desnecessária ao votar a favor da obrigatoriedade da vacinação”, de 18 de dezembro de 2020. O primeiro destaque na SD é significativo em nossa leitura por materializar o modo como o governo Bolsonaro foi ineficiente para a aquisição dos imunizantes, como já interpretamos anteriormente. Sua postura negacionista pregava a COVID-19 como uma gripezinha, uma doença passageira cuja intervenção do Estado não seria necessária para sua superação. É por essa razão que, em dezembro de 2020, enquanto o mundo iniciava a vacinação, o presidente brasileiro discursava vitimizandose como se a culpa fosse das farmacêuticas por não entregarem as doses “de uma hora para outra”. Apaga-se com isso um histórico de meses de falta de iniciativa governamental em adquirir os imunizantes em fase de testes. O movimento discursivo de Bolsonaro é colocar a culpa no outro, construindo uma barreira de proteção sobre suas próprias omissões em sua posição institucional.

A paráfrase do autor da notícia em que coloca a repetição da tomada de posição de Bolsonaro quanto a não se vacinar funciona restabelecendo um argumento possível da posição contra a obrigatoriedade da vacina. Essa interpretação sustenta-se na não contradição, na homogeneização do discurso antivacina, visto que, se o presidente é contra se vacinar, precisa ir de igual modo

contra a obrigatoriedade da vacina, pois caso contrário ele próprio teria que se vacinar.

Como apontou Pêcheux (1999), a memória tende à estabilização dos sentidos em que o acontecimento é absorvido e cristalizado. Entende-se a analogia apresentada pelo autor, para o qual a memória é como uma série matemática que se desenvolve, criando os termos seguintes com vista à regra pré-existente na programação da série argumentativa. Essa série assenta-se na criação de um imaginário de medo e pânico na população, trazendo o efeito colateral para a vacina como “choque anafilático”, estabilizando as práticas discursivas que ressignificam o seu discurso. Mas não somente, a série que regula a forma de responsabilidade de Bolsonaro é a de responsabilizar o outro, e desresponsabilizar o seu governo pela má gestão da pandemia, assim a preocupação é sempre eximir-se.

Outra estratégia consiste em desqualificar os que cobram a aquisição da CoronaVac, chamando-os de irresponsáveis, lançando mão de estratégias de autodefesa e de ataque. Trata-se de um mecanismo de guerra, funcionando pelo ditado popular “atacar é a melhor defesa”, diante da ineficiência, ataca-se, critica-se e descredibiliza-se a imunização por meio de fake news que repercutem e amedrontam a população.

Diferentemente do tratamento precoce em que o caso exemplar funcionou para promover, na relação com a vacina, o discurso do presidente apresenta o exemplo para desestimular a vacinação. Esses efeitos são analisados no grupo de SDs a seguir.

QUADRO 20 – SDs sobre o funcionamento do caso exemplar

SD 53: Ele questionou a “insistência” com relação à vacina, defendeu a utilização da cloroquina e garantir (sic) que não tem pressa para se imunizar. “Quem quiser tomar na minha frente. Ela é boa, excelente não é isso? Então estou dando para quem quiser tomar na minha frente. Isso é um gesto de altruísmo da minha parte, tem tanta gente apavorada, então toma vacina na minha frente, eu não vou entrar na fila, chegar minha vez, única dose e tem 200 caras atrás de mim querendo tomar.”²²⁹ (grifos nossos)

SD 54: “O ministro tomou as duas doses da CoronaVac e está infectado. Vivia de máscara e está infectado. Você pode atrasar, mas dificilmente vai limitar, isso é muito difícil evitar”, disse. O

presidente demonstrou insatisfação com a quarentena que ele está cumprindo após ter contato com o ministro da Saúde.²³⁰ (grifos nossos)

Fonte: Autora (2025).

A SD 53 foi recortada da notícia “Bolsonaro quer apresentar lista de ministros que tomaram o ‘kit covid’ e se curaram da COVID-19”, de 10 de maio de 2021. Nela, a Jovem Pan apresenta alguns elementos sobre o discurso do presidente quanto ao descrédito da vacina. O primeiro destaque da SD marca a leitura da Jovem Pan sobre um discurso de Bolsonaro, colocando entre aspas o substantivo insistência, sublinhando o que é reportado de sua fala. Para o presidente, aqueles que cobravam a compra das vacinas questionavam a morosidade do governo na aquisição e criticavam sua posição negacionista, estavam sendo “insistentes”.

Assim, aqueles que não concordam com sua posição, por não se filiarem à mesma formação ideológica, são passíveis de serem questionados, pelas suas “insistências”, figurando uma relação dicotômica presidente *versus* os insistentes que inscreve a posição do presidente em um espaço de efeito de verdade absoluta e o espaço ocupado pelos opositores como falsa. Essa interpretação é corroborada pela sequência da SD em que o presidente dá garantia de que não tem pressa para tomar a vacina. Desse modo, os insistentes são os apressados, que não têm paciência para esperar a aquisição que tenha aprovação científica e seja aprovada pela Anvisa. Na sequência, recorta-se entre aspas a fala do presidente, que se assenta na ironia e no deboche da vacina, que legitima o porquê de Bolsonaro não ter pressa. Ele diz: “Ela é boa, excelente não é isso?” produzindo efeito de descrédito, tal qual afirmar “ela não é boa, não é excelente, não serve para mim, mas você que é insistente pode ficar com ela”.

A SD 51 foi recortada da notícia “Bolsonaro quer explicações de Marcelo Queiroga sobre vacinação de adolescentes”, de 24 de setembro de 2021. As condições de produção do discurso correspondem a sua pós-viagem junto com sua comitiva para participar da Assembleia Geral da ONU. Dos 19 participantes, 4 foram infectados pela COVID-19, dentre eles Marcelo Quiroga, então Ministro da Saúde. O pronunciamento ocorreu após a confirmação do teste negativo do presidente Jair Bolsonaro para COVID-19. As escolhas de Bolsonaro não são gratuitas, em meio à

²³⁰

Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/bolsonaro-quer-explicacoes-de-marcelo-queiroga-sobre-vacinacao-de-adolescentes.html> > Acesso em: 22 ago. 2025.

contaminação do seu ministro da saúde, ele opta por descredibilizar a eficácia da vacina.

Sustenta seus argumentos citando a contaminação de Queiroga como um exemplo da ineficácia da vacina, como um argumento a mais, asseverando que o ministro havia se submetido à imunização com duas doses da vacina CoronaVac. Esse discurso de descrédito se assenta na construção de argumento factual para contrastar a imunização e a contaminação. Desse modo, constrói premissas tais como: tomou a vacina; se infectou, portanto, a vacina é ineficiente. Esse mesmo efeito é construído para falar sobre o uso de máscaras, ironizando Queiroga que, mesmo usando máscara e tendo se vacinado, se infectou. O segundo destaque da SD que ressoa por nossa leitura é a estratégia bolsonarista de incentivar o tratamento precoce. Na manifestação discursiva, em tela, afirma que é difícil evitar o contágio, o melhor era investir em um tratamento desde os primeiros sintomas.

O último destaque da SD não tem relação com o descrédito da vacina, mas materializa a inadequação do comportamento de Bolsonaro diante das medidas não farmacológicas. Devido ao fato de a COVID-19 ser uma doença respiratória transmissível por partículas, uma das importantes formas de contenção da contaminação foi o isolamento, por meio, por exemplo, de quarentenas quando um sujeito houvesse tido contato com outro que testasse positivo. Desse modo, a insatisfação de cumprir a quarentena funciona nesse espaço de significação do descaso, recusa-se a adotar as medidas de isolamento, criticando-as, descredibilizando as formas concretas de enfrentamento da pandemia.

4.1.3 Efeitos de fechamento

Nosso percurso de leitura sobre a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina discursivizado no relatório final da CPI da pandemia e nos portais Revista Piauí, CartaCapital, Jovem Pan e CNN Brasil, proporcionou à presente tese a compreensão de funcionamentos discursivos no âmbito da atuação do Governo Federal durante a pandemia. Como analisamos, nos portais alinhados à esquerda estavam materializados os funcionamentos (1) da comprovação científica, (2) da não obrigatoriedade da vacina, (3) da contradição, (4) dos 'efeitos colaterais' e (5) do caso exemplar. Enquanto que nos portais alinhados à direita compreendemos

os funcionamentos (1) da não obrigatoriedade, (2) via boicote, (3) dos “efeitos colaterais” e (4) do caso exemplar.

O funcionamento da comprovação científica no discurso bolsonarista produz-se pelo mascaramento dos argumentos, mobilizados para a não aquisição de determinados imunizantes, ou seja, o embate político com o Governador de São Paulo. Ao afirmar que não adquirirá a vacina sem a comprovação, projeta-se como um governante responsável, enquanto os defensores da vacina estariam transformando o povo em cobaias. A argumentação em prol da comprovação científica delinea os efeitos de que para o presidente não se deve esperar por uma solução à pandemia advinda de uma vacina, e que a celeridade pode comprometer a sua eficácia.

O funcionamento da não obrigatoriedade se sustentou por algumas facetas, dentre elas a defesa da liberdade de escolha, produzindo a desarticulação do plano nacional de imunização, relativizando a necessidade de ampla cobertura vacinal para a superação da pandemia. Bolsonaro divulgou, também, falas sensacionalistas e exageradas, chocando pelo exagero e produzindo um efeito de sentido de que a vacinação contra a COVID-19 configura-se como irresponsabilidade com a população.

O funcionamento da contradição se assentou no fato de que, mesmo após o governo investir bilhões na vacina da Oxford/AstraZeneca, o presidente publicamente declarar que “toda e qualquer vacina está descartada”. Entendemos de igual modo que há dois comportamentos com relação à vacina, um direcionado à Oxford/AstraZeneca, materializando pagamentos e compras sem a finalização da comprovação científica, e outro dispensado à Sinovac/ CoronaVac que só poderia ser comprada após a comprovação da eficácia.

O funcionamento dos “efeitos colaterais” como mecanismo de desqualificação dos imunizantes foi uma das frentes da desinformação, que se figurou por meio das *fake news*. O discurso bolsonarista ficcionaliza elementos grotescos como sendo hipóteses de efeitos colaterais, o que, para o trabalho do algoritmo de viralização, funcionou disseminando rapidamente esse conteúdo. Além do elemento grotesco, as SDs materializaram como outros efeitos colaterais falsos a morte, a anomalia, a invalidez, o choque anafilático, utilizando termos advindos da medicina para sustentar o descrédito. Conforme nossas análises, embasadas nas *fake news* presidenciais, se difundiram narrativas promovendo o medo à imunização. Trabalha

em seus argumentos exemplos particulares do ministro Queiroga e dele mesmo, como quem não se infectaria e também não tomaria a vacina.

O funcionamento via boicote se estruturou diante da disputa de poder entre Bolsonaro e Dória. O presidente, desde o estabelecimento da parceria entre o instituto Butantan e a Sinovac para a produção da vacina, passa a discursivizá-la como Chinesa, sustentando os efeitos de sentido com relação ao vírus ter surgido na China, desqualificando-a. Diante da suspensão dos testes, comemorou e publicou nas redes sociais como sendo uma vitória de sua oposição a Dória, desconsiderando os motivos e a morte do voluntário. É desse modo que argumentamos que o boicote foi incessante, um discurso nocivo para se estabelecer um plano nacional de imunização, por meio da insegurança e do medo à vacina.

A partir das nossas análises, consideramos como significativa da atuação do Governo Federal na condução da pandemia o que chamamos de forma de descasos de desinformação, que se desdobrou em uma forma de promoção e outra de descrédito. Essas formas materializam-se com o discurso bolsonarista e de seus apoiadores na produção de efeitos de sentido no corpo social. Ao promover um tratamento sem comprovação científica e desacreditar a vacinação, expôs a população ao vírus e em consequência produziu-se a morte por meio da desinformação. Dito isto, avançamos para as nossas considerações finais.

5 PONTOS DE CHEGADA EM SUSPENSO

A pandemia de COVID-19 foi uma crise sanitária dentre muitas que assolaram a humanidade, cujas particularidades de cada nação produziram a partir dela uma calamidade ainda mais desastrosa. Na tese, consideramos o contexto de produção brasileiro com as suas contradições para analisar as formas de descaso que orquestraram a morte de brasileiras e brasileiros aos milhares. Adotamos os termos formas de descaso para dar conta das possíveis materialidades que o *corpus* sustenta como repetibilidade significativa. Esse conceito surge da leitura das condições de produção da pandemia no Brasil, considerando que o conhecimento científico era uma prática já consolidada e respeitada. A comunicação se dava de forma globalizada e o acesso à saúde é assegurado por políticas públicas, amplamente difundidas, mas a postura autoritária e centralizada do Governo Federal reverbera como um descaso, como apontamos no capítulo 1.

Retomamos a nossa pergunta de pesquisa: como se constituíram os efeitos de sentido quanto às formas de descaso da crise sanitária de COVID-19, por meio do relatório da CPI da pandemia e de notícias *online*, no período compreendido entre 2020-2021? A questão demandou que se mobilizasse um conjunto de noções que constituíram o arcabouço teórico-metodológico, situando a presente tese nos pressupostos da Análise de Discurso e realizando gestos de leitura, que sinalizam para tomadas de posição, apesar de, segundo Orlandi (2002), o analista não se posicionar como sujeito empírico.

Entre os pesquisadores que ancoram nossas posições, destacamos considerações e conceitos de Pêcheux (2009, 2014, 2014a, 2016, 2019), Agamben (2014), Orlandi (2001, 2002, 2020), Nunes (2007), Venturini e Fernandes (2021), Guilhaumou e Maldidier (2014), Dias (2015), Petri, Venturini, Rasia (2024), entendendo que as pesquisas realizadas por esses estudiosos possibilitam o avanço nas pesquisas. Nessa seção, definimos o que entendemos por discurso, arquivo, historicidade, heterogeneidade discursiva, paráfrase discursiva, interdiscurso, memória discursiva, memória fluida, dentre outros conceitos necessários para as análises.

Ancoradas na definição de discurso enquanto efeito de sentido, propomos então construir um movimento de interpretação/compreensão do que designamos de

formas de descaso. Para tanto, percorremos as definições estabilizadas em dicionários *online*, e fomos construindo redes parafrásticas, questionando o sentido de palavras tidas como estabilizadas, propondo deslocamentos de sentidos, rupturas e possíveis equívocos que sustentam o texto como um bólido de sentidos (Orlandi, 2020), encaminhando para discursos inscritos em distintos domínios.

É desse modo que as formas de descaso da pandemia vão tomando como discursividade, como a supressão da exterioridade como ‘o fora’ da linguagem para que ela possa intervir na textualidade pelo funcionamento do interdiscurso (Orlandi, 2020), significando por memórias e discursos que ressoam desde o passado, passam pelo presente e significam o devir. O que entendemos como descaso resulta do vivido e o sujeito promotor de descasos, nesta pesquisa, utiliza-se de saberes que vêm do senso comum, do religioso e de outros domínios, buscando adesão, apoio e sustentação.

As formas de o Governo Federal não se importar com a morte do povo brasileiro, se ausentar do cuidado do povo brasileiro, a forma negligente do Governo Federal de agir diante da prevenção e das mortes. De igual modo, a partir da etimologia da palavra descaso, propomos pensar que as formas de descaso funcionam estabelecendo o modo como o Governo Federal retirou o estatuto de caso, isto é, de acontecimento das mortes na pandemia, marcando assim uma necropolítica institucional.

Desenvolvemos um modo de organização do nosso arquivo, formado primeiramente pelo relatório da CPI da pandemia, um documento extenso de 1289 páginas, que documentou a investigação sobre as ações e omissões do Governo Federal na condução da pandemia de COVID-19. Com base em nossa pergunta de pesquisa, empreendemos a leitura de todo o documento, compreendendo as repetibilidades quanto à sua discursivização, e estruturamos uma planilha com possíveis SDs sobre as formas de descaso.

A partir dessa organização do *corpus*, passamos a buscar nos quatro portais de notícias, Revista Piauí, CartaCapital, Jovem Pan e CNN Brasil, outras SDs que materializassem a forma de descaso que está em tela, destacando a forma de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce e a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina. O dispositivo de leitura nos permitiu um trabalho que põe em relação o dito e o não dito, os apagamentos próprios das disputas ideológicas, para interpretarmos/compreendermos duas das

formas de descaso produzidas pelo Governo Federal na condução da pandemia de COVID-19. Recortando as SDs e, a partir do agrupamento temático, analisamos os funcionamentos discursivos e como eles produziram os efeitos de sentido que encaminharam o povo brasileiro a determinados comportamentos em meio à pandemia.

No capítulo 2, buscamos estruturar nossa revisão de literatura quanto à ocorrência de pandemia dos séculos XX e XXI, um trabalho que se constituiu por um efeito de memória que nos deu condições para propor deslocamentos do que estamos buscando como ‘descaso na pandemia’, para as ‘formas de descaso na pandemia’, que passou a sustentar toda a pesquisa. Diante da revisão das ocorrências das pandemias, fomos compreendendo que as repetibilidades poderiam se constituir como um modo, uma maneira, um padrão, uma condição de produção de práticas sociais que impunham a morte em meio às pandemias, assim, passamos a designar as formas de descasos na história das crises sanitárias.

Nesse sentido, retomamos algumas das formas de descaso, consideradas na nossa leitura da historicidade da pandemia. A primeira, diz respeito ao que denominamos de forma de descaso político cuja modo de produzir a morte se relaciona com a sobreposição dos interesses políticos dos detentores do poder, em detrimento da vida da população, compreendemos a ocorrência dessa forma durante a gripe espanhola, febre amarela, meningite, por meio da censura da informação sobre a pandemia, fazendo com que a população não conseguiram se prevenir.

De igual perversidade, consideramos como significativa nas práticas sociais de condução das crises sanitárias a forma do descaso técnico, definida a partir do contexto de produção pela falta de conhecimento científico e de profilaxias para atender adequadamente o povo diante de uma crise sanitária. Compreendemos que, durante a gripe espanhola, a varíola, houve um despreparo do sistema de saúde, mas também ampla desinformação, de um lado quanto aos medicamentos acarretando a automedicação, por outro sobre boatos quanto à vacina, que acarretou a revolta da vacina.

Uma terceira forma compreendida diz respeito à forma do descaso material, relacionada às péssimas condições de higiene, moradia, saneamento, infraestrutura da maioria da população, impostas àqueles sujeitos das classes economicamente à margem do sistema capitalista. A falta de condições de saneamento marca as condições materiais da vida dos trabalhadores, produzindo a ocorrência de doenças

e conseqüentemente a morte. Essa forma pode ser compreendida na ocorrência de todas as pandemias, destacamos que durante a ocorrência da tuberculose e da meningite as precárias condições de vida da classe trabalhadora, com a falta de trabalho e de moradias adequadas, levaram muitos brasileiros à morte. Observamos, também, durante o cólera, que a ausência de sistema de saneamento e falta de água potável foram desencadeadores da desgraça de muitos sujeitos, durante a crise da febre amarela, os mais afetados foram os sujeitos das classes mais baixas, trabalhadores livres e escravizados. No caso da H1N1 apontamos como forma de descaso material a questão de que o único recurso às populações menos privilegiadas economicamente é o SUS, quando há a superlotação dos hospitais e postos de saúde, se materializa uma articulação de quem tem direito e de quem não tem.

A forma de descaso de desinformação foi sustentada como quarta forma observada na nossa leitura, vimos que essa forma, no caso da gripe espanhola, funcionou pelo negacionismo e pela minimização da gravidade da doença. Esses dois elementos significam, pois retornam à nossa leitura da pandemia de COVID-19, por meio da postura do presidente da república. Uma quinta forma diz respeito à forma de descaso numérico, correspondendo a um trabalho da ideologia em produzir um apagamento do quadro da crise, irrompendo apenas um número de mortos.

Uma sexta forma, como apontamos anteriormente, correspondeu à forma de descaso étnico, pois, como sustentamos, houve a utilização de epidemias como forma de dizimar populações autóctones, no caso da varíola, muitas populações indígenas brasileiras foram dizimadas pela contaminação. Essa forma também se apresenta quando há a discriminação de determinados grupos sociais, como afro-brasileiros e indígenas, por meio do oferecimento de um atendimento inferior ou inexistente no campo da saúde, condenando esses grupos ao adoecimento e à morte pela falta de assistência à saúde. Ocorre assim, uma subjugação de determinados sujeitos que estão à margem do poder, acarretando a sua eliminação por meio de uma necropolítica ideologicamente mascarada pelas classes detentoras do poder.

Compreendemos com base nessas formas de descaso que a luta de classe que estrutura as desigualdades da sociedade estrutura igualmente os direitos dos cidadãos em meio às crises sanitárias. Podemos apontar que a garantia da informação, de condições de saneamento, de abastecimento de água, do

tratamento, do atendimento, da vida decorrerem da luta ideológica de classe, cuja manutenção do poder da classe dominante depende da omissão, da negligência, do descuido para com a classe trabalhadora, emergindo dessa relação uma necropolítica que continua reproduzindo-se na história recente da nossa sociedade.

Assim, o que funda as formas de descaso deriva da manutenção do poder da classe dominante, que se ordena por meio das instituições para manter seu estatuto de controle sobre os corpos. O descaso político em nossa interpretação acaba por produzir as outras formas em função da manutenção do *status quo* da classe dominante. Portanto, as formas de descaso que se encontram no relatório final da CPI da Pandemia - documento elaborado no espaço político, com as disputas e tensões de poder em torno da pandemia - configuram-se como um modo de responsabilização das ações e omissões do Governo Federal. O trabalho de leitura e interpretação do relatório demandou um movimento preparatório que resultou no capítulo 3.

O percurso que institucionalizou, regulou e aperfeiçoou as CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) e as CPMIs (Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito) se constituiu ao longo de décadas de resistência. Foram instituídas pela constituinte de 1946, após a queda de Getúlio Vargas, em um movimento de resistência às tendências ditatoriais do regime anterior. Nas eleições de 1946, havia sido eleito um número expressivo de parlamentares alinhados aos ideais da esquerda, o que contribuiu para a redemocratização, e essas condições de produção sustentam a criação de um instrumento de investigação dentro do Senado e da Câmara de Deputados.

A partir da constituinte de 1946, é elaborada e promulgada, em 1952, a lei nº 1.579, que dispõe especificamente sobre as CPIs. Com a ditadura militar, em 1964, houve a dissolução da Constituição Federal, e a possibilidade de se ter CPIs foi extinta. Após a redemocratização, a partir do fim do regime militar, em 1985, inicia-se a construção de uma nova constituinte, que será promulgada em 1988, e novamente as CPIs são institucionalizadas como recurso democrático de investigação de fato determinado, por período delimitado. Compreendemos que, ao longo das décadas, os efeitos de sentidos sobre as CPIs até a pandemia de COVID-19 foram sendo aprimorados, constituindo um processo de aperfeiçoamento das leis para atender ao processo democrático. O processo democrático é feito por embates e disputas das diferentes formações discursivas pelo poder, há sempre

tensões advindas da luta de classe operando sobre a democracia, e isso não é diferente no espaço de uma CPI.

As disputas em torno da CPI iniciaram a partir de fevereiro de 2021, com a participação do então ministro da Saúde Eduardo Pazuello na sessão do Senado para explicar a atuação do Governo Federal sobre o enfrentamento da pandemia. Os efeitos deste pronunciamento foram insatisfatórios, o que resultou na movimentação para a instalação da CPI da pandemia. Para sua instalação houve a interferência do Supremo Tribunal Federal, graças ao mandado de segurança enviado ao órgão pelos senadores a favor da investigação. O Senado foi obrigado por determinação do STF, a aceitar o requerimento de Randolfe, e novamente há uma tentativa de modificar o escopo da investigação, buscando incluir a atuação de Estados e municípios, por questões legais, houve a inclusão apenas da investigação dos repasses da União aos estados e municípios.

Com isso, compreendemos que, entre disputas ideológicas, embates e resistências, foi se constituindo o processo da instauração da CPI da pandemia e a inclusão dos estados e municípios foi uma pauta defendida pelo presidente Jair Bolsonaro, que buscava diminuir a incidência da investigação sobre sua atuação calamitosa em meio à crise sanitária. Apesar da ampla disputa, em 27 de abril de 2021, foi instalada a CPI da pandemia, com o objetivo da investigação das ações e omissões do Governo Federal e dos repasses da União para os estados e municípios.

Consideramos que o que marca uma certa direção nas investigações está assentado na composição dos membros do Senado na CPI, visto que dos 11 membros, apenas 4 eram governistas. A minoria fez com que Bolsonaro não possuísse aliados nos principais cargos, o que resultou na tendência para a investigação da atuação do Governo Federal, o que para nossa pesquisa marcou um espaço significativo das formas de descaso. A CPI da pandemia ocorreu entre os dias 27/04/2021 e 05/11/2021, foram 67 reuniões e o trabalho iniciou com a votação dos cargos dos membros, e na sessão seguinte foi apreciado o plano de trabalho, que funcionou como ponto de partida para a investigação. Esta linha do tempo organizou nosso modo de leitura dos acontecimentos, dimensionando-os nas condições de produção. Foram ouvidos todos os Ministros da Saúde que haviam atuado na pandemia, secretários e ex-secretários, ex-ministros, diretor da Anvisa, gerentes da Pfizer, diretor do Instituto Butantan, médicos, governador do Amazonas,

especialistas técnicos, ex-governador do Rio de Janeiro, empresários, deputados, servidores, diretores, sócios-Administradores e representantes de empresas ligadas à área farmacêutica e planos de saúde, ex-Assessores, auditor do TCU.

Dentre os requerimentos vale apontar algumas solicitações no que se refere à materialidade do que chamamos de formas de descaso. Localizamos, assim, demanda de informações sobre a disponibilização do chamado “kit covid” no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil, sobre a obtenção de cloroquina/hidroxicloroquina para o Brasil, sobre a obtenção de vacinas contra a COVID-19 para o Brasil, sobre os valores e quantidades totais de aquisição de cloroquina e hidroxicloroquina, sobre os sobre o Manifesto pela Vida e Médicos do tratamento precoce Brasil, sobre o processo de compra da Covaxin, sobre as campanhas publicitárias do Governo Federal sobre a COVID-19, sobre o aplicativo Tratecov.

A compreensão do processo de desenvolvimento da CPI por meio do conteúdo do site do Senado sustenta-se pela fragmentação das informações, são recortes que funcionam pelo excesso de dados sem pô-los em relações com as condições de produção e o resultados desse processo, no entanto já colocam em jogo efeitos de sentido sobre o que o relatório da CPI apresenta em sua extensão. Assim, fomos para a leitura do relatório da CPI com alguns pontos em processo de formulação, o descaso funcionando na propaganda do kit-covid, do app tratecov, dos médicos pela vida que promoviam o uso de medicamento sem comprovação para a cura da COVID-19, bem como o descaso funcionando na aquisição da vacina, tentativas de corrupção na compra de imunizantes, o que se consolida a partir da leitura do documento na íntegra.

A distância temporal torna possível a concatenação de sequências discursivas que são representativas de determinada tomada de posição no âmbito do combate à COVID-19. Esse mecanismo sedimenta efeitos próprios da nossa leitura sobre a discursivização da pandemia no que se refere às formas de descaso no contexto brasileiro. A questão da desinformação perpassou os vários temas de investigação da CPI, e, portanto, a tomamos como *modus operandi* da condução da pandemia no âmbito do Governo Federal. Descrevemos as formas de descaso próprias a essa crise sanitária, chamando-as de formas de descaso de desinformação. A materialidade discursiva do relatório final da CPI nos proporcionou a leitura e subcategorização de duas grandes ocorrências: a forma de descaso de

desinformação quanto à promoção de x e a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito de y.

A forma de descaso de desinformação quanto à promoção de x se materializou nos seguintes temas: tratamento precoce, imunidade de rebanho e retomada da economia. Enquanto que a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito de y ocorreu nos temas sobre a vacinação, uso de máscaras, lockdown, álcool em gel, quanto às orientações da OMS. A partir dessas possibilidades que se materializaram pela leitura do relatório da CPI da pandemia, elegemos então, em função do número de sequências discursivas e da repetibilidade ao longo do documento, a forma de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce e a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina para avançarmos para as análises.

Como sustentamos por meio do nosso dispositivo teórico-metodológico, a partir da seleção do acontecimento de referência, pesquisamos no buscador de cada um dos portais de notícias. Buscamos, portanto, por “tratamento precoce COVID-19” e “vacina COVID-19” nos sites da Revista Piauí, da CartaCapital, da Jovem Pan e da CNN Brasil, e, considerando os títulos das matérias, selecionamos as que seriam lidas na íntegra para identificarmos possíveis sequências discursivas que materializassem funcionamentos discursivos das formas de descaso. Esse percurso de montagem do arquivo foi sistematizado em uma planilha que, ao final, contava com mais de 400 SDs elegíveis como representativas da discursivização das formas de descaso em questão.

O arquivo montado serviu de base para que a pesquisa fosse constituindo-se no momento de análise pelo que propomos como funcionamentos. Essa leitura nos foi possível pela construção de agrupamento das SDs. Considerando a forma de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce, compreendemos nos portais alinhados à esquerda a ocorrência dos seguintes funcionamentos: (1) autoritário, (2) performático, (3) do caso exemplar e (4) da ‘autonomia médica’. Enquanto que nos portais alinhados à direita compreendemos os funcionamentos: (1) do caso exemplar, (2) autoritário, (3) pelo aconselhamento, (4) performático e (5) da ‘liberdade médica’.

Para darmos conta da forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina, analisamos, nos portais alinhados à esquerda, a ocorrência dos seguintes funcionamentos: (1) da comprovação científica, (2) da não

obrigatoriedade da vacina, (3) da contradição, (4) ‘efeitos colaterais’ e (5) do caso exemplar. Enquanto que nos portais alinhados à direita compreendemos os funcionamentos (1) da não obrigatoriedade, (2) via boicote, (3) dos “efeitos colaterais”, (4) do caso exemplar.

O funcionamento autoritário pode ser observado em ambos os alinhamentos, produzido pela imposição do tratamento precoce como único meio para a superação da pandemia. O discurso institucional se embasa em efeitos de verdade para o presidente, como aquele que centraliza o poder em si e que tende a regular o que deve ser dito sobre o “kit COVID” ao impô-lo como política pública de saúde. Esse sujeito se reveste da autoridade, advinda de uma posição militar-ditatorial arrogando-se poder ilimitado, produzindo efeitos de evidência positivos sobre o tratamento precoce por meio da mentira e de *slogans*, manipulando a opinião pública. O trabalho da ideologia nesses processos discursivos autoritários e violentos advindos da prática bolsonarista, como apontou Orlandi (2023, p. 63), “são argumentos na produção do silenciamento, da censura”. Apagam-se pela forma de descaso de desinformação quanto à promoção do tratamento precoce as outras formas eficientes de atuação no combate à pandemia como o uso de máscaras e o distanciamento social, para se impor exclusivamente o uso de medicamentos sem eficácia.

O funcionamento performático pode ser observado nos quatro portais de notícias, caracterizando-se pela investidura de Bolsonaro em posições-sujeitos distintas para produzir efeitos de evidências sobre o tratamento precoce, sem dissociar-se, no entanto, de sua posição de autoridade como presidente. Compreendemos como performances que ele foi (1) presidente-garoto-propaganda, mostrando caixas de remédios e exaltando-o como a cura, (2) presidente-epidemiologista, afirmando com certeza que o medicamento estava funcionando, (3) presidente-dono, pelo seu empenho e dedicação em defender o medicamento, (4) presidente-pastor, que prega para o povo brasileiro uma cura milagrosa para a COVID-19 por meio do tratamento precoce, (5) presidente-economista, que argumenta sobre o tratamento precoce para que o povo não sofra com a crise econômica advinda da pandemia. Esses mecanismos de investidura, em um espaço de significação diferente do qual lhe é conferido socialmente, faz funcionar um efeito de veracidade, colocando o discurso em outras formações discursivas, e com isso promovendo a identificação de um maior número

de sujeitos ao discurso pró-tratamento precoce.

O funcionamento por meio do caso exemplar foi sendo orquestrado pela sua tomada de posição, enquanto autoridade federal, afirmando-se como prova viva da eficácia do tratamento precoce. Esse processo de produção da torção discursiva, relacionando um fato observável, a saber, sua vida, com as razões de estar vivo, funciona pela exemplificação e pela atribuição de efeitos de sentido de veracidade. A ampla população que desconhece, por exemplo, o processo metodológico para a comprovação da eficácia, com os grupos de controle, placebo etc. Esse exemplo verificável funciona, produzindo a identificação dos sujeitos que devido à insegurança econômica precisam continuar em seus postos de trabalho. Os vários exemplos vão se sedimentando no discurso em um processo argumentativo, entendido como movimento de antecipação (Orlandi, 2023) nas possíveis reações do corpo social, para se produzirem efeitos de evidências da eficácia.

A autonomia médica, como funcionamento discursivo, foi identificada em ambas as posições ideológicas dos portais de notícia de direita e de esquerda, sendo que nos portais alinhados à direita ocorre o deslize em torno de liberdade médica. Nas análises das SD, propomos compreender a contradição nesse argumento, pois se é da competência médica, então não caberia ao presidente fazer propaganda. No entanto, a contradição é admitida e desconsiderada, à medida que serve para produzir a identificação de parcelas da sociedade que se filiam ao discurso médico. Aqueles que de algum modo confiavam no profissionalismo da classe médica aceitam com menor resistência ao tratamento precoce, atingindo-se mais camadas da sociedade brasileira.

No caso do deslizamento da liberdade do médico funciona o trabalho ideológico da argumentação em que Bolsonaro afirma que os médicos têm “liberdade total” na melhora da pandemia. Ao dizer “você é livre para escolher, com o seu médico”, ocorre a sobreposição da escolha do paciente à autonomia do médico para prescrever o tratamento precoce. Esse movimento discursivo divulga o tratamento precoce e sustenta a tomada de posição do presidente como sendo embasada no conhecimento médico, em uma torção da verdade, gerando identificação e adesão aos medicamentos.

O funcionamento, por meio do aconselhamento, se sustenta pelos efeitos de um aprendizado sobre a pandemia e, a partir desse aprendizado que se coloca como coletivo, o Ministro e o Presidente se posicionam aconselhando o povo a

buscar o tratamento precocemente por meio dos medicamentos do “kit-covid”. O *slogan* “O tratamento precoce salva vidas” funciona como um argumento a mais, sobrepondo-se ao conhecimento científico e se desidentificando das práticas médicas e do conhecimento científico.

O funcionamento da comprovação científica no discurso bolsonarista produz-se como um argumento que sustenta o embate político com o Governador de São Paulo. Ao afirmar que não adquirirá vacina sem a comprovação, se projeta como um governante responsável, enquanto aqueles que a comprariam estariam transformando o povo em cobaias. A mobilização do argumento da comprovação científica delinea os efeitos de que, para o presidente, não se deve esperar por uma solução à pandemia advinda de uma vacina, e que a celeridade pode comprometer a sua eficácia. Bolsonaro também passou a criticar e a produzir efeitos de desconfiança quanto à segurança dos imunizantes, o que se sustentou mesmo após a aprovação do uso emergencial pela Anvisa.

O funcionamento da não obrigatoriedade da vacina se sustentou por algumas facetas, dentre elas a defesa da liberdade de escolha, produzindo a desarticulação do plano nacional de imunização pela relativização da necessidade de ampla cobertura vacinal para a superação da pandemia. A argumentação de Bolsonaro se sustenta na repetibilidade e na imposição desse discurso ao ministro da saúde, que deve repetir junto com ele que não haverá obrigatoriedade para a vacina da COVID-19. Como apontamos, o discurso da liberdade individual, nesse caso, é um discurso que produz a morte. Para sustentar seu argumento contra a obrigatoriedade da vacina, ele divulgou falas sensacionalistas, exageradas e negacionistas, chocando pelo exagero. O efeito de sentido em funcionamento é o de que a vacinação contra a COVID-19 é um ato de irresponsabilidade com a população. O presidente, nesse projeto, ao defender a liberdade dos sujeitos escolherem se vacinar, se apresenta como aquele que está protegendo o povo brasileiro.

O funcionamento da contradição se assentou no fato de que, mesmo após o governo investir bilhões na vacina da Oxford/AstraZeneca, o presidente publicamente declara descartar todo e qualquer imunizante. No discurso de Bolsonaro, há dois comportamentos com relação à vacina: um direcionado para a da Oxford/AstraZeneca, materializando pagamentos e compra sem a finalização da comprovação científica, e outro dispensado à Sinovac/CoronaVac, que só poderia

ser comprada após a comprovação da eficácia. Para o governo bolsonarista, a contradição não é negativa, pois possibilita que ele performe ao mesmo tempo o descrédito da vacina apoiada por Dória e fortaleça seu lado da disputa por meio do investimento à AstraZeneca.

A mobilização dos “efeitos colaterais” funciona como mecanismo para desqualificar os imunizantes, constituindo-se como uma das frentes de desinformação, que se figurou por meio das fake news. O discurso bolsonarista ficcionaliza variados elementos grotescos como hipóteses de efeitos colaterais, tais como transformar os imunizados em jacaré, provocar mudança de gênero, dentre outros. Lemos nas SDs outros efeitos colaterais falsos como a morte, a anomalia, a invalidez, o choque anafilático, que empregam termos advindos da medicina para sustentar argumentos contra a vacina, promovendo o medo e a insegurança na população. Essas escolhas da narrativa bolsonarista estiveram associadas às vacinas da Sinovac/Butantan e à da Pfizer, mas nunca à Oxford/Astrazeneca, marcando-se, assim, um espaço de disputa de sentidos, cujo discurso de descrédito produz a desqualificação de Dória, bem como respalda o Governo Federal quanto à não aquisição dos imunizantes. Desse modo, nestas torções discursivas, a irresponsabilidade é discursivizada pelo presidente, simulando que se trata de cautela, em função dos possíveis efeitos colaterais. Desse modo, ele estaria protegendo o seu povo.

Desse modo, o caso exemplar, quando se refere à vacina, busca desacreditar e produzir o efeito de insegurança. O presidente afirmou publicamente que não se vacinaria, ao proferir esse discurso projetando-se a si mesmo contra a vacina, exemplifica um comportamento que aqueles que o seguem também deveriam adotar. O exemplo do presidente foi se constituindo a partir dos pronunciamentos ironizando a importância da vacinação. Assim, o caso exemplar constitui a forma de descaso de desinformação quanto ao descrédito da vacina, pois ao desarticular a adesão ao imunizante, divulgando inverdades por meio do exemplo e desqualificando a função da vacina para a proteção da sociedade, instaura efeitos negativos para a superação da pandemia.

O funcionamento via boicote se estruturou diante da disputa de poder entre Bolsonaro e Dória. O presidente desde o estabelecimento da parceria entre o Instituto Butantan e a Sinovac para a produção da vacina, passou a discursivizá-la como ‘Chinesa’, instituindo efeitos pejorativos, desqualificando-a. O trabalho do

algoritmo na divulgação das postagens de Bolsonaro sobre o boicote viralizou, sustentando o descrédito. Associou a vacina ao termo 'cobaia', jogando com os efeitos da memória discursiva como sendo uma atrocidade, saturando os efeitos negativos sobre a CoronaVac. Quando da suspensão dos testes, comemorou e publicou nas redes sociais como sendo uma vitória do governo sobre Dória. Trazemos argumentos, pelos quais se pode compreender o boicote como um discurso nocivo no que tange ao estabelecimento de um plano nacional de imunização, pois produziu na população insegurança e medo com relação à vacina.

O dispositivo teórico-metodológico desta pesquisa sustentou nossa leitura sobre os funcionamentos discursivos quanto às formas de descaso da crise sanitária de COVID-19. Conseguimos, por meio dos recortes das SDs do relatório da CPI da pandemia e de notícias *online*, no período entre 2020-2021, compreender que o discurso do Governo Federal contribuiu, pela forma de descaso de desinformação, para a contaminação e a morte do povo brasileiro, promoveu a automedicação, bem como desarticulou as pautas de vacinação, em prol da manutenção da economia e dos seus interesses políticos.

Para os estudos futuros, temos como interesse avançar nas análises sobre as outras formas de descaso de desinformação, que nossa leitura do relatório da CPI da pandemia sustentou. Portanto, planejamos avançar com a leitura das formas de descaso de desinformação quanto à promoção da imunidade de rebanho e da retomada da economia, bem como das formas de descaso de desinformação quanto ao descrédito das medidas não farmacológicas e o descrédito das recomendações da OMS, que corroboram para a compreensão de como o Governo Bolsonaro agiu irresponsavelmente com o povo brasileiro na condução da pandemia de COVID-19.

6 REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** & O amigo. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecã, SC: Argos, 2014, p. 22-51.

ALMEIDA, Silvio Luiz de . Necropolítica e Neoliberalismo. **Caderno C R H**, Salvador, v. 34, p. 1-10, e021023, 2021. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/10435/1/Silvio%20Luiz%20de%20Almeida.pdf>> Acesso em: 10 set 2025.

ALMEIDA, Carlos Henrique Lopes de, GUEDES, Carla Patrícia da Silva, COSTA, Mayra Adriana da. O hibridismo homem/animal a partir do perspectivismo ameríndio: **Via Litterae** [ISSN 2176-6800], Anápolis, v. 12, n. 2, p. 305-316, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/article/download/10543/8275/>> Acesso em: 14 ago 2025.

AUGUSTO, Patrícia dos Santos et al. As Repercussões Históricas da Pandemia da Gripe Influenza A (H1N1) no Brasil. **Hist enferm Rev eletronica** [Internet]. 2020;11(Especial):28-38. Disponível em: <<https://here.abennacional.org.br/here/v11/especial/a3.pdf> > Acesso em: 23 jun 2024.

BALEEIRO, Aliomar; LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Constituições Brasileiras: 1946**. — 3. ed. — Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes_Brasileiras_v5_1946.pdf?sequence=9> Acesso em: 17 nov 2023.

BONAVIDES, Paulo. **História constitucional do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRASIL. **Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil de 18 de Setembro de 1946**. Diário Oficial da União. Brasília, 18 de setembro de 1946. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm#art53> Acesso em: 10 nov 2023.

BRASIL. **Lei n.º 1579, de 18 de março de 1952**. Diário Oficial da União. Brasília, 21 mar. 1952. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1579.htm> Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Diário Oficial da União. Brasília, 5 de outubro 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art58%C2%A73> Acesso em: 10 nov 2023.

BRASIL. **Lei Nº 10.001, de 04 de setembro de 2000.** Diário Oficial da União. Brasília, de 04 de setembro de 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10001.htm > Acesso em: 10 dez 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual integrado de Vigilância Epidemiológica da Cólera** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 2. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Lei Nº 13.367, de 5 de dezembro de 2016.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13367.htm#art1 > Acesso em: 20 nov 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Brasil Livre da Tuberculose: Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. **Manual de manejo clínico da febre amarela** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis – Brasília : Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. – 5. ed. rev. e atual. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_5ed_rev_atual.pdf > Acesso em: 11 jun 2024.

CARREON, Renata de Oliveira . A Política Do Silêncio Digital: Banimento de Fake News Presidenciais. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.64, p. 1-12, e022037, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8668464/31792> > Acesso em: 21 jul 2025.

CERQUEIRA, Fábio Vergara; AXT, Gunter; FERREIRA, Renata Brauner. Epidemias No Curso Da História: Sobre O Viver Antes, Durante E Depois Das Pestes. In: CERQUEIRA, Fábio Vergara; AXT, Gunter; FERREIRA, Renata Brauner (ORG.). **Epidemia na história**. Pelotas : Ed. UFPel , 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro(orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso político endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, J.; MARANDIN, J. Que objeto para a análise de discurso? (pp. 33- 53). In: CONEIN, Bernard [et al.] (orgs). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. Disponível em: <[CRUZ, Breno de Paula Andrade. Boicote Social. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 19, n. 63, p. 5-29 jan./mar. 2017 Disponível em : <<https://www.scielo.br/j/rbgn/a/Ws5mT6H6HBMRPFphYWy8gKq/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em 23 ago 2025.](https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/7925-medida-cautelar#:~:text=%C3%89%20um%20ato%20de%20precau%C3%A7%C3%A3o.aceit%C3%A1veis%20(fumus%20boni%20iuris)> Acesso em: 20 nov 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

DALTOÉ, Andréia. Apresentação - Fazer justiça ao passado... seguir adiante. In: DALTOÉ, Andréia da Silva (org.) et al. **Marcas da Memória** - Violência de estado e estado de violência: corpos e(m) resistência – Volume 2.1. ed. — Campinas, SP : Pontes Editores, 2024, p. 09 a 32.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: Sujeitos, espaço, memória e arquivo.- Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

DIAS, Cristiane. Memórias do futuro da pandemia: o tempo em suspenso. In: Petri, Verli. (org.). et al. **Ditos e não-ditos**: discursos da, na e sobre a pandemia. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 44 (3): p. 972-980, set.-dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/download/1030/611>> Acesso em: 01 set 2024.

ESTEVEES, Phellipe Marcel da Silva; PERINI, Rudá; MEDEIROS, Vanise. Notas sobre o verbete trabalhador essencial: língua, pandemia, luta de classes. IN: PETRI, Verli et al. **Ditos e não-ditos**: discursos da, na e sobre a pandemia. 1 ed.- Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

EVARISTO, Maria da Conceição de Brito. Da calma ao silêncio. In: EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017. p. 123-124.

FERNANDES, T.M. **Vacina Antivariólica**: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920 [online]. 2nd ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, 144 p. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/pd6q9/pdf/fernandes-9786557080955.pdf> > Acesso em: 22 mai 2024.

FERRARI, Wayhs Ferrari et al. “Tratamento precoce”, antivacinação e negacionismo: quem são os Médicos pela Vida no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil?. **Ciência & Saúde Coletiva**, 27(11):4213-4222, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/Pz6T7KybnrbncppQMVFq9ww/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 31 ago 2025.

FERREIRA, Renata Brauner. Epidemia E Sociedade: Pelotas Sob O Domínio Da Gripe Espanhola Em 1918. In: CERQUEIRA, Fábio Vergara; AXT, Gunter; FERREIRA, Renata Brauner (ORG.). **Epidemia na história**. Pelotas: Ed. UFPel, 2021b.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

FRANCO, Odair. **História da febre amarela no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde / Departamento Nacional de Endemias Rurais, 1969.

FREITAS, Gisele Dias de et al. **Influenza A/H1N1**: cenário atual e novos desafios. Bepa 2009; 6(67):24-30. Disponível em: <https://hgsaomateus.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-respiratoria/influenza-ah1n1/pdf/bepa67_influ.pdf> Acesso em 18 jun 2024.

FURLAN, Leonardo; CARAMELLI, Bruno. The regrettable story of the “Covid Kit” and the “Early Treatment of COVID-19” in Brazil. **The Lancet Regional Health – Americas**, Volume 4, 100089. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(21\)00085-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(21)00085-5/fulltext)> Acesso em 12 de jul de 2025.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas-SP: Pontes Editores, 2004.

GARCIA, Néelson Jahr. **Estado Novo Ideologia e propaganda política**. Rocket Edition. 1999.

GAZÊTA, Arlene Audi Brasil. **Uma Contribuição à História do Combate à Variola no Brasil**: do Controle à Erradicação. 2006, 232 f. Tese de doutorado. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/gazetaaa.pdf>> acesso em : 22 mai 2024.

GILL, Lorena Almeida. A Tuberculose E Os Seus Pés De Lã (Pelotas, RS, 1890-1930). In: CERQUEIRA, Fábio Vergara; AXT, Gunter; FERREIRA, Renata Brauner (ORG.). **Epidemia na história**. - Pelotas : Ed. UFPel, 2021.

GOULART, Adriana da Costa. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Wkqm45R4ptVzTqSpKxJhfRh/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 20 abr 2024.

GRECO, Dirceu B.; TUPINAMBÁS, Unaf; FONSECA, Marise. Influenza A (H1N1): histórico, estado atual no Brasil e no mundo, perspectivas. **Rev Med Minas Gerais**, 2009; 19(2): 132-139. Disponível em: <<https://rmmg.org/artigo/detalhes/467>> Acesso em: 21 jun 2024.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo: a análise de discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de Leitura: Da História no Discurso**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1982] 2014.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In BARONAS, R. L. **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020. p. 17-39.

IDOETA, Paula Adamo. **A história que deu origem ao mito da ligação entre vacinas e autismo**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-40663622> > Acesso em: 14 jun 2025

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. (org.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prata, 2008. p. 9-33.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso . In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, Mercado de Letras, 2011.

INDURSKY, Freda. As determinações da prática discursiva da escrita. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** - v. 12 - n. 1 - p. 30-47 - jan./jun. 2016.

INDURSKY, Freda. Entrevista com Freda Indursky. Mariani, B.; Silva, S. D. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 30, n. 59, p.13-31, 21 dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/44120/25202>> Acesso em: 18 jul 2025.

INDURSKY, Freda. Do Legado de Pêcheux ao campo brasileiro da Análise de Discurso: uma aventura teórica dos dois lados do Atlântico. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S., SILVA SOBRINHO, Helton F. (org.). **Ousar se Revoltar: Michel Pêcheux e a análise de discurso no Brasil**. 1 ed. - Campinas, SP: Pontes editores, 2021.

INDURSKY, Freda. Torções discursivas como formas contemporâneas de simulação e manipulação política. **Revista Rua**. Campinas -SP. V. 31, N. 2. p. 789-807, 2025. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8681780/37196>> Acesso em: 10 jan 2026.

LUNKES, Fernanda Luzia; SANCHO, Karla Amorim; BORGES, Fabiano Tonaco. Sentidos em (dis) cursos em tempos de covid-10: uma análise dos processos de

designação. In: BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira; SILVA, Luiz Felipe (org). **Discursos da Pandemia: entre dores e incertezas**. Campinas-SP: Pontes editores, 2020. p.53-68.

MACHADO, Alcyone Artioli . **Infecção pelo vírus Influenza A (H1N1) de origem suína: como reconhecer, diagnosticar e prevenir**. J Bras Pneumol. 2009;35(5):464-469. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/bbbM7mWg4FWGGLNsCdJJ4FC/?format=pdf&lang=pt> > acesso em 18 jun 2024.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso** - (Re)ler Michel Pêcheux hoje- Campinas- SP: Pontes, 2003.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Epidemia e cerveja: um paralelo entre 1918 e 2020. In: LOLE, ANA; STAMPA; INEZ; GOMES, RODRIGO LIMA R. [ORGS.]. **Para Além da Quarentena: Reflexões sobre Crise E Pandemia**. Mórula Editorial, 2020. p. 209 - 215.

MEDEIROS, Flavia Natércia da Silva; MASSARANI, Luisa. A cobertura da gripe A(H1N1) 2009 pelo Fantástico. Intercom – **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** 50 São Paulo, v.34, n.1, p. 41-59, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/interc/a/cj5QRrPpnrbbRYqCczBXXDf/?lang=pt> > Acesso em 14 jul 2024.

MENDES, Hélio Ferreira Junior; MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da. In: VENTURINI, Maria Cleci; TEIXEIRA, Maria Claudia; Tafuri, Leandro (org). **Museus, arquivos, patrimônio e espaço urbano em (dis)curso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

MENESES, José Newton Coelho. **Águas passadas [...] movem moinhos: água, abastecimento, higiene e processo saúde-doença na modernidade**. In: ALMICO, Rita de Cássia da Silva , GOODWIN, James William Jr., SARAIVA, Luiz Fernando . **Na saúde e na doença: história, crises e epidemias : reflexões da história econômica na época da COVID-19 / organização**. - 1. ed. - São Paulo : Hucitec, 2020.

MILANESI, Rafaela; CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; WACHHOLZ, Neiva Isabel Raffo. **Pandemia de Influenza A (H1N1): mudança nos hábitos de saúde da população**, Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, 2010. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(4):723-732, abr, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csp/2011.v27n4/723-732> Acesso em 17 jun 2024.

MORAES, José Cássio de; BARATA Rita Barradas. **A doença meningocócica em São Paulo, Brasil, no século XX: características epidemiológicas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21(5):1458-1471, set-out, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/tDcVwLJYXMjxpfZXFjg6Bfh/> > Acesso em 10 jun 2024.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; FERREIRA, Luiz Otávio. Da hereditariedade à pobreza: combate à tuberculose e ao bócio na infância em tempos de eugenia. In: MOTA, André, MARINHO, Gabriela S. M. C. **Eugenia e história: ciência,**

educação e regionalidades / (organizadores). - São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013. p. 321 - 340.

NUNES, José Horta. **Leitura de arquivo**: historicidade e compreensão. In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F.. (Org.). Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. Porto Alegre: Pontes, 2007, v. , p. 373-380.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de. **Democracia em debate**: o processo constituinte no Brasil pós-ditadura militar - uma análise representação pernambucana. Recife: 2005.

Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9715/1/arquivo9078_1.pdf > Acesso em: 26 nov 2023.

OLIVEIRA, Alex Sander de; RADDE, Augusto. Condições de produção. In: Leandro-Ferreira, Maria Cristina. **Glossário de termos do discurso** - edição ampliada. Campinas-SP: Pontes Editores, 2020. p.47-50.

ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? In: **Linguística: Questões e Controvérsias**. Uberaba, n. 10, 1984, p. 9-26.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. - 6 ed. - São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

ORLANDI, Eni P. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido e ideologia: Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, tu, ele**: Discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, E. P. **Argumentação e Análise de Discurso** – conceito e análise. 1ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 7a. ed. Campinas: Pontes Editores, 2023a.

ORLANDI, Eni Puccinelli (2021). Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 1, p. 01-15. Disponível em <<https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/310>> Acesso em: 01 set 2024.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Sobre a (Des-)construção das teorias lingüísticas. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 1, n. 2, p. 7-32, 1998. DOI: 10.20396/lil.v2i2.8663552. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8663552> . > Acesso em: 24 ago. 2024.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. et al. **Papel da memória**. Campinas- SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel.. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político** – o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos (SP): EdufScar, 2009. p. 21-26.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (1969). In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5ª ed. Campinas-SP. Ed. da Unicamp, 2014. p. 59 -158.

PÊCHEUX, Michel; Catharine Fuchs. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5ª ed. Campinas-SP. Ed. da Unicamp, 2014. p. 159 -149.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. trad.: Eni Puccinelli Orlandi et al. -5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, M. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de Leitura**: Da História no Discurso. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1982] 2014b.

PÊCHEUX, Michel. Ousar pensar e ousar se revoltar: ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, v.1, n. 4, 2014c.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi.- Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Abertura do colóquio. In: CONEIN, Bernard et al. **Materialidades discursivas** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. Trad. Eni Orlandi e Greciely Costa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

PETRI, Verli. -História de palavras- na história das ideias linguísticas: para ensinar língua portuguesa e para desenvolver um projeto de pesquisa. **CONEXÃO LETRAS**, v. 13, p. 47-58, 2018.

PETRI, Verli. O trabalho do analista de discurso: das práticas sociais-analíticas às formulações. In. SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari; GARCIA, Dantielli Assumpção; VIEIRA, Norma Cristina (org). **Tornar-se analista de discurso**. 1 ed.- Campinas, SP: Pontes editores, 2023.

PETRI, Verli; VENTURINI, Maria Cleci . Eu sou o presidente!: Os ditos, os não- ditos e os re-ditos na política de Estados brasileira em tempos de pandemia. Revista **Signo y Señá**. 38 (julio-diciembre, 2021): [64-82]. Disponível em : <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8117889.pdf> > Acesso em: 10 de out 2025.

PETRI Verli; VENTURINI, Maria Cleci, RASIA, Gesualda dos Santos. Definição. IN: **Na movência dos conceitos**... – Rio de Janeiro, RJ: Autograa, 2024.

PRINCE, Ana Enedi Tuberculose e exclusão: o papel dos dispensários, pensões, sanatórios e preventórios nesse contexto. In:MAGALHÃES, Sônia Maria de [et. al.] (orgs.). **História da saúde e das doenças**: escritas contemporâneas.*Ebook* , 2. ed. - Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF). -Goiânia : Cegraf UFG, 2022. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Historia_da_saude_-_ebook.pdf> Acesso em: 1 mai 2024.

REZENDE, Joffre Marcondes de. **À Sombra do Plátano**: Crônicas de História da Medicina. – São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Histórias que as epidemias nos contam. In: ALMICO, Rita de Cássia da Silva , GOODWIN, James William Jr., SARAIVA, Luiz Fernando . **Na saúde e na doença**: história, crises e epidemias : reflexões da história econômica na época da COVID-19 / organização. - 1. ed. - São Paulo : Hucitec, 2020.

RICON-FERRAZ, Amélia. As grandes Pandemias da História. **Revista de Ciência Elementar**. V8(02):025. 2020. Disponível em: <<https://rce.casadasciencias.org/rceapp/pdf/2020/025/>> Acesso em: 17 mar 2024.

RHODEN, Ilson Augusto. **As Comissões Parlamentares de Inquérito e sua Função de Controle-Fiscalização para Garantia de Representatividade**. Rev. Leg. Pr. | Curitiba | n. 6 | Out/2022 | p. 84-102 | 97 Disponível em : <<http://revista.alep.pr.gov.br/index.php/escolalegislativo/article/view/164/pdf> > Acesso em 19 nov 2023.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Arquivo em cena**: “im-pressões” de leitura sobre o tema. In: Desenredo, v.6, n.1, 123-134, jan./jun. 2010.

ROSEMBERG, José.Tuberculose - Aspectos Históricos, Realidades, Seu Romantismo E Transculturação. **Boletim de Pneumologia Sanitária** Vol. 7, Nº 2 – jul/dez – 1999. Disponível em: <<http://scielo.iec.gov.br/pdf/bps/v7n2/v7n2a02.pdf>> Acesso em: 25 abr 2024.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. São Paulo na década de 1890 e em 2020: epidemias, enfrentamentos e reprodução das desigualdades. In: ALMICO, Rita de Cássia da Silva , GOODWIN, James William Jr., SARAIVA, Luiz Fernando . **Na saúde e na doença** : história, crises e epidemias : reflexões da história econômica na época da COVID-19 / organização. - 1. ed. - São Paulo : Hucitec, 2020.

SANTOS, Luiz Antonio De Castro. Um Século de Cólera: Itinerário do Medo. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**. Vol. 4, Número 1,1994. p. 79 - 110. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/C8D4T9Md38yvCpNrKTN8wmn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 23 mai 2024.

SARAIVA, Luiz Fernando O fim do tráfico, o fim de um mundo e o início de outro. In: ALMICO, Rita de Cássia da Silva , GOODWIN, James William Jr., SARAIVA, Luiz Fernando . **Na saúde e na doença**: história, crises e epidemias : reflexões da história econômica na época da COVID-19 / organização. - 1. ed. - São Paulo : Hucitec, 2020.

SCHATZMAYR, Hermann G.. A varíola, uma antiga inimiga. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 17(6):1525-1530, nov-dez, 2001 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/PwxKsdtc78RHZVqDYkV9XZd/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 19 mai 2024.

SCHNEIDER, Catarina; TAVARES, Michele; MUSSE, Christina. O retrato da epidemia de meningite em 1971 e 1974 nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo. **RECIIS – Rev Eletron de Comun Inf Inov Saúde**. 2015 out.-dez.; 9(4). Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/995> > Acesso em: 10 jun 2024.

SENADO FEDERAL. **Relatório Final da CPI da COVID-19**. Brasília, Distrito Federal, 2021.

SHIMIZU, Natiely Rallo. **Relações de sentido sobre a vacinação no Facebook**. 2020. recurso online (164 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

SILVA, Leicy Francisca da. A varíola: reflexões acerca de uma controvérsia científica sobre a vacina: In: MAGALHÃES, Sônia Maria de [et. al.] (orgs.). **História da saúde e das doenças**: escritas contemporâneas. *Ebook* , 2. ed. - Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF). -Goiânia : Cegraf UFG, 2022. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Historia_da_saude_-_ebook.pdf> Acesso em: 1 mai 2024.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A epidemia de gripe espanhola: um desafio à medicina baiana. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out.-dez. 2008, p.945-972. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/rMwRmcnjZx9HrLKKhwwWjbf/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 21 mar 2024.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. A epidemia de meningite da Ditadura Militar. In: ALMICO, Rita de Cássia da Silva , GOODWIN, James William Jr., SARAIVA, Luiz Fernando . **Na saúde e na doença: história, crises e epidemias : reflexões da história econômica na época da COVID-19 / organização.** - 1. ed. - São Paulo : Hucitec, 2020.

SOURNIA, Jean - Charles; RUFFIÉ, Jacques. **As Epidemias na História do Homem.** Lisboa, Edições 70, 1964.

UJVARI, Stefan Cunha. **História das epidemias.** - São Paulo: Contexto, 2020.

VASCONCELOS, Pedro Fernando da Costa . Febre amarela. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical** 36(2):275-293, mar-abr, 2003. Disponível em: <
<
<https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/3dpcS3SXsMPVt6LrTZVgJtj/?format=pdf&lang=pt> >
>
Acesso 27 mai 2024.

VENTURINI, Maria Cleci; FERNANDES, Rafael. Corpo e Museus em tempos de pandemia: uma poética da ausência. **Heterotópica**, v. 3; n. 1, jan.-jun. 2021. ISSN: 2674-7502. Disponível em: <
<
<https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/59309/31831> >
>
Acesso em: 19 ago 2024.

VENTURINI, Maria Cleci; TEIXEIRA, Maria Claudia. Pandemia, Morte e ritos mortuários: ausência e presença. Verli Petri; Marluza da Rosa; Taís Martins; Elivélton Krümmel [Orgs.] **Observatório de práticas sociais e linguageiras: produção de sentidos em tempos de pandemia.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

TEMPORÃO, José Gomes. **O enfrentamento do Brasil diante do risco de uma pandemia de influenza pelo vírus A (H1N1)** Epidemiol. Serv. Saúde v.18 n.3 Brasília set. 2009: Disponível: < <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v18n3/v18n3a01.pdf> >
>
Acesso em 21 jun 2024.

TUCÍDIDES (c. 460 - c. 400 a.C). **História da Guerra do Peloponeso/Tucídides;** Prefácio de Helio Jaguaribe; Trad. do grego de Mário da Gama Kury. - 4. edição - Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

ZIZEK, Slavoj. Um golpe como 'Kill Bill' no capitalismo. In: DAVIS, M. et al. (orgs.). **Coronavírus e a luta de classes. Brasil:** Editora Terra sem Amos, 2020, p. 43-47